

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E  
BENS CULTURAIS**

**DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**O PÃO E A FESTA  
PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO EM JUIZ DE  
FORA  
(1969-2010)**

**PATRICIA LAGE DE ALMEIDA**

Rio de Janeiro  
2015

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS**

**DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**O PÃO E A FESTA  
PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO EM JUIZ DE FORA  
(1969-2010)**

Apresentada por:  
**PATRICIA LAGE DE ALMEIDA**

Professora orientadora acadêmica:  
**LÚCIA MARIA LIPPI OLIVEIRA**

Rio de Janeiro  
Maio, 2015

**FUNDAÇÃO GETÚLIO VARGAS**

**CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE  
HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC**

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS  
CULTURAIS**

**DOUTORADO EM HISTÓRIA, POLÍTICA E BENS CULTURAIS**

**O PÃO E A FESTA  
PATRIMÔNIO IMATERIAL E TURISMO EM JUIZ DE FORA  
(1969-2010)**

**PATRICIA LAGE DE ALMEIDA**

Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais, do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas, como requisito parcial para a obtenção do título de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Profa. Dra. Lúcia Maria Lippi Oliveira

Rio de Janeiro  
Maio, 2015

## FICHA CATALOGRÁFICA

Almeida, Patricia Lage de

O pão e a festa: patrimônio imaterial e turismo em Juiz de Fora / Patricia Lage de Almeida. – 2015.

227 f.

Tese (doutorado) – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil, Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais.

Orientadora: Lúcia Maria Lippi Oliveira.

Inclui bibliografia.

1. Patrimônio cultural – Proteção – Juiz de Fora (MG). 2. Alemães – Juiz de Fora (MG). 3. Turismo – Juiz de Fora (MG). 4. Festas populares – Juiz de Fora (MG). I. Oliveira, Lúcia Maria Lippi, 1945-. II. Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. Programa de Pós-Graduação em História, Política e Bens Culturais. III. Título.

CDD – 363.69098151

**PATRICIA LAGE DE ALMEIDA**

**O PÃO E A FESTA: PATRIMÔNIO IMATERIAL  
E TURISMO EM JUIZ DE FORA**

Tese apresentada ao Curso de Doutorado em História, Política e Bens Culturais do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil para obtenção do grau de Doutor em História, Política e Bens Culturais.

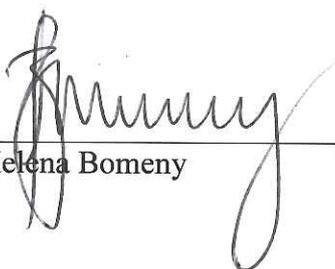
Data da defesa: 08/05/2015

Aprovada em:

**ASSINATURA DOS MEMBROS DA BANCA DA DEFESA DE TESE**

  
\_\_\_\_\_  
Lucia Maria Lippi Oliveira  
Orientador (a)

  
\_\_\_\_\_  
Verena Alberti

  
\_\_\_\_\_  
Helena Bomeny

  
\_\_\_\_\_  
Valéria Leão Ferenzini

  
\_\_\_\_\_  
Marieta de Moraes Ferreira

A meu pai Geraldo Magela Alvarenga de Almeida (*in memoriam*), pelo amor e dedicação ao longo de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Resultado do curso de Pós-Graduação, Doutorado em História, Política e Bens Culturais (PPHPBC), esta pesquisa se concretizou graças ao auxílio de meus familiares, amigos e professores do Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil (CPDOC), da Fundação Getúlio Vargas.

Seria impossível não cometer injustiças ao citar nomes, pois, em todo o percurso cumprido, várias pessoas, em momentos distintos, ou de algum modo, foram afetadas por minha alienação, causada pelos problemas que me cercaram durante o processo de elaboração da tese. Tal atitude, porém, era consequência direta de minhas aflições e ansiedades.

Primeiramente, sou grata à minha Orientadora, Dra. Lúcia Maria Lippi Oliveira, por sua dedicação e paciência diante de minhas crises e de meus inúmeros equívocos. Sem sua orientação e constante apoio, com certeza, o caminho teria sido muito mais árduo.

Agradeço aos professores Mônica Almeida Kornis, Luciana Quillet Heymann, Verena Alberti e Fernando Lattman Weltman, pelo apoio e acompanhamento durante o período em que cursei as disciplinas no PPHPBC.

Agradeço aos amigos e importantes interlocutores encontrados nesta trajetória: Virna Lígia Fernandes Braga, Plínio Ferreira Guimarães e Aloísio Arnaldo Nunes de Castro.

Às amigas Raquel Pereira e Lillian Aguiar, com quem pude compartilhar a ansiedade tão comum nos momentos de Mestrado e Doutorado, minha gratidão.

A todos que, com paciência, receberam-me nos arquivos da cidade. Agradeço, especialmente, ao professor Nilo de Araújo Campos, responsável pela Divisão de Memória da Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), à professora Valéria Leão Ferenzini, que atua na Divisão de Patrimônio Cultural, ao Paulo Gawryszewski, responsável pela Divisão, e a Luciana Verônica da Silva Moreira, responsável pelo Arquivo da Província do Rio de Janeiro da Congregação Redentorista.

Agradeço, imensamente, a Tatyana Hauck Herdy Hill, Chefe do Departamento de Incentivo ao Turismo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e

Geração de Emprego e Renda da Prefeitura de Juiz de Fora e a Danielle Rabelo Foyo Lopes, do mesmo Departamento, pelo apoio, incentivo e atenção. Ambas fazem parte também do Conselho Municipal de Turismo.

Finalmente, mas com a mesma gratidão, agradeço a Roberto Dilly e Vicente de Paulo Clemente, por terem me acolhido em seus respectivos escritórios e, também, por terem me concedido mais do que uma simples entrevista, auxiliando-me com seus questionamentos. Sou muitíssimo grata, ainda, a Iverson Morandi, nesse mesmo sentido.

Às minhas filhas, Luisa e Mariana, agradeço pelo apoio incondicional. Ao meu marido Alexandre, aos meus irmãos, Alexandre, Eduardo e Vanessa, peço desculpas pelas horas de irritação e pela restrição de tempo e atenção. À minha mãe, Marilene Lage de Almeida, e a todos os familiares, dedico esta tese, por serem o meu porto seguro, para onde posso sempre retornar.

“O tempo da memória é social, não só porque é o calendário do trabalho e da festa, do evento político e do fato insólito, mas porque repercute no modo de lembrar”.

Marilena de Souza Chauí

## RESUMO

Esta pesquisa tem por objetivo analisar os pedidos de registro do Pão Alemão e da *Deutsches Fest* como bens culturais de natureza imaterial de Juiz de Fora, sendo elementos representantes da cultura e da tradição dos imigrantes alemães que fazem parte da história da cidade. A Festa Alemã ou *Deutsches Fest* é, atualmente, um dos maiores eventos do calendário cultural e turístico de Juiz de Fora, cidade localizada na Zona da Mata do Estado de Minas Gerais. Realizada no bairro Borboleta, antiga Colônia Alemã, a festa foi criada em 1969, por descendentes dos alemães que imigraram para o município, em meados do século XIX. O Pão Alemão, encontrado nas festas e casas do bairro, além de ser o principal elo de preservação da memória construída por esses descendentes alemães, tornou-se importante elemento simbólico, enquanto modo de preparo da legítima culinária alemã. Pão e Festa fazem parte de uma tradição constituída, ao longo de anos, para afirmar a identidade do grupo, proporcionando-lhe ampliar sua participação nos âmbitos políticos e econômicos locais.

**Palavras-chave:** Imigração alemã. Festa de rua. Pão. Patrimônio. Turismo. Juiz de Fora.

## ABSTRACT

This research aims to analyze the application to register the German bread and Deutsches Fest as immaterial cultural assets belonging to Juiz de Fora city as representative elements of immigrants' culture and tradition, those who took part of the history of the city. The German Party or Deutsches Fest is currently one of the most important events in the cultural and tourist calendar of Juiz de Fora, a city located in Zona da Mata, state of Minas Gerais. It takes place at a neighborhood called Borboleta and it was first held in 1969 by German descendants who have immigrated to the city during the mid-nineteenth century. The German Bread, which can be found in parties and in houses of the neighborhood, besides being the main tool to memory preservation built by these German descendants, it became a significant symbolic element, concerning preparation method of legitimate German food. Bread and Party were part of an identity built over the years to set up the group, allowing them to broaden their participation in local political and economic contexts.

**Keywords:** German Immigration. Street party. Bread. Heritage. Tourism. Juiz de Fora.

## RÉSUMÉ

Cette recherche a pour but analyser les demandes d'enregistrement du Pain Allemand et de la *Deutsches Fest* comme des biens culturels immatériels de Juiz de Fora, en qualité des éléments représentatifs de la culture et de la tradition des immigrants qui ont fait partie de l'histoire de la ville. La Fête Allemande ou la *Deutsches Fest* est actuellement l'un des événements les plus importants du calendrier culturel et touristique de Juiz de Fora, une ville située à la Zona da Mata, l'état de Minas Gerais. La fête, ayant lieu au quartier Borboleta, ancienne colonie allemande, a été créé en 1969 par les descendants des allemands qui ont immigré à la ville au milieu du XIX<sup>e</sup> siècle. Le Pain Allemand, trouvé dans les fêtes et maisons du quartier, en plus d'être le principal lien de préservation de la mémoire construite par ces descendants allemands, est devenu un élément symbolique important, comme la manière de préparer la cuisine allemande légitime. Pain en Fête, ont fait partie d'une identité constituée au fil des ans, avec le but d'affirmation du group, en leur offrant la possibilité d'élargir leur participation dans les domaines politiques et économiques locaux.

**Mots-clés:** Immigration allemande. Fête de rue. Pain. Patrimoine. Tourisme. Juiz de Fora.

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1	- Villagem.....	63
Figura 2	- “A Marcha dos Tanques: movimentos que precipitaram o Golpe de 1964”.....	71
Figura 3	- Reportagem sobre a ditadura militar - <b>Diário Mercantil</b> .....	74
Figura 4	- Itamar Franco na abertura do Festival de Chope em 1969.....	85
Figura 5	- Cartaz da <i>Deutsches Fest</i> de 2014.....	88
Figura 6	- Primeira Festa Alemã realizada no bairro Borboleta, 1969.....	116
Figura 7	- Cartaz da <i>Deutsches Fest</i> – 2015.....	148
Figura 8	- Cartaz da <i>Bierfest</i> .....	149
Figura 9	- Banda Daki, Patrimônio Cultural de Juiz de Fora - Carnaval de 2013.....	180
Figura 10	- 10ª <i>Rainbow Fest</i> de Juiz de Fora – 2001. ....	181
Quadro 1	- Relação de descendentes e sua atuação.....	92
Gráfico 1	- Crescimento das atividades no setor, anos 2000.....	135

**LISTA DE TABELAS**

Tabela 1	- Imigração por nacionalidade, Brasil, 1884-1933.....	40
Tabela 2	- Recenseamento populacional, perímetro urbano, Juiz de Fora, 1893.....	49
Tabela 3	- Total de Imigrantes por local de procedência.....	61

## LISTA DE SIGLAS

ARENA	- Aliança Renovadora Nacional
ACRBA	- Associação Cultural e Recreativa Brasil - Alemanha
BDMG	- Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais
BNDS	- Banco Nacional do Desenvolvimento
CAGEC/JF	- Cadastro Geral de Convenientes do Município de Juiz de Fora
CEC	Centro de Estudos Cinematográficos
COMPPAC	- Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural
CONDEPHAAT	- Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico
COMTUR	- Conselho Municipal de Turismo
DA	- Diretório Acadêmico
DAE	- Departamento Municipal de Água e Esgoto
DAT	- Departamento Autônomo de Turismo
DIPAC	- Divisão de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage
EMBRATUR	- Empresa Nacional de Turismo
EUA	Estados Unidos da América
FUNALFA	- Fundação Alfredo Ferreira Lage
ICMS	- Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços
IPHAN	- Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional
IPPLAN	- Instituto de Pesquisa e Planejamento
IPTU	- Imposto Predial e Territorial Urbano
JFRC & VB	- Juiz de Fora e Região <i>Convention &amp; Visitors Bureau</i>
LGBT	- Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros
MDB	- Movimento Democrático Brasileiro
MGM	- Movimento Gay Mineiro
OEA	- Organização dos Estados Americanos

OMT	-	Organização Mundial de Turismo
PCB	-	Partido Comunista Brasileiro
PLANTUR	-	Plano Nacional de Turismo
PJF	-	Prefeitura de Juiz de Fora
PNT	-	Plano Nacional de Turismo
PPS	-	Partido Popular Socialista
PTB	-	Partido Trabalhista Brasileiro
SETUR/MG	-	Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais
SPDE	-	Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico
SPHAN	-	Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional
SPM	-	Sociedade Pró-Melhoramentos do bairro Borboleta
SETRA	-	Secretaria de Transporte e Trânsito
UFJF	-	Universidade Federal de Juiz de Fora
UNESCO	-	Organização das Nações Unidas para Educação
WTTC	-	<i>World Travel &amp; Tourism Council</i>

## SUMÁRIO

1	<b>INTRODUÇÃO</b> .....	17
2	<b>JUIZ DE FORA E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ, SÉCULOS XIX E XX</b> .....	29
2.1	JUIZ DE FORA: GEOGRAFIA E HISTÓRIA DA CIDADE DE JUIZ DE FORA, ATÉ OS DIAS DE HOJE.....	30
2.2	A INDUSTRIALIZAÇÃO EM JUIZ DE FORA.....	34
2.3	PANORAMA DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL.....	39
2.3.1	<b>Os imigrantes alemães no Brasil</b> .....	42
2.4	VIVENDO EM JUIZ DE FORA: OS IMIGRANTES ESTRANGEIROS EM JUIZ DE FORA E SEUS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES.....	48
2.4.1	<b>Os alemães</b> .....	50
2.4.2	<b>Os portugueses</b> .....	53
2.4.3	<b>Os italianos</b> .....	55
2.4.4	<b>Os sírios e libaneses</b> .....	58
2.5	A IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM JUIZ DE FORA.....	60
2.5.1	<b>De Colônia Pedro II a bairro Borboleta</b> .....	64
3	<b>O PÃO E A FESTA: A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO</b>	68
3.1	OS MOVIMENTADOS ANOS 1960: JUIZ DE FORA DENTRO DO CONTEXTO HISTÓRICO NACIONAL.....	68
3.1.1	<b>Juiz de Fora e a ditadura militar</b> .....	70
3.1.2	<b>Efervescência Cultural: as manifestações culturais dos anos 1960 em Juiz de Fora</b> .....	77
3.1.3	<b>Itamar Franco na Prefeitura de Juiz de Fora</b> .....	81
3.2	A INVENÇÃO DA FESTA ALEMÃ.....	85
3.2.1	<b>Uma festa de rua: a <i>Deutsches Fest</i></b> .....	97
3.3	O PÃO ALEMÃO COMO SÍMBOLO DA COMUNIDADE.....	100
3.3.1	<b>A culinária como expressão de identidade</b> .....	107
3.4	SOBRE AS PRÁTICAS CULTURAIS E OS ESPAÇOS SIMBÓLICOS.....	110

4	<b>SEGUINDO TENDÊNCIAS: A REFORMULAÇÃO DA FESTA ALEMÃ EM 1990</b> .....	113
4.1	A REFORMULAÇÃO DA FESTA ALEMÃ EM 1990.....	119
4.2	POLÍTICAS NACIONAIS DO TURISMO NA DÉCADA DE 1990 DO SÉCULO XX.....	124
4.2.1	<b>A Lei Robin Hood</b> .....	129
4.3	AS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JUIZ DE FORA.....	132
4.3.1	<b>Juiz de Fora e Região <i>Convention e Visitors Burea</i></b> .....	134
4.3.2	<b>A competitividade de Juiz De Fora: O Plano Setorial de Turismo</b> .....	136
4.3.3	<b>O Programa de Apoio a Projetos Turísticos</b> .....	138
4.3.4	<b>O Portal do Turismo de Juiz de Fora</b> .....	140
4.4	RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL.....	142
4.4.1	<b>Cultura local e turismo: o paralelo com outros casos brasileiros</b> .....	144
4.5	O NOVO LUGAR DA FESTA ALEMÃ.....	151
5	<b>RESGATAR PARA ETERNIZAR</b> .....	156
5.1	OS DESAFIOS DO PATRIMÔNIO.....	159
5.2	SENTIDOS DA IMATERIALIDADE.....	166
5.3	SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS DOSSIÊS, BENEFÍCIOS E INCENTIVOS FISCAIS.....	182
5.3.1	<b>O Pão Alemão: o reconhecimento de um registro</b> .....	184
5.3.2	<b>A proposta de Registro da Festa Alemã: o sentido da Festa..</b>	188
5.4	DE INVENÇÃO À TRADIÇÃO.....	194
6	<b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....	197
	<b>REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS</b> .....	206

## 1 INTRODUÇÃO

Isso aí é ponto básico. O que ocorre é o seguinte. Eu sendo esposa da diretora da Escola Estadual São Vicente de Paula, que é a minha esposa Célia, é. A gente participava daquela vida comunitária. Ajudava na escola, é, através de festinhas, festas juninas, todo o tipo de promoção, que a escola fazia, que até, que toda a vida as escolas sempre fizeram festas. Toda vida. [...] Então, o quê que acontece? Eu e Célia, a gente teve nossos problemas aí com a Caixa Escolar e, sempre carente, faltando sempre verba, a gente com aquela preocupação de dar uma alimentação, lanche, uma merenda melhor, cada vez melhor para os alunos, as crianças né. É, não tinha recursos financeiros, o Estado não podia arcar com toda aquela ... Então houve uma -ideia de se fazer uma grande festa, diferente de tudo que se fazia aqui. Isso foi dado pela, por uma equipe: Seu [sic] Miguel Gomide, que era jornalista e esposo de uma das dire... de uma auxiliar de diretoria aqui da escola, junto com a Célia, eu, como esposo da Célia, diretora, e o sô [sic] José Emílio que é um dos membros - José Emílio Kelmer, já falecido - membro da Sociedade Pró-Melhoramentos e descendente de alemão, muito empolgado, muito entusiasta com as coisa da Alemanha. Eu falei: “Vamos fazer uma festa alemã? Com o nome de festival de chope. “Vamos fazer um festival de chope.” [...] Foi criado com esse objetivo. O Teuto<sup>1</sup>. E ele continuou, é, mais, é, como atividade principal, isso. Mas dentro do estatuto do Teuto, até hoje já mudou. [...] Então, o Teuto, é, durante muito tempo, ele promoveu cinco festas. [...] Só fizemos isso: Festival do Chope, Festa Alemã, de rua, criamos os grupos de danças. Então era grupos de danças e as festas alemãs. Só. Não passava disso. Tá [sic] bom? E as entidades, cada um pegava o seu dinheirinho do seu lucro e aplicava lá. Ajudou o serviço de... Ajudamos a Igreja, ajudamos a Igreja Luterana. Caixa Escolar que tava [sic] lá embaixo [...] Tinha comida. Tinha pilhas e mais pilhas de pão alemão feito em casa, tudo feito. Olha, nós matamos um caminhão de porco. Um caminhão foi buscar porcos aí nessa fazendas do canto aí, mas trouxe um caminhão de porco pra fazer linguiça e chouriço pra vender.

O nosso prefeito, é, doutor Itamar Augusto Cautieiro Franco, eleito em 1965. [...] Bom, voltando à quarenta anos, praticamente, né, atrás, ele esteve em minha casa meia-noite, fazendo campanha. Foi quando eu pensei comigo: ‘Isso é hora de receber político? Vá lá. Deixa vir. O quê que eu vou fazer?’ Recebi então. Eu não o conhecia politicamente, só de nome. Gostei porque ele chegou pedindo apoio, mas de uma maneira muito leal. Ele disse: ‘Olha, veja aí vocês o quê que vocês acham, eu sendo prefeito, quais são os problemas que o bairro precisa, se vocês têm alguma coisa pra reivindicar’. [...] Aí eu falei com ele: ‘Olha prefeito. Eu gostaria que, se eleito for, fizesse a retificação da estrada, que é uma estrada toda torta, estreita, difícil acesso, quando chove costuma os carros nem poder subir, deslizar, perigosa, não tem nem iluminação, qualquer chuva que dá cai um galho, arreventa os fios, fica uma semana. Dois três dias sem luz, esse caos total’. Ele falou assim: ‘Se eu for eleito, vai ser meu primeiro ato na prefeitura’. [...] Passou as eleições, ele foi eleito. Aí

---

<sup>1</sup> Teuto, na entrevista de Dirceu Scoralick, corresponde ao Grêmio Folclórico Teuto-Brasileiro, fundado em 1967, em Juiz de Fora. Entrevista realizada em 15/02/06, arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som da Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA).

passou aquele período de nomeação, de diplomação, ele foi diplomado prefeito num determinado dia, na outra semana, primeiro ato, realmente, foi esse, dele. [...] Posteriormente a isso, participou de todas as atividades que havia no bairro, inclusive foi convidado para participar da 1ª Festa Alemã. A presença do doutor Itamar Franco foi isso, uma palavra, 'Eu faço', e ele fez.

As memórias em destaque na entrevista são do Sr. Dirceu Scoralick<sup>2</sup>, que nasceu em Juiz de Fora, em 7 de julho de 1931, na rua Bernardo Mascarenhas, e, segundo o depoente, “era reduto da colônia alemã na cidade”. O local onde ele nasceu era conhecido, antigamente, como Villagem, vila de operários alemães que trabalhavam na Cia. União e Indústria. Seu pai era mecânico e tinha esse conhecimento passado pelas gerações de sua família, composta, na maioria, por mecânicos que vieram da Alemanha para Juiz de Fora, em 1858.

Antes mesmo de começar a entrevista para contar a história do bairro Borboleta, Scoralick argumenta:

É eu vou te dizer. É antes de eu começar a falar assim, do Bairro Borboleta, eu não sou dono da verdade de coisa nenhuma. E se dez pessoas saírem pra dar um depoimento, contarem uma história do seu bairro, da sua rua, ou da sua casa, nós teremos, totalmente, dez questionamentos diferentes. Cada um vive cada um absorve aquilo que é interessante, aquilo que lhe tocou aquilo que lhe marcou, aquilo que deu a ele a oportunidade dele gravar e guardar<sup>3</sup>.

Atualmente, Dirceu Scoralick mora no bairro Borboleta e ali reside com sua esposa Célia. Em seu depoimento, ressalta que frequentava o bairro desde a infância, pois sua tia e outros familiares moravam ali. O Sr. Dirceu informa que, quando era pequeno, participava das festas realizadas pela Igreja na comunidade. Na entrevista, a primeira Festa Alemã aparece como uma solução encontrada para resolver um problema urgente do bairro. O problema original foi resolvido, mas a festa não deixou mais de acontecer. É fato que a finalidade

---

<sup>2</sup> A entrevista de Dirceu Scoralick faz parte de um projeto sobre as histórias dos bairros realizado pela Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som - FUNALFA. Destaca-se que os primeiros bairros escolhidos foram o bairro São Pedro e o bairro Borboleta. Ver: *Site MG1*, Disponível em: <<http://mg1.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=5899>>. Acesso em: 13 jul. 15.

<sup>3</sup> Entrevista arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som - FUNALFA.

da celebração foi-se alterando ao longo do tempo e se adaptando às tendências nacionais e internacionais de turismo.

Desde sua criação, a *Deutsches Fest* contou com o apoio de representantes do governo, notadamente o então prefeito Itamar Franco (1967-1970). Em sua fala, o Sr. Scoralick destaca o pedido de apoio político realizado por Itamar aos idealizadores e promotores da festa. Contudo, podemos questionar se não foi o contrário, se talvez não tenha sido o Sr. Scoralick que tenha pedido ajuda ao prefeito e, em troca, ofereceu-lhe apoio político. Não é possível saber com certeza o que ocorreu. Mas podemos afirmar que havia ali uma relação de mútuos interesses envolvidos: a presidência vitalícia do Grêmio Teuto, ocupada por Itamar Franco até o final de seus dias, a candidatura a vereador, sem sucesso, do Sr. Scoralick<sup>4</sup> e a ascensão política e social de alguns indivíduos ligados ao Grêmio e à Festa Alemã – tema que trabalharemos ao longo desta pesquisa e que corroboram para esse entendimento.

Outro ponto considerado importante a ser analisado na fala do Sr. Scoralick é a necessidade de se estabelecer uma ligação da festa com a temática alemã. A festa deveria exaltar a ascendência germânica, valorizando a cultura da população residente no bairro Borboleta. Com a finalidade de reforçar os laços identitários daquela comunidade, ficou resolvido que pratos típicos da Alemanha seriam servidos. Além das receitas, danças alemãs também seriam realizadas. Entre as receitas mantidas por gerações, destacou-se o Pão Alemão. Na primeira festa, 1969, o Pão Alemão foi comercializado, entre outros pratos, e tornou-se o símbolo da comunidade, quando, em 2010, tornou-se bem de natureza imaterial de Juiz de Fora, passando a constituir o **Livro de Registro** do município.

A festa, em si, não era de origem alemã, não havia, nas poucas tradições mantidas pelos alemães residentes em Juiz de Fora, referências sobre a festa tal como ela foi concebida. A Festa Alemã do bairro Borboleta, dos descendentes de alemães, era identificada como alemã por suas receitas,

---

<sup>4</sup> Na década de 1960, logo após o Golpe Militar, Dirceu Scoralick foi candidato a vereador pela ARENA. Esse fato é narrado pelo depoente que não deixa claro a data em que ele concorreu ao cargo. Entrevista arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som – FUNALFA.

entre elas, a do pão, que se tornou símbolo daquela comunidade, quando ultrapassou os limites do bairro e passou a ser reconhecido por todos da cidade. Hoje, o Pão Alemão é Patrimônio Imaterial da cidade<sup>5</sup>.

Podemos, então, discutir o sentido da Festa Alemã, bem como os interesses envolvidos em sua concepção e realização, ao abordá-la como uma produção simbólica, veículo da identidade do grupo de descendentes. Com essa perspectiva, torna-se possível verificar que os símbolos utilizados – trajés típicos, culinária, danças típicas, cerveja – para comunicar essa identidade, funcionam como capital simbólico, acervo do grupo de descendentes a partir da tradição herdada da imigração alemã. O capital simbólico, segundo Pierre Bourdieu (1989, p. 9), “[...] é um poder de construção da realidade [...]”. Portanto, traduz-se, na invenção da Festa Alemã, o interesse de fortalecimento do grupo face às demandas do contexto de sua criação, pois os meios utilizados na reconstrução da tradição pertenciam à própria comunidade de descendentes de alemães do bairro Borboleta.

Nessa perspectiva, a criação da *Deutsches Fest* seria um investimento cujo capital simbólico foi extraído do imaginário que os fundadores do evento construíram a partir de um passado alemão imaginado e um presente brasileiro, em que quermesses e festejos religiosos de bairro se confundiam, criando uma “tradição” a ser cultuada. A festa criada representou a ponte para a aquisição de outros capitais, notadamente, o capital político e o capital cultural, como poderemos aferir ao longo deste estudo.

Outro ponto levantado por Bourdieu (2011, p. 137) será avaliado no decorrer das análises das fontes, principalmente dos Dossiês para registro da Festa Alemã e do Pão Alemão como bens de natureza cultural imaterial de Juiz de Fora: “É possível um ato desinteressado?”. Acreditamos que não. A invenção da Festa Alemã é a materialização da posse do capital cultural, que garantiu ao grupo de descendentes distinções de natureza social, cultural e política na cidade. A Festa Alemã foi utilizada como um meio de alcançar alguma representatividade política e, conseqüentemente, notoriedade social na

---

<sup>5</sup> O Dossiê para fins de registro do Pão Alemão foi encaminhado ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, em 19 de fevereiro de 2010. A forma de fazer o Pão Alemão foi inscrita no **Livro de Registro de Bens de Natureza Imaterial de Juiz de Fora**, sob o nº 006/2010. Ver: DIPAC/FUNALFA.

comunidade. Formulada, em um primeiro momento, para sanar um problema pontual do bairro, e, posteriormente, como evento cultural representando um grupo da cidade, a Festa Alemã funcionava como espaço/meio de transações políticas, intencionando maior visibilidade social por parte de seus fundadores e mantenedores.

As bases para a consolidação das pretensões de distinção social e representatividade política ansiadas pelos protagonistas estavam dadas. Entretanto, outros elementos relativos ao desenvolvimento da sociedade de Juiz de Fora devem ser considerados, pois, sem uma ação conjunta, não seria possível projetar para a totalidade da sociedade a invenção dessa tradição. Sendo assim, os caminhos percorridos para a celebração da Festa Alemã, nela se incluindo a tradição contida na receita do Pão Alemão, estiveram sempre interligados às políticas municipais de apoio e fomento do turismo local.

Nesse ponto da pesquisa, apresentamos as reflexões de Hobsbawm e Ranger (2008a), ao analisarem as tradições inventadas como referenciais extraídos do passado e utilizados na composição de práticas novas. Sendo assim, observa-se a presença de elementos antigos no novo fazer, pois tal procedimento suscita uma relação de continuidade representada pela repetição de ritos ou práticas sociais por parte de um grupo ou sociedade, objetivando preservar o que anteriormente se perdeu no tempo ou, até mesmo, compensar e suprir a ausência de uma tradição representativa do grupo ou sociedade em determinada situação social. Ocorre que, enquanto representação, tais práticas devem ser percebidas como construções sociais.

Segundo os autores, por serem representações de um passado, os ritos inventados buscam refletir um ideário, veiculando os principais passos dessa reconstrução. Dessa forma, o grupo necessita realizar pesquisas que recomponham, historicamente, essa tradição, e, como decorrência, recriam-se hinos, bandeiras, vestuários, emblemas e cores, que, por sua força identitária e simbólica, renovam o sentimento de pertencimento comunitário e legitimam o evento, com uma espécie de teatralização caricata. Na Introdução da obra **A invenção das tradições**, Hobsbawm (2008b, p. 9) apresenta a expressão “tradição inventada” como uma conjugação de várias práticas simbólicas. Como decorrência, o autor verifica que, para atualizar elementos de um tempo

passado, uma dada invenção precisa ser repetida várias vezes até que os valores veiculados sejam apropriados socialmente.

A “invenção da tradição”, no caso aqui mencionado, deu-se ao longo do tempo, na medida em que seus idealizadores investigavam, redesenhavam e organizavam o evento, buscando, em manifestações culturais similares às suas, detalhes sobre músicas, roupas e danças, que pudessem ser agregados, compondo, assim, a criação da Festa Alemã. Mais que isso, já na inauguração da festa, os fundadores procuraram símbolos que os identificassem como germânicos, e, ao longo do tempo, procuraram manter e reforçar os laços com a ascendência alemã e a identidade do bairro, como local de residência do povo descendente dos imigrantes alemães em Juiz de Fora. Importante salientar que a característica alemã da festa, nos dias de hoje, é sua marca e sua legitimação, como evento comemorativo e de homenagem a esse grupo social.

Desse modo, entendemos que a Festa Alemã foi utilizada, além de suas intenções beneficentes e de manutenção de uma “tradição” europeia, mas, principalmente, como capital simbólico a ser negociado e transformado em meio dos descendentes fundadores, a fim de alcançarem distinção social e política em sua comunidade. Além disso, a festa teve sua legitimação muito bem construída, estudada e, intencionalmente, criada para a manutenção da identidade alemã na cidade de Juiz de Fora, sendo que esse passado forjado será, no decorrer do tempo, coroado como uma tradição em si.

Assim, podemos levantar os seguintes questionamentos: quais eram os interesses envolvidos na criação e na realização da Festa Alemã? Como se efetivavam as relações políticas estabelecidas no evento ou em seu processo de planejamento? Sabemos que a primeira festa foi realizada com o objetivo de trazer melhorias para o bairro, mas será essa a única finalidade? E, ao longo dos anos, de quais maneiras a Festa Alemã se manteve no calendário festivo da cidade? Qual é a importância da origem germânica da festa?

Acreditamos que a *Deutsches Fest*, criada em 1969 pelos descendentes de alemães residentes em Juiz de Fora, pode ter sido usada como espaço de representatividade política e degrau para seus idealizadores alcançarem posição de destaque na comunidade e, mais tarde, na cidade. A

representatividade política é aqui entendida como a ação coletiva, visando à efetivação de benefícios para o bem comum da população residente no bairro. Essas ações eram exercidas por membros do bairro que não ocupavam cargos políticos e não estavam ligados a instituições políticas de governo. As lideranças que se formaram, contudo, mantinham ligações políticas com representantes do governo. E, por meio dessas ligações, elas conquistavam posições de maior destaque na sociedade, e seus organizadores eram reconhecidos por suas ações. Esse reconhecimento transformou-se em prestígio e em ascensão social aos descendentes de alemães ligados ao planejamento e à concepção da Festa Alemã. Como isso ocorreu ao longo do tempo será analisado no decorrer do trabalho.

Nesta investigação, o ponto de partida para compreender a vida dos alemães e dos descendentes em Juiz de Fora, a dinâmica das relações sociais estabelecidas no bairro Borboleta – antes Colônia Dom Pedro II – a ideia da festa, sua concepção e realização, será a análise dos depoimentos dos senhores Dirceu Scoralick<sup>6</sup> e Roberto Dilly, os livros de memória de Luiz Antônio Caixeiro Stephan (2011), **Chucrute, danças, chope e determinação**, e de Vicente de Paulo Clemente (1990), **O bairro Borboleta e a Igreja de São Vicente de Paulo**: suas origens e sua história. Importa ressaltar que os depoimentos serão tratados sob olhar da Metodologia da História Oral.

Dialogando e contrapondo os relatos orais e os livros de memórias, analisaremos: as leis municipais referentes à implementação de Políticas Públicas de fomento ao turismo na década de 1960, entre elas a de criação do Departamento Autônomo de Turismo (DAT); a Lei Nacional de Criação da Empresa Nacional de Turismo (EMBRATUR); o livro de memória de Ismair Zaguetto (2012), **Itamar e o bando de sonhadores**; as entrevistas apresentadas, que fazem parte de um artigo publicado no Caderno Especial do

---

<sup>6</sup> As entrevistas de Dirceu Scoralick e Roberto Dilly fazem parte do acervo da Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som – FUNALFA. Destaca-se que o arquivo da Divisão de Memória possui um importante acervo documental: entrevistas, filmes e livros sobre a história de Juiz de Fora.

jornal **Tribuna de Minas**, intitulada “50 anos de Ditadura Militar no Brasil”<sup>7</sup>; e a produção historiográfica sobre imigração alemã no Brasil<sup>8</sup> e em Juiz de Fora<sup>9</sup>.

Com relação ao desenvolvimento de Políticas Públicas de fomento ao turismo nacional, e à resposta da cidade de Juiz de Fora a essa tendência, retomaremos os relatos dos descendentes de alemães e a criação do Departamento Autônomo de Turismo de Juiz de Fora. Investigaremos ainda: as

---

<sup>7</sup> Essas entrevistas fazem parte de um artigo publicado no Caderno Especial do jornal **Tribuna de Minas** intitulado “1964-2014: 50 anos do golpe militar”. Entre as entrevistas selecionadas para esta pesquisa, foram priorizados os depoimentos de alguns representantes da sociedade juiz-forana. Essa escolha justifica a intenção da pesquisa de levantar uma pequena amostra das memórias da cidade que retratem o contexto. Foram escolhidas, portanto, as entrevistas de Tarcísio Delgado, ex-prefeito de Juiz de Fora, com mandatos entre os anos de 1983-1988, 1997-2000 e 2001-2004, ex-deputado estadual entre os anos de 1971-1974 e ex-deputado federal nos períodos 1974 -1978 e 1979- 1982, e aluno do curso de Direito da UFJF entre os anos de 1991 e 1994, sendo eleito presidente do DA, do curso em 1964; do então jovem ator de teatro da cidade, José Luiz Ribeiro, atual diretor do Grupo de Teatro Divulgação; de uma cidadã comum que, em 1964, era vizinha do General; de dois representantes da imprensa local, Wilson Cid e Jorge Couri, vinculados, naquele contexto, aos **Diários Associados**, e do ex-sindicalista e também ex-Deputado Federal, Clodesmith Riani, que chegou a manter uma aproximação pessoal com João Goulart. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA&list=PLeVJXLbsatfRx3uLHsylW8b1tdHul2794&index=1>>.

<sup>8</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**. v. 2. São Paulo: Companhia das Letras, 1997; ALVIM, Zuleica. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. v. 3. São Paulo: Companhia das Letras, 1998; FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles: relações culturais entre brasileiros e imigrantes**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002; SEYFERTH, Giralda. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1990; SEYFERTH, Giralda. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 1, 1997; SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Estudos Sociais**, São Paulo, v. 26, n. 77, 2011.

<sup>9</sup> BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência e genealogia**. Juiz de Fora: Caminho Novo, 1991; CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora 1858/1921)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; CASTRO, Nilton Barbosa de. Juiz de Fora – Petrópolis: Estrada União Indústria, colonização e integração. In: 150 anos de colonização Alemã em Petrópolis – Anais do Colóquio e Artigos publicados sobre a Imperial Colônia de Petrópolis. Petrópolis: IHP/UCP, 1995; FERENZINE, Valéria Leão. A Festa de São Roque: imigração italiana e identidade étnica. In: PEREIRA; Mabel Salgado; CAMURÇA, Marcelo Ayres (Org.). **Festa e religião: imaginário e sociedade em Minas Gerais**. Juiz de Fora: Templo, 2003; FERENZINI, Valéria Leão. **A "questão alemã": o conflito entre católicos alemães e a Igreja Católica (Juiz de Fora: 1900 a 1919)**. Tese (Doutorado em História), Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2009; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991; STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: IHGJF, 1979.

informações sobre o desenvolvimento e a implementação das ações turísticas em Juiz de Fora, bem como seus impactos, dispostas no Portal do Turismo da Prefeitura de Juiz de Fora (PJF)<sup>10</sup>; o Estudo sobre a Competitividade nos Destinos Turísticos Indutores do Estado de Minas Gerais; o Relatório de atividades do setor turístico em Juiz de Fora e Região, entre os anos de 2002 e 2011, encontrado no *site* da Associação para o Desenvolvimento do Turismo de Juiz de Fora e Região – Juiz de Fora e Região *Convention & Visitors Bureau*; Portal do Turismo, *site* da PJF; o Programa de Apoio a Projetos Turísticos de 2011 da Prefeitura de Juiz de Fora; a Lei Robin Hood, criada em 22 de agosto de 1995.

Assim, para entendermos a patrimonialização da *Deutsches Fest* e do Pão Alemão, trabalharemos, juntamente com os relatos dos descendentes de alemães e suas memórias, com os Dossiês organizados pelos idealizadores da Festa Alemã, os quais solicitaram, junto à Prefeitura de Juiz de Fora, a salvaguarda da Festa Alemã e do Pão Alemão, como bens culturais de natureza imaterial de Juiz de Fora.

Os Dossiês que serão analisados neste estudo são: um documento do registro da Festa Alemã e outro para registro do Pão Alemão. Ambos foram confeccionados em observância às regras do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), com auxílio de técnicos e pesquisadores funcionários da Divisão de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (DIPAC/FUNALFA). Nesses Dossiês, encontramos um histórico da importância do bem, composto de artigos de jornais, comprovando o papel cultural relevante da Festa Alemã e do Pão Alemão dentro da sociedade juiz-forana; depoimentos de outros descendentes residentes no bairro Borboleta, demonstrando de que maneira a festa e o pão representam a comunidade e expressam sua identidade germânica; fotos da festa e do pão; o modo de fazer o pão e a transformação da receita ao longo do tempo; e o parecer do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPPAC). Os Dossiês serão interpretados e utilizados de duas maneiras: a primeira como fonte em si, ou seja, como veículo das intencionalidades de um grupo de

---

<sup>10</sup> Site da PJF. Portal do Turismo. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/index.php>>. Acesso em: 5 out. 2014

indivíduos que se ocupou de confeccioná-los. A segunda interpretação se dará sob o olhar para cada um dos documentos que o compõem, visando alcançar a patrimonialização dos bens imateriais em questão – o Pão Alemão e a Festa Alemã.

Os depoimentos são fontes subjetivas, pois, quando os depoentes relatam suas trajetórias e os caminhos da Festa Alemã, ao longo da história da cidade de Juiz de Fora, reconhecem o seu passado de maneira peculiar, por vezes romantizada, carregada de significados, resultado de toda experiência e da vivência de um povo híbrido, formado pela origem germânica e a mistura típica do Brasil. Certamente, os descendentes alemães, quando questionados a respeito da invenção da *Deutsches Fest*, carregam seus discursos de elementos amalgamadores da identidade alemã, forjada, mas reconhecida como verdade pelos membros da comunidade. Mas, segundo Rousso (2006), a história não é uma única, ela se constitui pela multiplicidade de fatores em movimento; por isso, ao estudarmos e interpretarmos as fontes orais, faz-se necessário o diálogo com as fontes materiais, as fontes objetivas. Sendo assim, no *corpus* deste trabalho, as fontes orais, os documentos oficiais e os discursos elaborados sobre o Pão Alemão e a Festa Alemã dialogarão constantemente, com o intuito de alcançar a ideia de interseção do passado real e suas representações.

Desse modo, com essa perspectiva, esta tese analisará as ações dos descendentes da imigração alemã para Juiz de Fora. Pressupõe-se que o grupo, além de desejar ver reconhecidos e valorizados elementos de um passado outrora compartilhado – a história da imigração alemã para Juiz de Fora – tinha o objetivo alcançar um espaço político na cidade, por meio de representação que lhe garantisse maior visibilidade. Ressalta-se que essa busca se deu por meio de ações organizadas: a invenção da *Deutsches Fest*, a ressignificação da receita original do Pão Alemão, o processo de patrimonialização, e, por fim, a reconfiguração da Festa e do Pão como produtos turísticos apropriados pela cidade.

Nesse sentido, destaca-se que o presente trabalho acrescenta elementos para análise das ações sociais capazes de definir comportamentos e identidades e aprofunda a discussão sobre os acontecimentos relativos à

história da imigração alemã em Juiz de Fora, e, particularmente, dos caminhos encontrados por seus descendentes para afirmarem sua identidade, ampliando os domínios de participação na nova sociedade, redefinindo e reavivando suas tradições. De acordo com o que afirmam Cardoso e Vainfas (1997), existe uma multiplicidade de arranjos e estratégias coletivos que podem ser utilizados como recursos para priorizar as relações entre os indivíduos e os lugares sociais ocupados por eles na sociedade.

Assim, no primeiro capítulo deste trabalho, apresentamos uma breve abordagem histórica sobre a cidade de Juiz de Fora, sobre a imigração estrangeira e a imigração alemã – especificamente – em Juiz de Fora e no Brasil, e sobre os espaços de sociabilidade dos estrangeiros na cidade, buscando traçar um panorama do contexto de chegada dos imigrantes e de seu estabelecimento em Juiz de Fora.

No segundo capítulo, abordamos o contexto de inauguração da Festa Alemã e da introdução do Pão Alemão como símbolo alemão do evento e da comunidade. Sobre ambos, a invenção da Festa e o Pão como elemento simbólico dessa tradição, estabeleceremos um diálogo com Hobsbawm (2008b), e sobre a importância da alimentação como expressão da identidade do grupo, daremos ênfase nas produções que valorizem essa tradição<sup>11</sup>. Ainda exploramos as ligações políticas existentes entre os protagonistas da Festa Alemã, Itamar Franco e alguns membros do DAT, que também faziam parte da diretoria do Grêmio Folclórico Teuto-Brasileiro naquele contexto.

O terceiro capítulo trata da reorganização da Festa Alemã, em 1990, diante das novas demandas nacionais e internacionais que dizem respeito às Políticas Públicas, que, nesse contexto, estavam voltadas ao fomento do

---

<sup>11</sup> ALENCASTRO, Luiz Felipe; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2; ALVIM, Zuleica. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3; STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães**. Juiz de Fora: IHGJF, 1979; FERRERAS, Noberto O. Imigrantes, criollos e a alimentação porteña. Buenos Aires, final do século XIX e início do século XX. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, jan./jun. 2004; SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, jan./jun. 2004; MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à brasileira. **Revista de Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, jan./jun. 2004; CARNEIRO, Henrique S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. **História: Questões & Debates**, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

turismo, focando a preocupação dos fundadores e organizadores da *Deutsches Fest* com a manutenção de seu capital simbólico.

Por fim, os Dossiês para a patrimonialização da Festa e do Pão como bens imateriais de Juiz de Fora são analisados no quarto e último capítulo desta tese. Nesse ponto da pesquisa, indagaremos a respeito dos interesses embutidos nos requerimentos dos registros, bem como a respeito da legitimação desses elementos simbólicos como tradição dos descendentes de alemães na cidade de Juiz de Fora. Ainda nesse capítulo, buscamos realizar um histórico sobre as questões patrimoniais em Juiz de Fora e no Brasil, com base em autores que abordam essa temática.

Destacamos que o recorte temporal proposto para análise é de 1969 a 2010. Esse período refere-se ao ano em que a Festa Alemã foi realizada pela primeira vez no bairro Borboleta, até a entrega dos Dossiês com o pedido de patrimonialização da Festa Alemã e do Pão Alemão, em 2010, bem como os desdobramentos desses requerimentos.

## 2 JUIZ DE FORA E A IMIGRAÇÃO ALEMÃ, SÉCULOS XIX E XX

A origem de Juiz de Fora está vinculada ao trajeto do Caminho Novo e aos caminhos do ouro. A cidade, no período colonial, era um lugar de passagem de tropeiros, mineradores, entre outros negociantes que comercializavam seus produtos, tanto para dentro quanto para fora da Capitania. Negociava-se, por meio desse trajeto, tudo que era necessário para a manutenção do trabalho nas regiões das minas de ouro: de gêneros alimentícios a ferramentas.

No início do século XVIII, enquanto a Vila do Santo Antônio do Paraibuna crescia para se tornar Juiz de Fora, a região recebeu pessoas de várias localidades da Província de Minas Gerais e das demais regiões do Brasil. Todos que chegavam à Vila tinham como objetivo investir “na atividade agro-exportadora, utilizando a mão de obra escrava”. Vale ressaltar que, nessa região, concentrava-se o maior número de escravos de Minas (BORGES, 2000, p. 10). Em meados do século XIX, a região começou a receber imigrantes europeus que vinham para o Brasil, buscando encontrar, aqui, melhores condições de vida e trabalho. Os primeiros que chegaram foram os portugueses e os alemães. Somente mais tarde, no final do século XIX, chegariam os italianos e os sírios e libaneses.

Segundo a autora, nesse período, a vida na cidade era marcada pela convivência entre os grupos sociais que a formavam: imigrantes, escravos, libertos e livres. As dificuldades eram muitas e não se restringiam não só às diferenças culturais, mas também aos novos desafios que a vida na cidade lhes impunha. Os enfrentamentos entre os indivíduos estavam sempre presentes nos boletins de ocorrência, os delitos eram muitos e de naturezas diferenciadas, podendo se originar de simples xingamentos, ou de brigas mais sérias, até homicídios e disputas por um lugar no mercado de trabalho. Imigrantes e negros libertos, no contexto do pós-Abolição, disputavam, com a sociedade local, um espaço dentro de seus limites (BORGES, 2000).

Em Juiz de Fora, como em outras regiões do Brasil que também receberam imigrantes, é possível perceber a construção de redes de solidariedade e sociabilidades como forma de ampliar o sentimento de

pertencimento e manutenção da identidade do grupo. As associações de auxílio mútuo, criadas na cidade pelos próprios imigrantes, além de serem espaços de beneficência, proporcionavam momentos de celebração da origem de seus associados em bailes e eventos comemorativos.

## 2.1 JUIZ DE FORA: GEOGRAFIA E HISTÓRIA CIDADE DE JUIZ DE FORA, ATÉ OS DIAS DE HOJE

Como visto anteriormente, Juiz de Fora tem sua origem ligada à construção do Caminho Novo. Nesse trajeto, o espaço ocupado pela cidade, tal como se configura hoje, era um lugar de passagem, que, no século XVIII, servia como via de ligação entre o Rio de Janeiro e Minas Gerais, favorecendo os comerciantes que tinham dificuldades em transportar suas mercadorias até a região mineradora passando pela Serra da Mantiqueira. Assim, a posição geográfica da cidade definiu, por si só, seu desenvolvimento econômico.

Segundo Sônia Regina Miranda (1990), no contexto da mineração, a Zona da Mata, local onde Juiz de Fora se localiza dentro do Estado de Minas Gerais, tornou-se uma base comercial imprescindível para o sustento das atividades mercantis que supriam a região das minas. Naquele período, esse caminho possibilitou a continuidade de um comércio amparado pelo trabalho dos tropeiros, pois, na região, existiam roças e vendas que garantiam o abastecimento de uma rota regional maior. Desse modo, a relevância econômica da Zona da Mata Mineira deve ser percebida antes de sua efetiva ocupação no século XIX.

A autora assinala que, com o esgotamento das minas de ouro, a Zona da Mata Mineira recebeu um contingente populacional que acabou ocasionando seu crescimento a partir do movimento daqueles que, ao abandonarem a atividade mineradora, buscavam outros locais para se estabelecerem. O incremento das atividades comerciais e da lavoura foi consequência desse movimento migratório.

Ainda no início do século XIX, a partir da década de 1830, iniciava-se a configuração do espaço da futura cidade de Juiz de Fora por meio da concessão de sesmarias. Já em meados do século XVIII, os sesmeiros Tomé

Correia Vasques, Simão Pereira, Matias Barbosa, Antônio de Araújo, José de Souza Fragosos e João de Oliveira tinham posse das terras onde surgiria o povoado. Mas, em 1737, quando um português de nome Antônio Vidal adquire as terras que margeavam o Caminho Novo, a história do centro de Juiz de Fora teve seu início (MIRANDA, 1990).

Antônio Vidal, de acordo com a autora, segue comprando outras propriedades onde, hoje, estão localizados os bairros de Santa Terezinha, Bandeirantes e Francisco Bernardino. Em 1765, ele morre, deixando suas terras como herança para seus filhos. Seu patrimônio, apesar de ser muito grande, foi perdido. Muitas de suas terras foram compradas por Antônio Dias Tostes, que havia sido garimpeiro em São João del-Rei, e que já possuía terras em Barbacena e na região que se tornaria, mais tarde, a cidade de Juiz de Fora.

Em 1836, a partir da necessidade de reconfiguração no trajeto do Caminho Novo, o engenheiro Henrique Fernando Halfeld entra em cena. Foi contratado pelo Governo Provincial para dar continuidade ao novo traçado, e sua ação seria determinante para a origem do povoado de Santo Antônio do Paraibuna. Quando o engenheiro recebeu a incumbência de ligar Juiz de Fora a Vila Rica, acabou construindo o espaço hoje ocupado pela mais importante avenida da cidade, a avenida Rio Branco (STEHLLING, 1979).

Halfeld foi além de seu projeto inicial: não só demarcou terras, abriu ruas, construiu novas casas, como também se casou com uma das herdeiras de Dias Tostes. Assim, aos poucos, Henrique Fernando Halfeld foi comprando as terras dos outros herdeiros da família Tostes (MIRANDA, 1990).

Em meados do século XIX, verifica-se a transformação da cidade, que, de entreposto comercial para o abastecimento das regiões mineradoras, passa a ser uma região marcada pela produção cafeeira. Nesse contexto, Juiz de Fora passa a receber investimentos em diversas outras atividades, mesmo que a base de sua economia continuasse vinculada à agricultura (GIROLETTI, 1988).

Outro fator importante para o desenvolvimento das cidades foi a construção da Estrada União e Indústria, inaugurada em 1861. A estrada garantiu o escoamento das mercadorias produzidas em Juiz de Fora para o Rio

de Janeiro, onde eram comercializadas. Em decorrência da abertura da nova via, os produtos podiam transitar com maior facilidade, e esse fato estimulou as transações comerciais e o desenvolvimento econômico das localidades que surgiriam às margens do Caminho Novo (GIROLETTI, 1988).

Posteriormente, verifica-se que, na Zona da Mata Mineira, Juiz de Fora foi, pouco a pouco, destacando-se pela importância de suas transações econômicas, participação política e atividades sociais e culturais, significativas em âmbito nacional. Oliveira (1994) enfatiza que todas as inovações recém-chegadas à cidade do Rio de Janeiro também chegavam a Juiz de Fora, por meio da estrada. Tais novidades são não apenas econômicas, como também tecnológicas. A partir da existência de diversos elementos tipicamente considerados modernos e de tecnologia avançada, como rede de telégrafo, imprensa local, escolas e bancos, as funções da cidade ficavam cada vez maiores, criando uma referência na região. Por ter alçado tal nível de desenvolvimento, encontravam-se, em Juiz de Fora, fazendeiros de café, profissionais liberais como médicos e advogados, além de professores e políticos.

Segundo Pires (2004), em razão do final da escravidão, ocorre, na cidade, crescente processo de urbanização e industrialização, consequência direta da inversão de capital. O declínio da lavoura cafeeira impulsionou o desenvolvimento da cidade que, no início do século XX, entre 1901 e 1910, possuía sete fábricas do setor têxtil. Portanto, a dinamização do centro urbano de Juiz de Fora está intimamente vinculada ao fortalecimento e à ampliação do setor industrial na cidade.

Em finais do século XIX, o centro urbano da cidade espelhava o movimento de transição pelo qual passava o país:

A vida econômica fervilhava na rua do Comércio. Cortando as ruas Direita e do Comércio, no centro da cidade, uma série de ruas menores: Santa Rita, Espírito Santo, Halfeld e Imperatriz. Um pouco além o Largo do Riachuelo, o Morro da Gratidão e Mariano Procópio. Lugares onde a arraia miúda vivia o cotidiano da pobreza urbana, dividindo quartos de cortiços malcheirosos ou casas de parede/meia, até que as reformas do início do período Republicano, preocupadas em estabelecer 'os lugares dos desclassificados sociais' (loucos, pobres, prostitutas e vadios), vieram expulsá-los para as regiões periféricas (GUIMARÃES, 2006, p. 75).

Em meio a todas essas transformações, Juiz de Fora recebeu vários imigrantes. Segundo Maraliz de Castro Vieira Christo (2000), os italianos chegaram ao Brasil, em consequência não somente da política de subvenção à imigração, de 1887, mas também por uma imigração anterior, espontânea. Portanto, percebe-se que os italianos chegaram a Juiz de Fora entre os anos de 1860-1879, por meio de imigração não planejada. Os alemães chegaram antes, pois vinham para trabalhar na Companhia União Indústria, de propriedade de Mariano Procópio, que era reconhecido como um grande empreendedor da cidade. Posteriormente, em 1858, os alemães chegaram a Juiz de Fora para ocupar a Colônia Agrícola Dom Pedro II, também criada por Mariano. Em meados do século XIX, também chegaram os portugueses e, mais tarde, os sírios e libaneses. A maioria desses imigrantes buscava uma vida melhor, fugindo de problemas de ordem econômica, política ou religiosa.

Já nos finais da década de 1930, o desenvolvimento da cidade sofre com o desaquecimento de sua economia. A partir de então, Belo Horizonte toma seu lugar como o eixo econômico da região, atraindo recursos financeiros e, conseqüentemente, trabalhadores, que seguiram para aquela região (GIROLETTI, 1988).

O declínio econômico de Juiz de Fora torna-se ainda mais evidente na década de 1950. A cidade muda seu perfil de cidade industrial para prestadora de serviços. Mesmo que algumas fábricas do setor têxtil insistissem em uma produção voltada para o comércio da região, Juiz de Fora não repetirá o desenvolvimento experimentado em finais do século XIX e início do século XX, quando foi considerada a *Manchester Mineira*<sup>12</sup>. Nas décadas seguintes a 1960, a situação não se alterou, exceto pela corrida imobiliária, a qual aconteceu entre 1970 e 1980 e transformou o centro urbano da cidade, sem,

---

<sup>12</sup> A cidade foi assim denominada em alusão à cidade de Manchester, na Inglaterra, pelo nível de desenvolvimento urbano industrial que alcançou no início do século XX. Ver: CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A “Europa dos Pobres”**: Juiz de Fora na *Belle-Époque* Mineira. Juiz de Fora, EDUFJF, 1994; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora**: vivendo a história. Núcleo de História Regional da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: UFJF, 1994; PIRES, Anderson. **Café e Indústria em Juiz de Fora**: uma nota introdutória. In: NEVES, Alberto Pinho; DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Org.). **Juiz de Fora**: história, texto e imagem. Juiz de Fora: FUNALFA, 2004; BORGES, Célia Maia (Org.). **Solidariedades e conflitos**: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.

no entanto, alterar sua situação de letargia econômica. Sem conseguir retomar seu lugar de destaque na Zona da Mata Mineira, a cidade parece voltar a seu perfil de origem, ou seja, de cidade de passagem, característica reforçada pela criação da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF) em 1960 (MUSSE, 2008).

## 2.2 A INDUSTRIALIZAÇÃO EM JUIZ DE FORA

Para desenvolver o presente capítulo, daremos ênfase à pesquisa de Domingos Giroletti (1988), **Industrialização em Juiz de Fora: 1850 a 1930**. Mesmo que alguns pontos de seu trabalho já tenham sido revistos pela historiografia, como é o caso de Mônica Ribeiro de Oliveira (1991), Anderson Pires (2004) e Deivy Ferreira Carneiro (2004), sua obra continua sendo fundamental para a compreensão das relações econômicas e sociais da cidade de Juiz de Fora e seu desenvolvimento ao longo do tempo. Ressaltamos, ainda, que essa obra, por sua importância, ainda é utilizada nas pesquisas acadêmicas atuais.

Segundo Giroletti (1988), O desenvolvimento da cafeicultura na Zona da Mata também está vinculado às trilhas do Caminho Novo, pois foi por meio da Serra do Mar e da Serra da Mantiqueira que o café chegou a Minas Gerais no século XIX. Inicialmente, os cafezais surgiram no sul de Minas para, mais tarde, atingir o sudeste do estado.

Na Zona da Mata, a produção do café não só será responsável pelo desenvolvimento econômico da região, como também pelo crescimento de sua ocupação. Três fatores serão responsáveis pela ampliação das exportações mineiras nesse período: o enorme contingente de escravos na região, mão-de-obra para o trabalho nas plantações; terras virgens e de fácil aquisição; e o mercado exportador, no qual o café alcançava preços altos: "[...] de 3\$000 por arroba em 1818 passava a 6\$200 em 1821" (Ibid., p. 29).

O autor afirma que se produziam, na Zona da Mata, 99% do café exportado de Minas Gerais. Os municípios responsáveis pela maior parte dessa produção eram Sapucaia, Juiz de Fora, Mar de Espanha e Porto Novo do Cunha. No mesmo período em que esses municípios destacavam-se, entre

1847 e 1848, outras cidades como Muriaé, Ubá e Leopoldina estavam no início do processo de produção. Em decorrência do desenvolvimento da produção cafeeira, desenvolveu-se, na região, uma rede de transporte e comunicação. A abertura da Estrada União e Indústria transformou todo o processo de comercialização e transporte na região, uma vez que possibilitou o trânsito de carruagens, que interligavam, por ramais, Pomba, Mar de Espanha, Ubá, Rio Novo e Rio do Peixe.

Desse modo, o caminho para o desenvolvimento de Juiz de Fora estava inaugurado. O café, bem como outros produtos da Zona da Mata, era transportado pela Cia. União e Indústria, de propriedade de Mariano Procópio Ferreira Lage. Essa Companhia garantiu o escoamento dos produtos e o abastecimento regular na região, favorecendo os fazendeiros, que puderam ampliar seus negócios a partir de então (GIROLETTI, 1988). A cidade cresceu economicamente, e esse fator refletiu-se em sua urbanização, crescimento populacional, melhoramentos urbanos e ampliação de um mercado interno. Entre 1870 e 1877, Juiz de Fora possuía diversos estabelecimentos comerciais, como hotéis, farmácias, mascates de joias, relojoeiros, açougues, barbearias, alfaiatarias, uma casa bancária, entre outros. Nos anos citados, a rede de comércio e negócios aumentou em cerca de 50%<sup>13</sup>.

Sobre a construção da Cia. União e Indústria na Vila de Santo Antônio do Paraibuna, o autor pondera que essa escolha se deu por fatores econômicos favoráveis à implantação da Cia. Os terrenos da região eram mais baratos, fator que possibilitou a compra de uma extensa faixa territorial na qual seria construída, posteriormente, a Colônia Dom Pedro II. Ainda segundo o autor, o conjunto de imigrantes alemães que vieram para trabalhar na Estrada era composto por especialistas, entre “mecânicos, ferreiros e alguns técnicos em construção e pontes”. Nesse sentido, a importância do trabalhador imigrante alemão, para o autor, foi determinante para o desenvolvimento da cidade (Ibid., p. 57).

---

<sup>13</sup> Ver Tabela 11, presente no livro de Giroletti: *RELAÇÃO DOS ESTABELECIMENTOS COMERCIAIS – Juiz de Fora, 1870/1877*. In: GIROLETTI, Domingos. **Industrialização em Juiz de Fora: 1850 a 1930**. Juiz de Fora. Editora da UFJF, 1988. p. 50.

Entendendo que aos imigrantes alemães cabia o êxito dos primeiros sinais de industrialização da cidade, o autor prossegue sua análise, destacando as qualidades do imigrante para o trabalho, citando as famílias alemãs e suas iniciativas econômicas na cidade. Nesse ponto de sua obra, é possível encontrar as origens familiares de um dos nossos entrevistados: a família Scoralick. Felipe H. Georg (ex-colono) é citado junto a Pedro Scoralick, José e Miguel Mauler, citados como empreendedores no ramo da construção civil; Jacob Kneip (antigo trabalhador da Cia. União e Indústria) e seu irmão Francisco Salzer, que também se dedicaram à construção civil, com a diferença de construírem na cidade diversos edifícios com recursos próprios. A família Surerus teria alcançado destaque na construção de casas, no comércio de artigos para construção civil e na manutenção de carroças. Martin Kasher, antes ferreiro, abriu uma oficina mecânica.

Vale ressaltar que, embora o trabalho desse autor seja imprescindível para a compreensão do processo de industrialização em Juiz de Fora, pesquisas mais recentes relativizam a participação dos alemães no processo de industrialização de Juiz de Fora. Entre elas, citamos o estudo realizado por Mônica Ribeiro de Oliveira (1991), intitulado **Entre o rural e o urbano: a trajetória dos imigrantes alemães e italianos em Juiz de Fora (1854-1920)**. Em sua pesquisa, a autora rompe com as abordagens tradicionais que reduziam a análise sobre a imigração alemã para Juiz de Fora, ressaltando o papel do imigrante alemão como propulsor na industrialização da cidade. A autora percebe o papel desses indivíduos no desenvolvimento do comércio e das atividades artesanais na cidade; realiza, no entanto, uma análise mais densa no que se refere à participação do imigrante no processo de industrialização, como sendo eles os únicos responsáveis pelo desenvolvimento do setor na cidade. Amplia a reflexão sobre esse processo, apontando outros fatores determinantes para a industrialização de Juiz de Fora. Enfatiza, ainda, que, com o fim da Colônia Dom Pedro II<sup>14</sup>, os imigrantes deram os primeiros passos

---

<sup>14</sup> A Colônia Dom Pedro II foi criada pela Cia. União e Indústria para instalar os imigrantes alemães que chegaram à Juiz de Fora, em 1858. Eram “[...]180 prazos, dos quais 130 foram ocupados por aqueles que dedicar-se-iam à agricultura, enquanto o restante, por aqueles que iriam trabalhar na construção da rodovia”. ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos incertos, conflitos religiosos e empreendimentos dos alemães na cidade. In: BORGES, Célia Maia (Org.).

em busca da autonomia e da integração à vida econômica e produtiva da cidade, a partir de um pequeno capital gerado, ainda, no interior da Colônia, mais especificamente nas pequenas oficinas artesanais e familiares.

Assim como Oliveira (1991), Deivy Ferreira Carneiro (2004), em **Conflitos, crimes e resistência**: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora 1858/1921), relativiza as obras produzidas em Juiz de Fora em meados do século XX. Seguindo a tradição, esses trabalhos ressaltam a importância dos imigrantes, seus feitos e seu empenho para o trabalho árduo<sup>15</sup>.

A contribuição de Carneiro (2004) para a revisão do mito do imigrante empreendedor<sup>16</sup> está no fato de verificar, por meio de processos crimes, que a grande maioria dos imigrantes que chegaram à cidade, em 1858, era composta por pobres camponeses, que, diferentemente, daqueles que chegaram em 1856, técnicos e artífices, já contratados pela Cia. União e Indústria, vinham empobrecidos e também atrelados à assinatura de um contrato de trabalho, que lhes impunha, já na chegada, uma grande dívida.

Sobre a participação dos imigrantes alemães no desenvolvimento econômico de Juiz de Fora, ressaltamos que, entre os anos de 1858 e 1912, 43,07% dos estabelecimentos comerciais instalados na cidade pertenciam aos alemães, a saber: Cervejaria José Weiss, Cervejaria Germânia, Cervejaria Dois Leões, Curtume Krambech, Fábrica de Cerveja Poço-Rico, Grades Sanitárias Schmitz, Fábrica de malha Antônio Meurer, Máquinas de Fundição Kascher e Irmão, Doces Christiano Horn, Malharia Waltemberg, Malharia Stumpf, Malharia

---

**Solidariedade e conflito**: história de vida e trajetórias familiares de grupos em Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000. p. 94.

<sup>15</sup> As críticas foram endereçadas, sobretudo, a memorialistas como Paulino de Oliveira e Albino Esteves, autores, respectivamente, de **A história de Juiz de Fora (1966)** e **Almanaque de Juiz de Fora (2008)**. Outros pesquisadores, como Wilson Lima Bastos e Luiz José Stheling, apesar de avançarem na abordagem de alguns elementos, continuariam produzindo uma história enaltecida dos alemães e do seu espírito empreendedor, segundo Carneiro (2004).

<sup>16</sup> Conforme Arantes (2000), as primeiras indústrias estabelecidas na cidade são iniciativas dos mesmos imigrantes que fundaram a Igreja Luterana. Tal fato pode ser um indício da criação do mito que cercava as ações desses homens. São importantes referências sobre o empreendedorismo dos alemães: WEBER, Max. **A ética protestante e o espírito do capitalismo**. São Paulo: Pioneira, 1985; WILHENS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos imigrantes alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Nacional, [s. d.].

Surerus, Malharia Sedam e Elsam, entre outros (OLIVEIRA, 1991). Percebe-se que as pequenas manufaturas artesanais cresceram, desenvolveram-se e tornaram-se indústrias de pequeno porte. Embora essas empresas sejam reconhecidas como de importância para o desenvolvimento industrial da cidade, não se pode reduzir a elas o fomento da industrialização da cidade, sendo necessário observar a importância de outros empreendimentos no mesmo período.

Como já observado anteriormente, as bases do desenvolvimento de Juiz de Fora estão localizadas em meados do século XIX, a partir do desenvolvimento dos transportes, quando uma nova dinâmica movimentou o processo de urbanização e industrialização, que levará a cidade a ser reconhecida como importante polo de negócios e investimentos dentro da Zona da Mata.

Paralelamente ao crescimento populacional<sup>17</sup>, o setor de serviços ampliou-se. São construídos cemitérios, matadouros, feiras livres, estabelecimentos de ensino que, em 1878, já eram seis. Em 1883, é inaugurado o serviço de telefones; em 1884, os telégrafos; em 1885, a cidade podia contar com o serviço de água nos domicílios; em 1887, inauguram-se o Banco Territorial e Mercantil de Minas Gerais e a Sociedade Promotora da Imigração; em 1889, é criada a Companhia Mineira de Eletricidade e, no mesmo ano, fundou-se o Banco de Crédito Real de Minas Gerais (PIRES, 2004).

É importante salientar que a industrialização de Juiz de Fora não ficou restrita ao mercado local ou mesmo à região da Zona da Mata, mas, por sua localização geográfica próxima ao Rio de Janeiro e devido à construção da Estrada União e Indústria, a rede de negócios na cidade expandiu-se para outras regiões do país (Ibid.).

---

<sup>17</sup> A população de Juiz de Fora, em 1885, era de 27.722 habitantes. Em 1990, esse número cresce para 74.136 habitantes. Ver: ESTEVES, Albino. **Álbum do município de Juiz de Fora**. 3. ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

### 2.3 PANORAMA DA IMIGRAÇÃO ESTRANGEIRA NO BRASIL

O ato de emigrar, em diversas partes do mundo, sempre foi uma saída para as condições adversas que podem acometer o equilíbrio de grupos sociais. A motivação para esses deslocamentos humanos geográficos varia de acordo com o contexto. No entanto, na maior parte dos casos, sua causa relaciona-se à busca por melhores condições de vida e de trabalho. Fugindo de guerras, de catástrofes naturais ou de perseguições religiosas, o homem busca, junto a sua família ou grupo, ambientes capazes de atender às suas necessidades básicas de sobrevivência e sociabilidade.

A imigração dos povos europeus para as Américas não foi diferente. Klein (2000), em **Migração internacional na História das Américas**, verifica que os fatores econômicos são a maior causa da emigração. O autor destaca a posse da terra como fator preponderante para explicar o processo de emigração ocorrido entre os séculos XIX e XX. Segundo o autor, a terra não deve ser compreendida simplesmente como uma riqueza. É preciso entender toda a dinâmica social envolvida em sua posse. Nesse sentido, de acordo com sua análise, na Europa do século XVIII, ocorreu uma evolução na produtividade que, aliada a outros fatores, determinou o aumento demográfico. Somente esse fato não seria, isoladamente, responsável pela emigração dos europeus: o acesso a terra, tampouco o aumento de produção, foram capazes de solucionar o problema das inúmeras famílias que dependiam da terra para sobreviver. Esses fatores, em conjunto, foram disparadores do aumento populacional e acabou gerando e influenciando o processo migratório.

No continente americano, o Brasil destacou-se como destino para imigrantes, no início do século XIX, junto com o Canadá e a Argentina, sendo a Nação que mais recebeu colonos alemães nesse período. Os imigrantes alemães e italianos preferiam o sul do país pelas semelhanças com a geografia e com o clima de suas regiões de origem. Evitavam as regiões onde prevalecia o regime escravista; os alemães tinham como preferência locais de clima temperado, como o da região Sul do país. Vale lembrar que imigração de alemães e italianos predominava (KLEIN, 2000). Segundo Herbert S. Klein, dois fatores devem ser considerados ao se abordar a imigração europeia para

o Brasil nesse contexto: a comunicação e o transporte. O desenvolvimento de ambos facilitou a chegada de notícias sobre o que ocorria no Brasil e, ainda, com navios indo e vindo continuamente, as viagens tornaram-se mais fáceis. Entre os anos de 1881 e 1915, o número de imigrantes que desembarcaram no Brasil cresceu. Nesse período, aproximadamente 31 milhões de imigrantes atravessaram o Atlântico em busca de melhores condições de vida. A grande motivação para homens ainda jovens emigrarem estava nas condições socioeconômicas de seus países, e o lema que os guiava era “Fazer a América” (KLEIN, 2000, p. 24).

A Tabela 1, a seguir, mostra o número de estrangeiros que entraram no Brasil de 1884 a 1933. Nela, podemos verificar que os italianos se destacam nesse processo de imigração:

Tabela 1: Imigração por nacionalidade, Brasil, 1884-1933.

<b>NACIONALIDADE</b>	<b>1884-1893</b>	<b>1894-1903</b>	<b>1904-1913</b>	<b>1914-1923</b>	<b>1924-1933</b>
Alemães	22778	6698	33859	28339	61723
Espanhóis	113116	102142	224672	94779	52405
Italianos	510533	537784	196521	86320	70177
Japoneses	-	-	11868	20398	110191
Portugueses	170621	155542	384672	201252	233650
Sírios e turcos	96	7124	45803	20400	20400
Outros	66524	42820	109222	51493	164586
<b>Total</b>	<b>883668</b>	<b>852110</b>	<b>1006617</b>	<b>503981</b>	<b>717223</b>

Fonte: IBGE, 2000<sup>18</sup>.

No final do século XIX, a grande maioria desses imigrantes rumou para o Brasil. Apesar das dificuldades burocráticas exigidas pelo Estado Português, que buscava no período controlar a saída desses imigrantes, verifica-se que tal fato não constituiu uma barreira para que a imigração ocorresse.

Os japoneses, no início do século XX, representaram parte importante do total de imigrantes que escolheram o Brasil como país de destino. O número desses imigrantes cresceu a partir do início do século, e os que imigraram tinham como preferência os Estados de São Paulo e Paraná. Os motivos para

<sup>18</sup> IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 anos**. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/pt/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

imigrar estavam ligados ao aumento populacional e à posse da terra. A política de expulsão adotada pelo governo japonês para contornar os problemas socioeconômicos enfrentados no contexto da Restauração Meiji está entre os fatores que marcaram essa imigração (SAKURAI, 2000).

Os italianos foram o maior grupo a chegar ao Brasil. E, se já estavam aqui antes da Abolição da escravatura, posteriormente, o número de imigrantes italianos no Brasil aumentou consideravelmente. Os italianos chegavam com o objetivo de ganhar dinheiro e voltar para a Itália, sendo que, no centro-sul do país, local de destino da maioria, esses imigrantes puderam acompanhar o desenvolvimento das cidades que os acolheram e crescerem economicamente com elas (KLEIN, 2000).

A imigração alemã para o Brasil tem seu início entre os anos de 1808 e 1822, quando cerca de mais de 200 mil alemães chegaram ao Brasil. Atraídos pela possibilidade de progresso financeiro por meio do comércio, os alemães, em 1821, fundaram, no Rio de Janeiro, a *Gesellschaft Germania*, associação cultural e recreativa. A importância da imigração alemã para o Brasil está ligada à questão do povoamento dos Estados de Santa Catarina, Rio Grande do Sul e Espírito Santo (SEYFERTH, 2000).

Os sírios e libaneses chegavam, na maioria das vezes, fugindo da perseguição religiosa. Desembarcavam no Brasil, em maior número nos Estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Outros destinos eram Minas Gerais, Rio Grande do Sul e Bahia. Eles eram mascates que se reuniam em determinadas localidades do país para desenvolver atividades comerciais. Esses imigrantes não ficaram restritos ao comércio, porquanto, por investirem na educação de seus filhos, ampliaram os campos de trabalho da segunda geração para a Medicina, Advocacia e Engenharia (OLIVEIRA, 2002).

A autora assinala que os imigrantes portugueses que chegaram ao Brasil eram pobres. Esses imigrantes se sobressaíam em relação aos trabalhadores nacionais, negros e mulatos em sua maioria, diante de uma possível vaga no mercado de trabalho. Dentro do quadro da política que visava a “branquear e civilizar” a sociedade brasileira por meio da atração de imigrantes, a imigração japonesa foi vista como empecilho. Entre os fatores que determinavam a rejeição dos japoneses, estava a questão da língua.

Nesse sentido, os alemães também não eram bem vistos por essa política, o empecilho estava na característica de enquistamento do grupo. Mas, quanto aos demais grupos, sírios, libaneses, espanhóis, portugueses e italianos, a questão da política do branqueamento não apresentava grandes entraves à sua integração, pois não eram vistos pelo Governo Imperial como grupos que impossibilitassem os objetivos nacionais, muito ao contrário, eles poderiam dar uma grande contribuição. O subitem, a seguir, apresenta alguns casos de famílias de imigrantes que enriqueceram no Brasil.

### **2.3.1 Os imigrantes alemães no Brasil**

Observamos, anteriormente, que a região Sul do Brasil era o local escolhido pela maioria dos imigrantes, mas a região Sudeste também é mencionada como destino dos imigrantes alemães. Essas regiões, onde as colônias de imigrantes obtiveram maior êxito, recebendo maior contingente de imigrantes, foram objeto de maior interesse dos pesquisadores que se dedicaram ao tema. A Colônia Dom Pedro II, localizada em Juiz de Fora, todavia, não é mencionada entre os trabalhos de maior abrangência sobre a imigração e formação de núcleos coloniais no Brasil, com o objetivo de povoamento. A reflexão sobre essa ausência nos faz pensar que a integração desses imigrantes ao cotidiano da cidade, bem como o formato da criação da colônia e sua localização com o que era considerado à época o centro urbano, podem ter sido desprezados pela historiografia como sendo um processo irrelevante para elucidar as especificidades das colonizações ocorridas no período.

Mas, apesar dessas conjecturas, a Colônia Agrícola Dom Pedro II é mencionada em um artigo de Giralda Seyferth (2000, p. 282), intitulado “A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito”, no qual a autora defende a sua percepção de que, em Juiz de Fora, a colônia agrícola se transformou muito rapidamente em “colônia urbana”:

A presença alemã em empreendimentos coloniais foi muito pequena nos Estados de São Paulo e Minas Gerais. No primeiro, atraídos pelo sistema de parceria, migraram para centros urbanos como Campinas e Rio Claro. No

segundo, destacaram-se apenas duas colônias (em um conjunto maior de empreendimentos fracassados): a de Teófilo Ottoni (1876), onde um pequeno contingente permaneceu, apesar dos problemas econômicos, e a de Juiz de Fora, que incluía colonos vindos para o Brasil em 1858, mas que muito depressa se tornou colônia urbana.

O fato de a colônia ter-se tornado um empreendimento sem êxito é apontado também por Stehling (1979), em sua pesquisa intitulada **Juiz de Fora, a Cia. União Indústria e os alemães**. Assim, tanto a abordagem de Seyferth, em nível nacional, como a de Stehling, em nível local, verificam que a Colônia Dom Pedro II, localizada em Juiz de Fora, mantinha outros fins, além do povoamento e da colonização.

Outro trabalho que pode ser mencionado com o fim de explicar as características da colônia agrícola de Juiz de Fora é a pesquisa de Oliveira (1991), que ressalta a inadequação da colônia aos modelos pretendidos pelo Governo Imperial. Esclarece que esse fato, ao diferenciar os dois momentos da política de colonização, o primeiro, quando o Império custeava os gastos com a viagem dos imigrantes e doava as terras para que fossem cultivadas; e o segundo, no qual se abria a possibilidade de tal empreendimento originar-se da iniciativa privada, cujo responsável deveria arcar com os custos do processo, repassando-os aos colonos.

Percebe-se que o caso de Juiz de Fora se aproxima do segundo momento. Conforme enfatiza a autora, a iniciativa de atrair imigrantes por parte da Cia. União e Indústria, representada diretamente por Mariano Procópio, seu fundador, caracterizou-se por ocultar outros interesses que não fossem apenas o de produzir alimentos para o abastecimento do mercado interno. Para além do trabalho na lavoura, Mariano objetivava garantir mão de obra para a construção da Estrada União e Indústria, para, assim, valorizar suas terras localizadas em seu entorno.

Portanto, a partir de uma análise comparada sobre a criação das colônias de povoamento nas regiões Sul e Sudeste do país, surgem inúmeras questões que remetem à geografia, ao clima, ao relevo, à qualidade do solo, e principalmente, a fatores socioeconômicos, relativos aos empreendimentos

patrocinadores, seus diferentes momentos e objetivos: do financiamento à atração dos imigrantes.

Seyferth (2000) assevera que o início de todo esse processo ocorreu na Bahia, em 1818, quando D. João VI, ampliando o acesso dos estrangeiros ao Brasil, ainda no regime de sesmarias, favoreceu a formação da primeira colônia alemã no país. A autora, no entanto, assinala que os primeiros imigrantes alemães que aqui chegaram instalaram-se no Rio de Janeiro, onde desenvolviam atividades ligadas ao comércio.

Segundo a autora, a fundação da Colônia de São Leopoldo, RS, em 1824, marcou, efetivamente, o período de colonização das terras devolutas. E, a partir de meados do século XIX, a entrada de imigrantes alemães no Brasil tornou-se cada vez maior. Na região Sul, esse movimento destacou-se não só como destino, mas também pela organização do processo de povoamento dos núcleos coloniais. Mesmo entremeada por conflitos, essa formação permitiu que as colônias localizadas naquela região do país estabelecessem, por sua diversidade cultural, novos parâmetros de integração e assimilação dos imigrantes que aqui chegavam.

Ao realizar um estudo comparativo entre os diversos estados onde a imigração aconteceu, percebe-se que, se, em Minas Gerais e São Paulo, as iniciativas de criação desses núcleos foram pequenas, não obtendo êxito, mas o mesmo não ocorreu no Espírito Santo. Nesse estado, os alemães da região denominada Pomerânia, apesar de se depararem com todas as dificuldades pelas quais passaram os demais imigrantes, obtiveram melhores resultados do que em outros estados (SEYFERTH, 2000).

Silas Raasch (2010), em pesquisa sobre a colonização no Espírito Santo, ressalta que a criação da Colônia de Santa Isabel atendia as demandas do governo do Brasil de tornar produtivas as terras do interior do estado, ao mesmo tempo em que se processava a ocupação. Os imigrantes alemães que ali chegavam permaneciam em Vitória por um determinado tempo até que pudessem ser transferidos para a região onde se estabeleceriam. Esses eram pagos pelo governo pela realização de pequenos serviços de limpeza pública nas vias da cidade, provendo, dessa forma, o seu sustento.

O autor afirma que, apesar de a terra não ser adequada ao cultivo de alimentos, os alemães, cujo destino foi o Espírito Santo, trataram de abrir as matas, construir suas casas e dar início ao cultivo de uma pequena lavoura. Inicialmente, os colonos de Santa Isabel conseguiram produzir e comercializar seus artigos. O café e a farinha de mandioca foram os alimentos mais produzidos. Segundo dados presentes na pesquisa desse autor, a produção desses gêneros, de maneira geral, era bastante satisfatória quando comparada ao mercado nacional voltado para a exportação.

Ocorre que, em Juiz de Fora, os contratos assinados pela Cia. União e Indústria não eram cumpridos. Ao chegar à cidade, após terem caminhado a pé, durante dias, os imigrantes alemães não encontravam um lugar para ficar; então, eram enviados para um acampamento que a Companhia improvisou no Morro da Gratidão, atual Morro da Glória. Além da travessia do Atlântico, fome e doenças a bordo dos barcos, em Juiz de Fora, as dificuldades na chegada eram ainda maiores (CARNEIRO, 2004).

Retomando as características da imigração para a região Sul, destacamos que Herman Blumenau foi o protagonista da ação colonizadora em Blumenau, mas seu objetivo de criar uma “pátria nova” no Brasil não estava desvinculado do projeto do governo. Blumenau viajou várias vezes para a Alemanha à procura de alemães que quisessem emigrar e que, para isso, estivessem dispostos a custear seus próprios gastos de viagem. O fato de desejar criar no país uma “nova pátria” levou-o a procurar, inclusive, pessoas disponíveis para contrair matrimônio (SEYFERTH, 2000, p. 290).

Blumenau, visando a alcançar seu objetivo, estabelecia, na Alemanha, contato com alguns homens “notáveis” e protestantes. O sentido de “notáveis” significa que ele procurava por indivíduos diferenciados, cultos, letrados, e não pelos imigrantes proletários e camponeses pobres que compunham a grande maioria dos alemães imigrantes que aqui chegaram. No sentido de reconstruir a *Heimat*<sup>19</sup>, algumas condições estariam implícitas no ato de colonizar. A começar pela língua, que foi mantida, sem muita dificuldade, já que os núcleos coloniais eram distantes da cidade. Aos hábitos alimentares, foram

---

<sup>19</sup> Segundo Giralda Seyferth, Blumenau utilizava o termo *Heimat* para fazer referência à “nova pátria”. Ver: SEYFERTH. 2000, p. 290.

incorporados algumas frutas e legumes da terra, mesmo que as receitas se mantivessem quase que intactas. Seguiram-se a essas permanências cotidianas, a construção das casas com jardins floridos, “estilo enxaimel” e, sobretudo, os momentos de sociabilidade (SEYFERTH, 2011, p. 54).

A representação da *Heimat*, a partir da composição do lar e do uso da língua, acabou gerando uma série de discussões a respeito das colônias do sul. A disposição para manter algumas tradições e hábitos do cotidiano alemão aqui no Brasil foi demonstrada por meio da criação de escolas, igrejas e espaços de sociabilidades, que, em conjunto, levaram o governo brasileiro a acreditar no que foi designado de “perigo alemão”. O medo era emoldurado por questões relativas à preservação cultural, que se estabelecia fortemente nessas colônias, além da postura ameaçadora que as tradições poderiam assumir diante de discursos de cunho nacionalista (SEYFERTH, 1997).

O “perigo alemão”, segundo a autora, não ficou restrito à cultura expressa no cotidiano, mas teve suas proporções bastante ampliadas diante do nazismo durante a Segunda Guerra Mundial. Se os alemães já enfrentavam inúmeras dificuldades de adaptação e inserção – os imigrantes protestantes são o maior exemplo dessa dificuldade, pois eram indesejados desde o início do processo de imigração –, também durante a Primeira Guerra Mundial os alemães foram perseguidos em seus espaços de trabalho e lazer diante da rivalidade com os brasileiros no contexto dessa guerra. Muitas vezes, tiveram suas casas e estabelecimentos comerciais apedrejados.

A assimilação desses imigrantes era vista como necessária ao bom funcionamento da Nação, que não poderia ficar vulnerável diante da solidificação da cultura alemã nas colônias localizadas ao sul do país. O fato de conviverem entre si estabelecendo relações endógenas aos agrupamentos coloniais comprometia a integração aos costumes da nova pátria (WILHEMS, 1980).

Sobre a questão da assimilação dos novos costumes, encontramos em “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”, de Luiz Felipe de Alencastro e Maria Luiza Renaux (1997), uma abordagem especialmente atenta aos elementos culturais que compõem o caminho trilhado pelos indivíduos que emigraram, sendo este um fato muito relevante para esta pesquisa.

Alguns fatores que, em outros trabalhos, aparecem como vias de integração, facilitadores da assimilação ou da inserção do grupo no contexto nacional, ganham um novo sentido na versão dos autores. Um exemplo está no uso e preparo dos alimentos. A utilização de produtos brasileiros não fazia parte dos costumes dos alemães, que tiveram de conhecer os novos produtos, aprender o modo de seu preparo e se acostumarem com o que era novo ao paladar (ALENCASTRO; RENAUX, 1997).

No artigo de Zuleica Alvim (1998), intitulado “Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo”, as tradições culturais vão além da alimentação e da determinação em manter alguns costumes. A autora ressalta que a religiosidade que circundava o universo dos imigrantes era um fator extremamente importante que os levava, inclusive, a buscar recursos para a construção de capelas, assim que chegavam aos seus destinos. Junto com as práticas religiosas, procissões, missas e outros rituais, a festa constituía um espaço importante para a convivência e manutenção das tradições comunitárias. Nesse aspecto, a autora enfatiza o costume de soltar fogos de artifícios e bombas celebrando esses eventos, ou mesmo, sem motivo algum, após a missa.

Nesse artigo, a autora ressalta ser comum em países como a Itália e a Alemanha, a junção das práticas religiosas aos ritos vinculados à magia. Apesar de ser comum nas sociedades camponesas, o hábito de realizar rituais a fim de obter sucesso no plantio e na colheita não foi visto com bons olhos pelos padres e pastores brasileiros. Os imigrantes, todavia, mantinham alguns desses rituais e iam além: realizavam benzeduras e receitavam ervas medicinais para os pequenos e os grandes males que afligiam os colonos. Entre os remédios indicados, os seguintes são evidenciados: “[...] para amarelão: chá de raiz de salsa, aipo e quina; para bronquite: xarope de eucalipto, malva, sálvia e casca de cereja, tudo junto; ataque cardíaco: folha de cipó pata de vaca, capim-cidreira, cancerosa. [...]” (ALVIM, 1998, p. 267).

O choque cultural, segundo a autora, esteve presente em todos os momentos do processo de inserção desses imigrantes, caracterizado pelas dificuldades com que se deparavam quando chegavam ao Brasil, com a marginalização sofrida pelos que eram protestantes, e, portanto, eles eram

indesejáveis. Os conflitos eram constantes e deram origem a inúmeras revoltas. Esses conflitos são pontos comuns quando avaliamos os primórdios da colonização, porque os imigrantes, receosos de seu destino, procuraram cobrar dos administradores das colônias seus direitos básicos de sobrevivência.

Os laços familiares eram a primeira proteção face ao desconhecido, e o sentimento de pertencimento foi o amparo nos momentos difíceis. A ilusão de fácil enriquecimento e o sonho de retornar para uma Alemanha que ficou para trás eram contornados por meio das relações familiares e da solidariedade encontrada no grupo comum, pois a convivência minimizava a saudade que sentiam do que ficou distante no tempo e espaço. Embora os motivos para emigrar fossem fortes, as memórias das tradições de origem vieram na bagagem e serviram de suporte para esses imigrantes (Ibid.).

#### 2.4 VIVENDO EM JUIZ DE FORA: OS IMIGRANTES ESTRANGEIROS EM JUIZ DE FORA E SEUS ESPAÇOS DE SOCIABILIDADES

Percebe-se que a chegada de imigrantes a Juiz de Fora ocorre em meados do século XIX, assim como em todo o país. Nesse contexto, já era possível encontrar italianos, portugueses e alemães vivendo e trabalhando no centro ou nos arredores da cidade. Os alemães, contratados pela Cia. União e Indústria, chegam inicialmente, em 1856, para trabalhar na estrada de mesmo nome e, posteriormente, em 1858, quando são direcionados para a Colônia Agrícola Dom Pedro II, com o objetivo de produzirem gêneros alimentícios para abastecimento do mercado local. Portugueses, sírios e libaneses, imigrantes possuidores de algum capital, ainda que pequeno, dedicaram-se, sobretudo, às atividades relacionadas ao centro urbano da cidade. Os sírios procuraram o centro para fixarem moradia.

Quanto às associações de auxílio mútuo, que surgiam em Juiz de Fora com o objetivo de atenderem às necessidades dos grupos de imigrantes que chegavam à cidade, essas se destacam no sentido de representarem o importante papel de prestar assistência às famílias. Esse auxílio ia desde menores dificuldades enfrentadas no dia a dia até alcançar questões maiores

como arrumar trabalho, auxiliar as viúvas e filhos no caso da morte do pai, socorrer as famílias desempregadas, além de empréstimos de dinheiro para que alguns pudessem abrir seu próprio empreendimento.

Ressalta-se que todas as associações, independente de serem alemãs, italianas, portuguesas ou sírias e libanesas, contavam com o auxílio dos sócios mais abastados, para que pudessem dar continuidade a seus trabalhos assistencialistas juntos aos imigrantes mais necessitados. As festas, os bailes e as comemorações que relembavam a origem dos imigrantes eram fonte de renda dessas associações, além de serem responsáveis por manterem as tradições culturais dos grupos que representavam.

Os dados da Tabela 2, a seguir, mostram que, entre os imigrantes que chegaram à cidade, os italianos representavam o maior grupo. Depois, encontramos os portugueses e os alemães. Percebe-se, também, que, por árabes, estão contabilizados, os sírios e libaneses.

Tabela 2: Recenseamento populacional, perímetro urbano, Juiz de Fora, 1893.

Nacionalidade	Quantidade	Nacionalidade	Quantidade
Portugueses	501	Argentinos	04
Italianos	1197	Russos	05
Alemães	328	Chineses	02
Espanhóis	80	Polacos	02
Franceses	66	Prussianos	01
Árabes	27	Irlandeses	01
Austríacos	22	Egípcios	01
Ingleses	18	Total de estrangeiros	2276
Norte-americanos	15	Total de brasileiros	7924
Suíços	06	Total de habitantes	10.200

Fonte: DORNELAS, 2008. [Arquivo da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Fundo Câmara Municipal, República Velha. Recenseamento da População de Juiz de Fora residente no perímetro da cidade. Série 164. Caixa 120].

Considerando que o espaço da festa, especificamente a *Deutsches Fest*, como centro das análises realizadas neste trabalho de pesquisa, torna-se, imprescindível reconhecer os espaços das sociabilidades informais como via de fácil acesso às práticas culturais comungadas pelos diversos grupos sociais que formavam a sociedade juiz-forana<sup>20</sup>. Frequentar a Igreja, ir ao armazém,

<sup>20</sup> Entre as obras que abordam as múltiplas dimensões da festa, destacamos: CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de História Social da Cultura. Campinas, São Paulo: Editora da Unicamp, 2002. JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.).

parar no boteco após a jornada de trabalho, festejar os santos ou outras tradições comuns tornam-se momentos que propiciam o rompimento das barreiras impostas pela diferença cultural.

#### 2.4.1 Os alemães

Os primeiros alemães que chegaram a Juiz de Fora para trabalhar na Estrada União e Indústria, em 1856, eram trabalhadores especializados, técnicos e artífices. Esses primeiros imigrantes foram contratados pela Cia. União e Indústria, cujo proprietário era Mariano Procópio (ARANTES, 2000).

Segundo Bastos (1991), Mariano Procópio, em viagem para o exterior a fim de complementar seus estudos, conheceu a técnica de construção de estradas pavimentadas e interessou-se pelas possibilidades que uma estrada nesse formato representaria, tendo em vista a expansão que um empreendimento desse porte poderia alcançar. Os primeiros imigrantes contratados para construir a estrada foram alocados na Villagem, que era uma vila de operários da Companhia.

Um segundo momento da imigração alemã para Juiz de Fora ocorreu em 1858, também empreendido por Mariano Procópio, que, pretendendo criar uma colônia agrícola na região, contratou alemães com o objetivo de produzir alimentos para abastecer o mercado interno. O contingente de imigrantes dessa vez aumenta bastante. Dezenas de famílias chegam à cidade para serem encaminhadas à colônia (ARANTES, 2000).

Neste ponto da pesquisa, interessa-nos abordar os espaços de sociabilidade criados por esses imigrantes no momento de sua chegada. Posteriormente, prosseguiremos com os desdobramentos da imigração alemã até alcançar o contexto de criação da Festa Alemã e de valorização do Pão

---

**Festa:** cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP, 2001. v. 1 e 2; SOIHET, Raquel. **A subversão pelo riso:** estudos sobre o carnaval carioca da *Belle Époque* ao tempo de Vargas. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 1998.

Alemão como símbolo desse grupo. Salientamos que ambos são os centros das reflexões propostas neste trabalho de pesquisa.

Evidencia-se que uma das primeiras preocupações dos imigrantes alemães foi manter a tradição religiosa, lembrando que, mesmo que a maior parte das famílias fosse constituída por católicos, esses se uniram aos luteranos em torno de um objetivo comum: buscar um lugar onde pudessem se reunir para expressar sua fé. Assim, construíram, em 1861, uma capela de oração, para católicos e luteranos, localizada em uma região denominada Boa Vista (STEHLING, 1979).

Segundo o autor, em 1869, dando continuidade ao anseio de celebrar os ritos religiosos, os colonos criaram, com o auxílio de Mariano Procópio e da Companhia União e Indústria, o Culto Católico de Mariano. Essa ação foi empreendida pela necessidade de se contratar um padre que pudesse se comunicar com os colonos, que tinham, no idioma, uma barreira que dificultava as celebrações religiosas. Para tal, foi trazido da Alemanha o frei Américo Hoffer de Prags.

Arantes (2000) afirma que, entre as associações beneficentes que amparavam os imigrantes em suas dificuldades, destaca-se a Sociedade Alemã de Beneficência, fundada na década de 1870, e, durante o período da Primeira Guerra Mundial, tornou-se Sociedade Beneficente Mariano Procópio, e a Sociedade Beneficente Brasileira Alemã, fundada em 1895. Tanto uma quanto a outra prestavam auxílio financeiro e assistencialista aos imigrantes nos momentos de funerais, viuvez, invalidez, desemprego, entre outros.

A Sociedade Alemã de Beneficência era formada pelos imigrantes que vieram para trabalhar na construção da estrada e promovia, além das funções assistencialistas, festas, bailes e leilões como forma de fortalecer os laços de solidariedade entre o grupo e os demais trabalhadores da cidade. Além disso, essas festas alimentavam os cofres da Sociedade (GASPARETTO JÚNIOR, 2013).

As associações, segundo o autor, tinham grande importância para os trabalhadores imigrantes. A *Deutscher Kranken-Unterstützungs-Verein*, ou Sociedade Alemã de Socorros Mútuos, foi a primeira sociedade de auxílio mútuo criada na cidade. Em 1872, Augusto Kremer, Nicolau Scoralick,

Frederico Dose, Júlio Waltemberg, João Hees, Valentin Mechler, Henrique Griese, Jacob Hees, George Becker e Henrique Locwenstein iniciaram os trabalhos de atendimento médico, farmacêutico e financeiro a seus associados. Nesse sentido, esse era um espaço de solidariedade dos imigrantes, que ali podiam encontrar apoio.

As cervejarias também eram espaços de lazer, pelo fato de possuírem parques, jardins, salões destinados à realização de bailes, espaços abertos para a promoção de jogos recreativos e brincadeiras que propiciavam o encontro de toda a sociedade. Entre elas, destacava-se a Cervejaria José Weiss, que, aos domingos, abria seus portões para a realização de piqueniques, jogos e brincadeiras ao ar livre (OLIVEIRA, 1991).

Ainda sobre os espaços de sociabilidades, destaca-se o *Turnerchaft*, Clube Ginástico, que foi fundado por alemães, descendentes dos colonos da Colônia Agrícola Dom Pedro II, e tinha em seu emblema quatro “efes” que significavam: franco, firme, forte e fiel. O espaço ocupado pelo clube era o parque da Cervejaria Stiebler. As famílias que se reuniam ali podiam de divertir, jogando boliche, patinando, exercitando-se em aparelhos de ginástica ou em outras atividades de lazer propiciadas pela cervejaria (STEHLING, 1979, p. 335).

O *Kegel Club* de Juiz de Fora era outra oportunidade de lazer dos descendentes alemães luteranos. A ideia inicial era criar um clube para jogar boliche, mas, devido ao número de frequentadores da pista de boliche, João Krambeck, Albino Klueger, Germano Zahnn, Cristiano Horn, Henrique Surerus Sobrinho, Oscar Surerus e Felipe Kaehler ampliaram as instalações do *Kegel*, e, ao mesmo espaço, foram agregados um bar, um salão para a realização de festas e uma pista de jogo. Durante a Segunda Guerra Mundial, o *Kegel* passou a ser conhecido pelo nome de “Sociedade Esportiva Jogo da Bola” (STEHLING, 1979, p. 335).

Na década de 1960, foi criado o Grêmio Folclórico Teuto-Brasileiro, em Juiz de Fora. Sua função inicial era organizar o Primeiro Festival de Chope, que ocorreria, exatamente, dois anos mais tarde, em 1969. A preocupação dos descendentes, no momento de criação do Grêmio, era sanar as carências do bairro Borboleta, que enfrentava, naquele contexto, dificuldades que não

mereceram a atenção do Poder Público. Nesse sentido, o Grêmio foi fundado e os descendentes dos alemães, por meio dele, deram continuidade à manutenção de suas tradições, pois o festival deu origem à Festa Alemã, que reúne e celebra a identidade do grupo até hoje<sup>21</sup>.

#### **2.4.2 Os portugueses**

Os portugueses chegaram a Juiz de Fora, entre finais do século XIX e início do século XX; eles vinham buscar melhores condições de trabalho. Eram pobres e não encontraram na cidade salários que mudassem essa condição. A maioria provinha de províncias de Douro Litoral, Beira Alta, Beira Litoral, Minho, Ilhas, Trás-os-Montes, Estremadura, entre outras. No Brasil, tornaram-se vendedores ambulantes, lavradores, pedreiros, caixeiros, comerciários e jornaleiros<sup>22</sup>. Entre esses, outros imigrantes portugueses, talvez por possuírem maiores recursos financeiros, abriram pequenos comércios no centro urbano da cidade. O centro, no contexto da chegada desses imigrantes, oferecia melhores condições de vida e trabalho em comparação ao campo (VISCARDI, 2000).

A convivência dos portugueses com a sociedade local nem sempre foi pacífica. Ocorre que essas relações expressavam a tensão originada na discriminação e no preconceito contra o povo português. Essa forma de pensar dava origem às piadas sobre suas tradições. Com o início da República do Brasil, seguindo o modelo de progresso e civilidade europeia, esses indivíduos sofreram ainda mais com as perseguições da sociedade local, que passou a chamar os portugueses mais pobres, pejorativamente, de galegos. Essa postura refletia a necessidade de afirmação da identidade brasileira diante do grande número de imigrantes que desembarcavam no Brasil, naquela época (VISCARDI, 2000, p. 29).

---

<sup>21</sup> Entrevista de Dirceu Scoralick arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som - FUNALFA.

<sup>22</sup> Grifo da autora: jornaleiros eram trabalhadores com pouca qualificação.

Segundo a autora, os portugueses não formaram uma colônia, como os italianos, os alemães e os árabes, mas as semelhanças culturais não os protegeram dos conflitos com outros imigrantes. Entre os grupos que formavam a sociedade juiz-forana no período, os italianos e os alemães foram os que mais desencadearam ocorrências criminais com os portugueses, que, mesmo em ambientes de lazer, portavam armas.

A criação de associações de auxílio mútuo fortalecia o grupo nos momentos de dificuldades. Em Juiz de Fora, o Clube União Luso-Brasileira, além de oferecer assistência aos portugueses pobres, reunia a comunidade em bailes, em datas festivas em torno de comemorações portuguesas, no carnaval, e ainda oferecia os serviços de uma biblioteca para os que sabiam ler. Já em 1891, a Sociedade Auxiliadora Portuguesa é criada com objetivo beneficente. Essa associação ajudava os mais pobres, possuía salas de aula para educar esses imigrantes e financiava o retorno daqueles que desejavam voltar para Portugal. Além das atividades assistencialistas, também promovia festas para celebrar datas importantes para a comunidade portuguesa (GASPARETTO JÚNIOR, 2013).

A Sociedade Auxiliadora Portuguesa estabelecia regras claras para a participação e o usufruto de seus associados para receberem seus benefícios ou gozarem de seu auxílio. Seus sócios deveriam ter idade mínima de 12 anos, estarem trabalhando, e suas contribuições seriam acordadas conforme o tipo de associado. Importa assinalar, neste estudo, que, se eram sócios beneméritos ou sócios honorários, diferenciavam-se dos outros, pois havia distinção entre as diversas categorias nas quais estavam distribuídos. De qualquer modo, as práticas realizadas na Sociedade tinham por objetivo preservar a cultura e a tradição portuguesas. Também era mantido o culto aos heróis portugueses, bem como as datas comemorativas e as práticas de auxílio mútuo, com a caridade sempre presente entre as festas e os bailes (PINHEIRO, 2011).

A autora assevera que os associados eram, exclusivamente, portugueses. Compunham um conjunto de cerca de 300 indivíduos quando foi fundada, mas esse número cresceu para mais de 700 sócios em um período de 15 anos. Os recursos da associação vinham de seus sócios mais abastados,

em geral, comerciantes, mas essa também contava com os recursos gerados com festas e promoções artísticas. No final da década de 1950, a Sociedade transformou-se em um clube, que, atualmente, ainda reúne os portugueses e seus descendentes.

Além das sociedades de auxílio mútuo, os portugueses frequentavam os bares, as biroschas e os botequins da cidade, buscando o lazer como forma de descanso após as longas jornadas de trabalho. Nesses locais, podiam se encontrar com os amigos, jogar apostando dinheiro e ampliar sua rede de solidariedade na cidade (VISCARDI, 2000).

### **2.4.3 Os italianos**

O número de imigrantes italianos que chegaram a Minas Gerais, no final do século XIX, é bastante significativo quando verificamos a necessidade premente de mão de obra alternativa ao braço escravo. Dos 49.873 imigrantes que passaram nesse período pela Hospedaria Horta Barbosa, 44.511 eram italianos. Segundo Oliveira (1991), a atração da mão de obra imigrante foi consequência da preocupação dos fazendeiros de Juiz de Fora com a produção cafeeira.

Cumprir assinalar que, em todo o Brasil, esta era a tendência: buscar alternativas para colonizar as terras devolutas e substituir o trabalho escravo. Diante do agravamento do quadro enfrentado pelos fazendeiros, em razão da Abolição, o Governo Imperial começa a subvencionar a vinda de imigrantes, em 1887, no sentido de amenizar o problema de mão de obra na lavoura. A autora afirma que a chegada dos imigrantes italianos era uma medida necessária, a fim de não se perder a produção cafeeira, que estava em crescimento na Zona da Mata mineira. Observa, ainda, que apenas um pequeno número desses imigrantes fixou-se na zona urbana da cidade.

Sendo assim, entre os anos de 1860 e 1879, já era possível encontrar imigrantes italianos trabalhando no centro da cidade. Observando o período destacado, concluímos que, antes mesmo da política oficial de subvenção à imigração de 1887, os italianos ocupavam alguns postos de trabalhos na área urbana: eram mascates, negociantes, trabalhavam em armarinhos e no

comércio de móveis, sapatos, entre outros. Após 1890, aumenta o número de italianos trabalhando na zona rural da cidade (CHRISTO, 2000). A autora esclarece que, diante do grande número de imigrantes que chegavam à cidade após a Abolição da escravatura, Bernardo Mascarenhas criou, em 1888, em Juiz de Fora, a Associação Promotora da Imigração. A iniciativa de Mascarenhas demonstra sua preocupação com a manutenção da mão de obra nas fazendas, a qual, a partir daquele momento, seria constituída por trabalhadores assalariados.

A Associação reunia barões e grandes fazendeiros, que, junto ao Governo Provincial, negociaram a entrada de mais de 30.000 imigrantes na região, sendo que a grande maioria desses imigrantes eram italianos. Mas, para garantir a chegada desse grande contingente de imigrantes, foi necessário construir, em Juiz de Fora, um local para que eles ficassem alojados até serem encaminhados aos locais de trabalho que iriam ocupar. Assim, em 1888, foi criada a Hospedaria Horta Barbosa, que ocupava as terras da fazenda da Tapera, doada por pelo Coronel Custódio Silveira Tristão (CHRISTO, 2000).

A autora pondera que a organização da Hospedaria ficava a cargo da Inspetoria Geral da Imigração, também criada em 1888, com o objetivo auxiliar imigrantes e fazendeiros nos momentos que precediam a contratação. No entanto, a Inspetoria durou apenas um ano, pois uma grande parte dos imigrantes que chegavam à Hospedaria de Juiz de Fora pretendia receber terras do governo para que pudessem trabalhar. A criação das sociedades de auxílio mútuo acompanhou o mesmo movimento da imigração italiana para a cidade. Portanto, em 1878, houve a criação da *Società Operaria Italiana di Mutuo Soccorso e di Mutua Istruzione*, cujo presidente, Francesco Antonio Brandi, era natural de Salerno.

A *Società Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza Umberto Primo* foi fundada em 1887, com objetivo de ajudar os imigrantes, garantindo auxílio no caso de doenças, de desemprego, em casos de funerais, auxílio às viúvas e filhos do associado, em caso de falecimento. Para além das atividades assistencialistas, a Sociedade Umberto Primo realizou bailes, festividades que celebravam a cultura italiana por meio da culinária e das canções, sempre

presentes nas festas e nos diversos momentos destinados ao lazer (CHRISTO, 2000).

Segundo a autora, a presença de uma elite de empresários e comerciantes nas associações italianas era comum. A criação da *União Italiana Benso Cavour* é um exemplo dessa afirmativa, pois possuía, entre seus associados, membros dissidentes da *Società Italiana di Mutuo Soccorso e Beneficenza Umberto Primo*, demonstrando que as tensões estavam presentes também nas organizações criadas para auxiliar o grupo. Acrescenta que, entre as preocupações dos fundadores dessa última organização, estava a questão da língua, pois a comunicação dentro da sociedade se dava em italiano. Além disso, o nacionalismo estava impresso nos nomes de ambas as associações: Umberto Primo, Benso Cavour e Príncipe de Piemonte – formada em 1900, por dissidentes da Umberto Primo – significando uma homenagem àqueles que lutaram pela unificação italiana.

A música, o lazer e a fé foram fatores importantes na manutenção da sociabilidade italiana no contexto da imigração para Juiz de Fora. Entre os espaços de sociabilidades dos italianos, a Irmandade de São Roque agregou grande número de adeptos da fé católica, sendo construída uma capela para as celebrações em torno dessa fé. Essa Irmandade foi criada em agosto de 1902 e reunia um grupo de imigrantes em torno da devoção ao Santo nas celebrações religiosas ocorridas na capela, localizada no Morro da Gratidão, hoje, Morro da Glória. Nas festas, toda a sociedade era convidada para se divertir entre os leilões, o pau de sebo, as bandas de música, os jogos, a queima de fogos, os balões, entre outros. Essas festividades eram importantes espaços de integração social (FERENZINI, 2010).

Entre o final do século XIX e início do século XX, como desenvolvimento urbano da cidade de Juiz de Fora, verifica-se que os imigrantes italianos destacam-se como investidores no setor imobiliário. Segundo Miranda (1990), os italianos formam o grupo que participa, de alguma forma, na nova dinâmica econômica de Juiz de Fora. São ex-fazendeiros que migraram para a área urbana da cidade, fazendeiros que diversificavam seus investimentos entre a produção de café, a pecuária e as indústrias inauguradas na cidade e, por

último, os imigrantes alemães e portugueses, todos envolvidos em atividades econômicas no centro urbano da cidade.

Entre os espaços de sociabilidade dos imigrantes italianos, destaca-se a Casa d'Itália, que foi inaugurada em 1939, tornando-se o local de concentração da elite italiana que migrou para a cidade. Sua construção refletia a identidade fascista do período, que priorizava monumentos erguidos em torno do nacionalismo. Raphael Arcuri foi responsável pelo projeto da construção em região nobre da cidade. A Casa d'Itália está localizada até hoje na Avenida Rio Branco, principal avenida da cidade. E, embora tenha sido fechada durante a década de 1930, atualmente, é possível aprender italiano através da realização de cursos e desfrutar de um restaurante de culinária italiana. Por tudo isso, a Casa d'Itália é reconhecida como centro da cultura e tradições italianas em Juiz de Fora (CHRISTO, 2000).

#### **2.4.4 Os sírios e libaneses**

A maior parte dos imigrantes sírios e libaneses trabalhava e sobrevivia da agricultura, em seus países de origem. No entanto, dependiam da qualidade da terra para produzirem alimentos, enfrentavam a falta de água para o trabalho na lavoura, e, somando-se a esses fatores, embora seja considerada de menor relevância, a perseguição religiosa dos muçulmanos foi outro motivo da expulsão de sírios e libaneses, pois, na maioria, os que chegavam eram cristãos (ALMEIDA, 2000).

Em Juiz de Fora, os sírios e libaneses atuaram em atividades comerciais. No início do século XX, trabalhavam no setor têxtil e em malharias, mas quase sempre o tipo de comércio possuía uma característica familiar, geralmente envolvendo toda a família. O local onde abriam seu comércio ou fábrica era, preferencialmente, próximo às suas residências, localizadas no centro da cidade. Entre esses locais, destacam-se as avenidas Rio Branco e Getúlio Vargas e a rua Fonseca Hermes. Trabalhando em seu próprio negócio garantiam maiores ganhos, comparado ao que receberiam nas indústrias da cidade (ALMEIDA, 2000).

Esses imigrantes foram chegando ao Estado de Minas Gérias, onde a preocupação em recebê-los permeava o imaginário social. Os turcos, como eram reconhecidos na região e no restante do país, fixaram-se em Ubá, Cataguases, Astolfo Dutra, Visconde do Rio Branco, São João Nepomuceno, Rodeio, Juiz de Fora, Tocantins, Leopoldina, Varginha, Caratinga, Bicas, Mathias Barbosa, Passa Quatro, Manhuaçu, Cristina, Carangola, Belo Horizonte, entre outras cidades (DORNELAS, 2008).

A integração dos sírios e libaneses em Juiz de Fora, conforme a autora, ocorreu pelo trabalho e através dos laços familiares. Eles procuraram se inserir no mercado de trabalho, constituir família e, ainda, manter suas tradições de origem, destacando-se, entre elas, a preservação de alguns hábitos alimentares.

A comida pode ser percebida como a maior expressão da manutenção da identidade do grupo, já que esses imigrantes repetiam suas receitas, bastante diferentes da culinária brasileira, em casa. Além da alimentação, a religião também demonstra a necessidade de manutenção das tradições do grupo. A maioria maronita, frequentava, junto à sociedade local, as missas na Igreja São Sebastião, e os católicos melquitas, em maioria sírios, construíram, com auxílio da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, a Igreja Melquita Católica São Jorge, inaugurada em 1965. Essa Igreja é frequentada até hoje por descendentes dos sírios e dos libaneses, bem como pela sociedade juiz-forana de um modo geral (DORNELAS, 2008).

A autora assinala que a sociabilidade dos membros desse grupo dava-se no trabalho e no espaço da Igreja, mas, sobretudo, era na família que encontravam o maior apoio na hora das dificuldades financeiras. Era a família que emprestava o dinheiro para que familiares descendentes sírios e libaneses abrissem seus primeiros negócios na cidade.

Atualmente, as festas realizadas na Igreja Melquita são frequentadas por toda a sociedade local e não somente pelos descendentes do grupo. A Sociedade Beneficente Melquita de São Jorge, além de ser responsável pela realização da Festa de São Jorge, até hoje, direciona os recursos obtidos durante as festividades para doações de cestas básicas para a população carente de Juiz de Fora (ALMEIDA, 2000).

Segundo a autora, na década de 1960, outro importante espaço de sociabilidade dos imigrantes sírios e libaneses foi construído em Juiz de Fora. Trata-se do Clube Sírio e Libanês de Juiz de Fora, que reúne imigrantes e descendentes em torno de práticas culturais. Nesse espaço, acontecem, nos dias atuais, feiras gastronômicas com apresentação de danças típicas, além de festas de casamentos e batizados dos associados.

## 2.5 A IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM JUIZ DE FORA

Por ser o centro das reflexões realizadas neste estudo, optou-se por iniciar a apresentação do processo de imigração alemã para Juiz de Fora com a entrevista de Roberto Dilly<sup>23</sup>, descendente de imigrantes da segunda imigração, ocorrida em 1858.

A maior parte dos imigrantes vieram da Renânia Palatinato, na época chamada de *Wester Damistah*. É uma região próxima da Colônia que foi capital de Alemanha Ocidental e com a divisão após a guerra, a Colônia foi capital da Alemanha durante muitos anos. Próximo do Rio Reno, do Reno, ali, e próximo da França, na região mais produtora de vinhos. A maior parte vem dali, mas não é só dali. Vem gente do norte, pouca gente vem do norte da Alemanha. Inclusive essa chegada, ela é muito interessante, porque Juiz de Fora não conhecia a figura do protestante na cidade de Juiz de Fora. Era uma cidade 100% católica. Com essa chegada da imigração alemã, 50% desses imigrantes eram luteranos, principalmente, os que vem do norte da Alemanha, da origem da Prússia, e quando chegam aqui causam um transtorno muito grande, porque nosso primeiro vigário, Tiago Mendes Ribeiro, era negro, intolerante e fica desesperado com os demônios loiros dos olhos azuis. Passa chamá-los assim e passa tratá-los assim. Proíbe que eles sejam enterrados no cemitério, campo santo, porque eles são protestantes. Isso vai criando algumas coisas bem curiosas. Se você visitar hoje o cemitério de São Pedro ou o cemitério da Glória, você vai encontrar um cemitério dividido por uma avenida ao meio: a direita é católica e a esquerda luterana. Isso é preservado até hoje, os dois cemitérios de colonização alemã preservam essa prática. [...] Meu primeiro tetravô que vem se chama Conrado Dilly. Ele vem aos 59 anos da Renânia Palatinato junto com a esposa, pouquinho mais nova que ele, com cinco filhos: quatro homens e uma mulher. E eu sou descendente do caçula, Ludwick, que vem com eles também, vem com 17 anos. Ludwick é que dá de onde eu venho, de onde sai nossa família toda. [...] Eu acho bacana você pensar que para a minha família, os imigrantes que vieram pra cá, na sua grande maioria, nunca antes [...] eles moravam no interior

---

<sup>23</sup> A entrevista de Roberto Dilly está arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som da Fundação Alfredo Ferreira Lage – FUNALFA.

da Alemanha ou no interior da Áustria, no Tirol. Nunca tinham visto o mar antes e de repente eles se veem dentro de um caixote de madeira com uns panos, que eram as velas, ao sabor dos ventos, em viagens que, as mais rápidas eram de trinta e cinco, quarenta dias. Às vezes, setenta dias você em alto mar. Você imagina o que devem ter passado esses homens? Eram homens, mulheres, crianças.

Os imigrantes alemães vieram para trabalhar como engenheiros, técnicos e operários especializados nas obras de infraestrutura da Estrada União e Indústria. Em um primeiro momento, somente os primeiros imigrantes foram utilizados como mão de obra nessa construção, enquanto os que chegaram dois anos mais tarde, em 1858, foram encaminhados à Colônia Agrícola Dom Pedro II, que também foi projetada por Mariano Procópio. A finalidade aparente em levar os imigrantes para a Colônia era o trabalho na produção agrícola, destinado a abastecer o mercado de alimentos da cidade, mas a péssima qualidade do solo fez com que esse projeto fracassasse. Na Colônia, estão as origens dos bairros Borboleta e São Pedro, berços das ocupações dos imigrantes germânicos que chegaram a Juiz de Fora.

Os alemães possuíam origens distintas: Tirol, Hessem, Badem, Prússia, Hosteim, Scheleswig. Embarcavam no Porto de Hamburgo, pois a Companhia União Indústria contratava técnicos e operários através da casa Mathias Christian Shoroder, localizada nessa região (OLIVEIRA, 1991).

A Tabela 3, a seguir, mostra a procedência da imigração alemã que, em 1858, teve como destino a cidade de Juiz de Fora:

Tabela 3: Total de Imigrantes por local de procedência.

<b>DATA</b>	<b>BARCA HAMBURGUESA</b>	<b>Nº DE IMIGRANTES</b>
24/04/1858	<i>TEEL</i>	232
25/06/1858	<i>RHEIN</i>	102
25/07/1858	<i>GUNDELA</i>	290
29/07/1858	<i>GUSSNER</i>	246
04/08/1858	<i>OSNABRUCK</i>	215

Fonte: CASTRO, 1995.

A Villagem<sup>24</sup> era a opção de moradia dos alemães que vinham prestar serviços para a Companhia. Por ser uma região localizada próxima ao centro antigo da cidade, propiciava aos imigrantes um entrosamento maior com a sociedade juiz-forana naquele período. Após a falência da Colônia Agrícola, em 1885, até mesmo os colonos alemães que trabalhavam na área rural migraram para a Villagem e para outros pontos da cidade.

É importante assinalar que tanto a primeira leva de imigrantes quanto a segunda devem ser percebidas como parte do projeto de Mariano Procópio de conseguir braços para a construção da Estrada União e Indústria. Na realidade, o objetivo de atender à política imigrantista do Império, colonizando as terras improdutivas, tinha pouco interesse para Mariano. Responsável pela construção da estrada, ele pretendia, além de utilizar o braço imigrante na obra, valorizar suas terras, construindo a Colônia com o dinheiro repassado pelo Governo para subvenção, através da “Repartição Geral de Terras Públicas” (OLIVEIRA, 1991).

Já no início da formação da colônia na cidade, os conflitos marcavam as relações entre colonos e administradores, tendo como principal motivo as cobranças que a Companhia União e Indústria fazia aos trabalhadores das despesas com a viagem para o Brasil. Os conflitos também decorriam das péssimas condições de moradia e trabalho encontradas pelos imigrantes em Juiz de Fora e dos embates religiosos entre os imigrantes luteranos e a Igreja Católica. Em conjunto, esses fatores acabaram determinando, gradativamente, o fim da Colônia que, em 1870, começa a ser abandonada (ARANTES, 2000). A Figura 1 mostra a Villagem - Colônia Agrícola:

---

<sup>24</sup> A Villagem era o nome dado à vila onde residiam os imigrantes alemães, operários, técnicos e engenheiros, localizada no Morro da Gratidão, atual Morro da Glória.

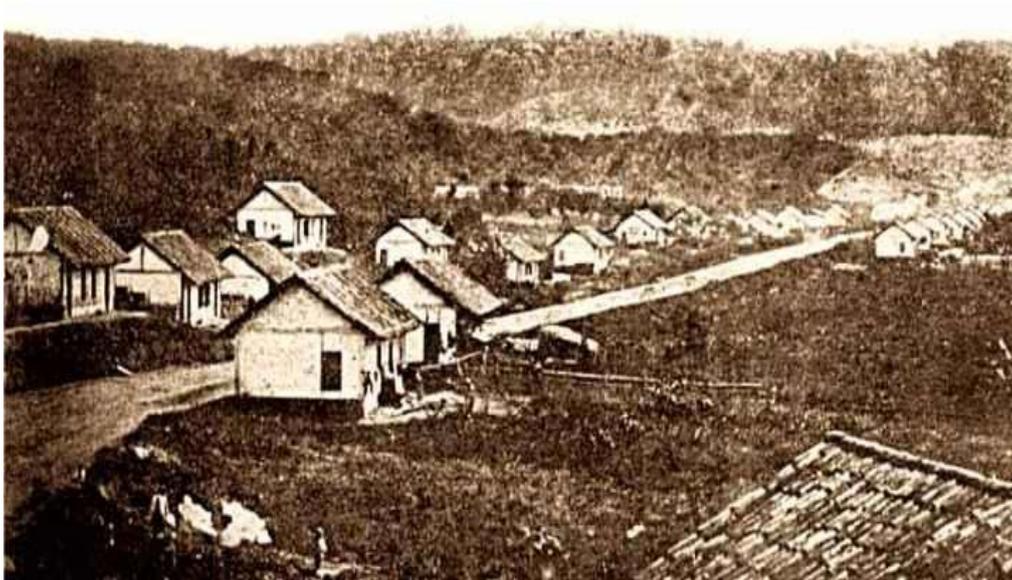


Figura 1: Villagem.  
Fonte: Juiz de Fora *on-line*<sup>25</sup>.

Segundo Valéria Leão Ferenzini (2003), no artigo intitulado “A Festa de São Roque: imigração italiana e identidade étnica”, o Morro da Gratidão, atualmente Morro da Glória, foi ocupado não somente por imigrantes alemães, mas também por italianos. A relação entre os imigrantes e os padres redentoristas que assumiram o Curato da Glória em 1893, no contexto da Reforma Católica, nem sempre foi pacífica. No início, logo após a fundação do Curato pelos alemães, as missas eram celebradas em latim, português e alemão, mas com o projeto reformador, os padres, aos poucos, retiraram a língua alemã das celebrações.

A Primeira Guerra Mundial, segundo a autora, acirrou ainda mais esse conflito, mas, antes, afastar de vez qualquer forma de atuação dessa comunidade junto à Igreja. Sendo assim, a celebração da Festa de Nossa Senhora da Glória em Juiz de Fora, antes de seguir um modelo padronizado de uma ação imposta, encontrou, por parte daqueles que a frequentavam, uma grande resistência, fato destacado no artigo em questão.

A partir dos dados apresentados anteriormente, pode-se concluir que os imigrantes que chegaram a Juiz de Fora buscaram diferentes formas de ampliar seus espaços de convívio. As relações estabelecidas a partir da

---

<sup>25</sup> Site Juiz de Fora *on-line*. Disponível em:  
<[http://www.espeschit.com.br/historia/juiz\\_de\\_fora/](http://www.espeschit.com.br/historia/juiz_de_fora/)>. Acesso em: 20 dez. 2015.

formação de associações assistencialistas e clubes recreativos devem ser percebidas, antes de tudo, como ponto de partida com objetivo de solidificar os laços de solidariedade e ampliar os espaços de sociabilidade para aqueles que, por motivos diversos, tinham optado por imigrar para um país distante, com valores culturais, língua e tradições bem diferentes das suas.

Sobre a participação dos imigrantes alemães no desenvolvimento econômico da cidade, ressaltamos que, entre os anos de 1858 e 1912, 43,07% dos estabelecimentos comerciais instalados na cidade pertenciam a alemães, a saber: Cervejaria José Weiss, Cervejaria Germânia, Cervejaria Dois Leões, Curtume Krambech, Fábrica de Cerveja Poço-Rico, Grades Sanitarias Schmitz, Fábrica de malha Antônio Meurer, Máquinas de Fundação Kascher e Irmão, Doces Christiano Horn, Malharia Waltemberg, Malharia Stumpf, Malharia Surerus, Malharia Sedam e Elsam, entre outros. Percebe-se que as pequenas manufaturas artesanais crescem e se desenvolvem, tornando-se indústrias de pequeno porte, que serão de grande importância para o desenvolvimento industrial da cidade (OLIVEIRA, 1991).

### **2.5.1 De Colônia Pedro II a bairro Borboleta**

O bairro Borboleta está localizado na zona oeste da cidade de Juiz de Fora e, a exemplo do que ocorre em outros lugares da cidade, sofre com o crescimento desordenado e a falta de planejamento urbano. Atualmente, inúmeros loteamentos populares do projeto do Governo Federal, denominado “Minha Casa Minha Vida<sup>26</sup>”, circundam a comunidade, onde, até meados do século XX, podiam se vistos bosques e pequenas matas que protegiam as encostas e em cujo centro eram construídas as casas dos moradores.

Na entrada da antiga Colônia, avista-se a gruta de Nossa Senhora Aparecida, que está ali há muitos anos. Localizado nas proximidades da gruta, e já em ruínas, encontra-se o prédio onde funcionava a Escola Agrícola, fundada em 24 de junho de 1869 por Mariano Procópio, com o propósito de transmitir as técnicas da agricultura aos filhos dos colonos. Seguindo na mesma via que dá acesso ao centro do bairro, depara-se com o prédio

---

<sup>26</sup> O programa do Governo Federal de financiamento da casa própria.

reformado da antiga Cervejaria Borboleta, de propriedade dos irmãos Scoralick, tradicional família de descendentes alemães<sup>27</sup>.

O bairro possui uma estrutura urbana razoável e alguns serviços de atendimento aos moradores. Funcionam ali: um pequeno comércio localizado no centro do bairro, escolas, a Igreja Católica São Vicente de Paulo e, a seu lado, a Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha. Outras entidades se encontram presentes no bairro: a Igreja da Comunidade Luterana e a Fundação Espírita Aurílio Esteves, fundada em 1956; o *Sport Clube Borboleta* e a antiga Quadra da Escola de Samba Borboleta, espaço onde hoje são desenvolvidas atividades esportivas e recreativas.

Cercado pelo Morro do Alemão, o bairro Borboleta abriga reconhecidos antiquários da cidade que, pela qualidade das peças garimpadas por seus proprietários, chamam atenção não só dos moradores locais, mas também de visitantes. Casas, como as da família Muller e Weiss, ainda mantêm elementos da arquitetura típica do final do século XIX, trazida e preservada pelos colonos alemães.

Luiz José Stehling (1979), na obra intitulada **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães**, informa que os imigrantes alemães depararam-se com inúmeras dificuldades ao chegarem a Juiz de Fora, mas, sem dúvida, a falta de moradia foi a maior delas. Mariano Procópio não havia preparado o terreno destinado à construção da Colônia, de forma que as famílias alemãs foram, provisoriamente, alojadas em um acampamento localizado perto da Lagoa da Gratidão. Alguns desses colonos contraíram tifo, devido às péssimas condições sanitárias do local, fato que obrigou a Cia. União e Indústria a construir rapidamente uma enfermaria para tratar os doentes, mas muitos não sobreviveram.

Somente em 1863, as casas dos colonos ficaram prontas e em estado bastante precário. A Colônia Dom Pedro II foi dividida, geograficamente, em dois espaços: a parte de cima deu origem ao bairro hoje conhecido como São

---

<sup>27</sup> Algumas das informações contidas no histórico do bairro Borboleta foram retiradas do **WILLKOMMEN**: Portal Borboleta. O texto de autoria de Vicente Clemente, descendente alemão, filho de Phillip Clemens, demonstra toda uma visão saudosista do autor. O vídeo foi postado por Luiz Henrique Eiterer, em 3 de setembro de 2010.

Pedro; a ocupação de baixo era denominada Villagem, hoje rua Bernardo Mascarenhas, localizada no bairro Fábrica (STEHLLING, 1979).

O bairro Borboleta estava localizado no centro desse grande espaço geográfico onde se assentavam os aglomerados de imigrantes e onde eram cultivados alimentos para o abastecimento do mercado de Juiz de Fora. Não havia demarcação dos espaços ocupados pela Colônia e, nesse sentido, não é possível identificar, espacialmente, o bairro em sua formação original, já que era parte de um conglomerado populacional maior. Os indícios da inexistência dessa demarcação podem ser percebidos nos depoimentos de Vicente Clemente. Segundo o autor, o nome Borboleta tem sua origem quando à época da formação do agrupamento populacional da Colônia ou dos vestígios que ficaram depois da extinção da mesma uma porteira ou um marco não especificado da arquitetura local que lembrava uma borboleta induzia as pessoas a se referirem ao local por essa denominação, que foi se consolidando. Conforme relembra Clemente (2008), tornou-se comum ouvir as pessoas falando: “vamos a [sic] Borboleta”. Entretanto, uma dessas versões sobressai como um “folclore” da região.

Segundo o autor, contava-se a história de que uma linda jovem alemã saía todas as tardes para aprender a língua portuguesa com seu professor, e que ambos adentravam na mata que circundava o povoado. Mesmo com todos os cuidados tomados pela mãe da menina, ela continuava a sair às escondidas para as aulas. Tal fato provocou a curiosidade das vizinhas que diziam: “*Achschmetterling, Du flienteimmer zum fensterraus*” [sic]<sup>28</sup>.

O trecho do livro de Clemente (2008, p. 46) em que aparece o significado da expressão “Oh, borboleta, tu sempre voas para fora da janela [...]” é repleto de elementos simbólicos. Esses se referem à forma pela qual os indivíduos elaboravam, no dia a dia, a apropriação de seu espaço em uma nova terra, utilizando, nessa prática, elementos identitários comuns às duas culturas, a alemã e a brasileira: a menina que desejava aprender o português; a mãe alemã zelosa; a interação da comunidade (mesmo que através da fofoca); e, por fim, o professor brasileiro encantado com a beleza alemã, são

---

<sup>28</sup> A tradução da frase é: “Oh, borboleta, tu sempre voas para fora da janela”. Ver: CLEMENTE, Vicente. **Os alemães e a borboleta**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada, 2008. p. 46.

elementos que demonstram a construção de uma via de intercessão entre brasileiros e alemães.

O significado idílico e singular que o povoado adquiriu no texto de Clemente (2008), ao ser construído em uma área de mata, especificamente, para abrigar os agricultores alemães e o formato original do bairro acabou criando um imaginário que remetia às experiências vividas na terra de origem. Todo esse universo, espacial, social e cultural, foi reproduzido simbolicamente pelos descendentes alemães, descortinando o desejo do grupo de ser representado por uma identidade idílica incorporada ao folclore da região.

Nessa obra, a subjetividade e o simbolismo de práticas expressas em iniciativas, como a de solicitar o registro da Festa Alemã, a valorização do papel do imigrante na industrialização da cidade, a coesão do grupo e as homenagens ao espírito empreendedor dos alemães indicam anseios de pertencimento e solidariedade presentes em seu discurso e que respaldam a reivindicação da identidade do grupo.

Nesse local, antiga Colônia Agrícola Dom Pedro II, no final da conturbada década de 1960, foi realizada a primeira Festa Alemã. Sua primeira versão teve o formato de um festival de chope e, entre chucrutes, tortas e joelhos de porco, que eram comercializados nas barracas, estava o pão, que, somado a esse conjunto de elementos, atribuíam-lhe o significado necessário para ser traduzido e composto como uma tradição alemã.

### **3 O PÃO E A FESTA: A INVENÇÃO DA TRADIÇÃO**

#### **3.1 OS MOVIMENTADOS ANOS 1960: JUIZ DE FORA DENTRO DO CONTEXTO HISTÓRICO NACIONAL**

A década de 1960 marcou, profundamente, a História do Brasil. Década traumática e praticamente inaugurada por um golpe que implantou a ditadura militar no país, por um período de 21 anos, de 1964 a 1985. Boris Fausto (2002, p. 252) tece sua análise em torno desse evento, salientando que, em nome de uma pretensa “intervenção defensiva”, idealizada por membros de uma elite conservadora, João Goulart seria deposto após assumir a presidência do país, diante da renúncia de Jânio Quadros. Para os setores que se opunham às mudanças políticas, econômicas e sociais previstas por Jango, era preciso manter a estabilidade político-econômica do país, ameaçadas pela tendência de esquerda do governo.

O autoritarismo seria a marca desse período em que o Brasil foi governado por Atos Institucionais. Assim, podia-se colocar em prática a censura, a perseguição política e a repressão em todas as instâncias onde fosse necessário banir as ideias comunistas. Os principais focos dessa perseguição foram os centros estudantis, as mais variadas formas de expressões artísticas, lideranças sindicais e alguns setores da Igreja Católica. As exceções eram restritas aos grupos associados, de alguma forma, ao governo militar (FAUSTO, 2002).

Segundo o autor, economicamente, verifica-se a continuidade do Estado no controle da economia. O contexto descrito foi caracterizado pela abertura ao capital externo, pelo endividamento do país e pelo “milagre” econômico, localizado entre os anos 1969 e 1973. Além disso, esse período também é reconhecido na história do país, pelo grande crescimento econômico, controle inflacionário e favorecimento da indústria, do setor de serviços e da agricultura. Não assistimos, contudo, ao esmagamento cultural, que, apesar de sofrer com a repressão, tratou de resistir aos ataques da censura. Foram perseguidos nesse contexto: jornalistas, estudantes, sociólogos, parte do clero, arquitetos, artistas, entre outros. Mesmo diante do quadro repressivo, foi possível perceber

um crescimento do marxismo nas livrarias do Rio de Janeiro e de São Paulo, além das peças de teatro e festivais que demonstravam “[...] além da luta, um compromisso [...]” com os ideais da esquerda socialista (SCHWARZ, 2014, p. 8). Assim como Roberto Schwarz, Heloísa Buarque de Hollanda (2004) também aborda o período sob um olhar que destaca a marca da resistência no movimento de intelectuais, que buscavam novas maneiras de se expressar culturalmente, na contramão do Golpe Militar. Dentro de um quadro marcado pela instauração de ditaduras militares por toda a América Latina, depara-se, na análise dessa autora, com outra versão dos anos de 1960; então, podia-se perceber a década de 1960 como um momento de “desbunde”. Os mesmos elementos que inspiravam a resistência dos intelectuais brasileiros podiam ser encontrados no movimento da contracultura, que ganhava força nos Estados Unidos da América (EUA), mudando atitudes e comportamentos mundo afora.

Essa também é a década da construção do Muro de Berlim, da chegada do homem à lua, das canções dos Beatles, do movimento *hippie*. No Brasil, o Tropicalismo, mais do que um simples estilo musical, começa a ter grande influência na cultura em geral. Brasília torna-se a capital do país e, enquanto se realizava o Primeiro Festival da Canção Brasileira, em 1965, nos Estados Unidos, já no final da década, assistia-se ao Festival de Woodstock, demonstração máxima da liberdade que se pretendia naqueles anos. De acordo com Hollanda (2004), o mundo ainda assistia a movimentos que pretendiam modificar a sociedade desejando torná-la melhor. Esse era o caso dos movimentos contrários à Guerra do Vietnã, nos Estados Unidos; da luta pela transformação do sistema educacional, na França; e dos movimentos pela liberdade sexual e pela valorização da mulher.

Assim, em meio a esse contexto de grandes transformações, a Festa Alemã foi criada em Juiz de Fora. Inicialmente, o evento tinha como objetivo sanar pequenos problemas que afligiam os moradores do bairro Borboleta, antiga Colônia Alemã na cidade, mas, depois, o evento foi ganhando outras proporções. Mesmo que seus criadores não tivessem a menor ideia do que estavam construindo naquele conturbado período, encontra-se, aqui, a origem de uma das maiores festas de Juiz de Fora. Os protagonistas da *Deutsches Fest* poderiam ter criado qualquer outro evento para driblar as dificuldades do

bairro, mas a identidade marcada por um passado comum, ligado pela imigração para o Brasil, determinou que a Festa Alemã tivesse características culturais que rememorassem algumas das tradições de pessoas que, um dia, ocuparam aquele lugar: os imigrantes alemães. Tendo essa moldura como ornamento, a Festa Alemã aconteceu e, com os recursos obtidos com sua realização, os problemas de infraestrutura do bairro foram sanados. Desde então, com exceção de alguns anos, a *Deutsches Fest* faz parte do calendário de eventos da cidade com grande repercussão.

### 3.1.1 Juiz de Fora e a ditadura militar

A percepção de que Juiz de Fora era uma “ilha de conspiração”, conforme escreveu Carlos Fico (2014), em seu livro **O Golpe de 1964: momentos decisivos**, tem por base o fato de que a cidade se tornou, nesse contexto, palco de encontros de políticos como Magalhães Pinto, o Marechal Odílio Denis e o General Olympio Mourão Filho, que atuava na 4ª Divisão de Infantaria do Exército, de onde foram organizadas ações para deposição de João Goulart, em 31 de março de 1964.

O General Olympio Mourão Filho não estava sozinho nessa empreitada e, entre os que o apoiavam, com maior proximidade, estava o General Luís Carlos Guedes, comandante do IV Regimento Divisionário, cuja sede se localizava em Belo Horizonte. Assim, os primeiros movimentos das tropas militares, na cidade, tiveram início ainda na madrugada do dia 31 de março de 1964. O plano do General consistia em entrar no Estado da Guanabara e seguir até o Ministério da Guerra, tomando-o, assim, com suas tropas e com o apoio que esperava obter de outras forças militares (FERREIRA; GOMES, 2014).

Vale lembrar que Juiz de Fora foi palco para as articulações políticas que determinaram a implantação da ditadura militar no país. Foi possível ver o movimento das tropas e dos tanques, organizados em fileiras, nas entradas e saídas da cidade<sup>29</sup>. A Figura 2, a seguir, mostra essa movimentação dos militares:

---

<sup>29</sup> Ver Figura 2.



Figura 2: “A Marcha dos Tanques: movimentos que precipitaram o Golpe de 1964”.

Fonte: Jornal **Extra**, 30 março de 2014<sup>30</sup>.

Ainda que o Golpe Militar fosse comandado pelos vários setores do Exército nas grandes cidades do Brasil, como São Paulo, Rio de Janeiro e Porto Alegre, os movimentos que o antecederam tornaram-se decisivos no momento em que o próprio governador de Minas Gerais, Magalhães Pinto, “apresentou-se como um líder civil do movimento para depor Goulart” (FERREIRA; GOMES, 2014, p. 335). Todos esses fatores culminaram com a precipitação do Golpe Militar de 1964, que, em Juiz de Fora, causou estranhamento e medo, pois a maioria das reuniões e estratégias eram realizadas em sigilo, e, mesmo que houvesse especulações que levassem a sociedade brasileira a considerar o Golpe Militar uma realidade, o acontecimento, para a maioria dos moradores de Juiz de Fora, foi inesperado.

Dessa forma, é presumível que esse evento tenha ficado marcado na memória da cidade de diferentes maneiras. E, neste ponto da pesquisa, utilizaremos como fonte o Caderno Especial lançado pelo jornal local **Tribuna de Minas**, lançado, em 2014, para marcar os 50 anos do Golpe Militar. Esse

<sup>30</sup> Matéria do jornal **Extra** “Marcha dos tanques: movimentos que precipitaram o Golpe de 1964”. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/marcha-dos-tanques-movimentos-que-precipitaram-golpe-de-1964>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

encarte especial é composto por entrevistas de pessoas que estavam, naquele momento, e, de alguma forma, ligadas àquele movimento. Tais depoimentos tiveram como objetivo contar essa história por meio das impressões causadas na cidade pelos movimentos iniciais do Golpe Militar, liderados em Juiz de Fora pelo General Olympio Mourão Filho, e pelo então governador de Minas, José de Magalhães Pinto.

Portanto, o Caderno Especial será utilizado, neste ponto do estudo, para que possamos perceber como a sociedade, de um modo geral, percebia as articulações militares ocorridas na cidade, nos dias que antecediam a partida das tropas, bem como o momento em que o Golpe de 1964 foi anunciado à imprensa. Nesse sentido, o grupo de entrevistados pelo jornal relata a sua percepção a respeito desse acontecimento de acordo com o papel que exerciam no momento em que ocorreu. Assim, são lembrados momentos como os dos movimentos das tropas<sup>31</sup>, a ação inesperada do exército, bem como as consequências dos exercícios militares no cotidiano da sociedade local, que ficou ilhada, pois, no dia 31 de março de 1964, ninguém podia sair ou entrar na cidade<sup>32</sup>.

Importa enfatizar que, do conjunto de entrevistas, foram priorizados os depoimentos de alguns representantes da sociedade juiz-forana, entre eles, políticos, um artista, jornalistas e uma cidadã, cuja importância está relacionada ao seu endereço, visto que era vizinha do General Mourão. Sendo assim, optou-se pelas entrevistas de Tarcísio Delgado, ex-prefeito de Juiz de Fora, com mandatos entre os anos de 1983-1988, 1997-2000 e 2001-2004, ex-deputado estadual entre os anos de 1971-1974 e ex-deputado federal nos períodos 1974-1978 e 1979-1982, e aluno do curso de Direito da Universidade Federal de Juiz de Fora entre os anos de 1991 a 1994, sendo eleito presidente do Diretório Acadêmico (DA) do curso em 1964; do então jovem ator de teatro da cidade, José Luiz Ribeiro, atual diretor do Grupo de Teatro Divulgação; de uma cidadã comum, Selma Nicodemos, que, em 1964, era vizinha do General;

---

<sup>31</sup> Ver Figura 2: tanques enfileirados na estrada principal que dava acesso à cidade. A foto ilustra a matéria do jornal **Extra**, intitulada “Marcha dos tanques: movimentos que precipitaram o Golpe de 1964”.

<sup>32</sup> As entrevistas que compõem o Caderno Especial do jornal **Tribuna de Minas** – 50 Anos do Golpe Militar – podem ser encontradas no *site* **You Tube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

de dois representantes da imprensa local, Wilson Cid e Jorge Couri, vinculados, naquele contexto, aos **Diários Associados**, e do ex-sindicalista e também ex-deputado federal, Clodesmith Riani, que chegou a manter uma aproximação pessoal com João Goulart.

A primeira entrevista, publicada em 11 de março de 2014, intitulada “Encontros Sigilosos”, traz o depoimento da vizinha do General Mourão, Sra. Selma Nicodemos. Segundo a depoente, os encontros se davam na residência do General, localizada à rua Barão de Cataguases. A Sr<sup>a</sup>. Selma ressalta que a trama foi realizada com grande sigilo para acabar com a “bagunça” que estava ocorrendo no Rio de Janeiro. A entrevistada relata que os encontros de Mourão, Magalhães Pinto e mais “um terceiro” – não especificado – tinha como objetivo eliminar a “ameaça comunista”<sup>33</sup>.

Na reportagem publicada em 17 de março de 2014, o fotógrafo Jorge Couri registrou, em foto, o momento do anúncio oficial de que um destacamento militar partiria de Juiz de Fora para depor o Presidente João Goulart. O fotógrafo, que trabalhava nos jornais locais, **Diário Mercantil** e **Diário da Tarde**, relata que foi convocado para ir à 4<sup>a</sup> Região e, ao questionar o motivo, foi informado, na própria redação do jornal, ser esse desconhecido, mas que ele deveria estar presente<sup>34</sup> no local.

---

<sup>33</sup> Entrevista de Selma Nicodemos. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

<sup>34</sup> Entrevista de Jorge Couri. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.



Figura 3: Reportagem sobre a ditadura militar - **Diário Mercantil**.  
Fonte: Faculdade de Comunicação-FACOM/UFJF<sup>35</sup>.

O jornalista Wilson Cid, que trabalhava nos mesmos jornais que Couri, e ainda na Rádio Sociedade, também havia sido intimado, junto com o colega Paulo Emerich, que, em 1964, trabalhava na Rádio PRB-3. O General Mourão Filho estava, assim, convocando toda a imprensa da cidade para anunciar, oficialmente, o Golpe de 1964<sup>36</sup>.

<sup>35</sup> Matéria "Ditadura Militar em Juiz de Fora: da revolução à realidade". **Blog Comunicação, Cidade, Memória e Cultura/FACOM/UFJF**. Disponível em: <<https://pesquisafacomufjf.wordpress.com/2013/06/14/ditadura-militar-em-juiz-de-fora-da-revolucao-a-realidade>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

<sup>36</sup> Entrevista de Wilson Cid. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

Wilson Cid, cuja entrevista foi publicada em 17 de março de 2014, sob o título “A Imprensa em Juiz de Fora”, afirma: no momento em que houve a convocação da imprensa, não foi dada nenhuma informação sobre a censura que os meios de comunicação passariam a sofrer. Ao contrário do esperado, e no mesmo dia, foi formada uma comissão permanente de imprensa que estaria vinculada à 4ª Região com a missão de noticiar o andamento das ações militares ali desenvolvidas. Vale ressaltar que o General desejava comunicar à cidade apenas o que fosse oficial e que representasse o comando do Exército.

Cid (2014), em entrevista presente na Internet, esclarece que o grupo de comunicação de maior alcance em Juiz de Fora, os **Diários Associados**, era favorável ao Golpe. Podemos aferir, diante da entrevista do jornalista, que os responsáveis pelos **Diários Associados** não sabiam o que estava por vir, visto que, posteriormente, os jornais começaram a ser censurados, sendo obrigados a reformular os textos originais ou substituí-los por amenidades, ou mesmo, no momento da diagramação, a colocarem uma “Ave Maria” ou uma receita de “Bolinho de bacalhau” no lugar da matéria censurada. Segundo o jornalista, a imprensa era duplamente censurada: sofria com os ataques da polícia e da própria imprensa local, que tinha seus interesses no Golpe de Estado.

Dando continuidade às informações a respeito do Golpe, em 21 de março de 2014, é publicada a entrevista do teatrólogo José Luiz Ribeiro, no caderno **Censura às Artes**. Em seu depoimento, o artista e diretor do Teatro Grupo Divulgação, criado em 1966, revela a censura sofrida pelos estudantes universitários. Ribeiro considera que, inicialmente, os textos eram censurados por pessoas pouco qualificadas, segundo ele, os censores não passavam de delegados de polícia. No entanto, o entrevistado observa que, em 1971, com a chegada de censores mais qualificados à cidade, o Grupo Divulgação é obrigado a reformular o conteúdo de seus textos, transmitindo mensagens que denunciassessem, de forma indireta, a censura sofrida<sup>37</sup>.

---

<sup>37</sup> Entrevista de José Luiz Ribeiro. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

Tarcísio Delgado e Clodesmith Riani têm suas entrevistas publicadas no dia 24 de abril de 2014, sob o título “A política juiz-forana na década de 60”. O ex-prefeito Tarcísio Delgado declara ter apoiado o Golpe inicialmente, argumentando que era contra a política de João Goulart, mas que, ao perceber suas consequências, tratou de filiar-se ao Movimento Democrático Brasileiro (MDB), partido contrário ao Regime Militar pelo qual foi, inclusive, candidato a prefeito de Juiz de Fora na década de 1970. Em sua entrevista, Tarcísio enfatiza que, mesmo com sua adesão ao partido que representava a esquerda no período, não foi possível, naquele momento, mudar o quadro político na cidade, pois ele perdeu as eleições para o candidato Francisco de Mello Reis, filiado à Aliança Renovadora Nacional (ARENA), partido que apoiava os militares.

Clodesmith Riani, devido à sua participação na política sindical, vinculada ao Partido Trabalhista Brasileiro (PTB), também foi uma das vítimas que sofreram com a repressão política empreendida na cidade. Foi preso e espancado na 4ª Região Militar do Exército, sediada em Juiz de Fora e, durante um interrogatório, foi forçado a assinar um documento afirmando que Leonel Brizola era comunista. Riani (2014) relata que foi obrigado a pedir perdão ao Coronel encarregado de sua interrogação, mas enfatizou, naquele mesmo momento, que ele não era Brizola, mas sim João Goulart, e que não considerava os dois políticos comunistas. Diante de suas revelações, o entrevistado descreve os chutes nos tornozelos e os vários socos que recebeu nos rins<sup>38</sup>. Ainda se lembra de que, no mesmo local onde ele estava detido para interrogatório, encontravam-se vários outros presos políticos, colocados no pátio, enquanto ele permanecia separado dos demais.

Nas entrevistas para o jornal **Tribuna de Minas**, há relatos sobre as prisões ocorridas em Juiz de Fora. Nos depoimentos de Cid (2014) e de Riani (2014), fica evidente a prisão de outras pessoas e a perseguição a outros políticos locais, que, no entanto, não são citados nominalmente. Mas, é fato que as prisões políticas, em Juiz de Fora, ocorreram em momentos diferentes da instalação do Regime Militar no Brasil.

---

<sup>38</sup> Entrevistas de Tarcísio Delgado e Clodesmith Riani. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

Sobre esse tema, destaca-se a dissertação de Mestrado de Flávia Maria Franchini Ribeiro (2007), intitulada **A subida do monte purgatório**: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969-1972), na UFJF. A pesquisa faz referência ao período em que alguns presos políticos pela ditadura militar estiveram detidos na Penitenciária Regional José Edson Cavalieri, conhecida, localmente, como Penitenciária de Linhares.

A autora pondera que, embora nem toda a sociedade local tivesse conhecimento da presença de presos políticos detidos na Penitenciária de Linhares, em 1969, o presídio chegou a receber entre 104 e 105 detentos aproximadamente. E, se no ano anterior, 1968, foram contabilizados de 18 a 19, encarcerados, em 1970, a penitenciária detinha 47 presos políticos, e, em 1972, esse número cai para 32 presos. Embora o presídio não tivesse sido construído com a finalidade de alojar presos políticos, foi ali que muitos ficaram depois de passarem por um duro processo de interrogatório e tortura. A autora conclui que, após ser inaugurado, em 1966, como sistema prisional comum de Juiz de Fora, o presídio também foi utilizado pelos militares.

Ribeiro (2007) constata, todavia, por meio dos depoimentos dos presos políticos Carmela Pezzuti e Maurício Paiva, que não havia tortura no local. O presídio, segundo os depoentes, era uma espécie de cárcere transitório, onde muitos presos aguardavam o andamento de seus processos após um longo período de torturas físicas e psicológicas. Segundo a autora, o local era descrito pelos entrevistados como: “purgatório”, “limbo”, “férias” e até mesmo como “colégio interno”. Esses termos são indícios de que, no Presídio de Linhares, os presos políticos não sofriam tortura, estando ali apenas para aguardar o veredito final de seus julgamentos.

### **3.1.2 Efervescência Cultural: as manifestações culturais dos anos 1960 em Juiz de Fora**

Juiz de Fora que, até o início da década de 1960, é regida por uma economia industrial e comercial, que lhe rendeu a alcunha de *Manchester Mineira*, passa a sofrer as consequências de um novo modelo de desenvolvimento com a chegada de novos grupos de investidores e industriais

que trazem consigo a especulação imobiliária. Trata-se de um contexto em que coexistem e chegam a se confrontar dois lados: no primeiro, um novo governo municipal eleito com Itamar Franco, considerado por seus contemporâneos como um político dinâmico e inovador, com novas perspectivas urbanas, instaurando um novo rearranjo urbano sob a égide do engenheiro e seu grupo de técnicos e pensadores, podendo dar vazão às aspirações sociais e culturais da sociedade. De outro lado, e se contrapondo ao primeiro, uma ditadura militar imposta ao país com o Golpe de 1964, que estendia suas arbitrariedades sobre os setores mais ativos da sociedade, sob a opressão e vigilância incessante dos militares, que mantinham, na cidade, uma importante base de direita. Uma sociedade que, ao mesmo tempo em que experimentava uma efervescência cultural, buscava também alternativas e espaços para contornar as provocações sociais do regime militar, e sobreviver à repressão.

O livro **Imprensa, cultura e imaginário urbano**: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora, de Christina Ferraz Musse (2008), recupera os movimentos artísticos e culturais que ocorriam na cidade nesse contexto. Nessa obra, a autora traça o panorama do período, ressaltando as brechas encontradas no cotidiano da cidade para burlar a vigilância da ditadura militar. Essa obra, portanto, será a principal referência para demarcar os espaços de sociabilidade e resistência da cidade.

Segundo a jornalista, a década de 1960, em Juiz de Fora, é marcada, especialmente, pela perda de sua identidade industrial. A cidade encontra-se paralisada nesse período, mas, embora seja perceptível o declínio econômico, ela se mantém como referência regional, sendo um importante centro comercial da Zona da Mata mineira. A cidade continua a crescer, porém, desordenadamente. A autora enfatiza que, se, no decorrer da década de 1960, alguns bairros eram reconhecidos por sua identidade operária e industrial, o novo contexto de desenvolvimento da cidade passa a desconstruir essa característica. Novos setores econômicos, relacionados ao mercado imobiliário da cidade passam a dominar o ramo da construção civil e modificam o centro de Juiz de Fora a partir da construção de novos edifícios.

As mudanças abruptas sentidas no espaço urbano, em função da especulação imobiliária, que avança no final da década de 1960, bem como as transformações operadas pelas inovações realizadas no transporte público de Juiz de Fora, com a extinção dos bondes decretada durante o governo de Itamar Franco, mudam a face da cidade (MUSSE, 2008). Em meio a todas essas transformações, de acordo com a autora, o Golpe Militar de 1964 desarticula vários movimentos culturais e políticos que se gestavam e assumiam um papel importante na cidade. Ressalta-se, neste estudo, a criação da Universidade Federal de Juiz de Fora, que, recém-inaugurada, já sofre com a perda de seu atuante movimento estudantil, nesse contexto, disputado entre a esquerda católica e o Partido Comunista Brasileiro (PCB).

Entre os anos de 1964 e 1968, mesmo sofrendo com a repressão, uma crescente efervescência cultural é percebida alternativamente na cidade. Era a resistência de alguns artistas, intelectuais, sindicalistas e políticos que insistiam em suas ideias de transformar a sociedade local (MUSSE, 2008).

A autora afirma que a rua Halfeld, no centro comercial de Juiz de Fora, era um local de encontro de vários grupos que, nesse espaço aberto, podiam discutir sobre política e cultura. Destaca, ainda, que era possível, mesmo naquele período de repressão pesada, descer essa rua e encontrar pessoas reunidas em pequenos grupos, que, geralmente, eram representantes da intelectualidade e da cultura local, estudantes, misturados a boêmios e transeuntes, confabulando, confraternizando, ou simplesmente, observando a movimentação da cidade.

Outro espaço alternativo que permitia a convivência entre os movimentos urbanos, à época em que a ditadura impunha sua censura às manifestações artísticas e culturais, era a Livraria Sagarana, onde os frequentadores encontravam um vasto e atualizado acervo bibliográfico. Na Livraria, inaugurada em 1967, em pleno Regime Militar, reuniam-se os representantes do PCB, fato que, por si só, bastava para considerá-la um “antro subversivo”, segundo alguns setores da sociedade local (Ibid., p. 148).

Além da Livraria Sagarana, a autora faz referência também à Galeria de Arte Celina, como importante espaço de manifestação cultural entre os artistas locais que ali podiam expor seus trabalhos. A Galeria também abrigava o

Centro de Estudos Cinematográficos (CEC), que promovia inúmeras exposições, mostras de cinema, peças de teatro, além de produções musicais e literárias.

Conforme Zaghetto (2012), entre os eventos culturais, destacava-se o Festival de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora, em suas várias edições. A criação do festival foi uma importante iniciativa do governo Itamar Franco, e era realizado, anualmente, no período de 1968 a 1972, reunindo músicos de importância nacional, entre os quais se destacam: Paulo Sérgio e Marcos Vale, João Nogueira, Leila Diniz, Bibi Ferreira, Milton Nascimento, Clara Nunes, entre outros.

Ressalta-se, neste estudo, que as Secretarias de Educação e Cultura, bem como o Departamento Autônomo de Turismo, eram responsáveis pela realização e organização desses eventos anualmente. Ficava a cargo ainda das duas secretarias, de acordo com a agenda cultural da cidade, promover o samba, dando apoio para que as Escolas de Samba de Juiz de Fora pudessem gravar suas composições em *Long Plays* (ZAGHETTO, 2012). Vale assinalar que todas essas iniciativas ocorreram, em sua maioria, durante o governo Itamar Franco. Percebe-se que a cultura local, logo no primeiro mandato desse prefeito, passou a receber incentivo, levando-se em conta que cabia à Secretaria de Educação e Cultura e ao DAT a responsabilidade de promover seu desenvolvimento.

Assim, o conjunto de ações da prefeitura no mandato de Itamar, principalmente na área de Educação, Cultura e Turismo, aproximando-se dos objetivos do Conselho Nacional de Turismo e da Empresa Nacional de Turismo, pode ser um indício de que o Poder Público de Juiz de Fora se preocupava em desenvolver eventos locais passíveis de reconhecimento pelo Órgão Nacional. Essas orientações mostram a tentativa dos governantes no sentido de trazer para a cidade os investimentos voltados para a valorização da atividade e para a criação de uma agenda de turismo.

Nesse sentido, retoma-se a *Deutsches Fest*. Em uma cidade de 250 mil habitantes à época (ZAGHETTO, 2012), é preciso considerar que havia muita expectativa em termos de realização municipal. Sendo assim, para qualquer setor interessado nesse projeto, estar junto ao prefeito e ao Departamento de

Turismo, participando dessas realizações, podia ser uma via para alcançar um investimento destinado pelo Conselho de Turismo a eventos que atendessem a determinadas características sociais e culturais que recuperassem a identidade perdida da cidade.

Importa ressaltar que, embora em Juiz de Fora ocorressem, regularmente, festas religiosas<sup>39</sup>, que se espalhavam pelos bairros da cidade, nenhuma delas caracterizava a identidade de um grupo local de forma específica. Sendo assim, a criação da Festa Alemã poderia traduzir essa identitária cultural passível de reconhecimento pela cidade, sendo o grande diferencial entre muitos outros eventos. Para tanto, era necessário reconhecer, nas tradições alemãs de origem, a legitimidade necessária para alavancar a *Deutsches Fest* dentro do quadro exposto de valorização do turismo local.

### 3.1.3 Itamar Franco na Prefeitura de Juiz de Fora

Este tópico destaca a administração de Itamar Franco no período em que esteve à frente da prefeitura de Juiz de Fora, entre 1967 e 1970, situando a relação estabelecida entre os representantes da cultura alemã na cidade e o então prefeito. Para abordar o contexto social e político relativo ao período em que Itamar Franco foi prefeito da cidade, bem como algumas das peculiaridades de seu governo, tomamos por base o livro **Itamar e o bando de sonhadores**, de autoria de Ismail Zaghetto (2012), jornalista e protagonista político, contemporâneo do movimento cultural dos anos 1960 e 1970. A obra é uma fonte que retrata o período em que Itamar Franco ocupou a Prefeitura de Juiz de Fora sob o olhar de um dos participantes desse governo e, nesse sentido, deve ser compreendido como sendo uma versão dessa história, a qual retrata a memória do grupo que participou do desenvolvimento da cidade junto a Itamar, ou seja, o “bando de sonhadores”, descrito pelo autor.

Enfatizamos que a escolha desse livro como mote para escrever este subcapítulo tem por objetivo demonstrar o pensamento desse grupo: seus projetos para a cidade, suas análises do período, como pensavam Juiz de

---

<sup>39</sup> Os convites para as festas religiosas podem ser encontrados nas páginas dos jornais locais.

Fora, bem como as pretensões de Itamar para a cidade. O autor evidencia as qualidades positivas de Itamar Franco como homem público. Essa visão torna-se fundamental para a compreensão do lugar que Itamar Franco assumiu entre os protagonistas da Festa Alemã, tornando-se, nesse mesmo período, presidente vitalício do Grêmio Folclórico Teuto-Brasileiro. A seguir, apresentaremos alguns dados bibliográficos desse político.

Itamar Augusto Cautieiro Franco nasceu em 28 de junho de 1930, em Salvador, BA. Filho de Augusto César Stiebler Franco<sup>40</sup> e de Itália América Líria Cautieiro Franco, Itamar não conheceu seu pai, que era natural de Juiz de Fora e que foi vitimado e morto por malária em abril de 1930, antes do nascimento do filho<sup>41</sup>. Cresceu em Juiz de Fora, diplomando-se em Engenharia Civil pela Escola de Engenharia, em 1954. Nos anos de 1952 e 1953, atuou como presidente do Diretório Acadêmico da Faculdade de Engenharia. Entrou para a política pelo Partido Trabalhista Brasileiro. Após essa experiência, filiou-se ao Movimento Democrático Brasileiro, período em que o bipartidarismo é introduzido na política nacional. Em 1966, foi eleito prefeito de Juiz de Fora, permanecendo nesse cargo até 1974, exceções feitas aos anos de 1971 e 1972, quando assume a prefeitura Agostinho Pestana da Silva Neto, também do MDB. Com a saída desse político para cumprir uma determinação do Congresso Nacional, Itamar Franco assume, novamente, a administração municipal.

Itamar Franco foi eleito Senador em Minas Gerais, no pleito de 1975 a 1982, assim como no período de 1983 a 1990. Durante o segundo mandato como Senador, foi eleito vice-presidente da República, na chapa composta com Fernando Collor de Mello, em 1989. Após o *impeachment* de Collor, em

---

<sup>40</sup> Em entrevista, Dilly destaca a ascendência de Itamar Franco, fato que o aproxima dos protagonistas da Festa Alemã: “[...] os registros desses navios, [...] nos permitem a todos os descendentes, hoje nós temos quase oitenta mil descendentes de alemães e austríacos em Juiz de Fora. Alguns não assinam mais o nome, no caso do próprio presidente Itamar Franco, que é da família Stiebler e, com o tempo, pelo casamento e tudo foi perdendo”. Essa entrevista de Roberto Dilly está arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som. FUNALFA. A chegada da família Stiebler no Brasil também foi evidenciada na seguinte obra: STEHLING, L. J. **Juiz de Fora, a Companhia União Indústria e os alemães**. Juiz de Fora: IHGJF, 1979. p. 406.

<sup>41</sup> Os dados biográficos de Itamar Franco foram retirados do *site*: PJF - Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/prefeitos.php>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

outubro de 1992, assume a Presidência, permanecendo nesse cargo até dezembro de 1994. Ao deixar a Presidência da República, Itamar passa a ocupar o posto de Embaixador do Brasil em Portugal e na Organização dos Estados Americanos (OEA), nos Estados Unidos da América.

Itamar Franco governou Minas Gerais no período de 1999 a 2002. De 2003 a 2005, ocupou o posto de Embaixador do Brasil na Itália. Também foi presidente do Banco de Desenvolvimento de Minas Gerais (BDMG), entre os anos de 2007 e 2010. Em 2010, elegeu-se, novamente, Senador da República, pelo Partido Popular Socialista (PPS), permanecendo no Senado até 2011. Licenciou-se do cargo em fevereiro de 2011, para tratar de uma leucemia, falecendo, vítima da doença, em 2 de julho de 2011.

Na introdução da obra intitulada **Itamar e o bando de sonhadores**, Zaghetto (2012) apresenta uma releitura dos anos em que Itamar Franco foi prefeito de Juiz de Fora. Segundo o autor, entre os anos de 1967 e 1970, a cidade viveu um momento histórico peculiar no que diz respeito a seu desenvolvimento. O autor descreve, com um olhar saudosista, a época áurea da cidade: a crescente industrialização, a fundação da Academia Mineira de Letras e da Associação Mineira de Imprensa, em que figuras notórias, escritores e memorialistas, como Murilo Mendes, Lindolfo Gomes, Estevão de Oliveira, Albino Esteves, Gilberto de Alencar, entre outros listados pelo autor, escreviam nos jornais locais.

Na versão histórica de Zaghetto (2012), o período ficou gravado pelas ações de um grupo de pessoas que acabaram deixando sua marca na história da cidade não só pelas obras dos novos engenheiros, entre eles, Itamar Franco, como também por questões culturais maiores: o autor desenha o contexto que se configurou após a Segunda Guerra Mundial, quando a cidade passa por uma queda em seu desenvolvimento, sofre com a ausência de novos empreendimentos e atravessa um importante declínio industrial. Vale lembrar que Juiz de Fora, anos antes, recebera o título de *Manchester Mineira* em uma alusão à cidade inglesa, símbolo da industrialização. O autor salienta, ainda, que, em 1950, enquanto a cidade comemorava o centenário de sua emancipação, as preocupações com seu destino econômico ofuscavam o brilho das festividades em torno de seu aniversário.

Zaghetto (2012, p. 19-20) esclarece que uma apatia também perpassava o movimento político local e se utiliza, para caracterizar o momento, de expressões como “[...] processo dolorido para o orgulho da cidade [...]” e de palavras como “lamento”, ao se referir à decadência industrial da cidade, que chegou a ser reconhecida, no início do século XX, mais industrializada do que a cidade de São Paulo. E, por fim, conclui que todo esse processo de declínio culmina em 1964, com o Golpe Militar. Entretanto, segundo o autor, existiram dois momentos muito favoráveis para a retomada da autoestima da cidade: um deles se refere à fundação da Universidade Federal de Juiz de Fora, em 1961; e o segundo se relaciona à candidatura de Itamar Franco a prefeito da cidade, em 1966. Esse político já havia perdido uma eleição para vereador, em 1958, e outra para vice-prefeito, em 1962. Todavia, ao aceitar o chamado do Prefeito Adhemar Resende de Andrade para chefiar o Departamento Municipal de Água e Esgoto (DAE), Itamar deixaria impressa a sua marca de administrador progressista.

Ao concluir suas reflexões, o autor ressalta o desenvolvimento da cidade durante o governo de Itamar Franco. Além de impulsionar a geografia urbana com suas obras, ampliou o atendimento dos serviços municipais nas áreas de educação, saúde e cultura. Mas o fator de maior relevância para a pesquisa, no governo Itamar Franco, é sua atuação do Departamento Autônomo de Turismo.

Percebe-se, aqui, o início da ligação que se estabeleceria entre Itamar, os descendentes de alemães e a comemoração da Festa Alemã. Sua participação pode ser percebida nos primórdios da *Deutsches Fest*, ainda como Festival de Chope, o que é demonstrado na Figura 4. Sua participação junto à diretoria do Grêmio Folclórico Teuto-Brasileiro também é lembrada nos depoimentos utilizados para este estudo, como o trecho da entrevista de Dirceu Scoralick (2006), que abriu a introdução deste estudo.

### 3.2 A INVENÇÃO DA FESTA ALEMÃ

A Festa Alemã ou *Deutsches Fest* foi criada na década de 1960 por um grupo de moradores do bairro Borboleta, formado, principalmente, por descendentes de imigrantes alemães que vieram para a região trabalhar na Colônia Agrícola Dom Pedro II, fundada por Mariano Procópio.

Em 1967, essas pessoas, motivadas pelas carências sociais da comunidade, uniram-se em torno de um objetivo comum: o de criar o Grêmio Folclórico Teuto-Brasileiro que, mais tarde, promoveria o primeiro Festival de Chope, precursor da Festa Alemã atual. O Grêmio foi criado 1967, e, em 1969, foi realizado o Festival de Chope, que contava, à época, com apoio do então prefeito de Juiz de Fora, Itamar Franco, o qual, segundo Dirceu Scoralick, por seu apoio e participação, recebeu a nomeação de Presidente de Honra da Diretoria do Centro Folclórico, título que conservou até a sua morte, em 2011<sup>42</sup>.



Figura 4: Itamar Franco na abertura do Festival de Chope em 1969.  
Fonte: Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro Willian Dilly.

A Festa Alemã atual, que todos os anos atrai um grande número de pessoas e mobiliza a cidade, reflete a integração dos descendentes alemães na sociedade local, sendo um dos maiores eventos do calendário cultural da

<sup>42</sup>Depoimento de Dirceu Scoralick, arquivado na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som da Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA).

cidade, junto ao *Miss Brasil Gay*, ao Festival de Música Colonial e Antiga, ao *Rainbow Fest* e à Festa *Country*.

Segundo o Diretor da Associação Cultural Brasil-Alemanha (2008-2010), Iverson Morandi de Oliveira, o perfil do público participante da Festa Alemã, ou seja, o visitante típico pode ser assim caracterizado: são moradores da cidade, de todas as faixas etárias de 8 e 80 anos; são, na maioria, trabalhadores assalariados, situados da faixa etária compreendida entre 31 e 40 anos, com escolaridade elevada (graduação ou pós-graduação); têm o hábito de ir ao evento de carro, gastando, aproximadamente, 50 reais por dia no local. Segundo pesquisa de rua desenvolvida durante o período em que Oliveira presidiu a Associação, a divulgação da *Deutsches Fest* ocorreu, em parte, de maneira espontânea, por meio dos próprios visitantes e frequentadores que comentavam com amigos e conhecidos, que, por sua vez, também procuravam o evento, atraídos por suas novidades<sup>43</sup>.

Movidos pelo fim de levantar fundos para a caixa escolar e promover melhorias na escola estadual do bairro Borboleta, onde moravam, Dirceu Scoralick, descendente alemão, e sua esposa Célia, diretora da escola estadual do bairro, escolheram o mês de setembro para as comemorações da Festa Alemã. A ideia foi sendo compartilhada com a comunidade, tomando vulto, até se concretizar no evento com a projeção atual.

Vários grupos atuantes e representativos do bairro se reuniram em torno das mesmas causas: a Igreja Católica, a Igreja Luterana, a Sociedade Pró-Melhoramentos do Bairro Borboleta (SPM), o Esporte Clube Borboleta, a Fundação Espírita Aurílio Braga e a Escola de Samba Borboleta<sup>44</sup>. A pluralidade da Festa Alemã de Juiz de Fora ficou expressa no hibridismo dos elementos que a compõem. Do cenário do festejo, faziam parte as barracas que vendiam os pratos da tradicional culinária alemã, com tortas e pão alemão, joelho de porco, chucrute, salsichas e variados tipos de cervejas, coexistindo também, nas primeiras edições, com a venda de cachorro quente, churros,

---

<sup>43</sup> A entrevista de Iverson Morandi, Presidente da Associação Cultural Brasil-Alemanha (2008-2010), compõe o Dossiê para registro da Festa Alemã.

<sup>44</sup> Depoimento de Dirceu Scoralick, arquivado na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som, Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA).

pipoca, entre outros<sup>45</sup>. Dentro dessa diversidade, importava valorizar e divulgar os pratos germânicos comercializados nas barracas.

Considera-se que a Festa Alemã, com todas as suas atrações – apresentação de danças, as músicas, o comércio de iguarias guardadas nos cadernos de receitas alemães – constitui um elemento-elo que representa a sobrevivência social dos descendentes alemães diante das perdas culturais sofridas com o deslocamento ocorrido no passado, conferindo a afirmação do grupo, desde sua chegada à cidade até os dias atuais. A *Deutsches Fest* também é portadora de um sentido dialógico que transita por meio de várias temporalidades, estabelecendo uma rede de significados na formação da identidade do grupo. Juntamente com outros elementos culturais, o festejo conecta os momentos de partida e de chegada desses imigrantes alemães, permitindo a reinvenção de uma nova tradição em solo novo, a partir da tradição herdada.

A dimensão atual da Festa Alemã pode ser percebida pelo congestionamento de veículos, formado nas principais vias que dão acesso ao bairro durante os dias do evento, bem como pela superlotação em determinados horários. Uma grande quantidade de automóveis circula pela área, e os acostamentos das ruas adjacentes se transformam em estacionamentos desordenados. Além disso, ônibus extras são colocados para servir a população que se desloca para a festa, e, como consequência dessa grande afluência, o público, comprimido pelas ruas, caminha por um longo percurso até o local do evento, como uma grande procissão que percorre a antiga colônia, entre o antigo e o novo, entre a tradição e a modernidade.

No palco da *Deutsches Fest*, é realizado um culto ecumênico nos moldes do festejo original, que remete ao passado distante da primeira Capela de Nossa Senhora da Glória, construída em 1864, com recursos da Cia. União e Indústria, atendendo aos pedidos dos alemães para que os imigrantes pudessem preservar suas práticas religiosas. A Figura 5, a seguir, apresenta um cartaz com apresentação de dança durante a Festa Alemã:

---

<sup>45</sup> A partir de 2010, a Festa Alemã sofre uma reformulação, sendo proibida a presença dos ambulantes entre as barracas.



Figura 5: Cartaz da *Deutsches Fest* de 2014.  
Fonte: *Blog* de Luiz Antonio Caxeiro Sthepan: A IMIGRAÇÃO ALEMÃ EM JUIZ DE FORA<sup>46</sup>.

A força dessa tradição era renovada a cada evento realizado pelo grupo de descendentes dos alemães que migraram para a cidade, e os seus efeitos podiam ser percebidos nos jornais da cidade, pois a Festa Alemã começou a fazer parte do calendário de eventos da cidade. Esse aspecto positivo da celebração deve ser levado em conta quando se aborda a trajetória dos imigrantes alemães.

Nesta pesquisa, faz-se necessário relembrar a perseguição por eles sofrida localmente no período da Primeira Guerra Mundial e pós-Segunda Guerra Mundial influenciada pelas denúncias do nazismo. O contexto das guerras refletiu de forma árdua para a comunidade de alemães. Perseguidos, eram forçados a se esconder e a negar sua identidade. É possível perceber, nos depoimentos dos entrevistados, a construção de uma resistência aos ataques sofridos. Dirceu Scoralick, por exemplo, menciona que os idealizadores do festival tinham medo de realizá-lo em razão da revolta que a guerra gerou na sociedade juiz-forana, instigada contra a comunidade alemã.

---

<sup>46</sup> *Blog* de Luiz Antônio Caxeiro Sthepan: **A imigração alemã em Juiz de Fora**. Disponível em: <<http://stephanimigracaoalema.blogspot.com.br/>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

Sobre o assunto, afirma: “[...] nem todo alemão é nazista, mas todo nazista é alemão [...]”<sup>47</sup>.

Ainda que o medo perpassasse as ações dos criadores do Festival de Chope, a desconstrução da figura do alemão nazista era necessária para o sucesso do acontecimento. E os primeiros passos foram dados nessa direção: uma festa ecumênica, solidária, realizada na rua, para todos que quisessem conviver e se divertir. Dessa forma, a sociedade local acolheu a festa, e ela tornou-se permanente. A “invenção da tradição” foi sendo assimilada pela população ao longo do tempo, na medida em que seus idealizadores investigavam, redesenhavam e organizavam o evento, buscando, em manifestações culturais similares às suas, detalhes sobre músicas, roupas e danças que pudessem ser agregados, compondo, assim, a criação.

No mesmo sentido descrito anteriormente, a expressão “tradição inventada” pode ser entendida como um conjunto de práticas simbólicas que têm por objetivo reavivar ou recriar o passado por meio da repetição de ritos. Dessa forma, práticas antigas ganham novos significados na ritualização da tradição (HOBSBAWN; RANGER, 2008a). Segundo os autores, por serem representações de um passado, os ritos inventados buscam refletir um ideário, veiculando os principais passos dessa reconstrução. Portanto, faz-se necessário realizar pesquisas para recompor, historicamente, uma tradição, e, em decorrência desse inventar, recriam-se hinos, bandeiras, vestuários, emblemas e cores que, por sua força identitária e simbólica, renovam o sentimento de pertencimento comunitário e legitimam o evento, com uma espécie de teatralização.

Hobsbawn e Ranger (2008a) analisam as tradições inventadas como referenciais extraídos do passado e utilizados na composição de práticas novas. Nesse sentido, observa-se a presença de elementos antigos no novo fazer. Tal procedimento suscita uma relação de continuidade representada pela ação de repetição de ritos ou práticas sociais por parte de um grupo ou sociedade, objetivando recriar o que se perdeu no tempo, ou, até mesmo, compensar e suprir a ausência de uma tradição representativa do grupo ou

---

<sup>47</sup> Entrevista gravada em 15/02/06, arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som da Fundação Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA).

sociedade em determinada situação social. Vale lembrar que, enquanto representação, tais práticas devem ser percebidas como construções sociais.

Assim, compreender esse espaço como um universo da representação simbólica, onde a dinâmica do processo criativo transita entre passado e presente, entre o novo e o velho, o local e o global, é uma perspectiva que une mudanças e continuidade. Acima de tudo, o recriar envolve a escolha, e os protagonistas da Festa Alemã fizeram as suas, ou seja, roupas típicas, cores e símbolos, materiais, música, coreografia dos grupos de dança, local para a realização do evento, tudo foi selecionado, tornando esses componentes passíveis de reconfiguração do festejo. Todos os movimentos realizados são pedagógicos, pois as práticas forjadas serão vivenciadas, no momento do evento, por todos que ali estiverem. Comidas, bebidas, fantasias, músicas, instrumentos e danças constituem elementos que, ao serem “reelaborados” por meio das pesquisas realizadas pelos idealizadores do evento, ganharam um significado singular, a partir de novos referenciais. Traduzem a representação de um rito que somente se legitima quando parte dos interesses de um determinado grupo se identifica em sua reinvenção.

Roger Chartier (1990) ressalta que um indivíduo, classe ou grupo, pode fazer-se reconhecer através de uma representação instituída. As identidades estariam impressas nas práticas construídas por eles para ressignificar seu estar no mundo. Pelo fato de serem consequência de escolhas individuais ou coletivas, essas práticas emergem socialmente de discursos forjados na intenção de agregar valor à identidade almejada. Por conseguinte, podemos afirmar que abordar a *Deutsches Fest*, enquanto representação discursiva, implica avaliar os elementos selecionados para materializar e valorizar as tradições identificadas pelos inventores da Festa Alemã e em entender o que eles julgam ser a forma mais pertinente de representar sua identidade. Enfatizamos que cada um desses indivíduos, por meio de sua subjetividade, elencou aspectos a serem destacados no momento de lembrar, como se fosse possível representar uma identidade, associando a ela elementos comuns, capazes de criar uma ponte entre o bairro Borboleta e a Alemanha do século XIX.

Os descendentes alemães, ao criarem a *Deutsches Fest*, objetivaram legitimar a percepção do que significava ser alemão para cada um deles. Os elementos identitários escolhidos deveriam possuir uma característica aglutinadora, capaz de reunir todos em uma única comemoração, cujos sentimentos valorizados deveriam ser o espírito comunitário, a receptividade, a sociabilidade e seu empreendedorismo.

Nas entrevistas e nos livros de memória utilizados para a elaboração desta pesquisa, deparamos com um discurso pautado na afirmação da recuperação do perfil positivo dos descendentes alemães. Dirceu Scoralick, Roberto Dilly, Vicente Clemente e Luiz Antônio Caixeiro Stephan<sup>48</sup> ressaltam, entre os feitos dos imigrantes alemães, os primeiros sinais de industrialização na cidade. Scoralick (2012) argumenta para reforçar esse fato, que os imigrantes alemães que aqui chegaram não eram agricultores, pois, na Alemanha, o clima árduo limitava o trabalho contínuo na produção agrícola: “[...] porque lá, seis meses se planta e seis meses você não planta por causa do gelo [...]”<sup>49</sup>. Segundo o depoente, os imigrantes trouxeram da Alemanha toda sua sabedoria para construir Juiz de Fora. A negação da atividade ligada à agricultura, quando comparada aos conhecimentos técnicos desses imigrantes, traduz seu desejo de fortalecer sua ascendência.

Neste ponto da pesquisa, cabe apresentar cada um dos protagonistas citados anteriormente, a fim de destacar sua participação e protagonismo na construção e fortalecimento da identidade alemã em Juiz de Fora. Eles são os principais agentes das ações que são referências para a elaboração desta pesquisa que visa mapear a busca por representação política do grupo frente ao desenvolvimento da cidade. O Quadro 1, a seguir, mostra uma relação de descendentes alemães e sua atuação na sociedade:

---

<sup>48</sup> Luiz Antônio Caixeiro Stephan é citado entre os depoentes por ter suas memórias registradas no livro de sua autoria: **Chucrute, danças, chope e determinação**, lançado em 2011.

<sup>49</sup> Entrevista do Professor Dirceu Scoralick realizada por Max Mendes Debussier, publicada no **site You Tube**, em 10 de setembro de 2012.

Descendentes alemães	Atuação na sociedade
<b>Roberto Dilly</b>	Diretor do Museu do Crédito Real, Presidente do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly. Sua entrevista está arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som - FUNALFA.
<b>Luiz Antônio Caixeiro Stephan</b>	Autor do livro <b>Chucrute, danças, chope e determinação</b> , lançado em 2011.
<b>Dirceu Scoralick</b>	Idealizador do Primeiro Festival de Chope. Um dos responsáveis, em 2010, pela composição do Dossiê para registro do Pão Alemão como Bem Cultural de Natureza Imaterial – já concedido. Sua entrevista está arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som - FUNALFA.
<b>Vicente de Paulo Clemente</b>	Autor do livro <b>O bairro Borboleta e a Igreja de São Vicente de Paulo</b> : suas origens e sua história, publicado em 1990; e ainda: <b>Os alemães e a Borboleta</b> , de 2008.  Responsável, em 2010, pela composição do Dossiê para registro da Festa Alemã como Bem Cultural de Natureza Imaterial. Processo ainda em trâmite.

Quadro 1: Relação de descendentes e sua atuação.

Fonte: Elaborado pela autora, 2015.

Após essa apresentação, ressaltamos que a *Deutsches Fest* foi um evento que, ao ser recriado pelos descendentes, possuía os elementos revisitados de um passado que deveria sugerir à sociedade local uma interpretação das atitudes e ações empreendidas pelos primeiros moradores do bairro Borboleta, ainda enquanto Colônia Dom Pedro II. Reafirmamos que a negação das habilidades agrícolas, destacada nos depoimentos pelos descendentes alemães, reflete o empoderamento tradicionalmente atribuído à figura de seus pares, possuidores de múltiplas habilidades técnicas, como as de mecânica, marcenaria, industrial e artesanato, replicadas e valorizadas nas memórias de seus herdeiros.

Outra importante fonte a respeito das origens da *Deutsches Fest* pode ser encontrada no *site* da Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha (ACRBA). Trata-se do texto intitulado “História das Festas Alemãs realizadas

no bairro Borboleta”, escrito por Nilo Sérgio Franck<sup>50</sup>. O conteúdo é o resultado de uma compilação de fontes, entre livros de memórias e de história. O autor faz referências aos apoios repassados por alguns patrocinadores e pelo Poder Público para realização das várias edições da Festa Alemã na cidade. Destaca, ainda, a cobertura da imprensa e segue relatando, além de um histórico que localiza sua origem, muitos outros momentos que se sucedem nas edições festivas de 1995 até 2009.

Franck (2010) inicia sua narrativa citando a recepção festiva ao Imperador Dom Pedro II em uma de suas visitas à cidade. O autor afirma que não é preciso quanto à data, mas ressalta que utiliza como fonte a obra de Wilson de Lima Bastos, **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, sua descendência** (1991)<sup>51</sup>. E a despeito do equívoco com o nome da obra, segue contando a história da recepção dos colonos alemães ao Imperador.

Ao citar Wilson de Lima Bastos, Franck (2010) descreve o acontecimento, que considera ser a primeira Festa Alemã realizada na Colônia Dom Pedro II:

A estrada estava guarnecida em alas pelos COLONOS DA COLÔNIA D. PEDRO II, separadas pela ordem de sexo e idades, seguiam os alunos do COLÉGIO ROUSSIN, em número de mais ou menos oitenta. O povo não continha sua animação, acorrendo de todos os lados em vibrantes aclamações. Assim, sob o HINO NACIONAL executado pela BANDA DE MÚSICA DA COLÔNIA, chegou a comitiva imperial à chácara de MARIANO PROCÓPIO, que estava reservada ao uso dos IMPERADORES E PRÍNCIPES (grifos do autor)<sup>52</sup>.

---

<sup>50</sup> Nilo Sérgio Franck é descendente de alemães por parte de pai. Sua avó paterna chegou da Alemanha em 1845, e seu avô desembarcou em Juiz de Fora, em 1858. Ocupa o cargo de Relações Públicas – eventos e *marketing* – na Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha. Dados obtidos do *site* da Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha - Diretoria 2010/2012. Disponível em: <[www.culturaalemajf.com.br](http://www.culturaalemajf.com.br)>. Acesso em: 25 de jun. 2014.

<sup>51</sup> O título do livro de Wilson de Lima Bastos é: **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência e genealogia**.

<sup>52</sup> A citação está transcrita exatamente como se encontra no Dossiê. Apesar de Nilo Sérgio Franck citar Wilson de Lima Bastos, priorizou-se o texto de Nilo. Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007.039, PJF/FUNALFA/ DIPAC, 2010, fl. 59.

A descrição que se segue mantém um tom que vislumbra a possibilidade de se encontrar, naquele evento, as origens da Festa Alemã. O autor afirma: “Na verdade, talvez tenha sido esta a PRIMEIRA DEUTSCHES FEST, que nossos antepassados puderam realizar, depois de chegarem ao nosso país ou à terra prometida”<sup>53</sup>. Em certo ponto do texto, ainda tratando da história das festas alemãs descritas por Franck, outra possível origem dessa comemoração se delinea, as quermesses religiosas. O autor cita o livro de memórias de Vicente de Paulo Clemente, **O bairro Borboleta e a Igreja São Vicente de Paulo**, de 1990, e inicia seu texto ressaltando que nada poderia ser mais “[...] fidedigno da história da FESTA ALEMÃ” [...] (grifo do autor)<sup>54</sup> do que o livro de Clemente ao tratar das origens dessa festa. E prossegue em sua narrativa, contando os primeiros passos da construção da Igreja São Vicente de Paulo, com bênçãos concedidas no altar e no Cruzeiro, onde a capela, anterior à construção da Igreja, foi erguida. Nesse tempo, com o intuito de angariar fundos para as obras da Igreja, eram realizadas festas que vendiam produtos típicos como bolos e rocamboles, em barraquinhas de rua – que se sobressaíam em particular, além de leilões. Nas novas versões da Festa Alemã, os produtos vendidos por essas barracas são os mais populares, e, segundo Franck, os mais procurados.

Dessa forma, estabelecem-se para os narradores os elementos capazes de localizar, em uma dessas ocasiões, as raízes da festa, ou até nos dois eventos simultaneamente. A recepção ao Imperador Dom Pedro II e as quermesses promovidas para levantar fundos para a construção da Igreja do bairro Borboleta ilustram, temporalmente, a história da Festa Alemã nas narrativas, demarcando e legitimando suas raízes. A marca do evento estaria impressa, segundo os descendentes, na banda de música da colônia, nos cestos de alimentos oferecidos ao Imperador, nos leilões e nas barraquinhas de bolos e rocamboles.

---

<sup>53</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007.039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 59.

<sup>54</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007.039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 59.

Franck (2010) continua contando a história das primeiras festas. O parágrafo que descreve seu modelo atual realça que sua origem é identificada em 1969, na região abrangida pelo bairro Borboleta. Nesse ponto, o texto enfatiza a repercussão do evento na cidade e a participação de toda a comunidade em sua organização. Argumenta que a *Deutsches Fest* era composta de “barracas típicas da cultura germânica” e, dessa vez, reproduz um texto de Roberto Dilly:

O ESPÍRITO DOS LÍDERES DO MOVIMENTO CONTAGIOU A CIDADE COM GRANDE EMOÇÃO, COM DISCIPLINA E COM O APOIO E A PARTICIPAÇÃO DO ENTÃO PREFEITO, EX PRESIDENTE [sic] DA REPÚBLICA E PRESIDENTE DE HONRA VITALICIO DO INSTITUTO TEUTO-BRASILEIRO WILLIAM DILLY SR ITAMAR AUGUSTO C. FRANCO (grifos do autor)<sup>55</sup>.

Cabe refletir sobre alguns elementos de suma importância para a demonstração da hipótese aqui defendida – a de focalizar a Festa Alemã de maneira mais abrangente, como possível via de acesso para a representação política. As versões apresentadas no discurso de memória não se contrapõem, ao contrário, são complementares. E, uma vez utilizadas para localizar e ilustrar a origem do festejo, elas funcionam como elo identitário entre as gerações que compartilharam de uma mesma tradição alemã. Sendo assim, ambas as solenidades tornam-se, dentro do quadro exposto, recortes necessários ao objetivo final pretendido pelos descendentes, ou seja, localizar um passado comum.

Recorremos a Michael Pollak (1992) para analisar a construção narrativa de Nilo Sérgio Franck. O autor se dedicou ao assunto da memória e da identidade social, verifica que as lembranças comuns de um grupo, envolvendo acontecimentos, personagens e espaços de convivência, mesmo quando em contextos sociais e históricos diversos, geram, por si só, um sentimento de pertencimento, que solidifica uma comunidade de memórias. Em Juiz de Fora, os herdeiros de imigrantes alemães guardam em sua bagagem histórias que os agregam fora de seu país de origem, e que, por mais individuais que pareçam, fazem parte de um universo maior compartilhado, gerando a unidade comunitária, que passou a ser representada pela Festa Alemã. Segundo o

---

<sup>55</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007.039, PJF/FUNALFA/DIPAC. 2010, fl. 58.

autor, as práticas de comemoração são exemplos desse desejo de sedimentar uma identidade por meio de um rito, pois o movimento de celebração de uma memória, quando repetido em comunidade, envolve o grupo que dele participa, sinalizando, a cada reprodução, a representação que se deseja apresentar à sociedade por aqueles que redefiniram as características a serem retratadas e fortalecidas.

Outro exemplo de canal aglutinador que possibilitou o fortalecimento da identidade do grupo de descendentes alemães foi a Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha, que promoveu a união do grupo, visando a perpetuar a tradição herdada e que se desejava preservar. O *site* da Associação exibe artigos que versam sobre a imigração alemã em Juiz de Fora, sobre a origem das festas realizadas no bairro Borboleta e contém um Diário de viagem das famílias alemãs para o Brasil, simulado alegoricamente. Todo esse material tem um apelo afirmativo da identidade e da tradição do grupo<sup>56</sup>.

A origem da Festa Alemã pode ser percebida nas quermesses realizadas pelas Igrejas do bairro Borboleta, no período inicial. Posteriormente, seguindo esse movimento sequencial, o Centro Folclórico foi assumindo a responsabilidade pela realização do evento como pode ser visto hoje. E, algum tempo depois, em 1995, a Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha toma para si a função de organização do evento. A partir de então, vários outros grupos têm se somado para contribuir com a *Deutsches Fest*, a saber: Grupo Folclórico Luiz de Camões, Grupo Folclórico Italiano Tarantolato, *Mosel Volkstanze* de Petrópolis, *Kaiserstadt Kulturkreis* de Petrópolis, Grupo *Kolblenz Volkstanz Gruppe* de Petrópolis, *Edelweiss Alpenbune Tanz Grupee* de Juiz de Fora, entre outros da região Sul do Brasil<sup>57</sup>.

---

<sup>56</sup> *Site* da ACRBA. Disponível em: <<http://www.culturalemajf.com.br>>. Acesso em: 12 fev. 2013.

<sup>57</sup> Para maiores detalhes, ver página da ACRBA. Disponível em: <<http://www.culturalemajf.com.br>>.

Internamente ao próprio grupo de protagonistas que tomaram para si a responsabilidade de comunicar essa história para a cidade, depara-se com alguns embates. Enquanto Frank<sup>58</sup> ressalta que a identidade da Festa Alemã pode ser encontrada desde as suas primeiras versões, enquanto homenagem feita ao Imperador Pedro II, Dilly revela que, na atualidade, o evento perdeu muito de seu encanto original. Na percepção deste último, a *Deutsches Fest* se desligou de suas origens. Clemente, por sua vez, reconhece que muitas pesquisas foram realizadas para que o evento pudesse ser construído. Lembra que as roupas eram feitas por costureiras da própria comunidade, e as danças eram coreografadas a partir de referências transmitidas por grupos de imigrantes de outras regiões do Brasil, os mesmos apontados por Nilo Sérgio Frank.

Também Luiz Antônio Stephan (2011) ressalta, em seu livro **Chucrute, danças, chope e determinação**, a alegria do festejar entre as bebidas e a culinária tradicional, servidas no evento. O autor assinala que a Festa Alemã foi a primeira iniciativa a mostrar para a cidade a cultura alemã, expressa na culinária em forma de tortas, pães, linguiças, chouriços, queijo de porco e artesanato, além das pessoas vestidas em seus trajes típicos que valorizavam o evento. Constata-se, portanto, pelos depoimentos e livros desses protagonistas, que as festas, mais do que um simples momento de lazer e diversão, expressam uma estratégia para difundir códigos e práticas sociais próprios, por meio dos símbolos festejados. E, antes de constituírem um momento singular, representado por uma única identidade, promovem o intercâmbio cultural entre os segmentos que comungam daquele acontecimento.

### 3.2.1 Uma festa de rua: a *Deutsches Fest*

O local escolhido para a realização da Festa Alemã foi as imediações da Igreja São Vicente de Paulo. Nesse lugar, foram montadas, pela primeira vez, as barraquinhas de chope, que era servido em canecos e vendido juntamente

---

<sup>58</sup>Nilo Sérgio Franck é descendente de alemães. Escreveu o texto intitulado “Pequena história das Festas Alemãs”, presente no Dossiê para registro da Festa Alemã e arquivado na DIPAC/FUNALFA.

com outras iguarias. Analisando a festa pelo aspecto do local onde ela é realizada, percebe-se que esse é o espaço ideal para se promover a integração social, o encontro fraternal e a liberdade de convívio, mesmo diante dos conflitos que mediam as relações sociais. Segundo Mikhail Bakhtin (1987), a rua é um espaço que agrega um sentido diferente no costume de conviver longe das regras e das normas das associações formais, das instituições e dos recintos fechados de forma geral; esse espaço propicia uma sociabilidade que, nas práticas festivas comunitárias, são ampliadas e fortalecidas a partir da quebra das tensões cotidianas. Na obra **Cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais, Bakhtin (1987, p. 3) explicita o significado atribuído ao espaço informal da rua, no compartilhamento das diversas formas de lazer e comemorações sociais. A “praça pública” é o lugar do riso e da comunhão, propiciados pela quebra da hierarquia social que subverte a ordem imposta. A rua imprime aos eventos nela realizados a sua informalidade. Segundo o autor, na rua, a visão de mundo se distorce, os personagens que protagonizam os eventos se mascaram. No ato da celebração da festa, as pessoas se portam de maneira diferente e um mundo paralelo pode ser percebido através da expansão das fronteiras sociais que, segundo o autor, estão expressas na dualidade entre o que é oficial e o que é mundano. São características dessas comemorações de rua: a celebração, o riso, o sentimento comunitário e a ruptura das relações hierárquicas.

As reflexões de Mary Del Priore (2001), no artigo intitulado “A serração de velha: *charivari*, morte e festa no mundo luso-brasileiro”, também destacam a rua como sendo um espaço privilegiado que favorece a expressão da liberdade e a integração social. A autora ressalta que, em Portugal, o ritual de “serração da velha”, realizado em procissão pelas ruas, era um espetáculo que atribuía à sátira significados construídos pelos próprios integrantes do cortejo. Como o evento era realizado no período da Quaresma, a velha poderia ser também chamada pelo nome de “Maria Quaresma”. A autora assevera que o ato de serração da velha podia ser pretendido ou realizado por qualquer participante da procissão, que, independente de *status*, hierarquia ou classe, tinha o direito legítimo de desejar o novo a partir do ritual celebrado, pois o que

importava, realmente, era o ato de serrá-la com o significado de morte e ressurreição.

Segundo a autora, o fato de que, mesmo sendo a rua um espaço de liberdade de expressão, a imposição das regras sociais poderia ser verificada, ainda que implicitamente, nas formas de controle da convivência. Portanto, à boa sociedade só cabia observar, de longe, a comemoração e a conduta desregrada dos que seguem em procissão, evitando, assustada, o burburinho causado pelo evento.

O espaço da rua também é foco da pesquisa de Raquel Soihet (1998), **A subversão pelo riso**: estudos sobre o carnaval carioca da *Belle Époque* ao tempo de Vargas. Ao analisar a Festa da Penha, realizada no Rio de Janeiro do final do século XIX, a autora enfatiza que os diferentes grupos sociais que compunham a sociedade carioca fossem eles pobres, escravos ou libertos, e até mesmo as senhoras da “boa” sociedade e as famílias mais nobres da cidade, estavam presentes ali para festejar, pois as fronteiras sociais se diluíam na confusão das ruas. Mas é preciso assinalar que não existe, na festa de rua, demarcação dos espaços sociais que os diferentes grupos podem ou não ocupar. Os frequentadores, independentemente do grupo a que pertencem, perambulam e brincam próximos uns dos outros, sem necessidade de um cordão de isolamento. Destaca-se, todavia, que as regras existem, mas estão implícitas no evento. Nesse sentido, respeitam-se os horários, o local, os ritos, entre outros.

Soihet (1998) ressalta a importância das festas de rua para o estudo dos comportamentos das pessoas durante as festas e comemorações. Em sua percepção, esses eventos iluminam os estudos sobre as formações sociais. A festa de rua, segundo a autora, possibilita ao pesquisador verificar as permanências e as mudanças dos ritos com o passar do tempo, pois o diálogo sempre acontece ali, demonstrando elementos do presente interagindo com as tradições mais antigas, pertinentes ao espaço de análise – a festa.

Assim, considerando que a festa é uma peça-chave para as análises empreendidas neste estudo, torna-se imprescindível reconhecer os espaços das sociabilidades informais enquanto canais que favorecem práticas culturais comungadas por grupos distintos. A integração entre os indivíduos que

partilham experiências culturais diversas emerge no processo de intercâmbio propiciado pelo convívio da celebração, e, sendo assim, as trocas culturais se dão a partir do compartilhamento de códigos ditados pela festa. Nesse processo, os conflitos resultantes da divergência cultural podem ser amenizados, uma vez que esse ambiente cria uma situação especial de intercessão entre diferentes grupos.

Para uma comunidade heterogênea, práticas como frequentar a Igreja, ir ao armazém, parar no boteco após a jornada de trabalho, festejar os santos ou outras tradições favorecem o rompimento das barreiras sociais que, de outra feita, poderiam gerar uma animosidade. Os momentos de lazer, portanto, são interpretados aqui como oportunidades de interação entre diversos grupos que compunham a sociedade juiz-forana da época, comportando, não somente o valor da informalidade, que é o elemento facilitador da integração, mas também a ação pedagógica implícita nas trocas simbólicas.

### 3.3 O PÃO ALEMÃO COMO SÍMBOLO DA COMUNIDADE

Iniciamos a análise do Pão Alemão como símbolo da comunidade do bairro Borboleta, retomando o argumento de Hobsbawm e Ranger (2008a, p. 17) sobre a invenção de uma tradição, mais especificamente quando os autores tecem algumas considerações sobre tais invenções, classificando-as da seguinte maneira:

[...] a) aquelas que estabelecem ou simbolizam a coesão social ou as condições de admissão de um grupo ou de comunidades reais ou artificiais; b) aquelas que estabelecem ou legitimam instituições, *status* ou relações de autoridade; e c) aquelas cujo propósito principal é a socialização, a inculcação de ideias, sistemas de valores e padrões de comportamento.

Acredita-se que, no caso da imigração alemã, a invenção da Festa Alemã contém em si as três classificações descritas por Hobsbawm e Ranger (2008a). Inicialmente, verifica-se que a festa é um elemento que induz à coesão social, visto que comunica para a cidade uma identidade que se pressupõe alemã. Essa comunicação se dá por meio da composição dos grupos de danças, das vestimentas dos grupos, cujas cores remetem àquelas

da bandeira alemã, aos cartazes e aos *folders* que circulam pela cidade, convidando as pessoas para a comemoração, e marcados pela presença de moças e rapazes loiros, de olhos claros, usando trajes típicos, e pelos pratos típicos comercializados nas barracas da Festa Alemã<sup>59</sup>. A segunda classificação ressalta que a tradição inventada legitima um *status*. Mais uma vez, a festa é contemplada, porque, segundo o entendimento aqui corrente, a comunidade do bairro Borboleta é reconhecida como berço e palco do festejo, sendo reconhecida como portadora das tradições ali rememoradas. Por fim, a última classificação traduz as intenções pelas quais uma tradição é inventada por determinado grupo: a capacidade de forjar uma representação que imprime concepções de valor aos elementos que a compõem. O Pão Alemão é um desses elementos que expressa e agrega a identidade do grupo.

O Pão Alemão, dentro do conjunto de elementos escolhidos para compor essa tradição, ganhou mais visibilidade quando foi reconhecido como bem imaterial de Juiz de Fora, em 2010. A ideia de requerer o registro do Pão Alemão surge no momento em que a Divisão de Memória da FUNALFA inicia um projeto, cujo objetivo era resgatar a história dos bairros da cidade. Vale lembrar que os primeiros bairros escolhidos foram São Pedro e Borboleta, onde foram instalados os imigrantes alemães que vieram, em 1858, para trabalhar na Colônia Agrícola Dom Pedro II e, dentro dessa memória, estava o Pão Alemão<sup>60</sup>.

De acordo com a seguinte reportagem presente no *site* **MG1**: “Juiz de Fora tomba o pão alemão”<sup>61</sup>, de 10 de maio de 2010, as entrevistas realizadas com os moradores mais velhos demonstravam a importância da preservação dos hábitos alimentares com elos com o passado. A professora Célia Scoralick, uma das requerentes do registro do modo de fazer o Pão Alemão e cuja receita foi escolhida para ser registrada, ressalta, nessa reportagem, a importância do

---

<sup>59</sup> Ver Figura 5.

<sup>60</sup> *Site* **MG1**. Acesso em: 13 jul. 15. Disponível em: <<http://mg1.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=5899>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

<sup>61</sup> Grifo da autora: Na matéria do referido *site*, encontramos a palavra “tomba” no lugar de “registra”, utilizada para fins de patrimonialização de bens de natureza imaterial.

registro do Pão Alemão para a comunidade: “Fico feliz, pois é o reconhecimento da importância da imigração alemã no desenvolvimento da cidade”.<sup>62</sup>

Em outro momento da reportagem, o professor Nilo de Araújo Campos – que também é um dos proponentes junto com Célia Scoralick e seu marido Dirceu Scoralick – ressalta, apesar de não ser descendente de alemães, que conhece o Pão Alemão desde que era criança, de ouvir falar, e que sempre se lembrava dos bairros São Pedro e Borboleta, pois reconhecia, no pão, a integração dos alemães com acidade. É fato que o Pão Alemão é comercializado, há anos, em algumas padarias e confeitarias da cidade<sup>63</sup>.

Apesar de nos determos mais atentamente ao Dossiê para pedido de registro do pão alemão como bem de natureza imaterial de Juiz de Fora no quinto capítulo desta pesquisa, cabe aqui destacar que o Processo nº 1.506/2010, que trata de seu registro, foi coordenado pela DIPAC/FUNALFA. Nilo Campos, um dos requerentes do registro do Pão Alemão como bem imaterial, ainda informa que, mesmo existindo várias receitas, os requerentes escolheram a que mais se aproximava daquela feita pelos primeiros imigrantes, na qual é possível perceber as transformações sofridas com o passar do tempo: a necessidade de substituir o lúpulo, antigo fermento adquirido nas antigas cervejarias da cidade, pelo fermento comum, biológico, e a banha de porco por manteiga ou margarina. A banha de porco, ingrediente fundamental para a receita do Pão Alemão, curiosamente, era, por vezes, passada nas fatias do pão, substituindo a manteiga<sup>64</sup>.

---

<sup>62</sup> Entrevista de Célia Scoralick. **MG1**. Disponível em: <<http://mg1.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=5899>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

<sup>63</sup> Entrevista com Nilo de Araújo Campos. **MG1**. Disponível em: <<http://mg1.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=5899>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

<sup>64</sup> Publicado em 6/5/2010. **Portal PJF**. Abertura da 3ª Festa das Etnias tem exposição e registro do Pão Alemão como Bem Imaterial. Disponível em: <[http://www.pjf.mg.gov.br/noticias/imprimir\\_noticia.php?idnoticia=24261](http://www.pjf.mg.gov.br/noticias/imprimir_noticia.php?idnoticia=24261)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

A inscrição do Pão Alemão no **Livro de Registro** aconteceu durante uma solenidade que integrou a 3ª Festa das Etnias<sup>65</sup>, durante as festividades em torno do 160º aniversário de Juiz de Fora, cujo tema era a culinária. Nesse mesmo evento, foi lançado o livro **De todos os cheiros e sabores que fizeram Juiz de Fora**, publicado pela FUNALFA, em que consta, entre outras receitas alemãs, a receita do Pão Alemão, de Célia Scoralick<sup>66</sup>.

Assim, a partir das considerações apresentadas, é inegável a importância do Pão Alemão para a comunidade de descendentes. Além de ter sido alimento escolhido, entre outras receitas da culinária alemã, que também fazem parte da *Deutsches Fest*, destacou-se entre os chucrutes, as tortas alemãs, os *kukas*<sup>67</sup>, o Joelho de Porco e a salada de batata, para representar a identidade do grupo e, dessa forma, ser comunicado à cidade como portador da memória do grupo de descendentes.

Portanto, iniciaremos a análise da construção dessa memória através dos depoimentos de algumas senhoras, moradoras do bairro Borboleta, donas dos cadernos de receitas e também representantes da imigração, já que são descendentes da mesma. A intenção, neste estudo, é compreender os elementos ressaltados na narrativa que perpassam as receitas das mulheres cuja ascendência alemã determinou o domínio da gastronomia passada de geração em geração.

Os depoimentos sobre as transformações ocorridas na receita do Pão Alemão, ao longo dos anos, ao mesmo tempo em que assinalam as mudanças dos ingredientes utilizados – o fermento e a gordura de porco –, sinalizam também para a permanência de um elo com o passado herdado. Entretanto, mesmo fazendo parte de um projeto maior de memória dos bairros, os depoimentos que integram o *corpus* do requerimento mostram serem frutos de uma seleção prévia. Iniciaremos com os depoimentos das senhoras Ana Laura

---

<sup>65</sup> Promoção da Prefeitura de Juiz de Fora.

<sup>66</sup> Publicado em 6/5/2010. **Portal PJF**. Abertura da 3ª Festa das Etnias tem exposição e registro do Pão Alemão como Bem Imaterial. Disponível em <[http://www.pjf.mg.gov.br/noticias/imprimir\\_noticia.php?idnoticia=24261](http://www.pjf.mg.gov.br/noticias/imprimir_noticia.php?idnoticia=24261)>. Acesso em: 15 jul. 2015.

<sup>67</sup> Pão doce.

Peters e Cecília Schafer, nos quais a passagem do tempo pode ser percebida na transformação da receita do Pão Alemão:

Ah! Naquele tempo a mamãe... deixa ver se me lembro, o negócio que ela fazia, o fermento: ela comprava assim num lugar não sei, era na cervejaria, chama-se lúpulos. Ela cozinhava aquilo e punha dentro da garrafa. Então ela deixava uma semana, precisava oito dias pra fermentar... Arrumava o fermento antes... Então precisava fazer fermento. Era um negócio espécie de uma folhagem. Um negócio que eles fazem cerveja... Ela já cozinhava oito dias antes... Cozinhava com água, então deixava dentro de um litro. Quando chegava na véspera, ela ainda ia ver se estava fermentando, então na véspera ela fazia aquela massa de farinha de trigo assim molinha e deixava lá, deixava crescer. Aí no outro dia aquilo estava crescendo então ela pegava e fazia. Naquele tempo o pão era feito, e de fato pão alemão é feito com isso, mas agora hoje em dia... Tem aquele fermento que a gente compra e é muito bom. Quando o dia está quente isso aí é no prazo de três horas já está indo levar para forno<sup>68</sup>.

Cecília Schafer relata:

O pão de sal é: o trigo, a água. Água morna. O fermento, o sal, o açúcar. A banha pra ficar bem alemão mesmo, é com a banha de porco. Agora as pessoas usam manteiga, margarina, óleo, mas ele não dá aquele sabor, muito sabor. E o segredo é amassar. Isso aí é mais ou menos, você vai pondo a quantidade de farinha e vai amassando. Agora a pessoa quando está acostumada, só no olho<sup>69</sup>.

Vários são os elementos nas citações que merecem ser analisados com mais profundidade, e, para melhor analisar essas narrativas, utiliza-se o artigo de Paul Thompson (2002), intitulado “História oral e contemporaneidade”, como aporte, pois, a partir deste estudo, torna-se possível verificar a importância das entrevistas que sustentam os Dossiês para Registro do Pão Alemão e da Festa Alemã. Vale destacar que esses relatos imprimem aos documentos a legitimidade dessas tradições.

O autor começa suas reflexões salientando a importância da história oral e as possibilidades de abrangência desse método na pesquisa histórica. Os trabalhos com reminiscências são pontuados como disparadores de memórias ou experiências, que aproximam pessoas a partir do reconhecimento de que

<sup>68</sup> Depoimento de Ana Laura Peter, realizado no dia 29/06/06. Dossiê do Pão Alemão. Processo nº. 001.506. PJF/ FUNALFA/DIPAC.

<sup>69</sup> Depoimento de Cecília Scheffer [s. d.]. Dossiê para Registro do Pão Alemão como Bem Imaterial de Juiz de Fora. Processo nº 001.506/2010.

um dado objeto, que pode ser uma música, fotografia ou memórias gravadas, é determinante para o exercício de lembrar. Portanto, o que se percebe aqui é o valor de um episódio, ou mesmo de um fator que concentre em si, simbolicamente, elementos cuja qualidade promova a inversão do esquecimento em lembrança.

Outra importante questão de que trata Thompson (2002) é a da valorização das migrações humanas como objeto de análise da história oral. E, nesse caso, o autor enfatiza a importância representada pelo relato de uma experiência no sentido de tornar possível perceber as transformações culturais que ocorrem nesse processo radical de mudança. O cruzamento entre as informações obtidas em depoimentos, segundo o autor, permite evitar a superficialidade. Ou seja, no momento em que ocorre uma narrativa ou um depoimento sobre determinada experiência histórica, podem ser confrontados e checados os pontos comuns, as divergências e os detalhes sutis sobre os fatos narrados.

Importa salientar, com esse raciocínio, que, mesmo em narrativas fragmentadas, é possível apreender o objetivo implícito em certo uso que se faz da memória. No caso dos descendentes de imigrantes alemães, a memória, celebrada ou não, pode significar muito sobre o grupo em questão, fazendo referências a um passado comum, legitimador das ações do grupo e de seus interesses. Por conseguinte, a construção e os usos que determinado grupo faz dessa memória devem ser passíveis de estudo, por trazerem em si as lutas inerentes àquele processo de invenção, e que dizem respeito a uma identidade que se pretende construir, repassar e legitimar.

Nos depoimentos das senhoras Ana Laura Peters e Cecília Schafer, encontram-se os principais elementos identitários revisitados na receita do Pão Alemão. Pontos como a transformação da receita, o uso dos ingredientes e o modo de fazer o pão são exemplos dos elos que a comunidade preserva com suas origens ligadas à imigração. Também, nesse sentido, ressalta-se ser determinante a escolha do artigo de Thompson (2002), pois, ao abordar as migrações como temática relevante, salienta que a leitura e a interpretação dos relatos orais possibilitam o que ele denomina “conexões através de vidas”. As conexões referidas pelo autor podem ser verificadas na construção das

narrativas sobre o modo de fazer o Pão Alemão. Com essa perspectiva, a invenção da Festa Alemã e escolha do Pão Alemão como um elemento dessa memória são a tradução da identidade do grupo desses descendentes da imigração alemã para Juiz de Fora.

Todavia, faz-se necessário saber que a utilização dos depoimentos orais como fontes está na possibilidade de percebê-los dentro do contexto de sua enunciação, ou seja, quando, por meio deles, é possível verificar os elementos que se destacam e as intenções implícitas em determinada narrativa. A memória assim percebida, a partir dos depoimentos, é portadora de significados que comunicam práticas comuns ao grupo e, antes de tudo, é referência sobre a origem, ou até mesmo, sobre as experiências compartilhadas (POLLACK, 1992).

Mesmo que os depoimentos revisitados aqui façam parte de um documento maior que visa registrar o modo de fazer o Pão Alemão ou resgatar a memória dos bairros, e, dessa maneira, sejam direcionados no sentido de reconstruir o passo a passo dessa memória em forma de uma receita, salientamos que os alimentos são importantes elementos identitários. A memória entrelaçada aos ingredientes da receita do pão ou a qualquer outro prato servido na Festa Alemã fortalece a identidade do grupo, pois enuncia uma continuidade com o passado que se quer ver reconhecido. Percebe-se que essa memória é construída coletivamente, visto que cada depoente remete a seus antepassados que faziam a receita de outra forma que elas, hoje, tentam preservar.

Mas o próprio sentido da invenção de uma tradição pressupõe esse exercício de validação de elementos de memória acompanhados de um sentido intencional, ou seja, determinados grupos, ao elegerem um conjunto de práticas ou símbolos que representem seu passado, recorrem ao exercício da escolha. Serão eleitos aqueles que mais se aproximarem do passado que se deseja lembrar. Nesse processo, o pão foi o alimento escolhido para representar a ponte que ligava os descendentes à história da imigração alemã para Juiz de Fora.

### 3.3.1 A culinária como expressão de identidade

Os hábitos alimentares são capazes de passar informações importantes a respeito das tradições culturais dos grupos sociais. Alguns autores verificam essa importância na preservação da cultura, como fator de pertença e valorização da identidade. A alimentação faz parte de nosso cotidiano. O ato de comer tanto pode estar ligado às nossas necessidades diárias de alimentação para o sustento do nosso corpo quanto pode ser um elemento de comemorações especiais.

Tanto é assim que o alimento é o elemento principal em dias de festas ou mesmo em comemorações. No Brasil e no mundo, alguns pratos são portadores de um sentido especial que comunicam a tradição celebrada em datas religiosas, independente de religião ou de crenças. A exemplo disso, ressaltamos os rituais do catolicismo e das religiões afros, em que, na primeira, o pão e o vinho simbolizam, respectivamente, o corpo e o sangue de Cristo, e, na segunda, verifica-se que cada uma das entidades recebe, como oferta, um alimento específico. Até mesmo o modo como os alimentos são oferecidos vem acompanhado de gestuais e ritos especiais que traduzem, por si só, a força integradora que contêm.

Como já citado anteriormente, entre as pesquisas que destacam a importância dos alimentos como veículos de identidade, ressalta-se o artigo intitulado “Caras e modos dos migrantes e imigrantes”, de Alencastro e Renaux (1997). Neste trabalho de pesquisa, deparamos com as inúmeras dificuldades que emolduravam a assimilação e a inserção dos imigrantes na cultura brasileira. No entanto, a alimentação é uma prática evidenciada pelos autores como sendo um componente complicador no momento do preparo e uso dos alimentos. Os imigrantes não tinham conhecimento dos produtos da alimentação brasileira, já que não era costume dos imigrantes que chegaram ao Brasil. Os grupos que aqui chegaram tiveram de se acostumar com a culinária, aprender a preparar os alimentos, além de se acostumarem com as novidades da terra. Não era fácil se habituar aos novos costumes impostos pela nova vida.

Segundo Alvim (1998), os europeus não estavam acostumados com a alimentação que encontraram no Brasil. E, se os motivos para emigrar eram mais fortes no momento do embarque, as memórias e as tradições de origem vieram na bagagem e serviram de suporte para esses imigrantes na nova terra. Nesse sentido, era necessário mesclar às suas tradições os novos costumes. Considera-se, então, que as práticas e os hábitos alimentares são fontes importantes para as pesquisas que procuram desvendar o cotidiano das sociedades ao longo do tempo.

Mas é preciso evidenciar que não somente os alimentos são referências que informam sobre o cotidiano dos diferentes grupos sociais, como também o modo de preparo e os utensílios utilizados na cozinha, são registros que auxiliam os pesquisadores a identificar as transformações sociais ocorridas em diferentes contextos (CARNEIRO, 2005). Conforme o autor, a culinária é um elemento que expressa a identidade. Sendo assim, elementos simbólicos referentes à alimentação também podem ser indicadores de práticas políticas, religiosas e sociais, lembrando que cada povo tem uma relação única com o hábito de alimentar-se, sendo possível perceber a formação de uma tradição em torno dos costumes de cada grupo.

Maria Eunice Maciel (2004, p. 27), no artigo intitulado “Uma cozinha à brasileira”, salienta:

A cozinha de um povo é criada em um processo histórico que articula um conjunto de elementos referenciados na tradição, no sentido de criar algo único – particular, singular e reconhecível. Entendendo a identidade social como um processo relacionado a um projeto coletivo que inclui uma constante reconstrução, e não como algo dado e imutável, essas cozinhas estão sujeitas a constantes transformações, a uma contínua recriação. Assim, uma cozinha não pode ser reduzida a um inventário, a um repertório de ingredientes, nem convertida em fórmulas ou combinações de elementos cristalizados no tempo e no espaço.

A autora ressalta que a culinária do Brasil sofreu influência de vários outros povos que trouxeram para o país suas especificidades ao lidar com os alimentos e com seu preparo. Portanto, a diversidade que caracteriza a formação da sociedade brasileira também marca a culinária que absorveu, com o passar do tempo, elementos de diferentes partes do mundo.

A partir das reflexões dos autores citados, o Pão Alemão torna-se passível de ser o símbolo que identifica a comunidade de descendentes da imigração alemã. O pão, por intermédio das transformações sofridas em sua receita, nos informa sobre contextos em que foi necessário adaptar sua receita à terra destino desses imigrantes.

Na obra **Chucrute danças chope e determinação**, Stephan (2011, p. 87) relata que os produtos típicos comercializados na Festa Alemã “[...] foram adaptados ao possível e ao exequível”. Nas barracas, como já foi mencionado, o Pão Alemão estava entre o Joelho de Porco, o *carré* defumado, as salsichas, o chouriço, o queijo de porco, os picles, as tortas, os biscoitos e, sobretudo, em meio aos chopes. Entre tantos pratos típicos preparados segundo a culinária alemã, o Pão Alemão sobressaiu-se quando um descendente resolveu apresentá-lo à cidade, mas, na verdade, foi escolhido para simbolizar essa comunidade. Os jornais anunciaram essa escolha. No Caderno de Turismo do jornal **O Globo**, de 30 de maio de 2010, reportagem intitulada “Trilhas abertas para o turismo”, encontra-se a base para compreender a escolha do pão. No referido exemplar, o artigo sobre o Registro do Pão Alemão chama especial atenção: “Pão alemão é declarado bem imaterial”<sup>70</sup>. Apesar de a matéria advertir que à época o bairro Borboleta não possuía nenhuma característica que levasse o visitante a se sentir em uma área de colonização alemã, ela demonstrava a ideia que a presente pesquisa considera essencial, ou seja, a utilização dos discursos de memória para alargar as fronteiras políticas e sociais do grupo.

Assim, a reportagem versa sobre o Registro do Pão Alemão por meio da receita de Célia Scoralick, que relata suas lembranças de infância, quando sua mãe e sua avó utilizavam uma pá de madeira para retirar o pão do forno, e ressalta: “Hoje é difícil comprar a gordura, mas derreto o torresmo para manter o sabor especial [...]” (PJM/FUNALFA/DIPAC, 2004, p. 38). A reportagem continua, ilustrada por objetos antigos que decoram a casa do casal Scoralick, e que são, segundo o jornal, “[...] lembranças de suas origens [...]”. Nesse ponto da reportagem, Dirceu assume a cena não só para expressar seu

---

<sup>70</sup> Dossiê do Pão Alemão. Processo nº 001.506, PJF, FUNALFA, DIPAC. 15 de julho de 2004, fl. 38.

orgulho pela justa homenagem recebida, mas também para explicitar a importância do Pão Alemão como elemento simbólico:

O pão é o primeiro alimento feito pelo homem, e cada etnia tem a sua receita. Tornar o pão alemão um bem imaterial é fazer justiça a quem cruzou o oceano, encontrou uma região que não tinha condição alguma de receber pessoas para viver e transformou o lugar em Juiz de Fora. É uma homenagem à nossa história<sup>71</sup>.

A citação de Dirceu Scoralick será o ponto das análises tecidas por Bourdieu (2003) na próxima seção da pesquisa. Inicialmente, é preciso retomar nossa hipótese de que as ações dos descendentes, buscando valorizar a tradição celebrada na Festa Alemã e no modo de fazer o Pão Alemão, manifestam-se como um desejo de alcançar representação política. Essa representação será aqui verificada, como ressalta o autor, como força de organização do grupo na constituição de uma identidade sólida amparada na criação de símbolos pelos quais pudessem se reconhecer e alargarem suas fronteiras de atuação.

### 3.4 SOBRE AS PRÁTICAS CULTURAIS E OS ESPAÇOS SIMBÓLICOS

Bourdieu (2003) explicita, na obra **Questões sobre Sociologia**, as implicações que envolvem suas teorias de análise do campo social, bem como as práticas que demarcam a distinção entre os indivíduos. Segundo o autor, essas práticas podem mascarar os reais propósitos mantidos pelos indivíduos. E, sendo elas objetivas ou subjetivas, são passíveis de produzir resultados e ganhos por meio da valorização de suas dimensões política, social e econômica. O autor salienta que a conversão dos capitais impressos nas práticas sociais pode ser um meio para se alcançar determinados fins.

Segundo o autor, mesmo quando um determinado grupo social executa uma prática cultural de maneira inconsciente, não quer dizer que essa ação esteja livre dos interesses que estão implícitos na mesma. Entre esses interesses, pode estar o empoderamento da identidade dos indivíduos que

---

<sup>71</sup> Dossiê do Pão Alemão. Processo nº 001.506, PJF, FUNALFA, DIPAC.15 de julho de 2004.

compõem o grupo de empreendedores. Por meio dessa proposição, é possível compreender como uma prática cultural pode redefinir o lugar dos indivíduos.

Além da relevância do conceito de capital, bem como a possibilidade teorizada por Bourdieu (2003), de conversão dos capitais, outra importante contribuição do autor para esta pesquisa está na valorização do capital cultural. Assim, ao aplicar essa análise, no caso da tese defendida, bastava que o capital cultural do grupo fosse legitimado e explorado por parte dos descendentes alemães, nos âmbitos político e econômico da sociedade da qual o grupo fazia parte – e da qual esperava o devido reconhecimento, para que esse fim fosse, realmente, conquistado. A partir da conversão dos capitais, os protagonistas poderiam alcançar a representação política, proveniente de ações sintonizadas que deveriam ser comunicadas, interpretadas e negociadas como produto na comunidade de Juiz de Fora.

As histórias do grupo, ancoradas na origem comum, possibilitaram a formação de uma rede de empreendimentos que resultaram em desdobramentos assinalados pela criação de Associações, da Festa Alemã, nas iniciativas e ações de patrimonialização e nas tentativas de inserção no setor turístico. A base desse enredo – a invenção da tradição amparada na ascendência alemã –, quando vinculado às trajetórias familiares do grupo, agregavam legitimidade às ações, porém era necessário qualificar a Festa Alemã como iniciativa necessária para garantir os recursos públicos para a comunidade e para cidade.

Outro ponto levantado por Bourdieu (2011, p. 137) sustenta a análise da tese central aqui defendida, tornando-se relevante reforçá-lo: “É possível um ato desinteressado?”. Evidentemente que não. A invenção da Festa Alemã é a materialização da posse do capital cultural, que garantiu ao grupo de descendentes, fossem eles os protagonistas da ação de patrimonialização ou não, ganhos de distinção (BOURDIEU, 2003). Sendo assim, os homens se movimentam seguindo uma direção traçada por eles mesmos na busca de realizar determinado objetivo. Não seria aceitável acreditar que indivíduos vivessem desorganizados ou desinteressadamente, cometendo despropósitos. Portanto, segundo a teoria postulada pelo autor, haveria uma razão a condicionar toda e qualquer iniciativa geradora de práticas sociais.

O interesse, de acordo com o autor, norteia as ações da sociedade, definindo o comportar, o consentir, o possibilitar e o partilhar, atitudes que agem em conjunto, articulando-se e reforçando o sentido de determinado investimento. Esse investimento, por sua vez, desdobraria o capital cultural em econômico, ou seja, no caso estudado, a tradição de origem alemã, representada pela *Deutsches Fest* ou pelo modo de fazer o Pão Alemão, é transformada em um produto lucrativo. Esse era o jogo a que os protagonistas se propuseram, e que Bourdieu (2011) auxilia a compreender através das relações estabelecidas no campo social. No caso da tradição alemã enfocada, depara-se com duas extensões desse capital: de um lado, os protagonistas alemães com o capital cultural; de outro, Itamar Franco, os representantes do DAT e o Poder Público com projetos para fomento do turismo na cidade com o capital político.

Desse modo, a prática cultural deve ser sempre contextualizada, uma vez que ela é consequência do campo social onde é idealizada, sendo também influenciada pelos lugares ocupados pelos sujeitos dessa ação. Para ilustrar o que se observa, recorre-se aos protagonistas da Festa Alemã: eram homens que pertenciam a um determinado contexto onde a festa foi concebida e, nesse sentido, os interesses que os motivaram eram, naquele momento, deflagrados especificamente dos lugares onde atuavam (BOURDIEU, 2011). E, se estavam rodeados de políticos, é bem provável que toda essa ação tenha sido engendrada articuladamente entre os criadores da Festa Alemã e estes últimos, cuja intenção, tudo leva a crer, seria a promoção do desenvolvimento da cidade e, conseqüentemente, a ascensão da comunidade alemã de maneira geral.

As bases para a consolidação das pretensões ansiadas pelos protagonistas estavam lançadas. Mas outros elementos relativos ao desenvolvimento da sociedade de Juiz de Fora devem ser considerados, pois, sem uma ação conjunta, não seria possível projetar para a totalidade da sociedade a invenção dessa tradição. Sendo assim, os caminhos percorridos para a celebração da Festa Alemã, nela se incluindo a tradição contida na receita do Pão Alemão, estiveram sempre interligados às políticas municipais de apoio e fomento do turismo local.

#### 4 SEGUINDO TENDÊNCIAS: A REFORMULAÇÃO DA FESTA ALEMÃ EM 1990

Como se verificou no decorrer deste estudo, a *Deutsches Fest* originou-se de um Festival de Chope, que, em 1969, teve por objetivo sanar as dificuldades da escola estadual do bairro Borboleta que não tinha recursos para poder prosseguir com seu trabalho. Vale lembrar que, mesmo recebendo as verbas repassadas pelo Estado, a escola completava a merenda, comprava materiais e necessitava de recursos para outros pequenos reparos. A necessidade de auxiliar a caixa escolar da escola desse bairro foi a motivação para a realização do primeiro Festival de Chope. Segundo Vicente Clemente<sup>72</sup>, a Sr<sup>a</sup>. Célia Scoralick, diretora da escola, uniu-se a Lucy, professora da escola e esposa do Sr. Miguel Rodrigues Gomide, então jornalista na cidade, para tentar sanar as dificuldades da escola. A estes primeiros, juntaram-se o Sr. Dirceu Sclarick, esposo de Célia, e o casal José Emílio Kelmer e dona Clarinha (CLEMENTE, 2008, p. 84).

A ideia foi-se espalhando na comunidade, que acolheu a proposta da Festa Alemã e, durante os encontros que aconteceram para organizar o evento, surgiram os elementos necessários parte da composição do festival. Segundo o autor, nesse contexto, foi pensado o grupo de dança, cujos trajes seriam “roupas típicas Bávaras”, confeccionadas pelas costureiras do bairro para que meninos e meninas pudessem se apresentar. Além das roupas, Clemente (2008, p. 84) informa quais as comidas seriam vendidas: cucas, pão alemão, biscoitos e tortas. O festival foi registrado pela imprensa local que compareceu na comunidade durante o festejo e, no texto de Clemente (2008), a Festa Alemã foi um sucesso, e a comunidade pôde mostrar, para Juiz de Fora, um pouco da cultura alemã. Ainda segundo o autor, a importância do Festival de Chope, para além de sanar as necessidades do bairro, foi uma oportunidade para o renascimento de uma tradição.

---

<sup>72</sup> Ver: Quadro 1 – Relação de descendentes e sua atuação, Capítulo 3.

Ao longo de sua narrativa de memória, a história do Centro Folclórico Teuto-Brasileiro também tem lugar. O autor afirma que o Teuto organizava a festa de característica filantrópica e que reunia as várias associações do bairro: Igrejas Católica e Luterana, Fundação Espírita, *Sport Clube Borboleta* e Grupo Escolar. Mas o sucesso do evento, que se repetiu nos anos de 1972 e 1975, não evitou o conflito de interpretação entre os organizadores, pois, se os mais velhos queriam continuar a organizar o festival no mesmo formato, os mais jovens desejavam ampliar a festa e ter maior autonomia para os grupos de dança. Assim, cria-se a Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha, cujo presidente seria um descendente de portugueses, o Sr. Wagner Canellas da Costa, que, conforme Clemente (2008, p. 88), era uma pessoa “neutra”, que não tinha ascendência alemã, evitaria maiores conflitos.

A Associação cuidaria da Festa Alemã enquanto o Teuto se tornaria o Instituto Cultural Teuto-Brasileiro Willian Dilly, presidido por Roberto Dilly. Sua sede está localizada no antigo prédio que abrigava o Banco de Crédito Real, atual Museu do Crédito Real, também presidido por Roberto Dilly. Encontra-se nesse espaço, um grande acervo de documentos e objetos que contam a história da imigração alemã para Juiz de Fora, sobretudo de um grupo de dança: Grupo de Danças Folclóricas Germânicas Edelweiss Alpenbune Tanz Gruppe, que é mantido pelo Instituto. Além disso, mensalmente, são realizados cafés coloniais que promovem a confraternização entre a comunidade de descendentes ao som músicas e danças alemãs (CLEMENTE, 2008).

Nas memórias de Stephan<sup>73</sup>, encontram-se outros detalhes da história da *Deutsches Fest* até 1990. Para esse descendente, as festas realizadas no adro da Igreja São Vicente de Paulo, no bairro Borboleta, representam o início das ações de resgate das tradições culturais alemãs. Nas edições de 1969, 1972 e 1975, apesar do sucesso, o autor conclui que o evento perdeu muito por causa dos excessos cometidos por parte dos frequentadores. O convite era o caneco, comprava-se um e podia-se tomar chope à vontade (STEPHAN, 2011).

---

<sup>73</sup> Ver: Quadro 1 – Relação de descendentes e sua atuação, Capítulo 3.

Naquele período, a Festa Alemã ocorria somente em um fim de semana: vendiam-se as comidas típicas e o chope José Weiss. Stephan (2011) ressalta a participação de algumas famílias de descendentes que possuíam um comércio na cidade ligado à produção de alimentos e bebidas, que, de certa maneira, remetiam à tradição da culinária alemã. Esse era o caso da família Weiss, que oferecia o chope, da família Stephan, que oferecia as linguiças e os frios, e da família Bartels, que participa da *Deutsches Fest* de 1975 também com produtos da culinária alemã.

Retomando a narrativa de Vicente Clemente sobre a repercussão da primeira Festa Alemã em Juiz de Fora, salienta-se o artigo intitulado “Primeira Festa Alemã de Juiz de Fora”, no jornal **O Lince**, de novembro/dezembro de 1969. Esse periódico noticia que, em 1853, as barcas *Tell, Rhein, Gundela, Gessner e Osnabruck* trouxeram, juntas, 1.100 imigrantes alemães para o Brasil. O artigo ressalta que eram 225 famílias que enfrentaram 60 dias de viagem pelo Atlântico. Sobre as profissões dos homens que vinham a bordo, informa ainda serem técnicos, artífices, engenheiros, arquitetos, agrimensores, topógrafos, mecânicos, fundidores, ferreiros, ferradores, marceneiros e carpinteiros<sup>74</sup>.

O jornalista do jornal **O Lince**, M. R. Gomide é o mesmo senhor que participou das reuniões para organização do Festival de Chope de 1969 e, além de jornalista, era membro do DAT e fazia parte da Diretoria do Grêmio Teuto-Brasileiro. Gomide (1969), citado no Dossiê da Festa Alemã, assina o artigo que, entre outras curiosidades, menciona que os imigrantes “[...] trouxeram consigo, suas tradições, seus hábitos e suas canções [...]”<sup>75</sup>. Gomide afirma que os descendentes mantiveram suas tradições de origem nos anos que se seguiram ao desembarque das famílias no Brasil, enfatizando que muitos deles eram doutores, médicos, advogados, profissionais formados, enquanto outros continuaram sendo bons artífices e ótimos mecânicos.

---

<sup>74</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 51.

<sup>75</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 51.

Gomide informa que, após a fundação do Centro Folclórico Teuto-Brasileiro, na Vila de São Vicente de Paulo, foi realizada no local a 1ª Festa Alemã em Juiz de Fora, com a celebração de um culto ecumênico, apresentação de danças típicas e músicas, que, segundo o jornalista, “[...] os imigrantes cantavam por ocasião de sua vinda [...]”<sup>76</sup>. O autor caracteriza o bairro como “[...] repositório de tradições alemãs; um tipo de cantão daqueles característicos nas regiões europeias. Gente bem alimentada que fabrica seu próprio pão [...]”<sup>77</sup>. A Figura 6 ilustra a movimentação no bairro Borboleta da Primeira Festa alemã, realizada em 1969:

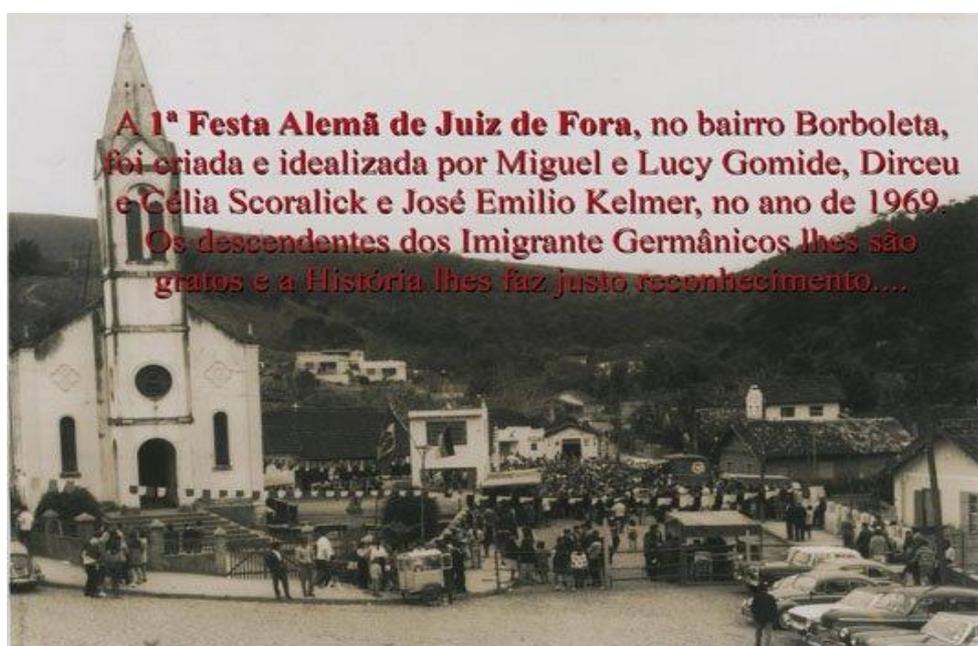


Figura 6: Primeira Festa Alemã realizada no bairro Borboleta, 1969.  
Fonte: Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

Destaca-se que são vários os elementos do texto que precisam de atenção, iniciando-se pela data da chegada dos imigrantes e pelo número de famílias que vieram nas barcas. A imigração alemã, em Juiz de Fora, deu-se em dois momentos distintos: o primeiro, em 1856; e outro, com um contingente maior de imigrantes, em 1858. No primeiro momento, vieram, exclusivamente, os técnicos que iriam trabalhar nas obras da Estrada União e Indústria; em

<sup>76</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 48.

<sup>77</sup> Ibid. fl. 48.

1858, a imigração teve por objetivo povoar o país, atendendo à política imperial de civilização<sup>78</sup>.

Gomide (1969), citado no Dossiê da Festa Alemã, faz menção às canções, modalidade de manifestação cultural que não havia sido abordada na pesquisa até o presente momento. Vale ressaltar que nenhuma das fontes utilizadas como referência para desenvolver o estudo, inclusive os depoimentos coletados, fez alguma menção às músicas alemãs. Em contrapartida, o Pão Alemão, aqui retratado, foi investido dessa identidade construída no Brasil, e para a qual se fazia necessário enfatizar a permanência de elementos que fortalecessem a ideia de tradição herdada. O Pão Alemão simbolizava essa identidade.

A partir das considerações apresentadas na reportagem do jornal **O Lince**, pode-se inferir que o jornal estava comunicando à cidade a sua versão histórica sobre a celebração da Festa Alemã. Percebe-se, nesse texto, um enfoque reverenciador da identidade alemã, pronto a informar à comunidade a perpetuação das tradições pelos descendentes alemães, a partir de elementos de expressão cultural, como canções, culinária e o próprio bairro, como um cantão da Alemanha na cidade. É fato que o jornalista valorizou a Festa Alemã como exemplo de tradição a ser perpetuada pelas características que ele enuncia. Mas, para quem ele fala? Para responder a essa questão, são consideradas as reflexões de Verena Alberti (2012), no artigo intitulado “De ‘versão’ a ‘narrativa’ no Manual de História Oral”, em que a autora destaca a importância do enunciado como portador de sentido, visando a alcançar os

---

<sup>78</sup> Muitos pesquisadores trataram dessa questão, que pode ser vista em: BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage**: sua vida, sua obra, descendência e genealogia; **Juiz de Fora**: Caminho Novo, 1991; STEHLING, Luiz José. **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**. Juiz de Fora: IHGJF, 1979; CASTRO, Nilton Barbosa de. Juiz de Fora – Petrópolis: Estrada União Indústria, Colonização e Integração. In: 150 ANOS DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM PETRÓPOLIS. **Anais...** Colóquio e Artigos publicados sobre a Imperial Colônia de Petrópolis. Petrópolis: IHP/UCP, 1995; FERENZINI, Valéria Leão. **A "Questão Alemã"**: o conflito entre católicos alemães e a Igreja Católica (Juiz de Fora: 1900 a 1919). Tese de Doutorado, UFRJ. 2009; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização**: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). Dissertação (Mestrado em História). Niterói: UFF, 1991; CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência**: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora 1858/1921). Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004; FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000; OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **Nós e eles**: relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006; **O Brasil dos imigrantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

objetivos que se almeja. Levando-se em consideração tais reflexões, pode-se afirmar que **O Lince** comunicava à cidade a importância desse evento com o propósito de retratá-lo positivamente.

Os fatos descritos revelam a natureza complexa que envolve a produção do conhecimento histórico. A autora aponta para o cuidado que se deve ter com o tratamento das fontes e, principalmente, para a necessidade de se atentar para as análises do pesquisador quanto ao passado descrito nas entrevistas, ou em outras formas de relatos, como no caso específico do artigo de jornal aqui mencionado. A verdade também deve ser, em todo caso, relativizada, pois a intenção de traduzir determinada imagem positiva se sobrepõe à capacidade de mensurar o fato em si objetivamente, distorcendo o contexto no qual se insere a ação que parece legitimada pela qualidade da tradição (ALBERTI, 2012).

Gomide fez parte do grupo que protagonizou a Festa Alemã e, nesse sentido, sua narrativa não poderia ser diferente. Ele salientou, em sua versão, as qualidades das tradições alemãs, investindo-as de um valor histórico maior. Sendo assim, não se tratava de uma festa realizada para sanar as dificuldades da escola do bairro Borboleta, mas, antes, deveria ser percebida como um evento a ser comemorado por toda a cidade. A partir de seu artigo, a importância da *Deutsches Fest* ampliava-se, ganhando o *status* de ser um evento oferecido à cidade pela comunidade de descendentes da imigração alemã do bairro Borboleta.

A partir de 1990, a festa passa por uma reorganização, mas seu sentido original foi mantido, ou seja, o ponto de partida para a realização do evento foram as reformas da Igreja São Vicente de Paulo, em especial, o telhado da Igreja. Percebe-se que houve um intervalo entre os primeiros festivais e a festa de 1990. Esse interregno foi consequência de uma tempestade que comprometeu a realização do evento em 1975 e desanimou a comunidade; dessa forma, a comemoração só será retomada, no contexto destacado, mas tendo um novo formato.

A intenção da pesquisa, ao salientar o momento da reformulação da Festa Alemã é perceber as políticas de turismo que estavam vigorando do período de sua criação ao período em que foi reorganizada. Tal objetivo se

explica por determinar que, conscientemente ou não, as modificações ocorridas no evento estavam em concordância com as Políticas Públicas de desenvolvimento local através do turismo. Dessa forma, verifica-se que a festa acompanhou o crescimento da cidade, bem como sua participação dentro do quadro nacional vinculado ao estímulo das atividades turísticas, como possibilidades de crescimento regional a partir da criação de novos postos de emprego e, conseqüentemente, de geração de renda.

Nesse sentido, destaca-se a importância do turismo como forma de valorização da cultural local, sendo um setor de atrações de melhorias para os municípios que estimulassem a valorização da cultura e das tradições locais como vetores de crescimento econômico e social das diversas localidades do Brasil.

#### 4.1 A REFORMULAÇÃO DA FESTA ALEMÃ EM 1990

Nesta pesquisa, a análise teve início com uma entrevista de Iverson Morandi de Oliveira<sup>79</sup>, arquivada junto ao Dossiê da Festa Alemã, que, durante os anos de 2008 a 2010, foi presidente da Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha. Justifica-se a utilização da referida entrevista como fonte de informação pelo fato de que, nela, o depoente revela o novo modelo criado para o evento na década de 1990. Segundo o entrevistado, a partir de 1990, a Festa Alemã adotaria uma nova organização. Basicamente, percebe-se que todo o evento começa, nesse período, a possuir uma nova “logística”. A palavra “logística” é muito bem empregada na entrevista, compondo o requerimento para registro da Festa Alemã como Patrimônio Imaterial de Juiz de Fora, uma vez que ela se refere a números, sendo essa a ideia dos novos organizadores: contabilizar os gastos, os lucros, o público participante e os produtos consumidos, dados que deveriam ser quantificados e demonstrados. Partindo-se desse modelo, a *Deutsches Fest* contaria com a estrutura necessária para

---

<sup>79</sup> A entrevista de Iverson Morandi de Oliveira, sob o formato de um questionário, encontra-se arquivada no DIPAC/FUNALFA, compondo o Dossiê para o Registro da *Deutsches Fest* como bem cultural de natureza imaterial de Juiz de Fora. Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010.

atender aos critérios da administração municipal, como bem pertencente à sociedade local.

O objetivo dessa reestruturação era transformar a Festa Alemã em um produto financeira, cultural e turisticamente atrativo para a Prefeitura. Não era o caso de a festa perder sua função de auxílio às instituições e associações do bairro Borboleta. Acima de qualquer outra razão, objetivava-se aumentar a competitividade do evento face aos outros concorrentes da cidade e, diante de um contexto de afirmação do turismo local, realizá-la em consonância às ações promotoras do desenvolvimento da cidade para, assim, inseri-la no calendário de eventos locais.

Oliveira presidiu a ACBRA entre os anos de 2008 e 2010, e, mesmo após deixar o cargo, continuou participando da Festa Alemã como membro da Categoria *Heimweh* do Grupo de Danças, atuando, ativamente, em outras diretorias. Ao descrever a nova configuração do evento, posterior ao seu período inicial, apresenta também um histórico das primeiras edições, com a evolução do bairro, as últimas composições da diretoria da ACBRA e o processo de organização do evento, demonstrando a preocupação em aperfeiçoar seus elementos constitutivos.

Fica evidente a natureza elucidativa da entrevista. Algumas questões controversas sobre a criação da Festa Alemã e sobre sua efetiva realização são, ponto a ponto, discutidas por meio de uma visão objetiva manifestada pelo entrevistado quanto ao que se pretende com a celebração: comunicar a cultura alemã, origem do grupo de descendentes moradores do bairro Borboleta, oferecendo a tradição como um produto a ser aproveitado pela Prefeitura de Juiz de Fora com parte de uma agenda cultural e turística.

Desca-se que, mesmo sustentando um histórico que reconhece o papel dos imigrantes enquanto agentes propulsores da industrialização da cidade, a forma como essa premissa é utilizada na entrevista justifica seu fim: a construção de um ideário legitimador da celebração da cultura alemã. O entrevistado demonstra ter essa percepção com relação à Festa Alemã. E, mesmo pertencendo ao grupo de descendentes alemães, abraça um protagonismo de outra geração, portando outros ideais, com intenções claras, e

uma percepção sobre o real valor da tradição envolta no evento, mais condizente com o dinamismo da comunidade e da cidade.

É nesse sentido que Iverson Morandi de Oliveira se difere dos protagonistas anteriores. Ele aponta para o exato momento em que o festejo se afasta de uma celebração identitária baseada apenas no discurso de homenagem e filantropia para ir além. Busca relacionar o evento a um contexto de desenvolvimento e implementação do turismo na cidade. Essa nova compreensão do fato estaria impressa na postura de controle adotada pela ACRBA na edição da Festa Alemã de 1990. A partir de então, o gerenciamento das barracas e de toda a logística do evento não mais estariam a cargo das organizações sem fins lucrativos, que anteriormente detinham a função de controle do evento, e sim da Associação. É revelador que a Festa Alemã adquira um novo nome, e sua numeração passe a ser recontada nesse período, com a realização da 1ª Festa Popular Alemã, consequência de todas essas transformações.

A entrevista de Oliveira (2010) possui características de um estudo estatístico com modelos e análise produtiva. Além disso, apresenta dados referentes às pesquisas realizadas durante o período em que presidiu a Associação e que demonstram o público-alvo da festa, o gasto *per capita*, os produtos oferecidos e enumeram os agentes envolvidos na programação, bem como apresentam os recursos disponíveis pela diretoria e aqueles que deveriam captar para a realização do evento. O processo descrito demonstra o afastamento paulatino das edições anteriores do evento, nas quais era realizado informalmente, contando apenas com a participação da comunidade ou com um parco auxílio da Prefeitura de Juiz de Fora.

Uma questão levantada por esta pesquisa é também abordada na entrevista de Oliveira<sup>80</sup> que compõe o Dossiê da Festa Alemã: a participação de políticos na gestão da Festa. A exposição desse fato pelo entrevistado vem ao encontro da hipótese central aqui desenvolvida, ou seja, a de perceber, no caminho da invenção da Festa Alemã, o desejo de representação política por parte dos protagonistas, e não apenas uma simples ação de homenagem aos

---

<sup>80</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010.

primeiros imigrantes alemães. Ao apontar os membros da diretoria do Grêmio Teuto-Brasileiro<sup>81</sup>, fundado em 1967, para promover e apoiar as atividades culturais realizadas no bairro Borboleta, encontram-se à frente da direção da festa nas edições de 1969, 1972, 1975, 1990 e 1991 os seguintes personagens: o Sr. Miguel Gomide – jornalista na cidade e membro do Departamento Autônomo de Turismo; o Sr. José Cesário – diretor do DAT; e Itamar Franco – então prefeito de Juiz de Fora e membro da diretoria do Teuto.

A presença de membros do DAT na direção e organização das primeiras edições da Festa Alemã é um indício de que a versão de evento ancorado apenas na beneficência, cujo único objetivo era angariar dinheiro para a escola do bairro ou para as associações comunitárias, deve ser desconstruído e relativizado. Para sustentar essa reflexão, retoma-se, neste ponto, o objetivo do Departamento no contexto de sua criação:

[...] Promover o fomento das atividades turísticas em Juiz de Fora; Promover ou patrocinar programas turísticos; Organizar, editar e divulgar mapas, roteiros, filmes, folhetos, revistas, cartazes e outras publicações a serem utilizadas no incremento do turismo em Juiz de Fora; Efetuar levantamento sobre a situação turística de Juiz de Fora; Elaborar estudos visando ao desenvolvimento do turismo; Manter intercâmbio do material do turismo com outras entidades públicas ou não, no país e estrangeiro; Manter fichário atualizado sobre as localidades turísticas do Município de Juiz de Fora; Prestar informações sobre atrações turísticas em Juiz de Fora; Supervisionar o transporte de caravanas turísticas em Ônibus.[...]; Elaborar estudos visando ao formato do turismo em Juiz de Fora; Executar programas de desenvolvimento turístico; Promover propaganda dos motivos de atrações turísticas no município; Manter contato com entidades públicas ou não no país e no estrangeiro; Promover pesquisas sobre turismo em Juiz de Fora; Organizar roteiros turísticos<sup>82</sup>.

---

<sup>81</sup> Apenas neste trecho da pesquisa encontra-se a denominação de Grêmio Folclórico Teuto-Brasileiro. Percebe-se que o Grêmio foi a primeira forma de organização da comunidade do bairro Borboleta com o objetivo de promover a cultura alemã. Posteriormente, surge o Centro Folclórico, em 1968, e a Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha. Opta-se por acatar todas as denominações empregadas pelos protagonistas da Festa Alemã, uma vez que essa escolha nos permite verificar a evolução do evento nos diversos contextos.

<sup>82</sup> Prefeitura de Juiz de Fora, **Portal PJF**, Sistema JF Legis. Lei nº 1988, de 9 de março de 1964, Art. 2º, nº 1 – Cria o Departamento Autônomo de Turismo (DAT). Prefeito Adhemar Resende de Andrade. Disponível em: <[www.jflegis.pjf.mg.gov.br](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Isso posto, acredita-se que a presença de políticos, nas primeiras festas, é um indício que os protagonistas conheciam as políticas locais para o desenvolvimento do turismo, bem como os incentivos econômicos dispostos pelas mesmas. A efetiva participação do então prefeito de Juiz de Fora, Itamar Franco, bem como de representantes do DAT sinaliza para o conhecimento da existência desse órgão, de suas funções e das verbas distribuídas pelo mesmo para apoiar as atividades culturais e turísticas na cidade.

Itamar Franco, por meio do Decreto nº 00777, de 20 de novembro de 1967<sup>83</sup>, aprova um orçamento na ordem de NCr\$ 154.500,00 (cento e cinquenta e quatro mil e quinhentos cruzeiros novos) como receita destinada ao DAT. Esse orçamento era para o ano de 1968. Mas, já no mês de dezembro desse ano, outro valor é aprovado para o exercício de 1969 para as despesas do DAT, no total de NCr\$ 200.000,00 (duzentos mil cruzeiros novos)<sup>84</sup>.

Segundo as narrativas dos descendentes da imigração que são aqui analisadas, a *Deutsches Fest* teve sua origem ligada às necessidades econômicas do bairro Borboleta. Não obstante, a construção da Festa Alemã jamais pode ser percebida despropositadamente. Os motivos que evidenciam essa afirmativa se encontram nos dados apresentados neste estudo quanto aos valores destinados ao DAT que procuram uma ligação das primeiras edições do evento com as administrações municipais do período. Por conseguinte, defende-se, nesta investigação, que os protagonistas da *Deutsches Fest* buscavam representação política. Essa representação deve ser entendida, aqui, como a possibilidade de encontrar um espaço de ação na sociedade. Não é o caso de dizer que os imigrantes pretendiam entrar para a política propriamente dita e nem mesmo pertencerem a um partido político, mas reconhecerem-se como indivíduos envolvidos dentro dessa lógica.

---

<sup>83</sup> Prefeitura de Juiz de Fora. **Portal PJF**. Sistema JF Legis. Decreto nº 0777, de 20 de novembro de 1967, Art. 1º – Aprova o orçamento do Departamento de Turismo (DAT) para o exercício de 1968. Prefeito Itamar Augusto C. Franco. Disponível em: <[www.jflegis.pjf.mg.gov.br](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

<sup>84</sup> Prefeitura de Juiz de Fora. **Portal PJF**. Sistema JF Legis. Decreto nº 00864-A, de 9 de dezembro de 1968, Art. 1º - Aprova o orçamento do Departamento de Turismo (DAT) para o exercício de 1969. Prefeito Itamar Augusto C. Franco. Disponível em: <[www.jflegis.pjf.mg.gov.br](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

Segundo Bourdieu (1989), o campo político é o espaço de geração de produtos, programas, projetos, problemas, acontecimentos, sobre os quais, entre confrontos e oposições, os indivíduos devem fazer escolhas como consumidores que são dessas políticas. Dentro dessa perspectiva, acreditamos que os protagonistas da Festa Alemã desejavam representar a comunidade de descendentes a partir da manutenção de uma posição de destaque no que concerne à posse dos elementos formadores dessa tradição. Nesse caso, esses indivíduos estariam empenhados em defender os interesses da comunidade diante das novas tendências políticas locais e nacionais. Seria o caso de enfatizar que esses protagonistas, segundo nossa hipótese, desejavam ser porta-vozes da comunidade. A eles caberia o dever de criar estratégias e ações para preservar a tradição e fortalecer a identidade do grupo ancorada na ascendência alemã. E, nesse caso, ao longo do tempo, a própria comunidade se sentiria representada por eles.

#### 4.2 POLÍTICAS NACIONAIS DO TURISMO NA DÉCADA DE 1990 DO SÉCULO XX

Nesta seção, o foco é direcionado para a discussão das políticas governamentais adotadas na década de 1990, visando ao desenvolvimento do turismo no Brasil. O objetivo em se abordar a legislação de incentivo ao setor e seus desdobramentos deve-se ao recorte temporal proposto para este estudo, que se inicia com a criação da Festa Alemã, em 1969, estendendo-se até o ano de 2010, referente à entrega dos requerimentos para registro do Pão Alemão e da Festa Alemã como bens culturais de natureza imaterial de Juiz de Fora.

Essa perspectiva de trabalho permite perceber que a mudança na organização da *Deutsches Fest* foi concomitante às políticas nacionais para o desenvolvimento do turismo, em curso. Basta dizer que, a partir da Constituição de 1988, caberia aos estados e municípios uma ampliação das obrigações de governança que, anteriormente, eram, em sua quase totalidade, responsabilidade do Governo Federal. Essas novas atribuições diziam respeito

ao atendimento das “necessidades sociais e à prestação de serviços urbanos”<sup>85</sup> (REZENDE, 1991, p. 79).

No artigo intitulado “Estado, turismo e finanças públicas”, Fernando Rezende (1991) discute as relações entre Estado e Turismo como uma via de mão dupla. O sentido buscado pelo autor é expresso em sua percepção de que tanto o turismo poderia ganhar com o auxílio do Estado como este poderia se beneficiar dos recursos produzidos pela atividade desse setor. O autor verifica que ambas as instâncias são capazes de gerar renda, exercendo influências econômicas recíprocas, sejam elas positivas ou negativas. O artigo traz uma retrospectiva das políticas de incentivo ao turismo dos anos de 1970 a 1987, quando se percebe a preocupação do governo em perceber o setor turístico como um negócio rentável. Ainda no período em questão, o setor pode contar com muitos incentivos do Estado, tanto no sentido de ampliar a rede hoteleira quanto para construção e melhoria dos aeroportos, objetivando atrair turistas estrangeiros.

O autor enfatiza que, embora no período identificado acima, os recursos destinados para o desenvolvimento do turismo fossem importantes, eles não eram suficientes para alavancá-lo em âmbito nacional. Outras ações eram necessárias nesse sentido. Desse modo, tornar o setor rentável para o país era uma questão de qualidade dos serviços e não de quantidade. O fato é que tanto estados quanto municípios têm muito a ganhar incentivando o turismo em suas regiões. São inegáveis os benefícios sociais advindos da implementação do turismo nas diversas regiões do Brasil, pois essa atividade exerce um importante papel na geração de renda e emprego. Em geral, também o setor de serviços responde, positivamente, aos incentivos recebidos através dos impostos repassados, como o Imposto sobre a Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços (ICMS). Portanto, o turismo deve ser sempre encarado como uma atividade capaz de movimentar a economia de uma região (REZENDE, 1991).

---

<sup>85</sup> Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/770>>. **Turismo em Análise**, v. 2, n. 1, 1991. Editora: ECA/USP. Acesso em: 12 mar. 2014.

Em artigo publicado na revista **Turismo em Análise**, intitulado “As políticas de turismo no Brasil nos anos noventa”, Fernando Meloni de Oliveira (2008) destaca a importância do turismo como fator de desenvolvimento das diversas regiões do país. O autor faz um levantamento das políticas de incentivo ao turismo, colocadas em prática durante os anos de 1990, e localiza seus limites e impactos. Já no início de sua abordagem, pondera que o turismo vem ganhando espaço nas agendas dos governos, fato percebido mundialmente e não apenas no Brasil. Segundo o autor, o turismo, com seu poder de dinamizar as economias, vem recebendo especial atenção no que diz respeito ao repasse de verbas destinadas ao incentivo do setor e para o desenvolvimento de pesquisas que revelem os potenciais turísticos, nacionais e regionais, ainda por serem explorados.

O estudo ainda aponta para a criação, em 1990, do *World Travel & Tourism Council* (WTTC), associação mundial que representa os interesses de grandes empresas do setor turístico, que, nesse contexto, pretendia ampliar o desenvolvimento da atividade em vários países. A partir dessa iniciativa, a implementação de Políticas Públicas voltadas para o turismo é alavancada no Brasil. Ocorre que a associação supracitada realizou um levantamento sobre as potencialidades do turismo como motor do desenvolvimento social e econômico, fato que estimulou os países interessados a buscarem meios de entrar nesse mercado (OLIVEIRA, F. M., 2008).

O autor informa, ainda, dados relevantes a respeito do desenvolvimento do turismo no Brasil. Um deles merece especial atenção neste ponto da pesquisa: o Brasil, que, na década de 1970, recebia em torno de 250 mil visitantes de fora, passa a receber, na década de 1990, 1 milhão de pessoas; em 2000, esse número sobe para 5 milhões de turistas estrangeiros. A consequência desse crescimento foi percebida no aumento da receita nacional que atinge US\$ 7 bilhões em tributos. Diante desses números, é incontestável reconhecer que, nos anos de 1990, o crescimento do turismo no Brasil foi imensamente maior do que nas décadas anteriores.

Além dos dados apresentados, é evidente a questão que, no Brasil, as Políticas Públicas criadas nessa década para o desenvolvimento do turismo ficam atreladas à noção de desenvolvimento segundo a perspectiva vigente à

época. Não se atentava, naquele período, para os impactos negativos advindos a médio e longo prazo com a atividade. Pensava-se apenas nas múltiplas oportunidades que seriam abertas, seja pela exploração de sua diversidade ambiental e recursos naturais, seja por suas riquezas culturais (OLIVEIRA, F. M., 2008).

Como já se mencionou anteriormente, as políticas ficaram restritas às melhorias estruturais implantadas nos setores de recepção aos turistas, tais como: hotéis, *marketing*, cidades destinos, sistema de transportes, qualificação dos trabalhadores; e, ainda pode-se perceber, à época, uma crescente preocupação com o gerenciamento da atividade e com premente descentralização das ações que a norteavam (Ibid.). Segundo o autor, entre todos os dados ressaltados anteriormente, a criação do Plano Nacional de Turismo (PNT), por meio do Decreto nº 448/92, assinado pelo então presidente Fernando Collor de Mello, é compatível com as análises do autor. Os objetivos demarcados no PNT eram claros: desenvolver o turismo como uma atividade rentável para o país, através da preservação do patrimônio natural e cultural, bem como da valorização do homem como agente propulsor do crescimento do setor turístico no Brasil.

Neste estudo, mais uma vez, encontra-se a figura política de Itamar Franco no desempenho de seu papel, na década de 1990. Se, no contexto de criação da Festa Alemã, Itamar era prefeito de Juiz de Fora, durante o processo de reformulação do evento, ele ocupava o cargo de vice-presidente da República. Por conseguinte, a questão que perpassa toda essa pesquisa é retomada novamente, tendo como foco este novo aspecto da análise. O que se deseja salientar é a influência de Itamar Franco enquanto homem da política em dois momentos distintos: o de criação da festa e o de sua reformulação. Em ambas as ocasiões, ele era Presidente de Honra Vitalício do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly, cargo que ocupou até a data de seu falecimento, em 2 de julho de 2011. Apesar de serem dois contextos históricos distintos, somente um ator político de influência se faz notar em meio aos protagonistas das ações destacadas em toda a pesquisa. Se, no primeiro momento, depara-se com a criação da EMBRATUR, no segundo, é a criação do PNT que chama a atenção.

Por tudo isso, acredita-se que a criação e a reorganização do evento estão estreitamente vinculadas aos passos de Itamar Franco enquanto político. Sua proximidade com Juiz de Fora era muito grande nesse período. Enquanto político, ele nunca se afastou da cidade, não havia eleição em Juiz de Fora, na qual Itamar Franco não estivesse presente para dar o seu apoio a um ou outro prefeito e também para votar. A busca pela representação política é aqui mais uma vez explicitada, já que, na cidade, Itamar possuía uma ampla rede de aliados políticos. Sendo assim, outras questões são fontes de reflexão: será que os protagonistas aqui elencados tinham acesso ao vice-presidente? Será que o vice-presidente teria interesse em ajudar a cidade que o acolheu, onde sempre contou com apoio maciço da população? Acredita-se que sim.

Continuando com as informações do artigo de F. M. Oliveira (2008), ressaltam-se os seguintes objetivos do PNT: a democratização do acesso ao turismo, a partir da ampliação da participação dos vários segmentos sociais na atividade; a diminuição das diferenças econômicas e sociais existentes entre as diversas regiões do país, com a geração de novos empregos e maior distribuição de renda; o incremento da atividade turística, por intermédio da atração de visitantes para regiões mais carentes, valorizando as qualidades do local como destino turístico.

Aliado às Políticas Públicas citadas, o Plano Nacional de Turismo (PLANTUR) é criado em 1992. Entretanto, devido à turbulência pela qual passava o país nesse período, marcado pelo processo de *impeachment* do presidente Fernando Collor de Mello, o PLANTUR não sai do papel. Somente em 1995, já no governo de Fernando Henrique Cardoso, com a reformulação da EMBRATUR, a Política Nacional de Turismo (1996-1999) recebe uma orientação mais assertiva, sendo redimensionada como atividade turística capaz de melhorar a qualidade de vida nas regiões em que sejam verificados potenciais para o incremento do setor. Percebe-se, então, a mudança no perfil das políticas, que anteriormente eram voltadas para o desenvolvimento econômico do país. Entre as agências financiadoras, encontra-se o Banco Nacional do Desenvolvimento (BNDS), financiando as áreas de Comércio, Serviços e Turismo (OLIVEIRA, F. M., 2008).

Na mesma perspectiva que aponta para o desenvolvimento do turismo na década de 1990, durante o governo do presidente Fernando Henrique Cardoso, Rita de Cássia Cruz (2000) analisa, na obra **Política de turismo e território**, algumas questões referentes aos novos espaços que passam a ser explorados pelo setor. A autora destaca que as múltiplas relações que envolvem o turismo no Brasil – culturais, sociais, políticas e econômicas – são primordiais para o desenvolvimento das regiões que não possuem visibilidade alguma dentro do mercado de produção. Partindo dessa abordagem, podem ser levantadas inúmeras possibilidades que o setor de turismo desperta em espaços aparentemente desvalorizados. O que se percebe, portanto, é a necessidade de “turistificar” o local (Ibid., p. 19).

O sentido de turistificação de determinados locais vem da necessidade de transformá-los em atrativos como destinos turísticos. O *marketing* tem um papel preponderante, segundo a autora, na produção desses espaços considerados por ela “inventados”. A tecnologia é uma grande aliada ao processo de turistificar esses espaços, quando os mesmos são percebidos superficialmente como lugares sem grande importância econômica. Na verdade, Cruz (2000) ressalta que os turistas também são atores importantes nas transformações de alguns lugares em destinos atraentes. Basta que eles comecem a frequentar determinado local para torná-lo visível e passível de investimento. O mercado do turismo cuida do resto, aferindo as possibilidades de consumo implícitas àquele território.

Segundo Cruz (2000, p. 25), “Cidades podem ser incorporadas, espontaneamente, ao circuito das localidades turísticas, devido à sua valorização (cultural) pela atividade ou, então, induzir o desenvolvimento do turismo, por meio de políticas e do planejamento de atividades [...]”. Essa afirmativa sugere a avaliação da Lei Hobin Hood e do seu impacto na turistificação de algumas cidades mineiras, o que passa a ser feito a seguir.

#### **4.2.1 A Lei Robin Hood**

A Lei nº 18.030, criada em 28 de dezembro de 1995, no governo de Eduardo Azeredo, determinou que uma parcela do ICMS fosse distribuída entre

os municípios de Minas Gerais, visando a diminuir as disparidades econômicas que perduravam entre eles. Essa lei orientava a utilização desses recursos no Estado nas seguintes áreas: saúde, educação, conservação do patrimônio cultural, esporte, agricultura, meio ambiente, entre outros<sup>86</sup>. Essa legislação surge da necessidade de corrigir os repasses aos municípios menos favorecidos. Anterior a ela, o Decreto-Lei nº 32.771 observava critérios de distribuição de recursos que acabavam por favorecer a concentração de renda nos municípios mais desenvolvidos economicamente<sup>87</sup>. Daí a denominação da Lei Robin Hood, fazendo alusão ao personagem inglês que roubava dos ricos e distribuía a riqueza junto às populações mais pobres (ALMEIDA; MARANDUBA JÚNIOR, 2009).

Assim, a partir do diagnóstico que detectava esse erro na distribuição dos recursos, novos critérios que pudessem sanar essa falha foram buscados. Nesse sentido, a Lei inaugurou uma estratégia de distribuição do ICMS que visava a:

[...] desconcentrar renda e transferir recursos para regiões mais pobres; incentivar a aplicação de recursos municipais nas áreas sociais; induzir os municípios a aumentarem sua arrecadação e a utilizarem com mais eficiência os recursos arrecadados, e, por fim, criar uma parceria entre estado e municípios, tendo como objetivo a melhoria da qualidade de vida da população destas regiões<sup>88</sup>.

Entretanto, com o passar do tempo, novas pesquisas apontaram para o fato de que a legislação não conseguiu vencer as desigualdades existentes entre os municípios mineiros, como era sua pretensão inicial. Noé Gonçalves Eduardo Simões de Almeida e Maranduba Júnior (2009) identificam esse fato no artigo “Análise de convergência espacial dos repasses da Lei *Robin Hood*”. Nesse texto, os autores afirmam que, após a aplicação de vários modelos de análises econômicas, entre os anos 2001 e 2005, essa lei se afasta do seu sentido de origem. Os dados demonstram que os municípios localizados nas

---

<sup>86</sup> Lei Robin Hood. Site da Fundação João Pinheiro. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robin-hood/index.php/leirobinhood/legislacao/lei1204095>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

<sup>87</sup> Ibid.

<sup>88</sup> Ibid.

regiões Norte, Jequitinhonha/Mucuri e Noroeste, considerados os mais carentes dentro do Estado de Minas Gerais, não receberam os recursos de acordo com as necessidades de desenvolvimento socioeconômico dessas localidades (ALMEIDA; MARANDUBA JÚNIOR, 2009).

É importante frisar que, embora a Lei Robin Hood tenha sido criada em 1995, entre os critérios de pontuação adotados como requisito para que os municípios recebessem os repasses do ICMS, não estavam contemplados aqueles bens de natureza imaterial. Já em sua origem, somente a conservação do patrimônio cultural material era factível por esse critério. Entretanto, em 2009, os bens de natureza imaterial passam a compor o quadro de pré-requisitos para o repasse de subsídios. Esse fato é bastante pertinente para as reflexões tecidas por esta tese. Esse dado consta no artigo “A imaterialidade do patrimônio cultural e a Lei *Robin Hood*: a inserção da categoria imaterial do patrimônio como pontuação para o repasse de ICMS cultural em Minas Gerais”, de autoria de Yussef Daibert Salomão Campos (2010). O autor verifica que os bens imateriais, para receberem pontuação, devem estar registrados nas três instâncias: municipal, estadual e federal.

O autor argumenta que a diferenciação relativa aos bens de natureza material e imaterial para o recebimento dos repasses está vinculada à noção de valor conferida a esses bens, visto que a percepção da imaterialidade é mais recente do que o reconhecimento do valor do patrimônio material. Nesse sentido, a conclusão do autor é que o Estado de Minas Gerais desprezou seus bens imateriais e, mais do que isso, não foi capaz de reconhecê-los enquanto portadores da sua identidade. No artigo, o autor assinala que, ainda no contexto da pesquisa realizada, a diferença de valor entre bens materiais e os imateriais persistia nas instituições governamentais estaduais.

Aproximando as colocações de Campos (2010), finalizam-se as análises desenvolvidas por ora, citando os Dossiês para Registro do Pão Alemão e da Festa Alemã. Ambos foram entregues à salvaguarda do município em 2010. A *Deutsches Fest* ainda não foi reconhecida como patrimônio imaterial do município; todavia, sabe-se que, a partir do momento em que se protocola o requerimento de registro de um bem, o mesmo passa a receber a proteção do município.

De acordo com todo o conteúdo e argumentação expostos, é possível perceber que as ações dos protagonistas da história aqui abordada sempre estiveram em consonância com as políticas nacionais, estaduais e municipais. Da criação da Festa Alemã aos pedidos de patrimonialização dos bens, que serão tratados no próximo capítulo, foi possível deparar com um quadro demonstrativo do desenvolvimento de uma legislação pautada pela distribuição de recursos para a proteção de bens culturais. E, se a cidade possuía o capital cultural, nada mais correto do que apresentá-lo à apreciação e à posterior valorização pela comunidade e instituições para serem validados segundo critérios de pontuação requeridos pelo estado para o repasse do ICMS. Seja por suas festas ou por seus eventos, o fato é que a cidade buscou canais para sua inserção no setor turístico, por meio de um processo que acompanhou as determinações das políticas nacionais.

#### 4.3 AS ESTRATÉGIAS PARA O DESENVOLVIMENTO DO TURISMO EM JUIZ DE FORA

A criação do Departamento Autônomo de Turismo, em 9 de março de 1964, aponta para o interesse pelo desenvolvimento do turismo no município de Juiz de Fora. Apesar disso, percebe-se que o incremento do setor na cidade ocorreu lentamente, acompanhando o ritmo de seu crescimento. As estratégias adotadas pelo DAT eram voltadas para o incentivo de eventos culturais como forma de alavancar o turismo na cidade. Nesse sentido, estava previsto para esse Departamento informar, incentivar, pesquisar, patrocinar e desenvolver as atividades turísticas em Juiz de Fora. Percebe-se, todavia, que a divulgação da agenda cultural do município estava restrita à cidade e a localidades vizinhas. É possível perceber esse fato, analisando-se os decretos que destinavam verbas para premiações de peças de teatro, de atores e para a realização dos Festivais de Música Popular Brasileira de Juiz de Fora, entre outros eventos.

As ações para valorizar o turismo na cidade estavam no início; entretanto, pode-se verificar, por meio das ações do DAT, as estratégias utilizadas pelo então prefeito Itamar Franco, o conjunto de medidas tomadas para incentivar o desenvolvimento do turismo. A exemplo disso, citamos a

Portaria nº 00402, de 28 de agosto de 1969, a qual determina que o carnaval deveria ser valorizado para atender a esse fim:

O Prefeito Municipal de Juiz de Fora, no uso de suas atribuições, e CONSIDERANDO a importância de serem criadas condições favoráveis ao desenvolvimento do turismo no Município; CONSIDERANDO que é desejo da Administração promover, em 1970, um Carnaval à altura das tradições e do progresso de Juiz de Fora; CONSIDERANDO, finalmente, que o Carnaval, festa eminentemente popular, é capaz de atrair à Cidade grande número de visitantes, RESOLVE criar Grupo de Trabalho composto dos Srs. José Carlos de Lery Guimarães, José Cesário Monteiro Moreira, Marcílio Marques Botti e Mário Helênio de Lery Santos para, sob a presidência do primeiro, e sem ônus para a Prefeitura, apresentar, no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, um planejamento para o Carnaval Oficial do Município, em 1970 (Grifos do autor)<sup>89</sup>.

Diante do exposto, é possível perceber que a cidade acompanhava as tendências nacionais que visavam ao desenvolvimento das várias regiões do país através de políticas de incentivo ao desenvolvimento do setor turístico. O potencial de Juiz de Fora, localizada no Estado de Minas Gerais, era promissor. Mas se levarmos em conta o conjunto de cidades históricas mineiras, a cidade perderia sua relevância quando comparada a cidades como Tiradentes, Ouro Preto, Mariana, Congonhas, Sabará, São João del-Rei, entre outras. Vale ressaltar que a arquitetura dessas cidades já anunciava sua importância como destinos turísticos.

Juiz de Fora teve de encontrar sua vocação dentro desse quadro, e essa tarefa se pautou na valorização dos eventos culturais produzidos aqui, desde o início dos anos 1960. Primeiramente, destacam-se os Festivais de Música realizados nessa década e, juntamente a esses, ressaltam-se a premiação das peças de teatro, de atores e a valorização do carnaval. A cidade começava, assim, buscar seu lugar como um polo a ser explorado através do turismo de eventos. Inicia-se, então, a análise das estratégias utilizadas pelos setores aqui elencados para fomentar o turismo em Juiz de Fora, com o propósito de verificar os limites e as possibilidades dos processos que resultaram dessa finalidade. Importa também acompanhar as políticas governamentais que

---

<sup>89</sup> Prefeitura de Juiz de Fora. **Portal PJF**. Sistema JF Legis. Portaria nº 00402, de 28 de agosto de 1969. Disponível em: <[www.jflegis.pjf.mg.gov.br](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

impulsionaram tais iniciativas em torno do turismo como atividade econômica importante, capaz de produzir lucros para a cidade.

Este trabalho de pesquisa buscou mapear as iniciativas relacionadas ao contexto em que a *Deutsches Fest* se desenvolveu, bem como as possibilidades que se abriram a partir de criação do DAT. Posteriormente, as políticas voltadas para o reconhecimento e a valorização do patrimônio de Juiz de Fora tornam-se importantes para analisar o contexto no qual são elaborados os Dossiês para requerer a patrimonialização da Festa Alemã e do Pão Alemão, pois esses são fundamentais para a conclusão deste estudo.

#### **4.3.1 Juiz de Fora e Região *Convention e Visitors Bureau***

Diante do interesse do Poder Público em reconhecer o potencial da cidade a ser explorado pelo turismo, surgem associações como o Juiz de Fora e Região *Convention & Visitors Bureau* (JFRC & VB). Essa associação sem fins lucrativos foi criada em 12 de julho de 2001, em Juiz de Fora. Seu objetivo é incentivar o desenvolvimento turístico no município e adjacências, além de divulgar as atuações e os setores culturais, científicos, tecnológicos e artísticos dessas localidades, valorizando-os por meio de “ações de *marketing*”. Entre os parceiros da Associação, está a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, representada pela Secretaria de Planejamento e Desenvolvimento Econômico (SPDE), através do Núcleo de Turismo<sup>90</sup>.

Constituem destaque no *site* do JFRC & VB de Juiz de Fora os atrativos turísticos e culturais da cidade, como museus, centros culturais, além da boa estrutura da cidade para recepção de eventos. A Lei Murilo Mendes de Incentivo à Cultura também é destacada como um importante incentivo, distribuindo verbas para fomentar projetos culturais de natureza diversa. Encontram-se nesse *site*, organizados em forma de calendário, todos os eventos realizados anualmente na cidade. Todas essas estratégias, em consonância, sinalizam para o resultado satisfatório conquistado pelo setor de

---

<sup>90</sup> Juiz de Fora e Região *Convention & Visitors Bureau*. *Site* da Associação para o Desenvolvimento do Turismo de Juiz de Fora e Região. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://juizdeforaconvention.com.br/v2/jfrcvb#.VPm4q3zF9DR>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

turismo de eventos na cidade com notado crescimento. Esse fato pode ser comprovado pelo relatório de atividades desenvolvidas pelo setor, em Juiz de Fora, segundo mostram os dados do JFRC & *Visitor Bureau*<sup>91</sup> (Gráfico 1):

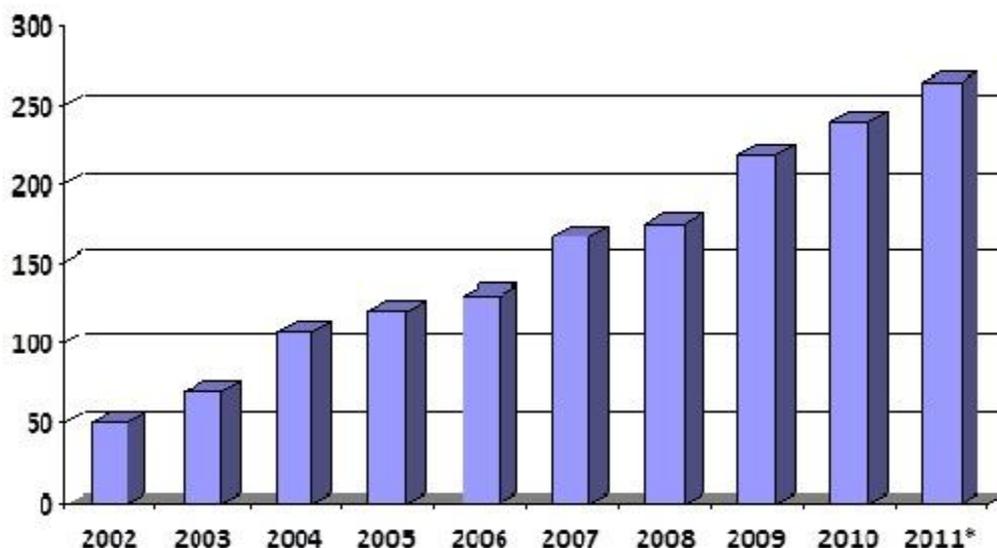


Gráfico 1: Crescimento das atividades no setor, anos 2000.

\*Estimativa.

Fonte: Relatório de Atividades do “Juiz de Fora e Região *Convention & Visitors Bureau*”, 2015.

Segundo os dados apresentados nos relatórios de atividades do *Convention & Visitor Bureau*, pode-se perceber o crescimento do turismo de eventos em Juiz de Fora a partir de 2002 e, de forma gradativa, até 2011. Nos quase dez anos que compreendem o período amostrado, a evolução de eventos, praticamente, quintuplicou. A apreciação desse movimento junto a outros indicadores leva-nos a concluir que a cidade procurou caminhos para promover o desenvolvimento do setor turístico, estimulando empresas a realizarem seus eventos na cidade, aproveitando suas características naturais.

Outro fator observado e que justifica essa conclusão é a publicidade realizada nas páginas do JFRC & VB, através da qual a Associação destaca o potencial de Juiz de Fora como cidade receptora de eventos, enumerando vários fatores: a proximidade com os grandes centros econômicos do sudeste do país – São Paulo, Rio de Janeiro e Belo Horizonte; a boa infraestrutura para

<sup>91</sup> Juiz de Fora e Região *Convention & Visitors Bureau*. Site da Associação para o Desenvolvimento do Turismo de Juiz de Fora e Região. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://juizdeforaconvention.com.br/v2/jfrcvb#.VPm4q3zF9DR>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

receber eventos; a facilidade e rapidez de deslocamento dentro dos limites da cidade; a existência de atrações turísticas que atendem a todas as faixas etárias; a proximidade com o Parque Estadual de Ibitipoca, em Lima Duarte, distante cerca de 50 km da cidade e referência ecológica na região; integração com o Circuito Turístico do Caminho Novo; a relativa tranquilidade e segurança da cidade; uma boa rede gastronômica e hoteleira, entre outros. O *site* ainda prossegue, comunicando as peculiaridades da cidade no sentido de valorizá-la, como centro urbano receptivo, organizado e versátil<sup>92</sup>.

Observa-se, na composição do *site*, um interesse em desenvolver ações integradas que possibilitem a interseção dos eventos de negócios com algumas atividades voltadas para o lazer. Essa preocupação em compor um quadro de ofertas para atender bem ao visitante da cidade sugere que o setor do turismo de eventos se tornou, ao longo do tempo, uma prioridade para os profissionais do setor, bem como para o Poder Público que, pelas ações desenvolvidas na cidade, pretende valorizar Juiz de Fora como uma cidade indutora do crescimento do turismo na região.

#### 4.3.2 A competitividade de Juiz De Fora: O Plano Setorial de Turismo

O Plano Nacional de Turismo 2007-2010 – Uma Viagem de Inclusão, realizado pelo Ministério do Turismo, promoveu um levantamento das cidades turísticas capazes de alavancar o setor nas regiões em que estão localizadas. Denominadas “Destinos Indutores do Desenvolvimento Turístico Regional”, no Estado de Minas Gerais, foram selecionadas, por essa ocasião, as cidades de Belo Horizonte, Diamantina, Ouro Preto e Tiradentes. São João del-Rei foi considerada destino de referência no segmento de estudos e intercâmbio<sup>93</sup>.

---

<sup>92</sup> Juiz de Fora e Região *Convention & Visitors Bureau*. JFRC & VB – *Site* da Associação para o Desenvolvimento do Turismo de Juiz de Fora e Região. “**13 motivos para realizar seu evento em Juiz de Fora**”. Disponível em: <<http://juizdeforaconvention.com.br/v2/motivos#>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

<sup>93</sup> Estudo sobre a Competitividade nos Destinos Turísticos Indutores do Estado de Minas Gerais: Relatório de Competitividade, Juiz de Fora. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/xndice\\_de\\_Competitividade\\_do\\_Turismo\\_Nacional](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/xndice_de_Competitividade_do_Turismo_Nacional)>. Acesso em: 9 mar. 2015.

A partir desse estudo, a Secretaria de Estado de Turismo de Minas Gerais (SETUR/MG), seguindo as propostas nacionais, selecionou mais dez destinos indutores do Estado de Minas Gerais, quais sejam: Araxá, Camanducaia (Monte Verde), Capitólio, Caxambu, Juiz de Fora, Maria da Fé, Poços de Caldas, Santana do Riacho, São Lourenço e Sete Lagoas. Esses municípios foram escolhidos segundo os critérios turísticos de relevância adotados pela Secretaria. Desse modo, as cidades selecionadas deveriam fazer parte de alguma associação turística, integrar o Projeto Estruturador Destinos Turísticos Estratégicos, representar um segmento estratégico no Estado de Minas Gerais, dispor de produtos a serem oferecidos ao mercado consumidor e participar do Programa da SETUR/MG “Minas Recebe”, além de se tornarem polos atrativos para o mercado turístico, contando com uma boa infraestrutura<sup>94</sup>.

Evidencia-se que a pesquisa diagnóstica sobre as potencialidades desses destinos indutores foi realizada pela SETUR/MG, juntamente com a Fundação Getúlio Vargas. O estudo realizou um amplo levantamento sobre as diversas dimensões envolvidas pela atividade turística, tendo por escopo reunir propostas para potencializar os municípios como indutores do turismo em Minas Gerais<sup>95</sup>.

Ainda de acordo com dados presentes na pesquisa, caberia aos municípios melhorar suas redes de hotelaria, formar profissionais que atuassem adequadamente na recepção dos turistas, incrementar a infraestrutura das cidades, captar o apoio de profissionais de saúde e das Polícias Militar e Civil para atender às demandas de turistas, e criar grupos de apoio aos eventos, reunindo a Secretaria de Transporte e Trânsito (SETRA), a Secretaria de Saúde, a FUNALFA, entre outros colaboradores<sup>96</sup>.

---

<sup>94</sup> Estudo sobre a Competitividade nos Destinos Turísticos Indutores do Estado de Minas Gerais: Relatório de Competitividade, Juiz de Fora. Arquivado no Departamento de Incentivo ao Turismo/SDEER. Disponível em: <[www.portaldoturismo.pjf.mg.gov.br](http://www.portaldoturismo.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

<sup>95</sup> Idem. Ibid., p. 3.

<sup>96</sup> Estudo sobre a Competitividade nos Destinos Turísticos Indutores do Estado de Minas Gerais: Relatório de Competitividade, Juiz de Fora. Arquivado no Departamento de Incentivo ao Turismo/SDEER. p. 9. Disponível em: <[www.portaldoturismo.pjf.mg.gov.br](http://www.portaldoturismo.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2015.

Entre tantas ações propostas para reestruturar o turismo em Juiz de Fora, chama atenção que conste no relatório a reabertura do Museu Mariano Procópio e a valorização do mesmo como um dos importantes atrativos turísticos de Juiz de Fora<sup>97</sup>. Mas, vale ressaltar que o Museu encontra-se fechado há mais de cinco anos e não há previsão de que seja reaberto para visitação. Apesar de esse importante patrimônio ser propagado como atrativo turístico nas agendas da cidade, sua visitação, há muito tempo, vem ocorrendo de maneira parcial, sendo que somente o parque está liberado, enquanto a casa continua fechada<sup>98</sup>.

#### 4.3.3 O Programa de Apoio a Projetos Turísticos

O Programa de Apoio a Projetos Turísticos foi criado em 2011. Inicialmente, o apoio era destinado, exclusivamente, a eventos, sendo que, a partir de 2012, as verbas foram estendidas aos eventos de cunho turístico. No edital da versão de 2015 do Programa, promovido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico da Prefeitura de Juiz de Fora, encontram-se os critérios a serem observados no momento de pleitear o apoio do município para os eventos inscritos. Observa-se que a Festa Alemã está em primeiro lugar nos eventos pré-selecionados nessa edição<sup>99</sup>.

Segundo dados presentes no Edital, os projetos selecionados passam a receber apoio financeiro do Departamento de Incentivo ao Turismo, após análise e seleção realizadas pelo Conselho Municipal de Turismo (COMTUR) e

---

<sup>97</sup> O Museu Mariano Procópio encontra-se fechado há cinco anos segundo o *site* **G1** – Minas Gerais, Zona da Mata. O Museu recebeu recursos em torno de [...] “R\$ 2 milhões da Petrobras, [...] R\$ 339.461,00 do Ministério do Turismo [...] R\$ 5 milhões de um convênio firmado com o Governo Estadual” [...], entre outros. Reportagem: Mariano Procópio fechado é quase um atentado, diz presidente do IBRAM. 08/09/2013. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2013/09/mariano-procopio-fechado>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

<sup>98</sup> Em 12 de março de 2015, foi feito contato telefônico com a Instituição, sendo informado que ainda não existia previsão para a reabertura do prédio onde se encontra o acervo do Museu.

<sup>99</sup> O Edital de inscrição e a lista dos projetos pré-selecionados estão disponíveis no **Portal PJF**: Portal do Turismo.

Disponível em: <[http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa\\_de\\_apoio\\_a\\_projetos\\_turisticos.php](http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa_de_apoio_a_projetos_turisticos.php)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

validação da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Geração de Emprego e Renda. O edital ressalta que as cotas divididas entre os eventos estão sujeitas ao orçamento disponibilizado através do Fundo Municipal de Turismo, hoje vinculado ao Departamento de Incentivo ao Turismo, da Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho, Geração de Emprego e Renda. Sobre o recurso a ser repassado aos projetos, a Prefeitura estabelece o valor mínimo de R\$ 7.000,00 (sete mil reais), podendo esse montante superar até “[...] 03 (três) vezes o valor da média do valor global ofertado pelo Município dividido pelo número de projetos aprovados, cumprindo a seguinte condição, o valor do aporte não poderá ser superior a 50% do custo global do evento estimado<sup>100</sup>”.

Todo esse processo depende da inscrição prévia no Cadastro Geral de Convenientes do Município de Juiz de Fora (CAGEC/JF), normatizado pelo Decreto nº 10.405, em 2010<sup>101</sup>. Essa seria uma das condições para a aceitação de qualquer projeto na seletiva. Em sequência, e posteriormente ao cadastro, os convênios entre a Prefeitura e as associações sem fins lucrativos têm a possibilidade de serem firmados, podendo se cadastrar: entidades que representem a comunidade; entidades de assistência social, educação, saúde e cultura; entidades esportivas amadoras; associações públicas e outras entidades de caráter não governamental<sup>102</sup>.

Retomando-se os principais tópicos da inscrição do Cadastro para concorrer aos financiamentos, observa-se que a Prefeitura se reserva o direito

---

<sup>100</sup> O Edital de inscrição e a lista com projetos pré-selecionados estão disponíveis no Portal do Turismo, da PJF. Item 2 do Programa de Apoio a Projetos Turísticos 2015, p. 2. Disponível em: <[http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa\\_de\\_apoio\\_a\\_projetos\\_turisticos.php](http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa_de_apoio_a_projetos_turisticos.php)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

<sup>101</sup> Instituído pelo Decreto nº 10.405, publicado em 30 de agosto de 2010, o Cadastro Geral de Convenientes da Prefeitura de Juiz de Fora tem por objetivo possibilitar a inscrição de pessoas jurídicas interessadas em firmar convênio com a Administração Pública Municipal. Administração do Prefeito Custódio Mattos. Disponível em: <[http://www.unijuf.org.br/arquivos\\_pdf\\_outros/decreto\\_10405\\_cagec.pdf](http://www.unijuf.org.br/arquivos_pdf_outros/decreto_10405_cagec.pdf)>. Acesso em: 20 de fev. 2015.

<sup>102</sup> Decreto nº 10.405, publicado em 30 de agosto de 2010, o Cadastro Geral de Convenientes da Prefeitura de Juiz de Fora. Prefeito Custódio Mattos. Disponível em: <[http://www.unijuf.org.br/arquivos\\_pdf\\_outros/decreto\\_10405\\_cagec.pdf](http://www.unijuf.org.br/arquivos_pdf_outros/decreto_10405_cagec.pdf)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

de divulgar o seu patrocínio, valendo-se, para tanto, de imagens ou de quaisquer outros produtos vinculados ao evento selecionado. Ainda de acordo com o Edital, o projeto deve ressaltar ações que potencializem o setor turístico local, propiciando a melhoria nas condições de vida, bem-estar e trabalho na atividade, assim como a valorização dos pontos turísticos tradicionais da cidade<sup>103</sup>.

A avaliação final do projeto é realizada pelo COMTUR, levando-se em consideração os aspectos do evento que devem ter a sua importância justificada na proposta, tais como: valorizar e fortalecer Juiz de Fora como destino turístico; ampliar as redes de negócios em torno do evento; exaltar as especificidades sociais, culturais e econômicas da cidade; contemplar os conceitos atuais de sustentabilidade e responsabilidade ambiental; promover a igualdade de participação e acesso aos produtos ligados ao evento a ser apoiado; incrementar o comércio local; e, por fim, contribuir para a difusão da cidade enquanto polo regional de turismo, viabilizando captar turistas da região<sup>104</sup>. Percebe-se, desse modo, que são estratégias realizadas progressivamente e em conjunto, que revelam o amadurecimento da cidade diante dos desafios envolvidos nessa ação. Gradualmente, verifica-se o desenvolvimento de uma estratégia em âmbito geral, políticas de patrimonialização, com registro e tombamentos de patrimônios culturais; criação do COMTUR; apoio a projetos turísticos por intermédio da criação do CAGEC/JF; a criação do JFRC&VB, além da realização de um estudo voltado para analisar a competitividade do município nesse mercado.

#### **4.3.4 O Portal do Turismo de Juiz de Fora**

O Portal do Turismo está vinculado ao Departamento de Incentivo ao Turismo, criado em 2013, integra a Secretaria de Desenvolvimento Econômico, Trabalho e Geração de Emprego e Renda. No *site* da PJF não consta a criação

---

<sup>103</sup> PJF/Programa de Apoio a Projetos Turísticos, Anexo II: Da elaboração e Avaliação do Projeto, p. 13. Disponível em: <[http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa\\_de\\_apoio\\_a\\_projetos\\_turisticos.php](http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa_de_apoio_a_projetos_turisticos.php)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

<sup>104</sup> Idem. Ibidem, p. 19.

do Portal do Turismo; por isso, atribui-se a sua origem à do Departamento. O Portal, em sua página inicial, apresenta a cidade da seguinte forma: “Já que não temos mar, vamos pro bar, pro restaurante, museu, praça, teatro, compras, negócios” e convida o visitante, bem como os moradores da cidade a estarem experimentando um roteiro gastronômico, cultural, que engloba diversão e lazer<sup>105</sup>.

Juiz de Fora é apresentada de maneira bem controversa e, pelo fato de não ter mar, o Portal convida todos a aproveitar as outras oportunidades que a cidade oferece. Aparentemente, mesmo que a cidade seja apresentada desse modo, é fato que se quer ressaltar suas qualidades como um bom destino para a realização de negócios, porquanto, são destacados os vários espaços de lazer que a cidade comporta. Mais uma vez, um *link* entre negócios e lazer, valorizados sob a ótica de uma cidade que busca se afirmar no setor de turismo de eventos.

Considera-se, portanto, que o Portal do Turismo desenvolveu estratégias conjuntas, unindo o turismo de eventos ao lazer, para dinamizar os serviços e, para além dos pontos turísticos que são descritos no Portal, destacar os espaços para feiras, negócios, congressos, simpósios, entre outros, demonstrando, assim, uma preocupação dos organizadores do *site* em relacionar os serviços que a cidade pode proporcionar ao visitante.

Além do mais, é possível perceber o interesse em inserir a cidade no conjunto das localidades mineiras prestigiadas pela importância histórica. Considera-se que essa escolha na construção de um *site* oficial para apresentar a cidade assenta-se em um formato condizente com tradição, que caracteriza Juiz de Fora por meio de qualidades como a receptividade e o acolhimento.

De maneira geral, o Portal do Turismo segue um modelo que se tornou padrão nos meios turísticos eletrônicos elaborados para orientar os visitantes. Todos os demais sítios relacionados pela pesquisa trazem o mesmo tipo de formato e informação, tais como: histórico do município, gastronomia, lazer, população, inventário turístico, rede hoteleira, monumentos, etc. Na página de

---

<sup>105</sup> *Site* da PJF. Portal do Turismo. **Apresentação**. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/index.php>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

abertura, por exemplo, essas informações estão dispostas em quadros de referência nos quais se destacam: onde ficar, onde comer, o que fazer, eventos<sup>106</sup>.

O Departamento de Incentivo ao Turismo, ao estruturar o Portal dessa maneira, demonstra estar alinhado às políticas que valorizam os municípios, de forma a torná-los destinos indutores do desenvolvimento do setor de turismo. Fica clara a preocupação em elaborar um roteiro estruturado para que o visitante possa conhecer melhor a cidade. Entre informações e históricos, destaca-se o Serviço de Apoio ao Turista, que pode encontrar, no *site*, serviços como a locação de transportes e agências de turismo locais.

#### 4.4 RESSIGNIFICAÇÃO CULTURAL E O DESENVOLVIMENTO TURÍSTICO LOCAL

Através do processamento dos dados levantados no desenvolvimento deste estudo, pode-se verificar que, em Juiz de Fora, tanto as ações de patrimonialização como as ações voltadas para o desenvolvimento do turismo local sempre estiveram em conformidade com as políticas nacionais. Durante todo o período compreendido entre a invenção da Festa Alemã e o seu reconhecimento como um evento propriamente turístico, passível de apoio governamental, esse fato pode ser percebido.

A esta altura da pesquisa, vale ressaltar as políticas nacionais que vigoravam no contexto de criação da *Deutsches Fest*. Em uma delas, foi verificado o incentivo financeiro para fomento do turismo, com o Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966<sup>107</sup>, por meio do qual o Presidente Humberto de Alencar Castelo Branco definia uma política de turismo para ser efetivada no país: “O Poder Público atuará, através de financiamentos e incentivos fiscais, no sentido de canalizar para as diferentes regiões turísticas do País as iniciativas que tragam condições favoráveis ao desenvolvimento desse

---

<sup>106</sup> *Site* da Prefeitura de Juiz de Fora. Portal do Turismo. Apresentação. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/index.php>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

<sup>107</sup> *Site* da Presidência da República/ Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-lei/1965-1988](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/1965-1988)>. Acesso em: 9 fev. 2014.

empreendimento” (BRASIL, 1966). Criava-se, então, o Conselho Nacional de Turismo e a Empresa Nacional de Turismo. E, concomitantemente, em 21 de novembro de 1966<sup>108</sup>, foi também criado o Conselho Federal de Cultura.

Essa legislação fazia referência aos recursos financeiros para alavancar o turismo através de incentivos fiscais, baseando-se no mapeamento turístico dos estados e municípios e em uma vasta pesquisa sobre o patrimônio artístico cultural brasileiro. Nas entrelinhas dessas ações, especificamente no Art. 2º do Decreto-Lei nº 74, fica estabelecido que cabe ao Conselho a responsabilidade de formular a política nacional de cultura que integrasse ações culturais – espetáculos, exposições, debates, projeções cinematográficas – nos âmbitos nacionais, estaduais e municipais<sup>109</sup>.

Portanto, tornou-se necessário, naquele contexto, incrementar políticas que dessem visibilidade à cidade de Juiz de Fora. As verbas destinadas ao incremento do setor turístico estavam vinculadas à importância auferida pelo patrimônio da cidade ou por seus atrativos culturais. No caso de Minas Gerais, estado que sustenta uma tradição e riqueza proveniente de suas cidades históricas, oriundas ainda do período colonial, com uma arquitetura expressiva impressa nas construções de igrejas e casarios, não seria tarefa difícil captar os recursos da EMBRATUR. No entanto, nem todas as cidades mineiras possuíam essas características. Ao se olhar para as especificidades de Juiz de Fora, nota-se que, apesar de seus muitos pontos de visitação, a melhor alternativa para viabilizar a captação dos recursos federais e estaduais seria com o turismo de eventos.

Basta lembrar que, somente em 1999, foi criado o Instituto Estrada Real com o objetivo de implantar, como produto turístico, o circuito de mesmo nome, do qual a cidade faz parte, juntamente com outras localidades próximas. Dentro desse mesmo projeto, encontra-se o Circuito Turístico Caminho Novo, que

---

<sup>108</sup> Site da Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-lei/del0073](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/del0073)>. Acesso em: 9 fev. 2014.

<sup>109</sup> Site da Presidência da República – Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Decreto-lei nº 74, de 21 de novembro de 1966. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/Decreto-lei/1965-1988/Del0074.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Decreto-lei/1965-1988/Del0074.htm)>. Acesso em: 9 fev. 2014.

engloba, entre outras cidades, Matias Barbosa, Santana do Deserto, Santos Dumont e Simão Pereira<sup>110</sup>. Nessa trajetória, foi necessário saber como ressignificar essas regiões como indutoras do desenvolvimento local e regional.

#### 4.4.1 Cultura local e turismo: o paralelo com outros casos brasileiros

Nesta seção, daremos ênfase ao tema das diferentes formas de valorização cultural utilizadas como meta para desenvolver o turismo. Percebe-se que essa ideia incide na questão do fortalecimento das identidades sociais, locais ou regionais, cujo propósito é socializar a celebração de tradições de determinados grupos. Em todos os casos, é possível notar a captação de turistas interessados em conhecer de perto os elementos da cultura que compõe esses eventos.

Em um universo que reúne várias abordagens sobre o tema, serão ressaltadas aquelas mais próximas dos objetivos traçados pelo estudo. Dessa forma, a Festa Alemã é percebida enquanto “invenção”, respaldando a hipótese aqui defendida de que o Pão Alemão e a *Deutsches Fest* foram transformados em produtos turísticos dignos de consumo por meio de uma construção social.

Inicia-se a discussão com Rita de Cássia Mello Peixoto Amaral e sua tese de doutoramento, intitulada **Festa à Brasileira**: significados do festejar, no país que “não é sério”. O estudo enfoca algumas das principais festas pertencentes a cinco regiões do país: a *Oktoberfest*, realizada na região Sul; a Festa de Nossa Sr<sup>a</sup>. de Achiropita e Peão Boiadeiro, na região Sudeste; a Festa de São João, realizada no Nordeste; Círio de Nazaré e Festa de Parintins, celebradas na região Norte, e a Festa do Divino Espírito Santo, na região Centro-Oeste.

Apesar de se reconhecer o papel propulsor que todas elas representam para o turismo em suas respectivas regiões, destacaremos a *Oktoberfest*, realizada em Blumenau, na região Sul do Brasil (AMARAL, 1998), pelo fato de ser a festa que mais se aproxima da *Deutsches Fest* de Juiz de Fora. A

---

<sup>110</sup> Site da Estrada Real. Estrada Real/Caminhos. Disponível em: <<http://www.institutoestrada-real.com.br/estrada-real/caminhos/caminho-novo>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

*Oktoberfest* surgiu em 1984 e, por ser a segunda maior festa brasileira, faz parte do calendário da EMBRATUR. Na programação do evento, os elementos da cultura alemã são exibidos, como no carnaval, em carros alegóricos, ostentados em desfiles de fantasias e na ampliação espacial da festa, que deixa o seu reduto original para invadir os salões dos clubes de Blumenau, ocasião em que é escolhida a rainha da festa.

Amaral (1998) aproxima-se da proposta aqui discutida, ao analisar a festa por um prisma revelador da ação social e da expressão artística intrínseca à *Oktoberfest*. Partindo desse enfoque, a autora busca identificar os elementos fortalecedores da identidade alemã e da afirmação dos valores sociais do grupo naquele espaço. Com esse propósito, a autora afirma ser evidente, entre os atores e expectadores dessa festa, uma relação de reciprocidade, que reflete a convivência de diferentes culturas em um mesmo espaço, pois, na prática de celebração da festa, cada grupo estaria se apresentando ou representando sua identidade conforme sua própria concepção.

No artigo intitulado “Os limites da sociabilidade: ‘cariocas’ e ‘nordestinos’ na Feira de São Cristóvão”, Cláudia Barcellos Rezende (2001) traz, no bojo de seu enfoque, o encontro entre cariocas e nordestinos no espaço da Feira de São Cristóvão, no Rio de Janeiro. Embora a autora centralize sua abordagem na distinção entre os grupos de frequentadores desse espaço, é interessante notar, em seu trabalho, a percepção sobre o consumo do forró por parte da parcela de jovens, moradores da Zona Sul do Rio de Janeiro. Apesar de destacar os limites da sociabilidade nesse local, Rezende (2001) informa que a feira inteira é um grande atrativo para os jovens visitantes. Nesse sentido, o artigo é pertinente para esta pesquisa por revelar um movimento de descoberta da cultural exposta pela Feira de São Cristóvão.

Assim como em São Cristóvão, outro exemplo de valorização cultural local é encontrado na Irmandade do Caldeirão, composta por devotos do Padre Cícero e seguidores do beato José Lourenço, cuja origem está vinculada ao Estado do Ceará, ano de 1926. Focalizada no artigo de Francisco Régis Lopes Ramos (2011), intitulado “Objetos do Caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997)”, a Irmandade incomodava os latifundiários daquela

localidade, que enxergavam no grupo de camponeses uma ameaça ao seu *status quo*. Vale assinalar que, pelas características do grupo, eles se aproximavam dos habitantes adeptos de Canudos.

Sendo assim, trataram de desarticular o grupo. Com auxílio do governo do Estado do Ceará, em setembro de 1936, deu-se fim à reunião de devotos, restando da coletividade apenas objetos reconhecidos como “troféus de guerra”, que foram levados para Fortaleza após a invasão e destruição da comunidade. Tais objetos, segundo o autor, resumiam-se a duas cruzes, um estandarte, um turíbulo, duas roupas de culto penitencial, uma espingarda, uma palmatória, uma foice, um machado e uma cadeira. A transformação desses utensílios em objetos de memória é o ponto que chamou maior atenção no artigo de Ramos. Se antes eles eram objetos de uso cotidiano do grupo de devotos, passaram a encerrar, em outra dada temporalidade, um valor simbólico, pois “transmutaram-se” (RAMOS, 2011, p. 371).

Em um primeiro momento, segundo o autor, esses objetos, recolhidos após o governo ter colocado fim à Irmandade, foram fotografados e expostos para a sociedade com a finalidade de dar-lhes um sentido negativo. Esse sentido era explicitado em uma legenda que acompanhava cada objeto exibido. Posteriormente, percebe-se uma dificuldade por parte do Museu Histórico do Ceará em qualificar esse acervo. Seriam eles parte de uma cultura popular ou simples curiosidades sobre a religiosidade de um grupo de beatos camponeses?

De fato, o autor do artigo destaca que não era o caso de contar essa história por meio da cultura popular, mas antes de enquadrá-la como acervo em um museu. Sendo parte de uma coleção que primava por contar parte da história oficial do Ceará, a versão histórica que acompanhava esses objetos era a da destruição da Irmandade do Caldeirão por parte do governo. Portanto, ao analisar a produção de catálogos do Museu Histórico do Ceará, nos anos de 1976, 1983 e 1987, o autor identifica que o material do acervo recebeu um tratamento diferenciado no que diz respeito ao lugar que esses objetos deveriam ocupar e à sua classificação. Observa, ainda, que essa catalogação foi tangenciada pela noção de museografia adotada em cada contexto de recriação do acervo.

Por fim, esse artigo aborda questões referentes à educação e ao turismo no Ceará. O autor informa sobre a criação de um *folder*, em 1997, cujo título era “Túnel do Tempo”. Esse encarte tinha o propósito de convidar as pessoas a conhecer a história do Ceará; porém, uma das imagens escolhidas para ilustrar o folheto foi a “cadeira do beato José Lourenço” (RAMOS, 2011, p. 380).

Conclui-se, portanto, que os objetos passam a ter nova função e significados diferentes, quando são percebidos como elementos históricos ou quando recebem atributos significativos de representação de um determinado contexto ou grupo social. Essas relíquias de memória adaptam-se ao uso que se pretende dar a elas, segundo o lugar e a temporalidade que ocupam.

No artigo intitulado “Uma cozinha à brasileira”, de Maciel (2004), a interpretação dada à alimentação é muito mais do que uma simples forma de nutrir o corpo. A comida aqui é percebida como um conjunto simbólico, de valor cultural, que, impresso nas “cozinhas”, determina os modos de fazer o prato e vice-versa, sendo que cada alimento, da maneira como é preparado, traz em si especificidades identitárias de um dado povo ou nação.

A autora constrói suas análises questionando a noção equivocada de unificar a diversidade. Ora, quando se fala de cozinha brasileira, é preciso ter em mente a noção de uma construção, que fez parte de um processo histórico plural e diverso, perpassado por influências de várias etnias que aqui passaram a coexistir. Para exemplificar o foco de sua abordagem, Maciel (2004) ressalta o vatapá, quando reconhecido como o “mais brasileiro dos pratos”. Nesse caso, a autora observa que o vatapá resultou da contribuição de ingredientes típicos pertencentes a três povos diferentes: “a farinha de trigo dos portugueses, no pão, o azeite de dendê dos africanos e o amendoim e a castanha de caju dos índios” (Ibid., p. 28).

O objetivo em se aproximar da abordagem da autora se encontra em sua percepção sobre os valores simbólicos de pertença que estão agregados aos alimentos e, por meio dos quais, os homens podem convergir para uma determinada identidade veiculada pela maneira de preparar esse mesmo alimento. As cozinhas são mostradas pela autora como fontes históricas importantes na definição de paladares, estilos e nos modos de fazer os pratos de cada povo (MACIEL, 2004).

A partir dessas discussões, são localizadas similaridades entre os trabalhos apresentados neste estudo e o sentido encontrado nas ações de patrimonialização do Pão Alemão e da Festa Alemã como bens culturais de natureza imaterial de Juiz de Fora. A definição dessa imaterialidade seria revelada por meio da ressignificação dos componentes que alicerçaram a construção de uma narrativa de valor para cada tradição requerida. Também, pode-se enfatizar que, a cada um deles seriam agregados novos valores, oportunizando novos usos dessas tradições. E porque não explorá-los no setor turístico então? As Figuras 7 e 8, a seguir, mostram alguns elementos da tradição alemã ressignificados:



Figura 7: Cartaz da *Deutsches Fest* – 2015.

Fonte: Página da Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha no *Facebook*<sup>111</sup>.

Pode-se mencionar, ainda, uma infinidade de processos de valorização da cultura que tiveram por base ou fim o desenvolvimento do setor turístico local ou regional. Essas práticas de valoração podem se referir a bebidas, pratos típicos, objetos, festas e celebrações culturais. Acredita-se, todavia, que os exemplos anteriormente citados reforçam o posicionamento ora defendido nesta tese por identificarem, em seus respectivos casos, ações semelhantes ao

<sup>111</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/abajf?fref=ts>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

artifício de registro do Pão Alemão e da Festa Alemã pelos imigrantes alemães de Juiz de Fora.



Figura 8: Cartaz da Bierfest.

Fonte: Página da Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha no Facebook<sup>112</sup>.

Para finalizar esta discussão e responder à questão proposta anteriormente, são aqui indicados alguns temas relativos à cultura e ao lazer. Considerando a cultura como um conjunto formado por hábitos, atitudes, valores, língua, religião, entre outras expressões de uma determinada Nação, Beatriz Helena Gelas Lage e Paulo César Milone (1995) produziram o artigo “Cultura, lazer e turismo”, no qual os autores destacam os fatores imbricados em meio a esses setores nas sociedades modernas industrializadas.

<sup>112</sup> Disponível em: <<https://www.facebook.com/abajf?fref=ts>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

A dinâmica do conceito de cultura é apresentada, no artigo, com o sentido de salientar como os indivíduos são influenciados por valores ou crenças culturais no momento de fazer suas escolhas. Segundo os autores, até mesmo as decisões econômicas, caracterizadas nas sociedades atuais, são determinadas por fatores culturais. Ampliando esse raciocínio, Lage e Milone (1995, p. 13) analisam o crescimento das atividades de lazer no período que corresponde às décadas de 1940 até o final do século XX. Ao se observar o quadro formulado pelos autores, percebe-se, claramente, um crescimento do “tempo livre”, que é reconhecido como sendo uma necessidade também gerada com as sociedades modernas.

No estudo apresentado, o século XX é apontado como um cenário de desenvolvimento econômico. A evolução tecnológica ocorrida no período revolucionou os meios de transportes e as comunicações, tornando mais fácil as viagens e o aproveitamento do tempo livre pelas pessoas. Da mesma forma, por exemplo, também possibilitou o retorno para casa, no período de férias, daqueles trabalhadores domiciliados fora de sua residência por conta do trabalho. Na verdade, os autores verificam uma série de fatores que corroboram para que as pessoas buscassem empregar seu tempo livre em atividades voltadas para o lazer (LAGE; MILONE, 1995).

A respeito do turismo cultural, os autores ressaltam que “[...] é evidente que a finalidade de uso dos bens culturais, do patrimônio histórico, artístico, arquitetônico e dos museus seja algumas das razões principais de se fazer turismo” (Ibid., p. 18). Ainda prosseguindo com o mesmo raciocínio, os autores encontram, na Europa do século XIX, a origem da relação entre a oferta cultural e a demanda turística, mais assertivamente, em países como a Inglaterra, a França e a Itália. Estava aí o legado deixado para que as novas gerações usufríssem de seu tempo livre para visitar locais que acrescentem dados à sua educação cultural.

Portanto, atualmente, viajar possui o mesmo significado de ampliar conhecimentos por meio do intercâmbio direto com outras culturas, outros costumes e valores. Segundo dados da Organização Mundial de Turismo (OMT) levantados pelos autores, somente em 1994, 500 milhões de pessoas viajaram para conhecer outros lugares, fenômeno que resultou em um ganho

aproximado de “280 bilhões de dólares para a economia mundial” (LAGE; MILONE, 1995, p. 19).

Com essa perspectiva contemporânea do turismo, as mais variadas formas de expressão cultural – danças, músicas, arquitetura, educação, literatura, religião, gastronomia, história, entre outras, foram então valorizadas em todo o mundo, com objetivo de serem transformadas em pacotes turísticos, sendo que “da Europa às Américas, África, Ásia, Oceania e o Oriente Médio se encontram destinos atrativos para o turismo cultural” (Ibid., p. 20).

Lembrando que a data do artigo é de 1995, o Brasil foi avaliado pela pesquisa como sendo um país pouco explorado em sua diversidade cultural. Os autores concluem que os destinos turísticos brasileiros precisariam de aprimoramento para receber os visitantes em busca do produto, requerendo, até mesmo, uma visão mais arrojada sobre o valor de seu patrimônio, para, dessa forma, explorar melhor as potencialidades das tradições nacionais, estimulando o desenvolvimento do setor.

#### 4.5 O NOVO LUGAR DA FESTA ALEMÃ

Os artigos que compõem o Dossiê para Registro da Festa Alemã ressaltam a força da tradição revisitada nas músicas, nas festas, nas roupas e por todo evento. Em 15 de junho de 1995, o jornal **Tribuna de Minas** exhibe uma reportagem intitulada “JF desperta para a força de uma cultura adormecida<sup>113</sup>”. A matéria traz fotos da Festa Alemã, chamando a atenção para os pontos fortes do evento, expressos na culinária – tortas, pães, músicas e na apresentação de grupos folclóricos. Mas, vale enfatizar a inconsistência encontrada em todo o processo que cerca a montagem do Dossiê. A questão observada aqui não se refere somente aos conteúdos dos documentos ou aos argumentos desenvolvidos, mas também ao estado de conservação do material. As matérias de jornal, como peças ilustrativas importantes, estão em condições precárias, dificultando a consulta e a avaliação.

---

<sup>113</sup> Dossiê para Registro da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF, FUNALFA, DIPAC. 2010, fl. 47.

Na percepção defendida neste estudo, a se tomar pela qualidade do corpo documental, tal Dossiê não preencheria os critérios institucionais necessários para seu encaminhamento; no entanto, ele foi encaminhado para a Prefeitura de Juiz de Fora. Os dados expostos anteriormente descortinam uma faceta da patrimonialização que é explicitada por Françoise Choay (2006): o patrimônio pode se transformar em um instrumento voltado aos interesses econômicos que dizem respeito à comercialização de um produto<sup>114</sup>, e não para atender ao seu valor intrínseco. Nas palavras da autora, os produtos do patrimônio podem ser “[...] fabricados, empacotados e distribuídos para serem consumidos [...]” (Ibid., p. 211).

Nessa perspectiva, mesmo que o Dossiê para Registro da Festa Alemã ainda esteja em processo de avaliação, e, embora a documentação esteja em mal estado, pode-se deduzir que, caso haja sua aprovação pelo Poder Público, esse fato representará uma mudança no que se refere aos usos do evento como bem imaterial de Juiz de Fora. A autora assevera que as relações as quais envolvem o patrimônio podem ser redefinidas a partir de uma reapropriação de seus usos e valores em interesses, que podem se deslocar de instâncias culturais para econômicas ou outras.

Seguindo o mesmo enfoque, a autora observa o papel dos indivíduos que participam da agenda de produtos culturais, chamados agentes de desenvolvimento, a saber, animadores culturais, engenheiros, comunicadores, produtores e mediadores culturais. Esses profissionais trabalham no sentido de agenciar os espaços e os bens culturais, fomentando a promoção de eventos com a intenção de torná-los cada vez mais populares e lucrativos, tanto para o setor público quanto para o setor privado (CHOAY, 2006).

Outra razão para se usufruir da contribuição da obra da autora francesa, **A alegoria do patrimônio**, diz respeito à questão das relações de poder que permeiam as ações de tombamento e registro. A autora acena para as disputas que acontecem nos bastidores do patrimônio, dos usos que dele fazem as políticas patrimoniais, que, continuamente, revelam interesses conflitantes. São observadas, ainda, as intenções que fogem aos princípios da preservação

---

<sup>114</sup> O tópico 4 tem por objetivo analisar a Festa Alemã enquanto produto, construído como um atrativo turístico a ser oferecido à Prefeitura local.

cultural propriamente dita. A autora refere-se ao fato de que, atualmente, os requerentes de registro de bens patrimoniais podem estar comprometidos ou vinculados a órgãos que julgam e decidem o valor do bem, podendo, conseqüentemente, obter algum ganho com a aprovação do pedido.

Toda essa percepção revela que interesses particulares podem estar submersos na ação de registro ou tombamento do bem, sobretudo no caso da Festa Alemã, quando são consideradas as limitações técnicas do processo que a justifica. Mais uma vez, não é o caso de realizar, nesta pesquisa, uma análise sobre o mérito ou não do registro e do reconhecimento da Festa Alemã como bem imaterial da cidade. No entanto, julga-se ser necessário um parecer estritamente técnico dos processos e de seus desdobramentos, para que as decisões quanto às ações cabíveis se pautem em critérios autênticos.

Quanto ao papel dos jornais e da comunicação com relação a essa festa como tradição a ser preservada pela cidade, podemos citar o artigo do jornal **Tribuna de Minas**, a respeito das comemorações dos 138 anos da imigração alemã na cidade. Mais uma vez, percebe-se a constituição de uma narrativa coesa sobre a imigração. De acordo com dados presentes nessa matéria, os primeiros alemães, vindos em 1858, foram responsáveis pelo primeiro surto industrial ocorrido na cidade<sup>115</sup>.

Outro artigo do mesmo jornal, datado de 26 de setembro de 1996, intitulado “Borboleta cresce através da cultura”, apresenta um novo enfoque sobre o bairro. Os moradores do local fazem uma série de reclamações: acerca da sujeira do córrego que passa no local; sobre a erosão que acomete o Morro do Alemão; questionam o fato de a Igreja ter sido erguida com o dinheiro proveniente da Festa Alemã; queixam-se da enxurrada que desce pelas encostas do Morro do Alemão na estação das chuvas, deixando a entrada do bairro completamente enlameada, prejudicando a circulação. Finalmente, utilizam-se da importância que o bairro representa para a cidade, sendo ali o local de realização da Festa Alemã, para dar consistência às reclamações<sup>116</sup>.

---

<sup>115</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 44.

<sup>116</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 43.

Desse modo, seguem-se os artigos que versam sobre a comemoração dos 140 anos da imigração alemã em Juiz de Fora, destacando que “A herança alemã corre nas veias”, por meio das danças, da culinária e das roupas. Mas, entre as reportagens, algumas se fazem notar. Na página 34 do referido Dossiê (a data do jornal **Tribuna de Minas** está totalmente apagada), os moradores mais antigos tentam fazer com que os jovens voltem a praticar a língua de origem, em desuso há muito tempo, e clamam: “Não deixamos morrer as nossas raízes<sup>117</sup>”.

Ao se fazer uma viagem no tempo, mais precisamente no ano de 1879, o **Livro de crônicas do Curato da Glória**, no período 1924-1926, faz a seguinte citação:

Aos poucos vai desaparecendo da Igreja da Glória nos actos públicos a língua allemã, de modo que na missa das 7 1/2 em que até agora se pregava em allemão, a prática desde 15 de março já se faz em português. Quase ninguém não compreende bastante o Português, e os próprios descendentes de allemães fallão quase só esta língua. Resta só o catecismo em allemão, mas está conservado por um capricho dos velhos allemães [...] breve desaparecerá em consequência de grande guerra e a germanophobia<sup>118</sup>.

Ao se considerar o tema da integração social, a questão pode ser vista em dois momentos diferentes: no primeiro, os imigrantes alemães não se preocuparam em manter a língua de origem em sua comunidade (ao contrário, apropriaram-se dos costumes locais e adaptaram-se a eles); já no segundo momento, quando da criação da Festa Alemã com o imperativo de fortalecer o bairro diante das carências sociais e do descaso do Poder Público, o grupo de descendentes alemães busca fazer com que o estudo da língua natal pelos jovens trouxesse, novamente, o vínculo com suas raízes.

Um ponto de vista interessante e diferente dos expostos até aqui foi publicado no jornal **Tribuna de Minas**, em um artigo intitulado “Projeto para um novo Borboleta”. Trata-se da proposta de revitalização do bairro, no qual se previa a criação de uma área destinada à preservação da cultura alemã,

---

<sup>117</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 34.

<sup>118</sup> Arquivo da Província do Rio de Janeiro da Congregação Redentorista: **Livro de Crônicas do Curato da Glória**. Livro II, fl. 119, 1924-1926.

principalmente da arquitetura. O objetivo era transformar o bairro em um recanto de preservação das tradições germânicas, a fim de torná-lo um atrativo turístico na cidade. Para isso, uma parceria seria firmada entre a Prefeitura e a Universidade Federal de Juiz de Fora. O convênio assinado pela então reitora, Margarida Salomão, seria ratificado durante os festejos da *Deutsches Fest*; entretanto, o projeto não saiu do papel<sup>119</sup>.

---

<sup>119</sup> Não é possível checar a data desse artigo devido à má qualidade da cópia. Sabe-se, entretanto, que o Convênio é do início do século XXI, quando Margarida Salomão assume a reitoria da UFJF. Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC. 2010. fl. 16.

## 5 RESGATAR PARA ETERNIZAR

Este capítulo aborda a *Deustches Fest* como uma tradição da cidade. Inicialmente forjada, a tradição alemã da festa, hoje, é reconhecida em Juiz de Fora e no imaginário dos moradores da cidade. Trata-se de uma festa típica alemã que homenageia os imigrantes e seus esforços para industrializar a cidade. Nesse sentido, a expressão “resgatar para eternizar” representa bem a tradição inventada, que foi aceita e legitimada pela cidade ao longo do tempo, sendo título de uma matéria publicada no jornal local, **Tribuna de Minas**, em 11 de maio de 2010, anexada ao pedido de registro da Festa Alemã cultural de natureza imaterial.

A ideia de utilizar o título da reportagem ilustra e, ao mesmo tempo, dá sentido aos significados dos tombamentos e registros ocorridos na cidade à época, seja pela valorização da história contada pelos cronistas e memorialistas da cidade, ou mesmo, seja pelo objetivo de evocar uma memória a ser homenageada pela sociedade local, pois, de certa maneira, esse título traduz o percurso da preservação do patrimônio de Juiz de Fora.

Não foi por acaso que, durante as décadas de 1980 e 1990, período em que a sociedade juiz-forana começou a reivindicar seu patrimônio, teve início uma série de demolições de construções centenárias de grande importância tanto para a história da cidade quanto para a memória da comunidade. Tais edificações desapareceram muito rapidamente e, talvez, pela maneira abrupta como ocorreram, começaram a fazer parte de um imaginário urbano: as antigas casas do centro da cidade eram postas abaixo durante a madrugada para que a comunidade não pudesse intervir.

Era fato que, subitamente, e literalmente, uma casa tradicional era destruída para dar lugar aos prédios. Desse modo, a cidade tomou consciência de que seu patrimônio arquitetônico estava sendo subtraído, e, juntamente com ele, a história e cultura da cidade. Pode-se concluir que essas ações eram muito bem programadas, tamanha a rapidez com que eram concretizadas. O medo dos proprietários de imóveis teve um papel significativo nesse processo, retardando as discussões e as ações de preservação do patrimônio na cidade. Pela inexistência de um trabalho articulado entre sociedade civil e Poder

Público, o cidadão comum, ao ver seu patrimônio “ameaçado” pelo tombamento, preferia, muitas vezes, demolir seus imóveis. Não era admissível aos proprietários dos casarões antigos da cidade que sua herança patrimonial, um bem de origem particular e familiar, tivesse sua venda impedida, a fim de se tornar alvo de uma ação de tombamento público. Importa assinalar que, à época, o crescimento da especulação imobiliária na cidade tornava o comércio de imóveis, sobretudo aqueles localizados nas regiões centrais e mais valorizados, um negócio lucrativo.

Pode-se afirmar que, ao longo do tempo, Juiz de Fora apreendeu e assimilou que patrimônio histórico é dinheiro. Não se trata de conservar a história ou a memória da cidade; antes, tombamento significava a perda de um patrimônio que é propriedade de alguém. Se, por um lado, o tombamento resultava em prejuízo econômico para os donos de imóveis, por outro, as consecutivas demolições representavam a dilapidação do patrimônio histórico e cultural da comunidade. Portanto, faltou à sociedade local a conscientização sobre o valor de seu patrimônio urbano. O Poder Público não conseguiu alcançar a população com as campanhas de educação patrimoniais, buscando soluções, ou negociando junto aos proprietários e setores interessados, medidas e soluções no sentido de valorizar e proteger o patrimônio arquitetônico da cidade.

Assim, enquanto a ameaça de prejuízo financeiro desnor-teava os proprietários dos casarões passíveis de tombamento, a sociedade tomava consciência da importância de se preservar seu patrimônio por meio das manifestações que alguns grupos articulavam em prol da sua conservação. E, se o Poder Público demorava a tomar providências diante das constantes demolições, a história da cidade e a postura municipal começaram a mudar quando um conjunto de intelectuais, políticos e artistas locais foram às ruas, indignados com a iminente demolição da Capela Galeria de Arte<sup>120</sup>, palco de expressões culturais e artísticas locais.

A luta pela preservação do espaço “Capela Galeria” foi um potente gatilho para a criação de uma legislação municipal efetiva que protegesse o

---

<sup>120</sup> Antigo prédio do Colégio Stella Matutina, localizado na principal avenida da cidade, hoje, avenida Itamar Franco, à época avenida Independência, demolido na década de 1970.

patrimônio cultural da cidade. Entretanto, as Leis municipais nº 6.108/82 e nº 7.282/88, criadas a partir de manifestações da sociedade, visando a proteger o patrimônio arquitetônico local, não mudaram o quadro de desconhecimento com relação à importância e preservação dos bens culturais de Juiz de Fora<sup>121</sup>. Por conseguinte, entender a origem dos processos de patrimonialização, bem como os discursos de valor que emolduram as questões relativas ao tombamento e ao registro de bens em nível nacional, permite, no decorrer deste estudo, elucidar pontos de opacidade referentes a esses processos ocorridos em âmbito local, aqui analisados nos Dossiês construídos com o objetivo de registrar o Pão Alemão<sup>122</sup> e a Festa Alemã<sup>123</sup> como bens imateriais da cidade. Ademais, é importante compreender os caminhos percorridos até a efetivação dos pedidos de registro, além de analisar as múltiplas vozes envolvidas nos dois processos.

Ressaltamos que a escolha desse procedimento – análise dos Dossiês de Registro dos Bens Imateriais – ajuda a perceber o papel dos atores interessados nessa ação de valoração do patrimônio histórico local. Nesse ponto, interessa-nos discutir o que advém do seguinte questionamento: “quem sabe julgar o que é patrimônio?” (PINHEIRO, 2006, p. 10). Mas, para responder a essa e outras formulações, é importante relacionar os vários discursos construídos e integrados aos Processos de Registro da Festa Alemã e do Pão Alemão, como bens imateriais, pois eles constituem a base da formação da identidade pretendida pelo grupo de descendentes alemães.

Outra questão relevante para a análise que aqui se faz é traçar um painel sobre o processo de construção da noção de patrimônio cultural e seus desdobramentos, no sentido de elucidar as dimensões implícitas no conceito de patrimônio e perceber os caminhos a serem percorridos ao se avaliar um bem. Para tal, torna-se necessário entender melhor o significado de imaterialidade.

---

<sup>121</sup> P.J.F. **Sistema JF Legis**. Disponível em: <<http://jflgis.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

<sup>122</sup> Dossiê do Pão Alemão. Processo nº 001506, P.J.F/ FUNALFA/DIPAC, 2010.

<sup>123</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039. P.J.F/ FUNALFA/DIPAC, 2010.

## 5.1 OS DESAFIOS DO PATRIMÔNIO

Na obra intitulada **Memória da urbe: bens tombados** (PJF/FUNALFA/DIPAC, 2004), o prefácio é assinado pelo então prefeito da cidade, Tarcísio Delgado. O livro enumera os imóveis e monumentos, as suas características, a sua localização na cidade, bem como os bens imateriais registrados. Nele, são contabilizados mais de 150 imóveis, monumentos e manifestações culturais tombados e apenas um registrado, entre o final do século XX e o início do século XXI. Encontra-se, em destaque, nessa obra, o primeiro registro de bem imaterial de Juiz de Fora, datado de 17 de agosto de 2004. Trata-se, como já mencionado, do som do “Apito do Meio Dia”, cuja sonoridade remete à memória de um apito de fábrica – lembrança perene da característica fabril da cidade, que a levou ao título de *Manchester Mineira*. Diariamente, há mais de 70 anos, o som do apito pode ser ouvido marcando a hora na cidade.

O livro pode ser interpretado como uma resposta do Poder Público diante dos embates que circundavam as questões patrimoniais em Juiz de Fora. Publicado pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (FUNALFA), o livro é organizado de forma a catalogar os bens tombados e registrados na cidade a partir da criação da Lei Municipal nº 10.777/04<sup>124</sup>, de 15 de julho de 2004, em substituição à anterior – Lei Municipal nº 7.282/88. O objetivo da publicação é explicitado em sua apresentação: atender às demandas geradas pelo município quanto à preservação de seu patrimônio cultural<sup>125</sup>.

---

<sup>124</sup> Lei Municipal nº 10.777/041, de 15 de julho de 2004, substitui a Lei Municipal nº 7.282/88. Essa substituição veio atender à nova legislação, criando mecanismos mais eficientes à proteção dos bens culturais, entre elas: a renovação automática da taxa do IPTU para imóveis tombados, regulamentação de normas de proteção ao entorno dos bens protegidos, instituição do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural (COMPPAC) e a criação de novas regras de preservação da memória, abarcando o registro do bem imaterial: aquele que é intangível e que compreende as formas de expressão, os saberes, as celebrações e os fazeres.

<sup>125</sup> Ressalta-se que, na década de 1970, já havia na cidade uma movimentação popular para a preservação de imóveis que seriam demolidos sem nenhum amparo ou cuidado. A exemplo disso, cita-se o antigo prédio do Colégio Stella Matutina, que, depois de desativado, ficou conhecido como Capela Galeria de Arte. Nesse local, eram realizados *shows*, exposições, peças de teatro, além de outras expressões culturais.

Vale lembrar que nessa obra, por ter sido publicada em 2004, apenas o “Apito do Meio Dia” está relacionado como bem imaterial da cidade, embora, além dele, existam hoje mais de seis expressões culturais declaradas de valor imaterial, a saber: “Banda Daki” – importante evento do carnaval de Juiz de Fora, que envolve milhares de foliões, registrada em 2004; “Batuque Afro-Brasileiro Nelson Silva” – grupo que promove a cultura afro-brasileira, realizando encontros musicais e de reflexão, registrado em 2007; o concurso “*Miss Brasil Gay*” – registrado em 2007; o “Festival Internacional de Música Colonial Brasileira e Música Antiga” – registrado em 2009; e, por fim, o “Pão Alemão” – registrado em 2010<sup>126</sup>.

Mas a história da preservação dos bens culturais de Juiz de Fora tem início com um grande levantamento, objetivando, primeiramente, elencar o valor arquitetônico dos imóveis da cidade. Com esse fim, o arquiteto Luiz Alberto do Prado Passaglia (1982) escreveu o livro intitulado **Preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**: medidas iniciais, prefaciado por Francisco Antônio de Mello Reis, então prefeito da cidade<sup>127</sup>. O autor ressalta que a pesquisa realizada tinha como finalidade reconhecer o valor histórico-cultural do patrimônio do município, demarcando cada obra da cidade pela “época, estilo e camada social” (Ibid., p. 20). A preocupação inicial, segundo o arquiteto, era oferecer subsídios para a prefeitura começar a pensar em seu patrimônio; outra inquietação, todavia, estava implícita nesse movimento: Juiz de Fora havia crescido muito durante a segunda metade do século XX, o que culminou na necessidade de se promover um planejamento urbano.

Enfatiza-se que, para dar início aos trabalhos de inventariar os bens da cidade, foram definidos alguns critérios e referências que pudessem embasar os julgamentos de valor que seriam apresentados. Primeiramente, os bens deveriam apresentar importância histórica, artística ou ambiental. Em segundo lugar, caso algum imóvel oferecesse qualquer risco estrutural, em função das más condições de conservação, a ação do Poder Público deveria ser

---

<sup>126</sup> Portal PJF. **Conselho Municipal de Patrimônio**. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/conselhos/turismo/>>. Acesso em: 15 jul. 2014.

<sup>127</sup> Mello Reis começou sua carreira política em 1971, como vereador. Entre 1977 e 1983, foi prefeito de Juiz de Fora. Criou o Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN).

considerada imediata e emergencial. Para a ação de levantamento do inventário, a cidade foi dividida em cinco setores: Parque Mariano Procópio, Praça Antônio Carlos, Praça João Penido, Parque Halfeld e Alto dos Passos. De maneira geral, a valorização desses setores levava em conta a história local com relação à atividade cafeeira, industrialização e urbanização.

A procura por dados anteriores, que revelassem alguma ação relativa à preservação do patrimônio da cidade, fez com que o grupo formado por profissionais do Instituto de Pesquisa e Planejamento (IPPLAN) e da Comissão Técnica e Cultural se deparasse com a primeira iniciativa de preservação do patrimônio cultural: a ação do professor Lindolfo Gomes<sup>128</sup>, que, em 1939, teria recorrido ao Instituto do Patrimônio Histórico Artístico Nacional (SPHAN), sediado no Rio de Janeiro, para tomba a “Fazenda Velha do Juiz de Fora<sup>129</sup>”. É possível reconhecer, já naquele contexto, que a iniciativa de Lindolfo Gomes acenava para a preocupação da comunidade com a preservação do patrimônio de Juiz de Fora, visto que, por meio de suas crônicas denominadas “Visões de um Repórter”, publicadas pelo jornal **O Pharol**, o autor reclamava do descaso das autoridades diante da demolição da fazenda (PASSAGLIA, 1982, p. 177).

Destaca-se que a primeira área classificada para fins patrimoniais no levantamento de Passaglia (1982) foi o Setor Mariano Procópio, sendo esse o setor que mais interessa ao presente estudo, pois a Festa Alemã nasceu no bairro Borboleta, antiga Colônia Agrícola fundada por Mariano Procópio, visando a produzir alimentos para o mercado interno. As referências utilizadas no levantamento e na composição do inventário tiveram por finalidade descrever algumas ideias que orientaram as ações de reivindicação e preservação do patrimônio na cidade. O tombamento era justificado por muitos através de expressões como a que dá título a este capítulo – “Resgatar para

---

<sup>128</sup> Escritor, poeta e cronista, foi membro da Academia Mineira de Letras e organizou o primeiro ano do “Almanaque de Juiz de Fora”. Para mais detalhes, ver: **Álbum do Município de Juiz de Fora**, organizado por Oscar Vidal Barbosa Lage e Albino Esteves. 3. ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

<sup>129</sup> No livro de Luiz Alberto do Prado Passaglia, encontra-se anexo o artigo de Lindolfo Gomes, publicado no **Diário Mercantil**, de 03/07/1946. Nesse artigo, o autor explica, com uma narrativa memorialística, a importância da Fazenda do Juiz de Fora. Localizada, à época, na rua Garibaldi Campinho, a fazenda atraía os moradores da cidade, que visitavam o juiz de fora, residente no Rio de Janeiro. Lindolfo Gomes destaca no artigo que, embora o local tivesse se tornado residência de “desgraçados”, ele não desistiria de lutar pelo seu reconhecimento como patrimônio cultural da cidade.

eternizar”, baseada na homenagem à memória e ao empreendedorismo alemão.

A intenção deste estudo, ao apresentar essas considerações, é perceber como esse ideário foi transmitido à sociedade juiz-forana em formato de memória, reelaborada com base em concepções de importância histórica. Quando se salienta a replicação dessas abordagens sobre a história da cidade por setores que possuem algum tipo de influência local, também se faz uma reflexão sobre o discurso eleito para escorar o Registro do Pão Alemão e da Festa Alemã.

É possível perceber que as políticas de patrimonialização, de tombamento e de registro, que norteiam as ações do Poder Público Municipal, mesmo amparadas em técnicas estabelecidas nas esferas estadual e federal, deixam-se influenciar pela história oficial produzida na cidade, em um determinado momento, e que, em certa medida, determina o que deve ser preservado. Esse é o caso dos Dossiês do Pão Alemão e da Festa Alemã<sup>130</sup>. Passaglia (1982) e a estratégia de organização realizada pelo extinto IPPLAN, que dividia a cidade de Juiz de Fora em quatro grandes setores históricos, três espaços de maior interesse – todos localizados no setor Parque Mariano Procópio – podem ser destacados para a compreensão dos fundamentos que alicerçaram a composição dos Dossiês: a Estação de Mariano Procópio; o Parque e o Museu Mariano Procópio; e o Palacete Frederico Ferreira Lage.

O setor mencionado acima merece destaque por ser o que recebeu os imigrantes alemães, não apenas os que vieram em 1858 para trabalhar na Colônia criada por Mariano Procópio Ferreira Lage, mas também os que chegaram em 1856, a serviço das obras da Estrada União e Indústria. Sendo

---

<sup>130</sup> Entre os principais nomes que compõem a lista de autores, cuja abordagem tradicional sobre a história de Juiz de Fora embasaram os pedidos de Registro do Pão Alemão e da Festa Alemã como Bens Imateriais da cidade, estão: Albino Esteves, em seu livro **Almanach de Juiz de Fora**, publicado em 1914 e reeditado em 2008; Wilson Lima Bastos, que publica a obra intitulada **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia**, em comemoração ao centenário da inauguração da Estrada União e Indústria, mais precisamente, em 23 de junho de 1961 e reeditado em 1991; Paulino de Oliveira, com **História de Juiz de Fora**, datado de 1966; Luiz José Stehling, com seu livro **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os Alemães**, em 1979; e Domingos Giroletti, com **Industrialização de Juiz de Fora**, de 1988. Para maiores detalhes, ver: CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora, 1858/1921)**. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

assim, entende-se que a valorização dessa área por parte de Passaglia e pelos técnicos do IPPLAN, para além da importância do acervo do Museu, reconhecido nacionalmente, deve-se ao fato de que o grupo sofreu influência das ideias que predominavam em Juiz de Fora, ou seja, consideravam os imigrantes alemães os promotores do desenvolvimento da cidade. Tal fato pode ser observado por meio das obras que sustentam o levantamento realizado.

A caracterização do setor feita por Passaglia (1982) segue com descrição dos jardins e da casa de Mariano Procópio Ferreira Lage, amparando-se na obra de Luiz José Stehling, publicada em 1979: **Juiz de Fora, a Companhia União e Indústria e os alemães**. O autor se vale ainda do livro intitulado **Mariano Procópio Ferreira Lage: sua vida, sua obra, descendência, genealogia**, de Wilson de Lima Bastos (1991), para argumentar sobre a importância desse setor. Apoiado nessa obra, Passaglia enfatiza, novamente, a figura do imigrante alemão, considerado o grande empreendedor da cidade, responsável pela industrialização de Juiz de Fora.

É clara a influência do pensamento e das obras de memorialistas, jornalistas e cronistas juiz-foranos junto à opinião pública local, no momento em que esta passa a se preocupar com o patrimônio da cidade. O próprio Passaglia e a equipe formada para pensar os setores históricos da cidade são exemplos disso. Esses autores endossam, com seus estudos, os requerimentos de Registro da Festa Alemã e do Pão Alemão. Passaglia (1982), por exemplo, refere-se a um trecho de Bastos para descrever a importância de Mariano Procópio:

[...] um dos varões de maior bagagem literária e cultural de seu tempo, em Juiz de Fora, tendo deixado verdadeira mensagem de apreço e veneração às coisas do espírito, consubstanciada pela mensagem na arca de nossas tradições, na joia de nosso patrimônio, que é o museu Mariano Procópio [...] (BASTOS apud PASSAGLIA, 1982, p. 34).

Essa perspectiva de identificação e valorização do patrimônio na cidade não só inspirou a política de preservação patrimonial do município, como também mostra a importância da representação social sobre imigração alemã e a sua contribuição. Certamente, tanto o modo de pensar desses memorialistas

e historiadores locais quanto suas publicações foram gatilhos potentes para a percepção da comunidade de descendentes da imigração alemã a respeito da importância creditada a seus antepassados por parte de alguns intelectuais da cidade, reconhecendo-os como principais atores do desenvolvimento econômico de Juiz de Fora.

A questão posta neste ponto da pesquisa e que se deseja enfatizar é que o pensamento dos memorialistas e cronistas da cidade também influenciou, fortemente, as escolhas do que representaria o patrimônio na cidade. Dentro dessa perspectiva, enfatizamos que, para alcançarem a representação política diante da comunidade de descendentes alemães, cabia aos descendentes dos imigrantes alemães<sup>131</sup> reconhecer esses enfoques, legitimando-os como memórias do passado, imprimindo a elas, novos sentidos que pudessem representá-los. Nesse ponto, o conceito de “representação social”, apresentado por Chartier (1990, p. 59), norteou as análises realizadas sobre ações do grupo de descendentes alemães de Juiz de Fora, na busca por visibilidade nos diversos âmbitos sociais. É nossa tese que, se a historiografia sobre a cidade os reconhecia<sup>132</sup>, cabia a esses descendentes se apropriarem dessa representação e reforçar a sua propagação. A identidade dos precursores da industrialização e do desenvolvimento de Juiz de Fora representava uma imagem do alemão a ser vinculada ao passado de notoriedade, já descrito em publicações que versam sobre os grandes feitos de seus precursores.

Mas a cidade continuou buscando vencer os desafios que se apresentavam, por exemplo, citamos a pesquisa de Paulo Gawryszewski (2008), **Cultura e Educação**: uma aliança para a preservação do patrimônio cultural em Juiz de Fora. Esse estudo repercute a importância da educação patrimonial face aos desafios impostos pelo patrimônio. Importa, aqui, destacar o papel da DIPAC/FUNALFA diante das questões que circundam o tombamento e registro dos bens em Juiz de Fora.

---

<sup>131</sup> Ver Quadro 1.

<sup>132</sup> Ver nota 130.

Segundo Gawryszewski (2008), o crescimento e a atuação do papel da DIPAC ocorreram a partir de 1997, com a abertura de 149 processos de tombamentos de imóveis e, nesse contexto, a divisão passa a assumir uma nova postura diante dos proprietários, buscando, ainda, estabelecer um diálogo com o IPPLAN/JF e com a Universidade Federal de Juiz de Fora. A demanda crescia, e o quadro de profissionais precisava ser repensado. Nesse momento, foram reunidos historiadores e arquitetos, a fim de atenderem à crescente demanda das ações de tombamento no município.

Em 2000, em razão de uma reorientação da política local, a DIPAC se aproxima da área de cultura, passando a compor o mesmo espaço destinado à FUNALFA. Aqui, acredita-se estar o primeiro passo a ser pontuado como um sinal de compreensão da cidade de que patrimônio é cultura, demonstrando um amadurecimento de Juiz de Fora no tocante às questões patrimoniais. A Divisão de Patrimônio promoveu ações voltadas para o reconhecimento e a preservação da cidade e, entre os limites impostos por questões administrativas, realizou seu papel no âmbito do patrimônio, ampliando as discussões sobre a temática em palestras, mesas de debates, publicidade, mostra de filmes, ações como a criação do Prêmio Amigo do Patrimônio, entre outros (GAWRYSZEWSKI, 2008).

Mas os desafios ainda são muitos, restando, por conseguinte, uma longa caminhada pela frente para que o Poder Público possa, para além de valorizar o patrimônio da cidade, minimizar as demolições citadas no início dessa seção, pois as mesmas continuam a acontecer, silenciosamente, por todas as regiões de Juiz de Fora. Esse fato mostra a ineficácia das políticas direcionadas para a educação patrimonial, porquanto, é possível perceber que as mesmas não estão alcançando o resultado esperado, quer seja a formação de uma consciência de preservação das tradições e da cultura da cidade impressas em seu patrimônio.

Diante desse quadro, retomamos nossa tese: face à ausência de uma política efetiva que privilegie a história da cidade contida em seu patrimônio cultural, os descendentes da imigração alemã para Juiz de Fora tomaram para si a defesa de seus interesses de manutenção da tradição da comunidade celebrada na Festa Alemã e simbolizada no Pão Alemã. Esses homens

guardam essas memórias e lutam por sua preservação e valorização diante dos inúmeros desafios a que estão sujeitos. Portanto, podemos afirmar que esses protagonistas se tornaram porta-vozes da comunidade de descendentes por meio do alargamento de suas posições dentro da sociedade local, tornando-se referências dessas memórias. No entanto, vale reforçar, novamente, a tese defendida pela pesquisa de que a representação política desejada pelos protagonistas não estaria no propósito de se ocupar um lugar de destaque na política local, mas, antes, de apropriar-se da obras que os reconheciam como propulsores do desenvolvimento da cidade para afirmarem dentro do quadro no qual o patrimônio, aproximando-se da cultura, abria-lhes a oportunidade de se verem inseridos dentro desse novo modelo.

Desse modo, portadores de uma ascendência que os qualificava no contexto em que os responsáveis por direcionar as metas e os rumos da preservação patrimonial em Juiz de Fora aproximavam-se da cultura, os protagonistas das ações de resgate da memória da comunidade alemã da cidade trataram de reelaborar suas tradições, a fim de buscar seu reconhecimento. Os elementos escolhidos para representar essa comunidade estariam representados na *Deutsches Fest* e no Pão Alemão. Por conseguinte, buscariam registrar essas memórias em forma de patrimônio.

## 5.2 SENTIDOS DA IMATERIALIDADE

No Portal do Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional, encontra-se o conceito de patrimônio imaterial, segundo a Organização das Nações Unidas para Educação:

[...] as práticas, representações, expressões, conhecimentos e técnicas – com os instrumentos, objetos, artefatos e lugares culturais que lhes são associados – que as comunidades, os grupos e, em alguns casos os indivíduos, reconhecem como parte integrante de seu patrimônio cultural [...]<sup>133</sup>.

---

<sup>133</sup> Portal do IPHAN/Patrimônio Cultural. Disponível em: <<http://portal.iphan.gov.br/bcrE/pages/conPatrimonioE.jsf?tipoInformacao>>. Acesso em: 10 jul. 2014.

No Brasil, durante um longo período, foram enfrentados desafios para que a noção de Patrimônio Cultural emergisse e persistisse dentro das instituições, como uma forma de pensar e comunicar a identidade brasileira. Certamente, os atores envolvidos nessa trama – e diz-se trama por se tratar de uma história de lutas e tensões sociais – discutiram sobre a “memória histórica” brasileira na tentativa de formular um conceito no qual o termo “diversidade” fosse apreendido em sua verdadeira dimensão (CHUVA, 2012b). Nas ações de identificação do patrimônio histórico brasileiro, cujas raízes se encontram no movimento modernista das décadas de 1920/30, inúmeros enfrentamentos permearam as discussões acerca da herança cultural brasileira, mas o caminho trilhado foi árduo.

A autora esclarece que as dificuldades de debater o tema concentravam-se na amplitude do conceito de patrimônio e, sobretudo, na dificuldade de definir o que orbitava em torno desse domínio. E, ao serem analisadas as bases desse pensar, retomavam-se os primeiros conceitos de Mário de Andrade a respeito da cultura brasileira e da sua imensa diversidade. Vale lembrar que formular um projeto que retrate a identidade nacional é tarefa hercúlea, e porque não dizer, inatingível. Nesse sentido, o que se percebe nessa construção da noção de patrimônio cultural é uma crescente luta por representação da qual os mais diversos setores sociais querem fazer parte e se representarem. Afirma, ainda, que, em meio a intelectuais, arquitetos e engenheiros, a noção de patrimônio foi sendo atrelada ao que é material. Mesmo que Mário de Andrade tivesse a percepção da importância do folclore para a identidade brasileira e para a busca de uma unidade de sentidos para a Nação, a visão de estilos arquitetônicos impressos nas construções pesou, fortemente, a favor da elaboração desse conceito.

Segundo Lúcia Lippi Oliveira (2008), a premissa que orientou a política cultural de preservação do patrimônio brasileiro, “pedra e cal”, direcionava as ações voltadas para as questões relativas aos tombamentos. Dentro de um quadro que busca historicizar o desenvolvimento das principais ideias voltadas para determinar o que deveria ser eleito como patrimônio, valorizando a representação da identidade do país, a autora nos traz a origem da expressão “tombamento”, que, ligada ao Direito português, tinha o significado de

inventariar ou inscrever nos arquivos do Reino, assim, os documentos referentes às artes, à história, à arqueologia, à etnografia e às paisagens, os quais estariam conservados na Torre do Tombo, cada qual em um livro específico.

A autora, sobre o assunto, afirma: ainda que, no início do século XX, os tombamentos ficaram concentrados em Minas Gerais, em 1938, foram tombadas, pela arquitetura barroca e acervo artístico, as cidades de Ouro Preto, Mariana, São João del-Rei, Tiradentes, Sabará, Diamantina e Serro. Nesse período, o SPHAN buscava proteger bens de “excepcional valor” e, nesse sentido, L. L. Oliveira (2008, p. 121) conclui que os técnicos do SPHAN interpretavam quais seriam “os bens culturais”, cujo valor histórico representariam a identidade nacional.

Mas, ao longo do tempo, o sentido de patrimônio cultural foi ganhando novos contornos e ampliando-se a partir das transformações contextuais. Entretanto, somente em 1988, com a Constituição Federal, o processo tornou-se mais afinado, contemplando os debates ocorridos ao longo do século XX, com respeito à discussão de valoração, ou seja, conflito dos paradigmas: estrutura em cimento e cal *versus* “tradições nascentes”<sup>134</sup>. Nesse momento, por meio do Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000, concretiza-se a definição de bem imaterial para fins de registro:

Constituem patrimônio cultural brasileiro os bens de natureza material ou imaterial, tomados individualmente ou em conjunto, portadores de referência à identidade, à ação, à memória dos diferentes grupos formadores da sociedade brasileira (BRASIL, 1988)<sup>135</sup>.

Essa definição remete a uma relação dialógica estabelecida entre presente e passado, circunscrita no conceito de preservação. No caso do Dossiê de Registro do Pão Alemão, essa premissa fica mais evidente,

---

<sup>134</sup> A expressão “tradições nascentes” emerge no contexto em que se buscava definir a noção de patrimônio por meio do mito da originalidade ou da formação do Brasil pelos três grupos – o branco português, o negro e o índio. Chuva (2012b, p. 147-165) destaca, no artigo intitulado “Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil”, a preocupação que se tinha em buscar a síntese desse encontro cultural para determinar o que, de fato, deveria ser valorizado como patrimônio cultural da Nação brasileira e que a identificava como um todo.

<sup>135</sup> Ver: BRASIL. **Constituição de 1988**. Art. 216. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2014.

facilitando a compreensão do conceito, uma vez que as mudanças no modo de fazer o pão são explicitadas no histórico que compõe o requerimento do registro. Percebe-se, desse modo, um elo entre temporalidades distintas que se mantêm por intermédio do vínculo identitário representado pelas mulheres e seus cadernos de receitas trazidas da Alemanha e preservadas pelas gerações seguintes. A receita do pão foi mantida durante muitos anos nos bairros Borboleta e São Pedro, e, somente mais tarde, difundida na cidade através da comercialização do produto. Atualmente, o Pão Alemão pode ser encontrado em algumas padarias e confeitarias, entre outros estabelecimentos comerciais de Juiz de Fora. A partir de um exercício comparativo e analítico, pode-se considerar que é mais fácil compreender o Registro do preparo do Pão Alemão como parte da memória do grupo de descendentes por ser uma prática tradicional conservada cotidianamente. Já a análise da Festa Alemã requer maior atenção, pois é uma construção, uma invenção que reúne elementos culturais e temporais diversos.

Nesse sentido, o pedido de Registro da Festa Alemã exige uma apreciação mais complexa. O evento, da forma como é realizado atualmente, não se encontra nos relatos de memória dos descendentes. Mas fica claro, nas narrativas sobre as origens do festejo, que existiu um processo de construção social com base em fontes escritas que serviram de referência para elaboração do requerimento. Ou seja, ocorreu uma assimilação social das pesquisas e informações levantadas por determinados autores, historiadores e memorialistas que estudaram e descreveram a origem da Festa Alemã na cidade, o que acabou fundamentando o termo “tradição inventada”, segundo Hobsbawm e Ranger (2008a).

A respeito da construção dos Dossiês de Registro da Festa Alemã, ressalta-se que o requerente do documento não é o Sr. Dirceu Scoralick, em cuja residência foram realizados os encontros de idealização do Primeiro Festival de Chope, e onde começou a se organizar também o festejo que daria origem à festa. Scoralick e sua esposa assinam o requerimento de Registro do Pão Alemão, enquanto o requerimento para Registro da Festa Alemã é assinado por outro descendente de imigrantes alemães, o Sr. Vicente de Paulo Clemente.

Todavia, para se preservar uma memória a partir de seu registro, é importante ponderar o seguinte: não basta que a sua patrimonialização ou salvaguarda sejam propostas por parte do Poder Público. Esse requerimento passa por um trâmite institucional, devendo seguir normas de apresentação que exigem um histórico descritivo da importância cultural do bem a ser registrado. Essa narrativa deve justificar o valor do bem para o coletivo que o solicita, e, em Juiz de Fora, não é diferente. Segundo o texto da Constituição de 1988 (BRASIL, 2014), é necessário identificar “a referência à identidade, à ação, à memória de um determinado grupo”. A memória a ser preservada, como salienta Lucia Silva (2010, p. 40), no artigo “Trajetória de um conceito: patrimônio, entre a memória e a história”, é aquela que estabelece a relação dialógica entre presente e passado, devendo ser interpretada a partir da importância da cultura ou expressão artística de determinado grupo ou comunidade, e cujo valor seja reconhecido como um bem material ou imaterial a ser preservado.

Como já visto anteriormente, requerer o registro de uma memória é um ato que pressupõe, para a comunidade solicitante, um determinado valor histórico sobre algo que a represente historicamente. A identidade dessa comunidade deve estar impressa no Dossiê de proposição do registro. Nesse aspecto, a proposta da pesquisa explicita uma rede de interesses que ora se encontram, ora se contrapõem, coexistindo no contexto em que essa mesma memória tem origem, até que sejam requeridos os respectivos registros. Existe, aqui, uma trajetória a ser compreendida e que revela os caminhos percorridos por esses dois processos – Registro do Pão Alemão e da Festa Alemã – e seus desdobramentos. O fato é que tal trajetória acompanha o desenvolvimento da concepção de importância cultural e econômica do patrimônio para a cidade de Juiz de Fora.

Ainda de acordo com a linha de pensamento de Silva (2010), em relação à concepção de patrimônio cultural como marco identitário, deve-se chegar a um consenso no momento de julgar o valor do bem a ser tombado ou registrado. Não basta que o Dossiê enumere as razões e ateste a relevância daquela expressão cultural a ser analisada por um conselho, pois ainda é

necessário perceber naquele bem, material ou imaterial, as suas dimensões simbólicas, culturais e afetivas.

Com um enfoque mais direcionado para o conceito de imaterialidade, Chuva (2012b) assevera que a divisão entre bens materiais e imateriais é “conceitualmente enganosa”, pois a materialidade de um bem contém também a imaterialidade e, portanto, seria impossível qualquer tipo de intervenção em um bem material sem que essa, por sua vez, implique a ressignificação da imaterialidade do mesmo. A intervenção requer novas leituras e interpretações da expressão cultural, revelando outros valores a serem considerados, além daqueles intrínsecos ao bem. Esse paradoxo explica a complexidade inerente às Políticas Públicas de patrimonialização e participação dos atores envolvidos nessas ações, determinando as escolhas e os julgamentos de valor. Somando-se às contribuições de Márcia Chuva, Jorge Coli, no artigo intitulado “Materialidade e imaterialidade”, publicado em 2012, o texto ilustra, claramente, o sentido de julgamento proposto e os embates que cercam essa ação. A análise do autor começa a partir do fato curioso envolvendo a si próprio, enquanto integrante do Conselho de Defesa do Patrimônio Histórico, Arqueológico, Artístico e Turístico (CONDEPHAAT) de São Paulo.

Coli (2012) relata que, no Órgão em que ele trabalhava, chegou um Dossiê pedindo o tombamento da fábrica de biscoitos Duchon, localizada em Guarulhos, e construída, em 1950, por Oscar Niemeyer. Segundo o autor, o caso ocorreu quando um proprietário que havia comprado o imóvel decidiu demoli-lo. Nesse momento, o CONDEPHAAT resolveu consultar o arquiteto sobre o tombamento do prédio, que era, sem dúvida, um marco da arquitetura. Niemeyer se posicionou de forma indiferente ao tombamento, não reconhecendo, em sua própria obra, um alicerce que justificasse o tombamento da mesma. O prédio da fábrica acabou sendo demolido.

Neste pequeno trecho do artigo, Coli (2012, p. 70) esclarece a complexidade que cerca as atividades de avaliar e decidir quanto ao valor de uma obra de maneira bastante clara: “Quem são os autores da narrativa de valor de um patrimônio cultural? Quais são os méritos julgados no momento do tombamento ou registro? Quais são as demandas implícitas aos atos de requerer o registro de um bem e julgá-lo patrimônio?”. Percebemos posições

contrárias caracterizadas nesse dilema, pois, enquanto alguns setores reclamavam o tombamento do prédio da Fábrica Duchen, amparados no discurso do valor arquitetônico industrial do imóvel, o próprio arquiteto da obra foi indiferente à importância desse prédio. Nesse embate, o autor acaba por chamar a atenção para a importância do historiador em seu trabalho de mediar o conflito no momento da contextualização de uma obra e na busca de sentido para as ressignificações que não de surgir nesse processo.

Coli (2012) assevera que o papel do historiador é investigar os diversos elementos que compõem o cenário no qual a obra está inserida: sua importância no que diz respeito ao estilo arquitetônico da época em que foi construída; seu valor como expressão cultural; seus usos e as apropriações feitas pelos grupos sociais movidos pela ação de requerer seu tombamento. Entende-se, portanto, que os procedimentos de um historiador, ao julgar uma obra enquanto patrimônio, precisam se ater ao contexto de criação da obra, que representa as visões e os valores do tempo e do espaço onde está inserida.

Na leitura dos Dossiês de Registro do Pão Alemão e da Festa Alemã, percebe-se a existência de um fio condutor uniforme que deixa transparecer uma intenção clara de construção da identidade social pelo grupo proponente, com base na reinvenção das tradições herdadas. Os documentos são elaborados a partir da coleta de dados e informações genéricas do passado, sendo, posteriormente, organizados sob o aval dos testemunhos daqueles que, mesmo por um traço de memória, são capazes de revisitá-lo e, por meio dele, reviver e materializar uma experiência. No caso desta tese, a experiência é traduzida nas práticas de fazer o Pão Alemão e celebrar a Festa Alemã.

Manoel Luiz Salgado Guimarães (2012), no artigo “História, memória e patrimônio”, apresenta uma avaliação pertinente aos usos do passado como condutor de subjetividades coletivas. Nesse sentido, o autor dá uma contribuição importante: realizar uma abordagem das experiências coletivas narradas sob o viés de ressignificação do passado, como forma de torná-lo visível a partir de um discurso de memória. Segundo o autor, estabelecer uma narrativa que visa à patrimonialização de uma experiência coletiva ancorada em um passado comum não é um processo simples, mas um processo que

envolve toda uma dinâmica de pesquisas para validar conhecimentos a serem qualificados. Além disso, a decisão de patrimonialização exige também Políticas Públicas voltadas para a proteção desse patrimônio. Por conseguinte, uma demanda coletiva não significa, necessariamente, a relevância de uma memória a ser preservada, mas veicula intenções e interesses que são particulares de um determinado grupo.

A questão levantada pelo autor refere-se à produção de sentidos e à necessidade de vinculação de um bem com o seu passado, sendo que nem sempre ele é, necessariamente, significativo a ponto de ser considerado patrimônio cultural. Sobretudo, é fundamental problematizar a intenção de patrimonialização quando esta estiver atrelada ao desejo de um grupo específico, verificando quais são as razões objetivas desse desejo (GUIMARÃES, 2012).

As escolhas dos objetos, das edificações, das expressões ou de qualquer outro tipo de vestígio que sobreviveu ao tempo, e que são requeridos como um conjunto de práticas coletivas que identificam alguns indivíduos, podem não possuir o valor de um patrimônio e, dessa maneira, representam não mais do que um aglomerado de histórias estanques que alicerçam os anseios de pertencimento a uma coletividade. Todavia, quando experiências coletivas são organizadas dentro de uma narrativa, torna-se possível atribuir-lhes valor histórico.

No caso da Festa Alemã e da receita do Pão Alemão, as análises das múltiplas vozes que compõem seus Dossiês formam essa rede de significados. Mesmo quando são amparados nas produções historiográficas ou memorialísticas da cidade, os pareceres são passíveis de valoração. Não é o caso de homenagear o grupo de imigrantes, como é destacado nos Dossiês, ou mesmo de percebê-los como propulsores da industrialização da cidade – tese defendida pela historiografia tradicional produzida na cidade, na década de 1960. Ocorre que as experiências compartilhadas pelo grupo de descendentes são reconstruídas de forma a ressaltar a validade da memória da imigração alemã para Juiz de Fora refletida na *Deutsches Fest* e no Pão Alemão. Nesse sentido, os alemães, vistos como mais um grupo entre os que

participaram da história de Juiz de Fora, mereceriam a visibilidade que a patrimonialização tornaria oficial para a comunidade.

Sandra Jatahy Pesavento (2012), no artigo intitulado “História, literatura e cidade”, destaca a cidade como um espaço de embates e de construções de identidades. A autora esclarece que o sentido de requerer um bem, o qual simbolize o pertencimento a um determinado espaço, cria, em meio a uma multiplicidade de sujeitos, uma luta por reconhecimento e representação nos diversos âmbitos sociais.

Diante do exposto, fica claro que as estratégias e as negociações utilizadas por um determinado grupo para justificar a patrimonialização de um bem tem por base uma versão histórica por ele considerada tão próxima ao real que passa a ser tomada como a mais pura verdade. Assim são os depoimentos encontrados nos Dossiês de Registro da Festa Alemã e do Pão Alemão. Eles reasseguram uma versão histórica amparada no peso de uma tradição transmitida de geração em geração, e que, por fim, levou a Festa e o Pão, ao conservarem traços comuns das lembranças dos descendentes de imigrantes alemães, a receberem a proteção da cidade em forma de patrimonialização.

A construção idealizada do tempo passado foi consolidada por meio das narrativas das tradições herdadas do grupo de imigrantes. Essas narrativas, em conjunto, legitimaram a memória que a comunidade alemã do bairro Borboleta desejava preservar, por conterem, em seus enredos, toda uma série de elementos culturais elencados, cuidadosamente, pelos testemunhos dos imigrantes. Nesse sentido, e uma vez aceitas e salvaguardadas pelo Poder Público, as tradições alemãs passam a reunir a notoriedade necessária para conquistar o espaço e o reconhecimento pretendidos. Para os proponentes e para a comunidade, os pedidos de registro significam muito mais do que uma simples homenagem à memória daqueles que se foram. Uma vez identificados como propulsores da industrialização na cidade, por meio do mito do imigrante empreendedor, os descendentes alemães teriam suas memórias legitimadas pelo município quando este acatasse os pedidos de registro de suas tradições como bens imateriais. Esses documentos tornam-se recursos formais efetivos para a comunidade alcançar a notoriedade que a comemoração da *Deutsches*

*Fest* traria com sua oficialização como bem imaterial da cidade, pois esse evento já é reconhecido como a Festa Alemã de Juiz de Fora; então, podemos afirmar que ela já é uma tradição da cidade.

Importa salientar que a Festa Alemã, com seu formato inicial de evento beneficente, sem intenções lucrativas – a não ser pelo aporte financeiro às instituições do bairro Borboleta – também pode ser percebida como um indício das intenções do grupo de descendentes de ampliar o seu espaço de ação na cidade, tanto é que dois participantes do primeiro Festival de Chope são também solicitantes dos registros analisados neste estudo.

Retomando o texto que ampara o Dossiê, o sentido da imaterialidade aparece nos discursos analisados por meio do emprego do termo “homenagem”<sup>136</sup>. A utilização dessa palavra é um indício do desejo do grupo no sentido de qualificar, por meio de uma expressão, o significado intangível e subjetivo do papel dos imigrantes alemães que chegaram à cidade em meados do século XIX, bem como a sua contribuição para o desenvolvimento econômico e cultural do município. A pesquisa se propõe a relativizar o discurso de “homenagem” encontrado nos Dossiês e a refletir sobre a motivação que deu origem à ação de patrimonialização dos bens, bem como aos discursos que a norteiam. Entre os principais estudos já citados, encontra-se, em Silva (2010), o argumento que ampara o raciocínio exposto anteriormente a respeito do objetivo deste trabalho de pesquisa:

A categoria patrimônio é um potente instrumento analítico para entender a vida social e cultural no mundo atual, quando utilizamos o conceito de patrimônio cultural é a dimensão cultural do patrimônio que estamos querendo discutir; ao mesmo tempo em que, e isto se percebe muito pouco, também estamos falando da dimensão patrimonial da cultura (SILVA, 2010, p. 36).

O enfoque utilizado pela autora permite ressaltar algumas questões como o entendimento do conceito de patrimônio enquanto instrumento de análise das relações sociais e, no caso específico da pesquisa, provoca as seguintes indagações: qual seria a intenção desses indivíduos? Qual seria a

---

<sup>136</sup> A palavra “homenagem” foi grifada no corpo do texto por ser a mais utilizada nos Dossiês de Registro de Patrimônio Imaterial, utilizados aqui como fonte de pesquisa.

construção social escolhida no ato de formalizar, por meio dos pedidos de registros, a reclamação de uma memória?

Alguns indícios levam a crer que, ao requererem os respectivos Registros de Patrimonialização do Pão Alemão e da Festa Alemã como bens culturais de Juiz de Fora, seus autores almejavam mais do que, simplesmente, homenagear o empreendedorismo dos imigrantes alemães, ou redimir o seu passado. E, mesmo que essas intenções não fossem claras no momento de criação da Festa Alemã e no registro do modo de fazer o pão, com o passar do tempo e com o desenvolvimento da cidade, seus inventores buscaram maneiras para conseguir valorizar essa história, podendo revertê-la em capital cultural. Assim, o desenvolvimento desta análise segue uma teia que demonstra o jogo que se estabeleceu entre os sujeitos requerentes das ações de patrimonialização e as instituições responsáveis por avaliar e acatar o registro dessas memórias, oficializando-as como patrimônios imateriais de Juiz de Fora, ou não.

Enfatiza-se que o fato de requerer os registros dessas memórias revela disputas entre o poder comunitário e o Poder Público – ambos representados nos Conselhos de Cultura –, as quais ocorrem em um território de tensões permeadas por julgamentos de valor. Com essa concepção, a ideia de luta de representação, defendida por Chartier (1990), é tomada como base para a análise dos Dossiês e dos discursos contidos nos documentos de registro da Festa Alemã e do Pão Alemão. A luta por representação revela-se, nesta investigação, como uma necessidade de valorizar uma tradição que, uma vez revisitada, resulta no reconhecimento do papel do grupo de descendentes na sociedade juiz-forana. O autor ressalta que, entre os grupos sociais, as representações são idealizações de uma identidade pautada no que eles consideram ser a característica coletiva que os distingue dos demais, por meio de suas práticas.

Além das reflexões e conceituações que caracterizam o patrimônio como uma herança cultural, como um bem histórico capaz de fortalecer a identidade de determinados grupos, é necessário compreender esse mesmo patrimônio enquanto bem social que espelha o contexto socioeconômico no qual está inserido. Maria Lúcia Bressan Pinheiro (2006) fornece material para ampliar

essa reflexão em sua abordagem sobre a percepção de que o patrimônio tombado, ou registrado, também pode se tornar, por meio de Políticas Públicas, uma fonte de investimento turístico, além de alavancar a economia local ou regional. O desenvolvimento da ideia de patrimônio como favorecedor do turismo, portanto, passível de gerar recursos, acontece no Brasil, segundo a autora, na década de 1960.

Os registros de um saber fazer, de uma prática religiosa, da expressão de crenças, sentimentos, emoções ou sentidos guardados na memória são elementos constitutivos de um processo de patrimonialização em determinado contexto. Entretanto, como destaca Pesavento (2012), é importante perceber os interesses envolvidos na ação de reconhecimento público de um bem, assim como as suas ligações com o turismo cultural, que podem resultar em uma série de atividades geradoras de recursos financeiros que interessam ao Poder Público.

A partir das reflexões apresentadas anteriormente, verificamos que, em Juiz de Fora, o reconhecimento dos bens imateriais começou a ocorrer no início deste século, a partir da revisão da Lei nº 7.282, de 1988. Nessa adequação, uma nova agenda política relativa ao patrimônio cultural se sobressai com o fomento do turismo de eventos. O Decreto Federal nº 3.551<sup>137</sup>, de 4 de agosto de 2004 (BRASIL, 2004), instituiu o Registro dos Bens Culturais de Natureza Imaterial, criando o Programa Nacional do Patrimônio Imaterial, bem como instituições ligadas ao Ministério da Cultura e Secretarias de Estado, do Município e do Distrito Federal, além de sociedades ou associações civis. Segundo o Decreto:

Art. 1º Fica instituído o Registro de Bens Culturais de Natureza Imaterial que constituem patrimônio cultural brasileiro.

§ 1º Esse registro se fará em um dos seguintes livros:

I - Livro de Registro dos Saberes, onde serão inscritos conhecimentos e modos de fazer enraizados no cotidiano das comunidades;

II - Livro de Registro das Celebrações, onde serão inscritos rituais e festas que marcam a vivência coletiva do trabalho, da religiosidade, do entretenimento e de outras práticas da vida social;

---

<sup>137</sup> BRASIL. Ministério da Cultura. **Decreto Federal 3551, de 4 de agosto de 2004**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2014.

III - Livro de Registro das Formas de Expressão, onde serão inscritas manifestações literárias, musicais, plásticas, cênicas e lúdicas;

IV - Livro de Registro dos Lugares, onde serão inscritos mercados, feiras, santuários, praças e demais espaços onde se concentram e reproduzem práticas culturais coletivas.

§ 2º A inscrição num dos livros de registro terá sempre como referência a continuidade histórica do bem e sua relevância nacional para a memória, a identidade e a formação da sociedade brasileira.

§ 3º Outros livros de registro poderão ser abertos para a inscrição de bens culturais de natureza imaterial que constituam patrimônio cultural brasileiro e não se enquadrem nos livros definidos no parágrafo primeiro deste artigo (BRASIL, 2004).

Em Juiz de Fora, a Lei Municipal nº 10.777/04, criada em 15 de julho de 2004, substituiu a legislação anterior – Lei Municipal nº 7.282/88 – e significou uma evolução do pensamento sobre o patrimônio, que se reflete nas ações que viriam a seguir.

Mas, para observar as mudanças que ocorrem desde então, ressalta-se a pesquisa de Daniel Roberto dos Reis Silva (2012), em sua tese de doutoramento **Cidade (I)material**: museografias do patrimônio cultural na cidade de Juiz de Fora. Em seu estudo, o autor desenvolve um importante texto histórico sobre a preservação do patrimônio cultural na cidade, destacando os principais passos que marcaram os caminhos percorridos pelas ações de tombamento e registros de bens culturais locais. Informa que a Lei nº 10.777, de 2004, inaugura uma nova maneira de se pensar o patrimônio em Juiz de Fora, porquanto, anteriormente, a legislação não se amparava no inventário de bens de valor imaterial. Antes, a conceituação de patrimônio se pautava na premissa de que os bens são legitimados por portarem alguma referência arquitetônica<sup>138</sup>. Por conseguinte, a Lei nº 10.777 avançou, por

---

<sup>138</sup> As reflexões sobre os bens de natureza imaterial na cidade são relativamente novas. Nesse sentido, ressalta-se que grande parte dos estudos locais referem-se à arquitetura da cidade. Entre essas pesquisas, destacam-se: AZEVEDO, Nilo Lima de. **Democracia e patrimônio cultural**: as práticas da gestão participativa em Juiz de Fora. Dissertação de Mestrado, UFJF, 2007; AZEVEDO, Nilo Lima de, JABOUR JÚNIOR, Wilson Coury. **Reflexões e olhares**: o patrimônio cultural de Juiz de Fora. FUNALFA, Juiz de Fora, 2012; DUARTE, Antônio Carlos, **Arquitetura Art Déco – Juiz de Fora**. FUNALFA. Juiz de Fora, 2013; GUIMARÃES, Sávio. **Juiz de Fora – Projetando Memória**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008; FIGUEIREDO, Lodônio Di. **Paisagem urbana**: aspecto arquitetônico. FUNALFA. Juiz de Fora. 2012; OLENDER, Marcos. **Ornamento, ponto e nó**: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011; SANTANA, Rodrigo; PUGLIESE, Stella. **Arquitetura moderna em Juiz de Fora**: a contribuição de Arthur Arcuri. FUNALFA. Juiz de Fora, 2002; SIRIMARCO, Martha. **João Carriço, o amigo do povo**. FUNALFA, Juiz de Fora, 2005.

passar a contemplar também as formas de expressão, os modos de criar, fazer e viver, as inovações científicas, artísticas e tecnológicas, bem como quaisquer obras ou edificações que sejam de interesse público, e que fazem referência à memória da cidade e aos conjuntos urbanos com valor arquitetônico, paisagístico, artístico, ecológico ou científico.

Silva (2012) observa uma peculiaridade dessa lei, que introduz a vinculação, muito pertinente, entre a preservação patrimonial e a identidade da cidade. Esse fato reflete um amadurecimento não só do Poder Público Municipal e do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, como também dos sujeitos que viriam a requerer o tombamento ou o registro de um determinado bem, seguindo a orientação da legislação. O autor enumera outras modificações que caracterizam o progresso dessa lei, mas, sem dúvida, a preocupação de relacionar-se à identidade da cidade supera qualquer outro princípio.

A formação do Conselho é um dos aspectos relevantes abordados pelo autor, e o presidente é o superintendente da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage. Já o cargo de vice-presidente pode ser ocupado por qualquer conselheiro, desde que escolhido pelo Conselho na primeira reunião do ano. A Câmara Municipal se faz representar por 1 (um) vereador ou vereadora, enquanto que o prefeito tem o papel de indicar 5 (cinco) representantes do município. Outros membros do COMPPAC estão divididos entre representantes de associações, entidades ou organismos civis da cidade, também indicados pelo prefeito por terem, de algum modo, participação nas questões patrimoniais ou culturais da cidade (SILVA, 2012).

Os bens de natureza imaterial, registrados em Juiz de Fora até a data da defesa da tese intitulada **Cidade (I)material**: museografias do patrimônio cultural na cidade de Juiz de Fora, de Silva (2012), também são mencionados pelo autor. Interessa ao estudo apontá-los no sentido de identificar a importância que foi conferida ao bem no momento do pedido de registro, ou mesmo no processo de julgamento de relevância. “O Apito do Meio-dia”,

---

exemplo de bem imaterial, foi o primeiro a ser registrado na cidade, em 2004, e alcançou notoriedade a partir de uma sonoridade que remetia ao apito de fábrica, associado ao modo de vida urbano e à origem industrial da cidade, conforme destaca o autor.

A “Banda Daki”, tradicional bloco de carnaval de rua da cidade, foi registrada também como patrimônio, em 2004, recebendo da prefeitura uma verba da ordem de R\$ 30.000,00 para investir nas bandas, trios elétricos, bandeira e adereços. A banda é *hours concour* e não precisa se inscrever para concorrer a financiamento.

A Figura 9, a seguir, apresenta foliões da “Banda Daki” no carnaval de 2013:



Figura 9: Banda Daki, Patrimônio Cultural de Juiz de Fora - Carnaval de 2013.

Fonte: Zine Cultural<sup>139</sup>.

Em sequência, o *Miss Gay*, tradicional concurso de misses gays, que acontece na cidade, há muitos anos, reúne o público de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Transgêneros (LGBT) e desencadeia

<sup>139</sup> “Prefeito Bruno Siqueira entrega a chave da cidade ao Rei Momo. Desfile da “Banda Daki”, Carnaval de 2013”. Disponível em: <[http://www.zinecultural.com/fotos/zine\\_mania/concentracao-da-banda-daki-com-o-general-ze-kodak-juiz-de-fora-mg](http://www.zinecultural.com/fotos/zine_mania/concentracao-da-banda-daki-com-o-general-ze-kodak-juiz-de-fora-mg)>. Acesso em: 3 nov. 2014.

outros eventos paralelos, como o *Raibow Fest* e a Parada do Orgulho Gay<sup>140</sup>. A ação de registro desse último evento foi iniciativa da, então, Superintendente da FUNALFA, Marluce Araújo Ferreira, que justificou sua decisão, com base na tradição do evento, que chegou a atrair, em 2007, cerca de 30.000 pessoas, fato que impulsionou o turismo de eventos na cidade (SILVA, 2012).

A seguir, a Figura 10 ilustra a *Raibow Fest* em Juiz de Fora:



Figura 10: 10ª *Rainbow Fest* de Juiz de Fora – 2001.  
Fonte: **Guia Cuca**<sup>141</sup>.

Silva (2012) ressalta que o turismo de eventos em Juiz de Fora lucrou com o registro das festas. Segundo a estatística levantada pelo autor, é possível perceber um grande crescimento do setor no período compreendido entre 2002 e 2011, tendo sido cadastrados mais de 300 eventos no Juiz de Fora e Região *Convention & Visitors Bureau*<sup>142</sup>.

Importa assinalar, neste estudo, que o crescimento desses eventos, originados, muitas vezes, sem grandes expectativas, despertou o interesse em

---

<sup>140</sup> Evidencia-se que a Lei Municipal nº 9.791, de 12 de maio de 2000, conhecida por Lei Rosa, de autoria do falecido vereador Paulo Rogério, do PMDB, fortaleceu o movimento contra a discriminação de homossexuais, bissexuais e transgêneros. Acredita-se que essa lei tenha suas origens no Movimento Gay Mineiro (MGM), que tomou impulso em Juiz de Fora a partir dos eventos citados.

<sup>141</sup> **Guia Cuca**. Disponível em: <[www.acesa.com](http://www.acesa.com)>. Acesso em: 3 nov. 2014

<sup>142</sup> Juiz de Fora e Região *Convention & Visitors Bureau* é uma instituição que foi criada em 2011 com a finalidade de desenvolver o turismo sustentável, com a realização de festas, convenções e passeios, promovendo produções culturais, científicas, tecnológicas e artísticas da região.

incrementar o turismo em Juiz de Fora. Pode-se inferir que, embora os promotores desses eventos não tivessem, inicialmente, nenhuma intenção de transformá-los em cartão de visita da cidade, eles passaram a disputar os recursos municipais destinados à promoção, ao incentivo e à ampliação da atividade turística com o passar dos anos.

### 5.3 SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS DOSSIÊS, BENEFÍCIOS E INCENTIVOS FISCAIS

A construção de um Dossiê para registro de manifestações culturais de natureza imaterial deve seguir critérios determinados pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Esses critérios estão descritos na Resolução nº 001, de 3 de agosto de 2006, publicada no **Diário Oficial**, de 23 de março de 2007, tendo por base as disposições contidas no Decreto nº 3.551, de 4 de agosto de 2000<sup>143</sup>.

O Decreto evidencia que os requerimentos podem ser apresentados pelas instituições vinculadas ao Ministério da Cultura, pelas Secretarias Estaduais, Municipais e do Distrito Federal e por associações da sociedade civil. O documento deve conter a identificação do proponente, a justificativa do pedido, a descrição do bem que se requer o registro com dados sobre os grupos, locais e demais detalhes da manifestação, bem como o período em que a mesma ocorre, e a forma pela qual se manifesta. Cabe também ao requerente juntar ao processo documentos que demonstrem a relevância do bem, como: fotos, filmagens, documentos, além de uma bibliografia referente ao que se almeja. Depois, um conselho técnico deve submeter o corpo de documentos anexados ao requerimento para que seja avaliada a pertinência do pedido, bem como sua organização diante das normas e técnicas a serem observadas por essa Resolução. Diante da ausência da documentação necessária, o IPHAN notificará o requerente para que, no prazo de 30 dias, passível de prorrogação, o mesmo possa realizar sua reorganização. No caso

---

<sup>143</sup> Disponível em:

<[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Resolucao\\_n\\_001\\_de\\_2006.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Resolucao_n_001_de_2006.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2015.

de, mesmo diante da possibilidade de prorrogação, o proponente não organizar o requerimento, o mesmo poderá ser arquivado. O registro só será finalizado com a inscrição do bem no **Livro de Registro**, após apreciação de um Conselho técnico formado, inclusive, por pessoas “[...] cuja área de conhecimento e atuação seja relacionada ao patrimônio cultural de natureza imaterial<sup>144</sup>. Desse modo, somente após todas as etapas concluídas, o registro será notificado à imprensa oficial<sup>145</sup>.

Após esse resumo a respeito da organização de um Dossiê, inicia-se, também, uma breve descrição dos benefícios e dos incentivos fiscais aos quais os bens registrados poderão obter recursos. Esses incentivos fiscais podem se dar nos âmbitos municipal, estadual ou federal.

Os benefícios podem incidir sobre o controle urbanístico – quando determinados locais tornam-se relevantes para o patrimônio local, compatibilizando-se com áreas tombadas – e, assim, podem ser beneficiadas por isenção de impostos sobre serviços, ou mesmo isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU). Em nível estadual, Minas Gerais redistribuiu o ICMS, destinando cotas maiores desse imposto para cidades que apresentem ações voltadas para a preservação de seu patrimônio, conforme a Lei Robin Hood (ARAÚJO; ASKAR; MIRANDA, 2009).

Retomando o objetivo dessa lei, o incentivo dado pela Lei Robin Hood trata do repasse do ICMS para os municípios capazes de preservar seu patrimônio. O cálculo é realizado por meio de um critério no qual a cidade deve obter uma pontuação em requisitos determinados para o recebimento desse incentivo revertido em verba (CAMPOS, 2014). É possível observar que os critérios definidos pelo IPHAN norteiam os formatos dos Dossiês da Festa Alemã e do Pão Alemão. Portanto, essas orientações são seguidas pela DIPAC para apreciação dos documentos anexados nos Dossiês. Enfatiza-se, todavia, que os documentos anexados ao Dossiê para Registro da Festa Alemã estão

---

<sup>144</sup>Art. 5º - § 1º. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Resolucao\\_n\\_001\\_de\\_2006.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Resolucao_n_001_de_2006.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2015.

<sup>145</sup> Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Resolucao\\_n\\_001\\_de\\_2006.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Resolucao_n_001_de_2006.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2015.

em péssimo estado de conservação e, talvez por esse motivo, a Festa não tenha obtido parecer favorável a sua inscrição no **Livro de Registro** do município. Já o Pão Alemão teve seu processo concluído, e hoje é inscrito, nesse livro, como bem de natureza cultural imaterial.

### 5.3.1 O Pão Alemão: o reconhecimento de um registro

O Dossiê do Pão Alemão<sup>146</sup> foi enviado ao Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural, em 19 de fevereiro de 2010. Assinam o documento o historiador Nilo de Araújo Campos, responsável pela Divisão de Memória da FUNALFA, Dirceu Scoralick, descendente de imigrantes alemães e sua esposa, Célia Scoralick. Na justificativa do requerimento, os proponentes realizam um histórico sobre o processo da imigração alemã para a cidade apoiados nas obras de Wilson Lima Bastos (1991) e José Luiz Stehling (1979), em que informam a importância do pão como sendo uma receita típica alemã, que transcendeu o tempo e o espaço por meio da preservação da memória dos descendentes expressa nos cadernos de receitas herdadas das famílias de imigrantes.

Assinalamos que alguns dos depoimentos que amparam o requerimento já foram citados no Capítulo 3 do presente estudo, e nos revelam as transformações ocorridas na receita original, que foram preservadas nos cadernos de receitas e nas memórias das senhoras do bairro cuja ascendência alemã fez com que guardassem a lembrança das mães e avós fazendo o pão e utilizando, ainda, como fermento, o *lúpulos* vendido nas cervejarias sob forma de garrafadas.

A palavra “homenagem” é utilizada pelos requerentes dos Dossiês como sendo o objetivo do requerimento. Interessa, nesta análise, questionar e relativizar as bases e os fundamentos nos quais o Dossiê de Registro do Pão Alemão se respalda para requerer sua aceitação como bem imaterial da cidade. Reforçando a proposta do estudo – a de enxergar as intenções implícitas nos discursos dos protagonistas –, salienta-se que a função de uma prática social baseada em uma construção de memória quase sempre visa a

---

<sup>146</sup> Inscrição no **Livro de Registro de Bens Imateriais de Juiz de Fora**, sob nº 006/2010.

torná-la instrumento eficaz de socialização e de ampliação dos espaços sociais. Essa é a convicção aqui partilhada e com a qual se pretende construir a presente análise.

É de fundamental importância perceber que o pedido de registro é um veículo para aquisição e fortalecimento da identidade pretendida por um grupo, sendo também decisivo perceber, nesse ato, a possibilidade de integração social em outros campos, como, por exemplo, no setor de turismo de eventos na cidade. Como ressalta Choay (2006), em seu livro **Alegoria do patrimônio**, é necessário atentar para todas as questões envolvidas no acolhimento de um bem enquanto patrimônio cultural. Como acertadamente observa a autora, o objetivo de requerer o reconhecimento de determinado bem pode guardar interesses particulares, uma vez que, com a proteção dada pelo Poder Público, esse bem passa a se constituir em uma fonte de incentivos, de verbas, de isenção de impostos para sua comercialização e de visibilidade. Os sujeitos envolvidos nesse processo valorizam uma memória recortada, ou seja, eles fazem uma seleção das informações que poderiam ser realocadas em outra temporalidade, para, assim, fortalecerem a identidade do grupo.

Em alguns momentos das análises dos dois Dossiês – Registro do Pão Alemão e Registro da Festa Alemã – esses discursos se mesclam, pois ambos possuem uma base histórica comum. Essa interseção se refere às origens, aos formatos e ao período no qual os pedidos se dão – o ano de 2010 – e, por fim, também no que diz respeito a essas ações propriamente ditas. Em 6 de maio de 2010, foi publicado no **Diário Oficial** do Município de Juiz de Fora, na seção Atos do Governo do Poder Executivo, o Decreto nº 10.232, que dispõe sobre o registro do bem de natureza imaterial, no caso específico o “saber fazer” o pão alemão. A inscrição no **Livro de Registro** foi autorizada pelo então prefeito, Custódio Mattos, em consonância com o previsto na Constituição Federal: o valor histórico e cultural do “pão”, a origem da receita, vinculada à imigração dos colonos alemães, as tradições mantidas pelos imigrantes no Brasil e em Juiz de Fora, bem como as adaptações feitas na receita que, no entanto, não

alteraram o produto e as características originais. Por fim, é descrita a importância da continuidade dessa tradição, que sobrevive até hoje<sup>147</sup>.

O Termo de Conclusão do Dossiê cita o livro **Juiz de Fora: a Companhia União e Indústria e os alemães**, de autoria de Stehling (1979). Essa formatação não difere das outras partes que compõem o Dossiê. Ocorre que a história tradicional é revisitada em todo percurso de construção do documento – da Introdução ao Parecer Final dado pelo Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural. Trata-se, portanto, de reafirmar as inúmeras características que levaram o Conselho Municipal a reconhecer a validade do pedido de registro.

A finalização do processo de registro pelo COMPPAC versa sobre a tradição de um “saber fazer” culinário autêntico das regiões colonizadas pelos imigrantes alemães e sobre as histórias da imigração. Entre as várias argumentações que validam o registro do Pão Alemão, também estão elencadas outras práticas pertinentes à ação de patrimonialização, as quais versam a respeito dos atributos dos imigrantes em questão: as celebrações religiosas, os conhecimentos nas áreas de marcenaria, funilaria, ferraria, selaria, e, por fim, os valores morais.

Vale destacar que o Dossiê para registro do Pão Alemão, enquanto bem de natureza cultural imaterial de Juiz de Fora, é todo ele muito bem desenvolvido, contrariamente à apresentação do Dossiê da *Deutsches Fest*, que apresenta inúmeros problemas relativos aos documentos comprobatórios da relevância da tradição do evento para a comunidade. Os artigos de jornais e reportagens encontram-se apagados, dificultando a análise do documento; entretanto, é possível perceber que os discursos enredados em ambos os Dossiês são formatados de modo a validarem a importância da memória requerida.

Cabe evidenciar, nesta pesquisa, as seguintes reflexões tecidas por Bourdieu (1989, p. 14) quanto ao discurso que evidencia o fortalecimento da identidade de um determinado grupo: “[...] o poder de constituir o dado pela enunciação, de fazer ver e fazer crer, de confirmar, ou de transformar a visão

---

<sup>147</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007.039, PJF/FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 67. Atos do Governo. Publicado em 10/07/2010. Prefeitura de Juiz de Fora.

de mundo [...]” explicita a complexidade que envolve a configuração de uma identidade a ser apresentada e legitimada, no sentido de determinar novos usos de uma mesma tradição. Sendo assim, a validação do pedido de registro do bem pelo Poder Público passa a ser o passaporte para a aquisição do capital desejado, que seria alcançado por meio da integração e ampliação das fronteiras de atuação dos protagonistas elencados pela pesquisa.

Pode parecer contradição abordar o registro do Pão Alemão e da Festa Alemã como forma de empoderamento e não apenas de reconhecimento da identidade dos sujeitos envolvidos na ação de registro, mas não é. Esse registro, bem como sua conseqüente aprovação pela sociedade juiz-forana, comunicada pelos jornais da cidade, foi uma condição prévia para a aquisição de outros capitais sociais.

A ascendência foi crucial no processo de elaboração do documento. Os elementos constitutivos da narrativa, visando à obtenção da salvaguarda de ambos, esclarecem a razão política concebida no discurso dos requerentes. O efeito da tradição se sobressai nas entrelinhas dos depoimentos, das entrevistas, do requerimento e, até mesmo, no Parecer Final. Vale lembrar que não era o caso de simplesmente enfatizar os mitos de origem descritos nas produções literárias de pesquisadores e memorialistas da cidade, nas quais os protagonistas apoiaram sua decisão de solicitar os registros e definir os objetivos que queriam alcançar com essa ação. Antes, tratava-se de incorporar, em seus discursos, novos elementos objetivamente já proclamados por esses autores, como inerentes à origem alemã.

Com o ato de registro, a possibilidade de os descendentes alcançarem a representatividade política almejada junto aos setores econômicos e políticos de Juiz de Fora se ampliava, pois, para além de se tornarem porta-vozes da comunidade, poderiam usufruir dos benefícios e incentivos dispostos na lei que amparava as cidades que apoiavam a preservação de seu patrimônio.

Portanto, o discurso de homenagem aos imigrantes, que permeia todo o requerimento, deve ser relativizado. Tanto o Pão Alemão quanto a Festa Alemã denotam a construção de uma representação cultural pautada em recortes temporais hábeis e informações bem definidas, visando a compor uma identidade forte e coesa: os imigrantes chegaram a Juiz de Fora e se firmaram

como os grandes responsáveis pelo desenvolvimento, pela industrialização e pela conseqüente expansão econômica da cidade. Além disso, a percepção de uma polifonia no requerimento não desqualifica e nem mesmo altera a unidade pretendida pelo documento. Por conseguinte, a tradição é o alicerce dessa representação, ao mesmo tempo em que entrelaça as ideias daqueles que, enquanto coletivo – instituição ou conselho – participam da ação de registro.

Em princípio, a análise pode parecer contraditória, uma vez que estão envolvidos indivíduos cujas distintas posições sociais poderiam influenciar nos julgamentos, movidos por interesses outros contrários àqueles que norteiam as intenções dos próprios protagonistas. Mas, pode-se concluir que todos estavam motivados por razões particulares, sejam elas políticas, econômicas, culturais, individuais ou coletivas. O ponto fundamental a ser destacado diante de todas as considerações já apresentadas é que o grupo de descendentes dispunha de uma tradição cultural ao seu alcance, ancorada no arcabouço teórico dos historiadores, dos memorialistas e no espaço de apoio e divulgação encontrado nos jornais. Esses elementos estavam todos à disposição dos requerentes, bastando apenas articulá-los e difundir-los na sociedade.

Dessa forma, o próximo capítulo analisa o requerimento de Registro da Festa Alemã. Como já visto anteriormente, as reflexões seguem a mesma linha de análise do Dossiê de Registro do Pão Alemão, sendo que os desdobramentos são diferentes, porquanto, apesar de o requerimento datar de 10 de julho de 2010, o registro não foi expedido até a presente data.

### **5.3.2 A proposta de Registro da Festa Alemã: o sentido da Festa**

O Projeto de Lei nº 12.621, de autoria do vereador José Tarcísio, foi publicado no **Diário Oficial Eletrônico** do Município, na seção Atos do Governo, em 10 de julho de 2012. Tal instrumento legal visava ao tombamento da Festa Alemã do bairro Borboleta como patrimônio cultural da cidade. No Projeto de Lei, o objetivo do vereador é claro: preservar e proteger a memória da comunidade do bairro, valorizando-a a partir de elementos culturais do período de colonização alemã na cidade. No Artigo 2º do referido projeto, o Poder Público é chamado a considerar o evento como formador da cultura

urbana de Juiz de Fora, tendo como expectativa garantir, por meio de incentivos, a sua proteção, transformando-o em patrimônio cultural de natureza imaterial. O propósito de tornar o evento um patrimônio se concretiza com a elaboração do Dossiê, que enumera, com base em vários depoimentos, os pontos importantes a serem considerados. Embora o documento<sup>148</sup> empregue o termo “tombamento”, faz-se necessário realizar uma retificação, pois essa designação, normalmente, refere-se a bens materiais. Ocorre que, em Juiz de Fora, a questão de salvaguarda do patrimônio histórico, de maneira mais efetiva, é muito recente, datando de finais do século XX, período no qual as ações de regulamentação do patrimônio da cidade não passavam de desdobramentos eventuais, consequência das manifestações de desagrado da sociedade, quando da demolição de algum imóvel de interesse histórico para a cidade. Se a questão do tombamento dos bens imóveis na cidade ganhou ênfase no final do século XX, o registro de bens imateriais continuou intangível durante alguns anos.

Vale retomar o fato já apontado no presente trabalho, que os setores políticos e culturais de Juiz de Fora não estavam empenhados em resolver as questões patrimoniais até o momento histórico da demolição da Capela Galeria de Arte, local onde, antes, funcionava o tradicional Colégio Stella Matutina. A ocorrência despertou, abruptamente, a consciência da comunidade para o valor cultural do patrimônio de Juiz de Fora.

Evidencia-se que o Dossiê elaborado para requerer o Registro da Festa Alemã ainda encontra-se em trâmite na Divisão de Patrimônio Cultural da Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage para análise e posterior avaliação do Conselho Municipal de Preservação do Patrimônio Cultural. Apesar de seu recebimento ter sido publicado na seção de Atos do Governo, do **Diário Oficial** do Município, em 10 de julho de 2012, até a conclusão desta tese não há informações sobre o andamento do processo<sup>149</sup>. Entretanto, o fato de o

---

<sup>148</sup> Atos do Governo, publicado em 11/07/2012: declara-se de utilidade pública, para fins de tombamento como patrimônio cultural da cidade, a Festa Alemã do bairro Borboleta. Projeto nº 062/2012.

<sup>149</sup> Na página 65 do Dossiê da Festa Alemã, Paulo Gawryszewski, diretor da DIPAC/FUNALFA, adianta ao requerente Vicente de Paulo Clemente que, apesar dos inúmeros pedidos de tombamentos e registros recebidos (80, segundo o diretor), a avaliação estava em andamento.

requerimento ainda se encontrar em processo de apreciação não compromete o objetivo e a conclusão da pesquisa, uma vez que seu interesse principal é analisar a argumentação que sustenta o pedido e a construção do Dossiê e não o resultado da petição.

Vicente de Paulo Clemente assina o requerimento de Registro da Festa Alemã. Ele é autor de dois livros sobre a imigração alemã em Juiz de Fora: o primeiro, **O bairro Borboleta e a Igreja São Vicente de Paulo: suas origens e sua história**, publicado em 1990; e o último, **Os alemães e a Borboleta**, datado de 2008. No requerimento do Dossiê, Clemente destaca as “meritórias razões<sup>150</sup>” que o levaram a argumentar em favor da relevância da Festa Alemã, e, após a apresentação da Festa Alemã, ele propõe o pedido de Registro, afirmando:

Conforme se pode aferir do histórico da nossa Festa Alemã, da Borboleta, em anexo, a mesma teve origem na confraternização da comunidade dos descendentes dos imigrantes alemães que sentiram necessidade de se expressarem culturalmente, evocando costumes, músicas, danças, artesanatos e a invejável culinária teuta que detinham, como até nossos dias detêm os homens, mulheres, jovens e crianças da região [...]<sup>151</sup>.

Percebe-se, nesse relato, a necessidade de afirmar a importância dessa festa como uma tradição de origem alemã, que deveria refletir a comunidade que veio para Juiz de Fora, nos diversos aspectos culturais dos imigrantes. A argumentação recorre a um discurso valorativo para legitimar o festejo como forma de celebrar uma identidade. Mas, para compreender a descrição que Clemente faz da Festa Alemã, é preciso ampliar a abordagem sobre o evento, localizando-o no tempo e no espaço, de forma a perceber o que os descendentes consideram ser o seu “verdadeiro” sentido social.

Ao longo das análises empreendidas sobre as narrativas dos descendentes, depara-se, continuamente, com a necessidade de afirmação de uma unidade de sentido. E, neste ponto, recorre-se a Verena Alberti (2004a), nas considerações que faz em sua obra intitulada **Ouvir contar: textos de história oral**. A autora aborda questões pertinentes à construção de

---

<sup>150</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007039. PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 61.

<sup>151</sup> Idem. Ibidem.

depoimentos, observando que o indivíduo seleciona e organiza suas vivências e experiências, atribuindo-lhes um determinado sentido. Também chama atenção para a necessária e constante atenção do historiador diante das narrativas, pois trata-se de versões articuladas de um passado, revisitado e editado.

A autora analisa os usos do passado, tendo em vista a concepção de uma memória a ser anunciada. O pressuposto ancorado em sua abordagem explica a ação de Vicente Clemente ao reconstruir uma memória da qual ele mesmo faz parte, por ser filho de imigrantes alemães, e ao apresentar suas impressões sobre essa história no Dossiê. Por meio de sua argumentação, Clemente autentica sua memória e a utiliza para fins do Registro do Dossiê e do êxito da ação.

Importa assinalar que a construção do Dossiê é uma ação palpável que pretende projetar a história da imigração como forma de atribuir o justo valor à identidade alemã, a partir de seu reconhecimento pela cidade. Através desse esforço, o grupo busca a integração social e disputa um espaço identitário. Segundo os relatos apresentados em livros de memórias escritos por alguns dos descendentes alemães, bem como em outras produções historiográficas produzidas na cidade, já citadas anteriormente, sua interação com a sociedade local foi comprometida por uma imagem negativa imputada aos alemães pelas duas Grandes Guerras Mundiais e pelos efeitos nocivos da projeção desse juízo sobre os imigrantes da cidade. Essa era uma das razões que motivava o grupo a reconstruir a identidade alemã, comprometida durante o período inicial da imigração pela aversão ao nazismo, dando lugar a uma nova imagem, pautada em qualidades encontradas nas tradições culturais e na coesão do grupo diante das adversidades enfrentadas durante aquele contexto. A desconstrução da figura do alemão como nazista, através da valorização de seu espírito comunitário, é uma ação intencional, que associa as recordações que os descendentes conservam da imigração à verdadeira história que querem ver valorizada, aceita e registrada oficialmente<sup>152</sup>.

---

<sup>152</sup> Essa justificativa pode ser encontrada na entrevista do Sr. Dirceu Scoralick, quando ele destaca que nem todo alemão é nazista. Sua entrevista está arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som – FUNALFA.

No segundo item do Dossiê, Clemente salienta que a *Deutsches Fest* traduz, igualmente, um sentido aglutinador, uma vez que possibilita o encontro entre os diversos grupos que vivenciam a celebração da comunidade alemã e partilham as tradições culturais expressas na manifestação da rua. Confirma, ainda, esses valores da festa ao destacar que ela recebe, entre seus frequentadores, pessoas de todo o Estado de Minas Gerais e de fora do país, querendo, com isso, ressaltar o *status* do evento. Acredita-se que Vicente Clemente esteja se referindo à visita do Cônsul Alemão a Juiz de Fora descrita a seguir:

No dia 10 de março cumprindo a programação da preparação do 6º CAAL- JF, foi recepcionado o Sr. Hans Kampik, Cônsul Honorário da Rep. Fed. da Alemanha - Belo Horizonte. Na sede da Associação Cultural Recreativa Brasil Alemanha presentes estavam os líderes da Comunidade do Bairro Borboleta, o Sr. Secretário de Turismo, Dr. Ricardo, Profª. Ilda representando a Funalfa, a Presidente da ACRBA Srª. Hilarina e toda sua diretoria, o Sr. Nilo e demais convidados. Após ser servido um almoço típico alemão, muito elogiado pelo Sr. Cônsul, deu-se sequência ao programa de sua visita, com uma reunião na sede da ACRBA, onde foi apresentado o projeto do 6º Encontro das Comunidades Alemãs da América Latina – 6º CAAL (ACRBA, [s. d.])<sup>153</sup>.

A valorização da Festa Alemã como propulsora do turismo na cidade também possibilita a organização desse passado com uma finalidade previamente determinada. Nesse sentido, a ação de patrimonialização revela, em suas entrelinhas, outros interesses por trás dos recortes de lembranças do passado. Essa afirmativa pode ser verificada na seguinte citação:

A Festa Alemã conta atualmente com 14 edições ininterruptas, sempre terminando ou começando no feriado de 7 de setembro. A Festa cresceu e rompeu os limites do bairro, passando a fazer parte do calendário turístico de nossa cidade, sendo o maior evento do mês de setembro, conforme mostra a *Home Page* da Prefeitura de Juiz de Fora ([www.pjf.mg.gov.br](http://www.pjf.mg.gov.br)). Através da lei 10744/2004, de autoria do vereador Rogério Ghedin, a entidade recebeu em 28 de maio de

---

<sup>153</sup> ACRBA. **Cônsul alemão visita o bairro Borboleta**. Disponível em: <[http://www.culturalmajf.com.br/?acrba=vi\\_enc\\_com\\_alemas/encontro\\_visita\\_consul\\_alemao](http://www.culturalmajf.com.br/?acrba=vi_enc_com_alemas/encontro_visita_consul_alemao)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

2004, o título de Utilidade Pública Municipal, pela Câmara de Vereadores de Juiz de Fora (ACRBA, [s. d.])<sup>154</sup>.

Entende-se que esses dados, extraídos das páginas da Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha, são relevantes no sentido de acompanhar as análises relativas ao Registro da *Deutsches Fest* como patrimônio imaterial de Juiz de Fora. Seguindo a mesma lógica de valoração, o histórico da festa salienta que o evento acontece próximo ao “maior feriado do Brasil”<sup>155</sup>, podendo ser realizado antes, durante, ou concomitantemente ao dia 7 de setembro. Mais uma vez, a legitimação da celebração da Festa Alemã ganha vulto, pois a sua realização se soma às comemorações do Dia da Independência do Brasil. Portanto, somente a data da festa em si diz muito a respeito da ação de Registro desses bens na condição de Patrimônios Imateriais de Juiz de Fora. A ocasião confere à Festa Alemã maior apelo integrador, maior importância, pois a celebração da identidade alemã se soma à comemoração da Independência do Brasil.

Nesse sentido, a integração não se daria somente no espaço físico e público onde a Festa Alemã se desenrola, mas, antes, pela aproximação cronológica com um marco reverenciado da História oficial do Brasil. A sobreposição dos dois eventos contribui, por conseguinte, para reforçar a autoridade da narrativa, conferindo a ela, mais uma vez, um sentido simbólico: a celebração conjunta das identidades brasileira e alemã.

Prosseguindo com as análises, passa-se ao quarto item do Dossiê, que justifica o Registro da Festa Alemã como patrimônio cultural de Juiz de Fora. Vicente Clemente relata que, no período inicial da realização da Festa, na década de 1960, ainda sob o formato de um Festival de Chope, as apresentações culturais aconteciam na carroceria aberta de um caminhão estacionado no adro da Igreja São Vicente de Paulo. Tal fato demonstra a simplicidade do evento. O requerente, contudo, destaca que, a partir da terceira Festa Alemã, em 1975, os organizadores já contavam com um palco montado,

---

<sup>154</sup> ACRBA. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.culturalemajf.com.br/?acrba=historico>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

<sup>155</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo 007039, PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 61.

exclusivamente, para as apresentações, denotando o progresso na organização do evento.

Clemente continua desenvolvendo seu argumento no Dossiê, descrevendo as danças folclóricas que eram apresentadas no evento. Salienta que, ao longo dos anos, a *Deutsches Fest* foi se transformando e revitalizando, recebendo patrocínio da Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, passando a recepcionar grupos folclóricos representantes de outras regiões do país, e atraindo, cada vez mais, o seu público frequentador. Sobre o formato do palco e das comemorações, Vicente Clemente observa que a Festa Alemã tem, na sua abertura, o momento culminante, quando são hasteadas as bandeiras do Brasil, da Alemanha e de Juiz de Fora “aos acordes dos hinos respectivos”, e diante da presença de diversas autoridades, conforme o texto do Dossiê<sup>156</sup>. Conclui o requerimento pedindo que, por “justiça”, a *Deutsches Fest* seja registrada como bem imaterial do município, pelos motivos expostos e justificados no documento.

#### 5.4 DE INVENÇÃO À TRADIÇÃO

A Festa Alemã é uma tradição na cidade. Recebendo ou não a salvaguarda do município, já faz parte do calendário de eventos da cidade, obtendo o reconhecimento da sociedade local. A cada ano, a *Deutsches Fest* é renovada e ampliada dentro de seus próprios limites: ampliaram-se o número de barracas, os grupos de danças, a oferta de alimentos, de cervejas e chope. Toda essa reorganização faz parte das novas estratégias que visam não só atrair mais público para o evento, como também comunicar à cidade as tradições alemãs, que podem ali serem vivenciadas por meio da música, da dança, da comida e bebida típicas.

Importa assinalar, nesta pesquisa, que na Festa Alemã do ano de 2015, foram comercializadas cervejas artesanais, produzidas pela Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha. Segundo dados presentes no *site G1*, em matéria publicada em 11 de setembro de 2015: “Festa em Juiz de Fora tem

---

<sup>156</sup> Dossiê da Festa Alemã. Processo nº 007.039. PJF/ FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 61.

cerveja alemã produzida na cidade”, a cerveja é produzida segundo a Lei de Pureza de 1516. A associação mostra, na reportagem, um certificado de qualidade datado de 1916, para quem quer produzir a cerveja tipicamente alemã. O certificado veio da Alemanha<sup>157</sup>. O artigo publicado também informa sobre o pioneirismo da cidade na produção e na venda da cerveja, pois, segundo a reportagem, Juiz de Fora foi a primeira cidade de Minas Gerais a produzir e comercializar cerveja. Além disso, é destacada a importância das cervejarias da cidade, que eram 9 (nove), no final do século XIX, e que consistiam em importantes espaços de sociabilidade para a sociedade local, com seus parques, circos, jogos, teatros, entre outros<sup>158</sup>.

Destaca-se que outras ações foram somadas à celebração da Festa Alemã como exposições e eventos: “Museu vai à Escola”, apresentando a exposição “Imagens da Cidade”, no bairro Borboleta, e integrando a programação preparada pelo Museu Mariano Procópio para o período da festa. Essa exposição representaria um tipo de programação educativa e cultural organizada pelo Museu Mariano Procópio, especialmente, para o período da 21ª *Deutsches Fest*.

Além da exposição, a Festa Alemã recebeu, em 2015, outra mostra: “União e Indústria: uma estrada para o futuro”. Essa exposição é marcada por gravuras, fotos, quadros e plantas da estrutura da estrada construída por Mariano Procópio, podendo ser visitada por toda a cidade até o final do mês de setembro do corrente ano, na sede Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha, localizada no bairro Borboleta<sup>159</sup>.

As referências apresentadas mostram como, ao longo do tempo, a Festa Alemã cresceu e dinamizou seu espaço com vários eventos em torno de sua celebração. Diante do exposto, fica evidente sua importância para a

---

<sup>157</sup> Site G1, 11/09/2015. **Festa em Juiz de Fora tem cerveja alemã produzida na cidade**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/festa-em-juiz-de-fora-tem-cerveja-alema-produzida-na-cidade>>. Acesso em: 13 set. 2015.

<sup>158</sup> Site G1, 11/09/2015. **Festa em Juiz de Fora tem cerveja alemã produzida na cidade**. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/festa-em-juiz-de-fora-tem-cerveja-alema-produzida-na-cidade>>. Acesso em: 13 set. 2015.

<sup>159</sup> Site da Prefeitura de Juiz de Fora. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/noticias/view.php?modo=link2&idnoticia2=51177>>. Acesso em: 13 set. 2015.

comunidade de descendentes como representação da identidade pretendida, e, para a cidade, o evento possibilitou, por meio da variedade de eventos, a atração de um público maior, interessado em visitar para conhecer e se divertir com as múltiplas possibilidades que o evento oportuniza.

A Festa Alemã, que teve sua origem inventada no momento de necessidade do bairro Borboleta, tornou-se, efetivamente, uma tradição na cidade, envolvendo diversos setores que se uniram em torno do evento, tais como o Museu Mariano Procópio, a Prefeitura, a escola do bairro e a Igreja onde a abertura é realizada. Atualmente, a Festa Alemã de Juiz de Fora tem a duração de uma semana, sendo que as exposições estão abertas à visitação durante todo o tempo, enquanto que a celebração da festa propriamente dita fica restrita aos finais de semana. Na abertura, conforme a tradição, foi realizado um culto ecumênico, nos moldes das primeiras edições, ainda como Festival de Chope.

## 6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste estudo, foram analisadas as questões relativas ao Patrimônio Histórico Cultural e o Turismo em Juiz de Fora, Minas Gerais. O foco central das análises foram os Dossiês para fins de Registro do Pão Alemão e da Festa Alemã como Bens culturais de natureza Imaterial. Foram apresentadas ao leitor questões pertinentes ao patrimônio da cidade que, pelo que se avalia, ainda merecem atenção.

Sobre a *Deutsches Fest*, a análise se pautou em relativizar sua origem como sendo uma tradição trazida da Alemanha e abordá-la como uma tradição inventada para remediar alguns problemas de infraestrutura do bairro Borboleta. O Pão Alemão foi abordado como sendo um símbolo da comunidade por ser uma tradição repetida, através das peculiaridades de sua receita que, ao longo do tempo, foi sofrendo as transformações necessárias às adaptações culinárias, e a mais significativa foi a substituição do *lúpulos* pelo fermento industrializado.

Mas a questão proposta pela pesquisa foi analisar o papel dos protagonistas e sua participação em todo esse processo: desde a primeira festa até o momento da apresentação dos Dossiês para apreciação do Poder Público. Interessou-nos demonstrar que esses homens tiveram seus movimentos direcionados pelo desejo de criar uma representação seletiva do passado. Um passado que não é aquele do indivíduo somente, mas de um indivíduo inserido em um contexto, família ou grupo social. Nesse sentido, é certo que suas ações eram caracterizadas pelo anseio de defenderem os interesses do grupo do qual fazem parte, sendo porta-vozes dessa memória, fazendo com que fosse reconhecida pela cidade.

Nesse ponto, apoia-se em Hobsbawm (2008b). O autor evidencia que o passado pode ser revisitado, sempre que necessário, com o objetivo de dar novos sentidos às antigas tradições. Em momentos de transformações sociais ou mesmo em momentos de crise, pode-se lançar mão de antigas tradições como forma de ressignificar ou fortalecer uma identidade.

Os símbolos revisitados teriam a função de formatar uma nova representação, não era o passado que se estabeleceria. A ação de retificar o passado em algo novo define outras funções a ele vinculadas, porém, com formas distintas daquelas que detinham a tradição. Essa prática transmuta-se em representações estanques de outros tempos, além de serem passíveis de escolhas e recortes (HOBSBAWN; RANGER, 2008a).

A função desse passado seria de continuidade e, ao mesmo tempo, confirmaria o poder da representatividade dos protagonistas, confirmados pela comunidade da qual faziam parte. Entendendo que comunidade, nesta pesquisa, não se restringe apenas ao pertencimento ao bairro Borboleta, mas antes, à comunidade de descendentes da imigração alemã.

Ainda segundo Hobsbawm (2008b), as tradições inventadas são portadoras de um sentido e simbolizam a coesão de determinados grupos sociais, podendo transmitir, comunicar e identificar funções de representatividade. Sendo assim, podem legitimar o *status* e a liderança daqueles que a representam. O caso a ser destacado aqui é que o recorte e as escolhas realizados pelos protagonistas da história da Festa Alemã e do Pão Alemão, contada nas páginas dos Dossiês e nos livros de memórias sobre a imigração, são escolhas e memórias selecionadas por esses indivíduos para serem comunicadas, popularizadas, descritas como a memória que se desejava preservar (HOBSBAWN; RANGER, 2008a). Portanto, se essas memórias são reconhecidas pela comunidade, os protagonistas não apenas são representantes da comunidade, referências dessa tradição, mas também conquistaram autoridade para representá-la, politicamente, por meio de suas ações junto ao Poder Público local, defendendo os interesses da mesma.

A escolha dos Dossiês foi o ponto de partida para as reflexões aqui elencadas, e, a partir deles, iniciou-se a análise de sua construção. Em sua composição, deparamos com a justificativa dos proponentes e dos avaliadores ao perceberem a memória requerida por suas características meritórias. Dessa forma, a salvaguarda seria concedida em forma de homenagem aos imigrantes, por serem os responsáveis pelo desenvolvimento e industrialização de Juiz de Fora.

Não existe a intenção de desmerecer o discurso de homenagem, mas sim de relativizá-lo diante das informações encontradas nas fontes que ampararam as pesquisas efetuadas. É fato que, após se verificar a legislação municipal, apontando para a criação do DAT, e a legislação federal, informando sobre a criação da EMBRATUR, nossa curiosidade aumentou.

Outro fator que chamou atenção no sentido de desconstruir o discurso amparado apenas no desejo de homenagear os imigrantes alemães foi a presença de Itamar Franco junto aos organizadores da Festa Alemã, ilustrada em registro feito no primeiro evento<sup>160</sup>. Todos esses fatos, em conjunto, convergem para a hipótese levantada por este estudo, ou seja, a de perceber, nessas ações, questões mais amplas que vão além do discurso de homenagem.

Desconstruir esse discurso é também reconhecer que, nesse contexto, uma dinâmica de desenvolvimento estava em evidência em Juiz de Fora e que os protagonistas da Festa Alemã, pela proximidade com Itamar, então prefeito, tinham conhecimento desse movimento. Não fosse só por isso, também ficou claro na tese que, naquele momento, membros do DAT integravam a diretoria do Grêmio Teuto-Brasileiro, valendo recordá-los: o Sr. Miguel Gomide – jornalista na cidade e membro do Departamento Autônomo de Turismo (DAT); o Sr. José Cesário – diretor do DAT; e Itamar Franco, como membro da diretoria do Teuto. Por conseguinte, encontra-se, durante os levantamentos realizados, a presença política nos diversos âmbitos da construção da Festa Alemã do bairro Borboleta. De um lado, os protagonistas criando uma comemoração que celebrasse sua identidade; de outro, Itamar Franco e uma legislação que favorecia a realização dos eventos da cidade.

A construção da *Deutsches Fest* foi amparada na produção dos historiadores e memorialistas da cidade. Buscou-se encontrá-la em diversos momentos: nas visitas de Dom Pedro II ao amigo Mariano Procópio Ferreira Lage; nas quermesses realizadas na Colônia Agrícola Dom Pedro II; e, mesmo nas festas realizadas no Curato da Glória, onde os imigrantes alemães, logo que chegaram, construíram uma capela com auxílio de Mariano.

---

<sup>160</sup> Ver Figura 4.

Acompanhando o desenvolvimeto da cidade, foi possível perceber que a Festa Alemã se reorganizou nos anos de 1990. Nesse período, verifica-se que o turismo de eventos estava em crescimento na cidade e que recursos do ICMS estavam sendo repassados aos municípios que comprovassem o cuidado com seu patrimônio.

O uso do passado podia ser organizado, nesse contexto, para ser oferecido ao consumo da cidade, pois:

A atração do passado como continuidade e tradição, como “nossos antepassados”, é forte. Mesmo o padrão do turismo presta testemunho disso. Nossa simpatia espontânea pelo sentimento não deve, porém, nos levar a negligenciar a dificuldade de descobrir por que isso deve ser assim (HOBBSAWM, 2006, p. 33).

Chama a atenção os usos do passado pelo setor de turismo. Alguns artigos foram citados no decorrer deste estudo, a respeito desse “turistificar”. Portanto, conclui-se que o mercado, nos anos de 1990, estava aberto para essa prática. Na verdade, as ações de valorização da cultura local como fator de desenvolvimento foram amplamente estimuladas, e as ações dos protagonistas aqui elencados estavam de acordo com a legislação: eles souberam usar o passado sedimentando uma memória. Isso é verdade, visto que, no corrente ano, estão em primeiro lugar na lista dos projetos pré-selecionados pela Prefeitura de Juiz de Fora para receber apoio financeiro.

Por tudo isso, acredita-se que as ações empreendidas pelos descendentes da imigração alemã foram orientadas por um movimento maior que eles intencionavam acompanhar. Ficou claro que, a partir da criação da Festa Alemã, da valorização da tradição veiculada no modo de se fazer o Pão Alemão e das práticas de patrimonialização, foi possível buscar o espaço por eles pretendido dentro dos âmbitos econômico e político da cidade.

É possível perceber que o reconhecimento da representação política desses protagonistas, entendida aqui como ação de fortalecer e defender a identidade do grupo a partir de símbolos que os identificavam à nacionalidade alemã, foi sedimentada ao longo do tempo. Vale destacar, nesta conclusão, que esse grupo de indivíduos é descendente direto dos imigrantes que chegaram à cidade, em meados do século XIX. Alguns dos descendentes

foram escolhidos a partir de seu comprometimento com as Associações Teuto-Brasileiras em que atuam, hoje, em Juiz de Fora, ou por fazerem parte, de alguma forma, da criação e continuidade da Festa Alemã. São eles: Roberto Dilly, Vicente Clemente, Dirceu Scoralick e Luiz Caixeiro Stephan. Alguns deles deixaram suas memórias em livros de autoria própria e publicados na cidade, ou ainda, em entrevistas arquivadas e preservadas pela Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage.

Os temas abordados nos livros e nas entrevistas referem-se às versões dos autores e suas percepções dos eventos elencados, entre eles: as festas, as danças, os relatos de viagem dos imigrantes, as receitas e a vida em Juiz de Fora<sup>161</sup>.

Roberto Dilly<sup>162</sup> é formado em Teologia, membro efetivo do Instituto Histórico Geográfico de Juiz de Fora há 36 anos, Diretor do Museu do Crédito Real, Presidente do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly. Além de poeta e escritor, é um apaixonado pela pintura e pela História, atuando, na cidade de Juiz de Fora, na preservação e no resgate da História. Dilly é membro da Academia Juiz-forana de Letras e da Associação de Cultura Luso-Brasileira. Nascido na cidade de Santos Dumont, em Minas Gerais, filho de Geraldo Maria Dilly e Lêda Maria Queiroz Dilly, Roberto chegou a Juiz de Fora com dois meses de idade e nunca mais se mudou. Descendente de alemães por parte de mãe e pai, seu tetravô chegou a Juiz de Fora em 1858, contratado por Mariano Procópio, para trabalhar na Colônia Agrícola Dom Pedro II.

Luiz Antônio Caixeiro Stephan escreveu suas memórias no livro **Chucrute, danças, chope e determinação**, lançado em 2011. Stephan nasceu em Juiz de Fora e atuou, na cidade, em diversas Associações, a saber: foi Presidente e Diretor da Associação Comercial de Juiz de Fora, Presidente e Diretor da Associação Comercial de Juiz de Fora, Presidente e Diretor da

---

<sup>161</sup> As entrevistas de Roberto Dilly, Dirceu Scoralick e Vicente Clemente estão arquivadas na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som. FUNALFA. Luiz Antônio Caixeiro Stephan é citado entre os depoentes por ter suas memórias escritas no livro de sua autoria: **Chucrute, danças, chope e determinação**, lançado em 2011. Entretanto, destaca-se que, até o presente momento, ou seja, o de finalização desta tese, Vicente Clemente não havia assinado a carta de cessão de seu depoimento e, por esse motivo, utilizamos apenas as informações presentes em seus livros.

<sup>162</sup> Entrevista arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som. FUNALFA.

Federação do Comércio de Minas Gerais, Diretor Geral do Instituto Cultural Friederich Von Shiller, Diretor do Centro Folclórico Teuto-Brasileiro e Diretor da Associação Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha.

Seu livro é formado por capítulos que versam sobre a Alemanha, sobre os locais de origem dos imigrantes, sobre as festas, os hábitos e a cultura alemã. Traz receitas de pratos típicos e, ainda, um capítulo específico ressaltando os alemães que se destacaram em Juiz de Fora. Luiz Caixeiro Stephan, como descendente de imigrantes dos alemães que chegaram a Juiz de Fora, em meados do século XIX, faz parte do grupo de descendentes que, a partir de uma rede de memórias, estabeleceram, entre si, um forte vínculo, que os identificam e unificam como parte de uma comunidade.

A família de Stephan tem sua origem em Mudau, região localizada a 537 km do Porto de Hamburgo, de onde partiram para o Brasil, em 21 de maio de 1858, na barca *Gessner*. O contrato para a viagem foi assinado por Carl Stephan, aos 30 anos de idade e, com ele, vieram Francisca Stephan com 24 anos, Berta Stephan com 22 anos e Maria Stephan com 9 meses de idade. Outros imigrantes são citados junto à família Stephan, mas o autor não soube definir qual era o grau de parentesco entre eles e sua família<sup>163</sup>.

Dirceu Scoralick<sup>164</sup> nasceu em Juiz de Fora, em 7 de julho de 1931, na rua Bernardo Mascarenhas, que, segundo o depoente, “era reduto da colônia alemã na cidade”. O local onde nasceu era conhecido, antigamente, como Villagem (vila de operários alemães que trabalhavam na Cia. União e Indústria). Seu pai era mecânico e tinha esse conhecimento passado pelas gerações de sua família, composta por um grupo de mecânicos que vieram da Alemanha para trabalhar em Juiz de Fora, em 1858.

Atualmente, Dirceu Scoralick mora no bairro Borboleta e ali mantém sua residência, desde 1958, quando se casou com sua esposa Célia (moradora do bairro). Todavia, Dirceu ressalta que frequentava o bairro Borboleta desde a infância, pois sua tia, entre outros familiares, morava lá. E por esse fato, ainda quando ele era pequeno, participava das festas realizadas pela Igreja do bairro

---

<sup>163</sup> STEPHAN, Luiz Antônio Caixeiro. **Chucrute, danças, chope e determinação**. Juiz de Fora: Editado pelo autor, em 2011. p.66.

<sup>164</sup> Entrevista arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som – FUNALFA.

e, nelas, o depoente encontra as origens da *Deutsches Fest* atual criada, em sua casa, em 1967.

Scoralick conta que quem andava pelo bairro Borboleta lembra que o local era pequeno. Podia-se deparar com alguns bangalôs construídos com tijolos aparentes, “meio mineiro meio colonial” e, que, até a década de 1930, não havia calçamento, iluminação e nem mesmo água. Ele próprio, quando começou a participar mais ativamente da Sociedade Pró-Melhoramentos, conseguiu, junto com os moradores, levar a infraestrutura necessária à melhoria do bairro.

Por fim, apresenta-se o último protagonista da Festa Alemã de Juiz de Fora, Vicente de Paulo Clemente, ou Clemens, porque, segundo o depoente, seu sobrenome, bem como o de muitas outras famílias de imigrantes alemães, foram “abrasileirados”. Vicente Clemente relata, em sua entrevista, que, ao chegarem ao Brasil e, ao se apresentarem, ou mesmo no momento de batizar as crianças, as pessoas que não entendiam o sobrenome das famílias dos imigrantes alemães, mas que eram responsáveis por recebê-los, ou no caso, batizá-los, escreviam o nome da criança ou dos outros indivíduos, como haviam entendido, a partir da pronúncia. E de Clemens passou a Clemente.

Vicente de Paulo Clemente nasceu em Juiz de Fora, no dia 21 de novembro de 1945. Sua contribuição para a preservação da memória de seus antepassados está descrita em dois livros: **O bairro Borboleta e a Igreja de São Vicente de Paulo**: suas origens e sua história, publicado em 1990, e **Os alemães e a Borboleta**, publicado em 2008.

O livro **Os alemães e a Borboleta** é, em conjunto, composto por um breve histórico do bairro Borboleta, por anedotas envolvendo alemães e sobre os caminhos da imigração e da invenção da *Deutsches Fest*. Mas, ao final da obra, há um minucioso trabalho de levantamento de dados realizados no Porto de Hamburgo, por um alemão, que, segundo o autor, chama-se Manfred Lewalter – engenheiro químico, casado com uma brasileira, e reside na cidade de Bringen-dromersheim, na Alemanha. Apesar de não haver nota explicativa sobre o trabalho de pesquisa realizado no Porto de Hamburgo, muitos dos dados encontrados nos quadros descritos são citados nos depoimentos e,

quando cruzados com outras fontes – como no caso o levantamento realizado por Stehling –, encontram-se correlacionados aos mesmos.

Sobre as famílias alemãs, ressalta-se que a família Scoralick veio no navio *Tell* com destino para o Rio de Janeiro e cuja lista de passageiros data de 5 de abril de 1858. Eram, em conjunto, 16 pessoas: 5 homens, 6 mulheres e 5 crianças. Ao analisarmos a configuração da tabela, segundo um critério baseado no sexo, na idade, bem como na disposição do nome do passageiro na lista, concluímos que assinaram o contrato com a Companhia União e Indústria: Anton Scoralick (26 anos), Nicolaus Scoralick (50 anos) e Johann Scoralick (35 anos) – todos da região de Hessen-Darmstadt, na Alemanha.

A família Dilly, também de origem em Hessen-Darmstadt, veio em 17 de maio de 1858, no navio *Gessner*, com destino ao Rio de Janeiro. Eram, no total, 7 pessoas: 5 homens e 2 (duas) mulheres. Segundo o critério descrito anteriormente, conclui-se que quem assina o contrato é Conrad Dilly. A família Stephan, da região de Mudau, no Estado de Baden, partiu na mesma data e veio no mesmo navio. Carl Stephan, com 30 anos, assina o contrato com a Cia. União e Indústria e, com ele, partem, da Alemanha, 3 mulheres: Franzisca (24 anos), Bertha (22 anos) e Maria (um bebê de 3 a 4 meses).

Os Clemens viajaram para o Brasil no navio *Osnabruck*, em 4 de junho de 1858. Eram 11 familiares, divididos entre 3 homens, 2 (duas) mulheres e 6 crianças. O responsável pela família assinou o contrato com a Cia. Johannes Clemens, cuja família se originava da região de Blodesheim, em Hessem, Alemanha.

Os dados relativos à profissão caracterizam somente o assinante do contrato com a Cia. União e Indústria, e, nesse sentido, identificam todos os que estão sob sua responsabilidade. A família Scoralick é formada por agricultores. Os Dilly vêm como *ackerbauer*, ou seja, lavradores, em alemão. Os Clemens e os Stephan apresentam-se como *steinklopper*, ou seja, canteiro.

Conclui-se, portanto, que as ações desses homens, mais do que uma simples homenagem àqueles que representam por ascendência, refletem uma estratégia que visa a veicular códigos e práticas sociais por meio dos símbolos comemorados. E, antes de caracterizarem uma iniciativa individual expressa pela representação do grupo de descendentes, acabou por promover o

fortalecimento de uma identidade e o intercâmbio cultural entre os vários atores sociais que participam da Festa Alemã de Juiz de Fora, hoje, uma tradição da cidade.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

### LIVROS

ALBERTI, Verena. Literatura e autobiografia: a questão do sujeito na narrativa. **Revista Estudos Históricos**. Rio de Janeiro, v. 4, n. 7, p. 66-81, 1991.

\_\_\_\_\_. **Ouvir contar**: textos em história oral. Rio de Janeiro: FGV, 2004a.

\_\_\_\_\_. **Manual de história oral**. 2. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004b.

\_\_\_\_\_. Tradição oral e história oral: proximidades e fronteiras. In: VII ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL. 18 a 21 de maio 2004. (Palestra proferida). Goiânia, 2004c.

\_\_\_\_\_. De 'versão' a 'narrativa' o Manual de história oral. In: XI ENCONTRO NACIONAL DE HISTÓRIA ORAL "MEMÓRIA, DEMOCRACIA E JUSTIÇA". 10 – 13 de julho 2012. (Trabalho apresentado). **Anais....** Rio de Janeiro: Universidade Federal do Rio de Janeiro, IFCS/Instituto de História, 2012.

ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. v. 2.

\_\_\_\_\_; RENAUX, Maria Luiza. Caras e modos dos migrantes imigrantes. In: ALENCASTRO, Luiz Felipe de (Org.). **História da vida privada no Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1997. p. 291-335. v. 2.

ALMEIDA, Eduardo Simões; MARANDUBA JÚNIOR, Noé Gonçalves. Análise de convergência espacial dos repasses da Lei Robin Hood. 2007/2008. **Revista Economia e Sociedade**, Campinas, v. 18, n. 3, p. 538-601, dez. 2009.

ALMEIDA, Ludmila Savry. Sírios e libaneses: redes familiares e negócios. In: BORGES, Célia Maia (Org.). **Solidariedades e conflitos**: história de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. p. 183-219.

ALVIM, Zuleica. Imigrantes: a vida privada dos pobres do campo. In: NOVAIS, Fernando A.; SEVCENKO, Nicolau. **História da vida privada do Brasil**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998. v. 3, p. 215-286.

ARANTES, Luiz Antônio Valle. Caminhos incertos, conflitos religiosos, empreendimentos: a trajetória dos alemães na cidade. In: BORGES, Célia Maia (Org.). **Solidariedades e conflitos**: histórias de vida e trajetórias de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.

ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Mestres e Conselheiros**: Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IEDS, 2009.

AZEVEDO, Nilo Lima de; JABOUR JÚNIOR, Wilson Coury. **Reflexões e olhares**: o patrimônio cultural de Juiz de Fora. Juiz de Fora: FUNALFA, 2012.

BAHL, Miguel. Imigração como potencialidade turística. **Turismo em Análise**, v. 5, n. 2. São Paulo, 1994. Disponível em: <<http://www.revistas.usp.br/rta/article/view/63155/65945>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

BAKHTIN, Mikhail. **A cultura popular na Idade Média e no Renascimento**: o contexto de François Rabelais. São Paulo: Hucitec/ UNB, 1987.

BARRETTO, Margarita. **Manual de Iniciação ao Estudo do Turismo**. Campinas, SP: Papirus, 1995. (Coleção Turismo).

BASTOS, Wilson de Lima. **Mariano Procópio Ferreira Lage**: sua vida, sua obra, descendência, genealogia. Juiz de Fora: Paraibuna, 1991.

BEIGUELMAN, Paula. **A crise do escravismo e a grande imigração**. 4. ed. São Paulo: Brasiliense, 1987.

BORGES, Célia Maia (Org.). **Solidariedade e conflito**: história de vida e trajetórias familiares de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.

BOURDIEU, Pierre. **Poder simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1989.

BOURDIEU, Pierre. **Questão de Sociologia**. Lisboa: Fim de Século, 2003.

\_\_\_\_\_. **Razões práticas**: sobre a teoria da ação. Campinas, SP: Papiros, 2011.

CAMPOS, Yussef Daibert Salomão. A imaterialidade do patrimônio cultural e a Lei Robin Hood: a inserção da categoria imaterial do patrimônio como pontuação para o repasse de ICMS cultural em Minas Gerais. **Revista CPC**, São Paulo, n. 11, p. 87-102, nov. 2010/abr. 2011.

\_\_\_\_\_. **Percepção do intangível**: entre genealogias e apropriações do patrimônio cultural imaterial. Belo Horizonte: Arraes, 2013.

\_\_\_\_\_. **Proposições para o patrimônio cultural**. Juiz de Fora: Editar Editora Associada 2014.

CAMURÇA, Marcelo Ayres; PEREIRA, Mabel Salgado (Org.). **Festa e religião**: imaginário e sociedade. Juiz de Fora: Templo, 2003.

CARDOSO, Ciro Flamarion; VAINFAS, Ronaldo (Org.). **Domínios da história**: ensaios de teoria e metodologia. Rio de Janeiro: Campos, 1997.

CARNEIRO, H. S. Comida e sociedade: significados sociais na história da alimentação. *História. Questões & Debates*, Curitiba, n. 42, p. 71-80, 2005.

CASTRO, Nilton Barbosa de. Juiz de Fora – Petrópolis: Estrada União Indústria, Colonização e Integração. In: 150 ANOS DE COLONIZAÇÃO ALEMÃ EM PETRÓPOLIS. **Anais...** Colóquio e Artigos publicados sobre a Imperial Colônia de Petrópolis. Petrópolis: IHP / UCP, 1995.

CHARTIER, Roger. **A história cultural**: entre práticas e representações. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1990.

CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Estação Liberdade: Editora da UNESP, 2006.

CHUVA, Márcia. História e patrimônio: entre o risco e o traço, a trama. **Revista do Patrimônio**, n. 34, Brasília (DF), IPHAN, p. 11-24, 2012a.

CHUVA, Márcia. Por uma história da noção de patrimônio cultural no Brasil. **Revista do Patrimônio**, n. 34, Brasília (DF), IPHAN, p. 147-165, 2012b.

CLEMENTE, Vicente de Paulo (Ed.). **O bairro Borboleta e a Igreja de São Vicente de Paulo**: suas origens e sua história. **Juiz de Fora**: [s.n.], 1990.

\_\_\_\_\_. **Os alemães e a Borboleta**. Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2008.

COLI, Jorge. Materialidade e imaterialidade. **Revista do Patrimônio**, n. 34, Brasília (DF), IPHAN, p. 67-77, 2012.

CORDEIRO, Ana L. Meyer. Nossa Senhora da Conceição: entre o rural e o urbano na Festa de Ibitipoca. In: PEREIRA, Mabel Salgado; CAMURÇA, Marcelo Ayres (Org.). **Festa e religião**: imaginário e sociedade em Minas Gerais. Juiz de Fora: Templo, 2003. p. 41-55.

CHRISTO, Maraliz de Castro Vieira. **A “Europa dos pobres”**: Juiz de Fora na *belle-époque* mineira. Juiz de Fora: EDUFJF, 1994.

\_\_\_\_\_. Trabalho, enriquecimento e exclusão: italianos em Juiz de Fora. In: BORGES, Célia Maia (Org.). **Solidariedades e conflitos**: história de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. p. 127-176.

CRUZ, Rita de Cássia. **Política de turismo e território**. São Paulo: Contexto, 2000. (Coleção Turismo).

CUNHA, Maria Clementina Pereira (Org.). **Carnavais e outras f(r)estas**: ensaios de História Social da Cultura. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2002.

DELGADO, Ignácio José Godinho; OLIVEIRA, Mônica Ribeiro (Org.). Juiz de Fora: história, texto e imagem. FUNALFA, 2004.

DELGADO, Lucília de Almeida Neves. **História oral**: memória, tempo, identidades. Belo Horizonte: Autêntica, 2006.

DOSSE, François. Os três mastros entre dois recifes: a história entre a vigilância e a ficção. In: FERREIRA, Marieta de Moraes. **Memória e identidade nacional**. Rio de Janeiro: Editora da Fundação Getúlio Vargas, 2000. p. 15-30.

DUARTE, Antônio Carlos. **Arquitetura Art Déco – Juiz de Fora**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2013.

ESTEVES, Albino. **Álbum do município de Juiz de Fora**. 3. ed. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000.

\_\_\_\_\_. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Editora da USP, Imprensa Oficial do Estado, 2002.

FERENZINI, Valéria Leão. **A “questão São Roque”**: devoção e conflito – imigrantes italianos e Igreja Católica em Juiz de Fora (1902-1920). São Paulo: Annablume, 2010.

\_\_\_\_\_. A Festa de São Roque: imigração italiana e identidade étnica. In: PEREIRA, Mabel Salgado; CAMURÇA; Marcelo Ayres (Org.). **Festa e religião**: imaginário e sociedade em Minas Gerais. Juiz de Fora: Templo, 2003. p. 88-106.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Dicionário Aurélio**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1989.

FERREIRA, Jorge; GOMES, Ângela de Castro. **1964**: o golpe que derrubou um presidente, pôs fim ao regime democrático e instituiu a ditadura no Brasil. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA, Marieta de Moraes; FERNANDES, Tânia M. Dias; ALBERTI, Verena (Org.). **História oral**: desafios para o século XXI. Rio de Janeiro: Editora da Fiocruz/FGV, 2000.

\_\_\_\_\_; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1996.

FERRERAS, Noberto O. Imigrantes, criollos e a alimentação porteña. Buenos Aires, final do século XIX e início do século XX. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 97-115, jan./jun. 2004.

FICO, Carlos. **O Golpe de 1964**: momentos decisivos. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2014.

FIGUEIREDO, Lodônio Di. **Paisagem urbana**: aspecto arquitetônico. Juiz de Fora: FUNALFA, 2012.

FRANCK, Nilo Sérgio. “História das Festas Alemãs realizadas no bairro Borboleta”. In: **Dossiê da Festa Alemã**. Processo nº 007.039, PJF/FUNALFA/DIPAC, 2010, fl. 59-64.

GIROLETTI, Domingos. **Industrialização em Juiz de Fora**: 1850 a 1930. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1988.

GOMES, Ângela de Castro (Org.). **Escrita de si, escrita da história**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2004.

GONÇALVES, José Reginaldo Santos. O patrimônio como categoria de pensamento: ensaios contemporâneos. In: ABREU, Regina; CHAGAS, Mário. **Memória e patrimônio**: ensaios contemporâneos. Rio de Janeiro: Lamparina, 2009.

GUIMARÃES, Elione Silva. **Múltiplos viveres de afro-descendentes na escravidão e na pós-emancipação (Juiz de Fora-Minas Gerais)**. São Paulo: Annablume, 2006.

GUIMARÃES, Manoel Luiz Salgado. História, memória e patrimônio. **Revista do Patrimônio**, n. 34, p. 91-109, Brasília (DF), IPHAN, 2012.

GUIMARÃES, Sávio. **Juiz de Fora – Projetando Memória**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Vértice, 1990.

HEYMANN, Luciana. O '*Devoir de Mémoire*' na França contemporânea: entre a memória, história, legislação e direitos. In: III SEMINÁRIO PRONEX: CIDADANIA E DIREITOS, Rio de Janeiro, de 27 a 29 de novembro de 2006. (Texto apresentado). **Anais...** Rio de Janeiro: CPDOC, 2006, 27 f.

HOBBSAWM, Eric. **Sobre História**. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

\_\_\_\_\_; RANGER, Terence (Org.). **Tradições inventadas**: finalidades e objetivos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008a.

HOBBSAWM, Eric. Introdução: A invenção das tradições. In:\_\_\_\_\_; RANGER, Terence (Org.). **Tradições inventadas**: finalidades e objetivos. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2008b. p. 9-23.

HOLLANDA, Heloísa Buarque de. **Impressões de viagem**: CPC, vanguarda e desbunde: 1960/70. Rio de Janeiro: Aeroplano, 2004.

IBGE. **Brasil**: 500 anos de povoamento. Apêndice: Estatísticas de 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: IBGE, 2000.

JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP, 2001. v. 1 e 2.

KLEIN, Hebert S. Migração internacional na História das Américas. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000.

LAGE, Beatriz H. Gelas; MILONE, Paulo César. Cultura, lazer e turismo – 1995. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 6, n. 2, p. 7-25, nov. 1995.

LEITE, Joaquim da Costa. O Brasil e a imigração portuguesa (1855-1914). In: BORIS, Fausto. **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 177-200.

LESSA, Jair. **Juiz de Fora e seus pioneiros**: do Caminho Novo à Proclamação. Juiz de Fora: UFJF/FUNALFA, 1985.

LESSER, Jeffrey. **A negociação da identidade nacional**: imigrantes, minorias e a luta pela etnicidade no Brasil. São Paulo: Editora da UNESP, 2001.

MACIEL, Maria Eunice. Uma cozinha à brasileira. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 25-39, jan./jun. 2004.

MAIA, Célia (Org.). **Solidariedades e conflitos**: história de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2000.

MACHADO, Livia C. de Souza. *Die Deutsches Fest*: identidade e hibridização cultural na Festa Alemã do bairro Borboleta. In: XIV CONFERÊNCIA BRASILEIRA DOS ESTUDOS DA FOLKCOMUNICAÇÃO: "Artesanato Como Processo Comunicador". IX Encontro Regional de Comunicação. **Anais...** Juiz de Fora, MG, 2011.

MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. Princípios Básicos da Proteção ao Patrimônio Cultural. In: ARAÚJO, Guilherme Maciel; ASKAR, Jorge Abdo; MIRANDA, Marcos Paulo de Souza. **Mestres Conselheiros**: Manual de Atuação dos Agentes do Patrimônio Cultural. Belo Horizonte: IDES, 2009. p. 15-23.

MUSSE, Christina Ferraz. **Imprensa, cultura e imaginário urbano**: exercício de memória sobre os anos 60/70 em Juiz de Fora. São Paulo: Nanquin; Juiz de Fora: FUNALFA, 2008.

OLENDER, Marcos. **Ornamento, ponto e nó**: da urdidura pantaleônica às tramas arquitetônicas de Raphael Arcuri. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 2011.

OLIVEIRA, Fernando Meloni. As políticas de turismo no Brasil nos anos noventa. **Turismo em Análise**, v. 19, n. 2, p. 177-200, ago. 2008.

OLIVEIRA, Lúcia Lippi. **O Brasil dos imigrantes**. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2002.

\_\_\_\_\_. **Nós e eles**: relações culturais entre brasileiros e imigrantes. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2006.

\_\_\_\_\_. **Cultura é patrimônio**: um guia. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2008.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Juiz de Fora**: vivendo a história. Núcleo de História Regional da Universidade Federal de Juiz de Fora. Juiz de Fora: Editora da UFJF, 1994.

OLIVEIRA, Paulino de. **História de Juiz de Fora**. 2. ed. Juiz de Fora: Gráfica Comércio e Indústria, 1966.

PASSAGLIA, Luiz Alberto do Prado. **A preservação do Patrimônio Histórico de Juiz de Fora**: medidas iniciais. Juiz de Fora/Instituto de Pesquisa e Planejamento. Juiz de Fora: Prefeitura de Juiz de Fora, MG, 1982.

PESAVENTO, Sandra Jatahy. **História & história cultural**. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.

\_\_\_\_\_. História, literatura e cidades: diferentes narrativas para o campo do patrimônio. **Revista do Patrimônio**, Brasília (DF), IPHAN, n. 34, p. 397-409, 2012.

PINHEIRO, Maria Lucia Bressan. Origens da noção de preservação do patrimônio cultural no Brasil. **Risco – Revista de Pesquisa em Arquitetura e Urbanismo**, Programa de Pós-Graduação de Departamento de Arquitetura e Urbanismo, São Paulo, n. 3, p. 4-14, março, 2006.

PJF/FUNALFA/DIPAC. Prefeitura de Juiz de Fora/Fundação Cultural Alfredo Ferreira Lage (Org.). **Memória da urbe**: bens tombados. Juiz de Fora, MG: FUNALFA, 2004.

POLLAK, Michael. Memória, esquecimento, silêncio. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 2, n. 3, 1989.

\_\_\_\_\_. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

PORTELLI, Alessandro. A filosofia e os fatos: narração, interpretação e significado nas memórias e nas fontes orais. **Tempo – Revista do Departamento da Universidade Federal Fluminense**, Rio de Janeiro, v. 1, n. 2, p. 59-72, 1996.

PRIORE, Mary Del. A serração da velha: charivari, morte e festa no mundo luso-brasileiro. In: JANCSÓ, István; KANTOR, Íris (Org.). **Festa**: cultura e sociabilidade na América Portuguesa. São Paulo: EDUSP, 2001. v. 1.

RAMOS, Francisco R. Lopes. Objetos do caldeirão: museu, memória e cultura material (1936-1997). **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, v. 24, p. 366-384, jul./dez. 2011.

REZENDE, Cláudia Barcellos. Os limites da sociabilidade: “cariocas” e “nordestinos” na Feira de São Cristóvão. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 28, p. 167-181, 2001.

REZENDE, Fernando. Estado, turismo e finanças públicas. **Turismo em Análise**, v. 2, n. 1, 1991. Editora da ECA/USP. Disponível em: <<http://www.turismoemanalise.org.br/turismoemanalise/article/view/770>>. Acesso em: 12 mar. 2014.

RODRIGUES, Adyr Balastrieri R. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997.

ROUSSO, Henry. A memória não é mais o que era. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. 6. ed. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 2005.

SAKURAI, Célia. Imigração japonesa para o Brasil: um exemplo de imigração tutelada (1908-1941). In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 201-238.

SANTANA, Rodrigo; PUGLIESE, Stella. **Arquitetura moderna em Juiz de Fora**: a contribuição de Arthur Arcuri. Juiz de Fora: FUNALFA, 2002.

SEYFERTH, Giralda. Imigração, colonização e identidade étnica. (Notas sobre a emergência da etnicidade em grupos de origem europeia no sul do Brasil). **Revista de Antropologia**, São Paulo, Universidade de São Paulo, v. 29, p. 57-71, 1987. n. 33, p. 57-71, 1987.

\_\_\_\_\_. **Imigração e cultura no Brasil**. Brasília: Editora da UNB, 1990.

\_\_\_\_\_. A assimilação dos imigrantes como questão nacional. **Mana**, v. 3, n. 1, p. 95-131, Rio de Janeiro. 1997.

\_\_\_\_\_. A colonização alemã no Brasil: etnicidade e conflito. In: FAUSTO, Boris. **Fazer a América**. São Paulo: EDUSP, 2000. p. 273-313.

SEYFERTH, Giralda. A dimensão cultural da imigração. **Revista Brasileira de Estudos Sociais**, v. 26, n. 77, p. 47-62, out. 2011.

SILVA, Lucia. Trajetória de um conceito: patrimônio, entre a memória e a história. **Mosaico** – Revista Multidisciplinar de Humanidades, Vassouras, v. 1, n. 1, p. 36-42, jan./jun. 2010.

SIRIMARCO, Martha. **João Carriço: o amigo do povo**. Juiz de Fora: FUNALFA, 2005.

SOIHET, Raquel. **A subversão pelo riso: estudos sobre o carnaval carioca da Belle Époque ao tempo de Vargas**. Rio de Janeiro: Editora da FGV, 1998.

SOUZA, Marcelo José L. de. Como pode o turismo contribuir para o desenvolvimento local? In: RODRIGUES, Adyr Balastrieri. **Turismo e desenvolvimento local**. São Paulo: HUCITEC, 1997. p. 17-22.

SOUZA, Ricardo Luiz de. Cachaça, vinho, cerveja: da Colônia ao século XX. In: **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, n. 33, p. 56-75, jan./jun. 2004.

STEHLING, L. J. **Juiz de Fora, a Companhia União Indústria e os alemães**. Juiz de Fora: IHGJF, 1979.

STEPHAN, Luiz Antonio Caixeiro (Ed.). **Chucrute, danças, chope e determinação**. Juiz de Fora, MG: [s. n.], 2011.

SCHWARZ, Roberto. **As ideias fora do lugar: ensaios selecionados**. São Paulo: Penguin Classics Companhia das Letras, 2014.

THOMPSON, Paul. História oral e contemporaneidade. **História Oral**, São Paulo, v. 5, p. 9-28, 2002.

VARGAS, Heliana Comin. Turismo e valorização do lugar. **Turismo em Análise**, São Paulo, v. 9, n. 1, p. 7-19, maio, 1998.

VISCARDI, Cláudia Maria Ribeiro. O cotidiano dos portugueses de Juiz de Fora (1840-1940). In: BORGES, Célia Maia (Org.). **Solidariedades e conflitos: história de vida e trajetória de grupos em Juiz de Fora**. Juiz de Fora: EDUFJF, 2000. p. 19-52.

VOLDMAN, Danièle. A invenção do depoimento oral. In: FERREIRA, Marieta de Moraes; AMADO, Janaína. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 1996. p. 33-62.

WILHEMS, Emílio. **A aculturação dos alemães no Brasil**: estudo antropológico dos alemães e seus descendentes no Brasil. 2. ed. Rio de Janeiro: Nacional, 1980.

ZAGUETTO, Ismair. **Itamar e o bando de sonhadores**. Juiz de Fora, MG: do autor, 2012.

## **TESES, DISSERTAÇÕES E MONOGRAFIAS**

AMARAL, Rita de Cássia M. Peixoto. **Festa à brasileira**: significados do festejar, no país que “não é sério”. 1998. 380 f. Tese (Doutorado em Antropologia) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 1998.

AZEVEDO, Nilo Lima de. **Democracia e patrimônio cultural**: as práticas da gestão participativa em Juiz de Fora. 2007. 218 f. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Faculdade de Ciências Sociais, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

CARNEIRO, Deivy Ferreira. **Conflitos, crimes e resistência**: uma análise dos alemães e teuto-descendentes através de processos criminais (Juiz de Fora – 1858-1921). 2004. 222 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2004.

COSTA, Carina Martins. **Uma arca das tradições**: educar e comemorar no Museu Mariano Procópio. 2011. 320 f. Tese (Doutorado em História), Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2011.

DORNELAS, Juliana Gomes. **Na América, a esperança**: os imigrantes sírios e libaneses e seus descendentes em Juiz de Fora, Minas Gerais (1890-1940). 2008. 163 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2008.

FERENZINI, Valéria Leão. **A "Questão Alemã"**: o conflito entre católicos e alemães e a Igreja Católica (Juiz de Fora: 1900 a 1919). 2009. 274 f. Tese (Doutorado em História) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais da Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2009.

GASPARETTO JÚNIOR, Antônio. **Direitos sociais em perspectiva**: seguridade, sociabilidade e identidade nas mutuais de imigrantes em Juiz de Fora (1872-1930). 2013. 210 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2013.

GAWRYSZEWSKI, Paulo. **Cultura e educação**: uma aliança para a preservação do patrimônio cultural em Juiz de Fora. 2008. 156 f. Monografia (Especialização em Gestão do Patrimônio Cultural) – Faculdade Metodista Granbery, Juiz de Fora, 2008.

MIRANDA, Sônia Regina. **Cidade, capital e poder**: Políticas Públicas e questão urbana na velha Manchester Mineira. 1990. 322 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1990.

OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de. **Imigração e industrialização**: os alemães e os italianos em Juiz de Fora (1854-1920). 1993. 157 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas e Filosofia, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 1991.

PINHEIRO, Priscila da Costa. **Estratégias de organização da sociedade civil**: as associações de imigrantes portugueses na Corte (1860-1882). 2011. 169 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas, Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2011.

PIRES, Anderson José. **Café, finanças e bancos**: uma análise do sistema financeiro da Zona da Mata de Minas Gerais (1889-1930). 424 f. Tese (Doutorado em História) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Paulo, São Paulo, 2004.

RAASCH, Silas. **A Colônia de Santa Isabel e seus imigrantes (1847-1889)**. 160 f. Dissertação (Mestrado em História) – Centro de Ciências Humanas e Naturais, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória, 2010.

RIBEIRO, Flávia Maria Franchini. **A subida do monte purgatório**: estudo da experiência dos presos políticos da Penitenciária Regional de Linhares (1969-1972). 2007. 243 f. Dissertação (Mestrado em História) – Instituto de Ciências Humanas da Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2007.

SILVA, Daniel Roberto dos Reis. **Cidade (I)material**: museografias do patrimônio cultural na cidade de Juiz de Fora. 2012. 255 f. Tese (Doutorado em História) – Fundação Getúlio Vargas, Rio de Janeiro, 2012.

## JURÍDICOS

BRASIL. Ministério da Cultura. **Decreto Federal nº 3.551, de 4 de agosto de 2004**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Ministério da Cultura. **Decreto-Lei nº 74**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/del0073](http://www.planalto.gov.br/ccivil03/decreto-lei/del0073)>. Acesso em: 19 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. **Constituição de 1988**. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.html](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.html)>. Acesso em: 19 jul. 2014.

\_\_\_\_\_. Presidência da República. Casa Civil- Subchefia para Assuntos Jurídicos. **Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966**. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/1965-1988](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/1965-1988)>. Acesso em: 9 fev. 2014.

\_\_\_\_\_. **Decreto-Lei nº 55, de 18 de novembro de 1966**. Site da Presidência da República. Casa Civil – Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto-lei/del0073](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto-lei/del0073)>. Acesso em: 9 fev. 2014.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. **Lei nº 18.030, de 28/12/1995. Lei Robin Hood**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/leirobinhood/legislacao/lei1204095>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

MINAS GERAIS. Fundação João Pinheiro. **Decreto-Lei nº 32.771. Lei Robin Hood**. Disponível em: <<http://www.fjp.mg.gov.br/robinhood/index.php/leirobinhood/legislacao/lei1204095>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

JUIZ DE FORA. Prefeitura de Juiz de Fora. **Portal PJJ, Sistema JF Legis**. Lei nº 1.988, de 9 de março de 1964, Art. 2º, nº 1. Cria o Departamento Autônomo de Turismo (DAT). Prefeito Adhemar Resende de Andrade. Disponível em: <[www.jflegis.pjf.mg.gov.br](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Juiz de Fora. **Portal PJJ; Sistema JF Legis**. Decreto nº 0777, de 20 de novembro de 1967, Art. 1º. Aprova o orçamento do Departamento Autônomo de Turismo (DAT) para o exercício de 1968. Prefeito Itamar Augusto C. Franco. Disponível em: <[www.jflegis.pjf.mg.gov.br](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 27 jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Juiz de Fora. **Portal PJJ; Sistema JF Legis**. Decreto nº 00864-A, de 9 de dezembro de 1968. Art. 1º. Aprova o orçamento do Departamento Autônomo de Turismo (DAT) para o exercício de 1969. Prefeito Itamar Augusto C. Franco. Disponível em: <[www.jflegis.pjf.mg.gov.br](http://www.jflegis.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 27 de jan. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Juiz de Fora. **Portal PJJ; Sistema JF Legis**. Decreto nº 10.405, de 30 de agosto de 2010. Possibilita a inscrição de pessoas jurídicas interessadas em firmar convênio com a Administração Pública Municipal. Administração do Prefeito Custódio Mattos. Disponível em: <[http://www.unijuf.orgs.br/arquivos\\_pdf\\_outros/decreto\\_10405\\_cagec.pdf](http://www.unijuf.orgs.br/arquivos_pdf_outros/decreto_10405_cagec.pdf)>. Acesso em: 20 de fev. 2015

## ICONOGRÁFICAS

CARTAZ da *Bierfest*. Disponível em: <<https://www.facebook.com/abajf?fref=ts>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

CARTAZ da *Deustches Fest* – 2015. Disponível em: <<https://www.facebook.com/abajf?fref=ts>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

CASA de Colonos no Morro da Gratidão. Arquivo da Província do Rio de Janeiro da Congregação Redentorista.

CÔNSUL Alemão visita o bairro Borboleta, [s. d.]. **Associação Cultural Brasil-Alemanha – A.C.R.B.A (Acervo)**. 1 foto. Disponível em: <[http://www.culturalmajf.com.br/?acrba=vi\\_enc\\_com\\_alemas/encontro\\_visita\\_consul\\_alemao](http://www.culturalmajf.com.br/?acrba=vi_enc_com_alemas/encontro_visita_consul_alemao)>. Acesso em: 20 dez. 2014.

DEUSTSCHES Fest. **Guia Cuca**. 1 foto. Disponível em: <[www.guiacuca.com.br](http://www.guiacuca.com.br)>. Acesso em: 3 nov. 2014.

DEUTSCHERKRANKEM-Unterstützungs Verein: Sociedade Alemã de Socorros Mútuos, fundada em 26 de maio de 1872. **Associação Cultural Brasil-Alemanha (Acervo)**. Disponível em: <<http://www.culturalmajf.com.br>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

DITADURA Militar em Juiz de Fora: da Revolução à realidade. *Blog Comunicação, Cidade, Memória e Cultura/FACOM/UFJF*. 1 foto. Disponível em: <<https://pesquisafacomufjf.wordpress.com/2013/06/14/ditadura-militar-em-juiz-de-fora-da-revolucao-a-realidade>>. Acesso em: 14 jun. 2013.

MARCHA dos tanques: movimentos que precipitaram o Golpe de 1964. **Extra**. 1 foto. Disponível em: <<http://extra.globo.com/noticias/brasil/marcha-dos-tanques-movimentos-que-precipitaram-golpe-de-1964>>. Acesso em: 30 mar. 2014.

PRIMEIRA Festa Alemã realizada no bairro. 1 foto. Acervo do Instituto Teuto-Brasileiro William Dilly.

VILLAGEM. **Juiz de Fora on-line**. 1 foto. Disponível em: <[http://www.espeschit.com.br/historia/juiz\\_de\\_fora/](http://www.espeschit.com.br/historia/juiz_de_fora/)>. Acesso em: 20 dez. 2015.

## ENTREVISTAS

CADERNO Especial do Jornal **Tribuna de Minas** - 50 Anos do Golpe Militar. Entrevistas. **You Tube**. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

CAMPOS, Nilo de Araújo. Entrevista presente no *site* **MG1**. Disponível em: <<http://mg1.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=5899>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

CID, Wilson. Entrevista presente no *site You Tube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

COURI, Jorge. Entrevista presente no *site YouTube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

DELGADO Tarcísio; RIANI, Clodesmith. **A política juiz-forana na década de 60**. Entrevista publicada em 24 de abril de 2014. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

DILLY, Roberto. Entrevista arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som – FUNALFA, 2011.

NICODEMOS, Selma. Entrevista presente no *site You Tube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

OLIVEIRA, Iverson Morandi de. Disponível no **Dossiê da Festa Alemã**. Processo nº 007039/2010. PJF/ FUNALFA/DIPAC. 2010.

PETER, Ana Laura. Entrevista realizada em 29 de junho de 2006. Disponível no **Dossiê do Pão Alemão**. Processo nº. 001.506/2010. PJF/ FUNALFA/DIPAC.

RIBEIRO, José Luiz. Entrevista presente no *site You Tube*. Disponível em: <<https://www.youtube.com/watch?v=gxT723XhxgA>>. Acesso em: 15 dez. 2014.

SCHEFFER, Cecília [s. d.]. Disponível no **Dossiê para Registro do Pão Alemão como bem imaterial de Juiz de Fora**. Processo nº 001.506/2010. PJF/ FUNALFA/DIPAC.

SCORALICK, Célia. Entrevista presente no *site MG1*. Disponível em: <<http://mg1.com.br/plus/modulos/noticias/ler.php?cdnoticia=5899>>. Acesso em: 13 jul. 2015.

SCORALICK, Dirceu. Entrevista arquivada na Divisão de Memória, Museu da Imagem e do Som - FUNALFA. 2006.

## SITES

ASSOCIAÇÃO Cultural e Recreativa Brasil-Alemanha. **Diretoria 2010/2012**. Disponível em: <[www.culturaalemajf.com.br](http://www.culturaalemajf.com.br)>. Acesso em: 25 jun. 2014.

\_\_\_\_\_. **Histórico**. Disponível em: <<http://www.culturaalemajf.com.br/?acrba=historico>>. Acesso em: 20 dez. 2014.

\_\_\_\_\_. **Facebook**. Disponível em: <<https://www.facebook.com/abajf?fref=ts>>. Acesso em: 21 ago. 2015.

ESTRADA Real/Caminhos. Disponível em: <<http://www.institutoestradaareal.com.br/estrada-real/caminhos/caminho-novo>>. Acesso em: 26 fev. 2015.

ESTUDO sobre a competitividade nos destinos turísticos indutores do Estado de Minas Gerais. **Relatório de Competitividade, Juiz de Fora**. Disponível em: <[http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o\\_ministerio/publicacoes/downloads\\_publicacoes/xndice\\_de\\_Competitividade\\_do\\_Turismo\\_Nacional](http://www.turismo.gov.br/export/sites/default/turismo/o_ministerio/publicacoes/downloads_publicacoes/xndice_de_Competitividade_do_Turismo_Nacional)>. Acesso em: 9 mar. 2015.

FESTA em Juiz de Fora tem cerveja alemã produzida na cidade. *Site G1*, 11/09/2015. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/mgtv-1edicao/videos/t/edicoes/v/festa-em-juiz-de-fora-tem-cerveja-alema-produzida-na-cidade>>. Acesso em: 13 set. 2015.

GUIMARÃES, Manoel L. S. História, memória e patrimônio. **Sistema JF Legis**. Disponível em: <<http://jflegis.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em: 27 fev. 2015.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Brasil 500 Anos**. Disponível em: <<http://brasil500anos.ibge.gov.br/pt/estatisticas-do-povoamento/imigracao-por-nacionalidade-1884-1933>>. Acesso em: 20 jun. 2015.

JUIZ DE FORA. **Sistema JF Legis**. Disponível em: <<http://jflegis.pjf.mg.gov.br>>. Acesso em: 15 fev. 2015.

JUIZ DE FORA e Região *Convention & Visitors Bureau*. Associação para o Desenvolvimento do Turismo de Juiz de Fora e Região. **Quem Somos**. Disponível em: <<http://juizdeforaconvention.com.br/v2/jfrcvb#.VPm4q3zF9DR>>. Acesso: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Associação para o Desenvolvimento do Turismo de Juiz de Fora e Região. **Relatório de Atividades**. Disponível em: <<http://juizdeforaconvention.com.br/v2/relatorio-de-atividades#.VPTfTHzF9DQ>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Associação para o Desenvolvimento do Turismo de Juiz de Fora e Região. **Calendário de Eventos de Juiz de Fora do JFRC&VB: Evolução. JFRC&VB**. Disponível em: <<http://juizdeforaconvention.com.br/v2/relatorio-de-atividades#.VPTfTHzF9DQ>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Associação para o Desenvolvimento do Turismo de Juiz de Fora e Região. **13 motivos para realizar seu evento em Juiz de Fora**. Disponível em: <<http://juizdeforaconvention.com.br/v2/motivos#>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

MARIANO Procópio fechado é quase um atentado, diz presidente do IBRAM. 08/09/2013. (Reportagem). *Site G1- Minas Gerais, Zona da Mata*. Disponível em: <<http://g1.globo.com/mg/zona-da-mata/noticia/2013/09/mariano-procopio-fechado>>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PORTAL PJF. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. **Conselho Municipal de Patrimônio/ CONPAC**. Disponível em: <[www.pjf.mg.gov.br/turismo/](http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/)>. Acesso em: 2 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Prefeitura Municipal de Juiz de Fora. **Os dados biográficos de Itamar Franco**. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/cidade/prefeitos.php>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Juiz de Fora. Estudo sobre a competitividade nos destinos turísticos indutores do Estado de Minas Gerais: Relatório de Competitividade. **Portal do Turismo**. Juiz de Fora. Departamento de Incentivo ao Turismo/SDEER. Disponível em: <[www.portaldoturismo.pjf.mg.gov.br](http://www.portaldoturismo.pjf.mg.gov.br)>. Acesso em: 9 mar. 2015.

PORTAL PJF. Prefeitura de Juiz de Fora. Apresentação. **Portal do Turismo**. Disponível em: <<http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/index.php>>. Acesso em: 12 mar. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Juiz de Fora. Inscrição e lista dos projetos pré-selecionados. **Portal do Turismo**. Disponível em: <[http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa\\_de\\_apoio\\_a\\_projetos\\_turisticos.php](http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa_de_apoio_a_projetos_turisticos.php)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

\_\_\_\_\_. Prefeitura de Juiz de Fora. Programa de Apoio a Projetos Turísticos 2015. **Portal do Turismo**. Item 2, p. 2. Disponível em: <[http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa\\_de\\_apoio\\_a\\_projetos\\_turisticos.php](http://www.pjf.mg.gov.br/turismo/programa_de_apoio_a_projetos_turisticos.php)>. Acesso em: 20 fev. 2015.

PORTAL do IPHAN. Disponível em: <[http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Resolucao\\_n\\_001\\_de\\_2006.pdf](http://portal.iphan.gov.br/uploads/legislacao/Resolucao_n_001_de_2006.pdf)>. Acesso em: 13 set. 2015.

PRESIDÊNCIA da República. Ministério da Cultura. Subchefia para Assuntos Jurídicos. Disponível em: <[http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/decreto/D3551.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/D3551.htm)>. Acesso em: 19 jul. 2014.